

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JANAÍNA ATHAYDES CONTREIRAS

CORPO DE MULHER, UM CAMPO DE BATALHA:
**TERRORISMO DE ESTADO E VIOLÊNCIA SEXUAL NAS DITADURAS
BRASILEIRA E ARGENTINA DE SEGURANÇA NACIONAL**

PORTO ALEGRE

2018

JANAÍNA ATHAYDES CONTREIRAS

***CORPO DE MULHER, UM CAMPO DE BATALHA: TERRORISMO DE ESTADO E
VIOLÊNCIA SEXUAL NAS DITADURAS BRASILEIRA E ARGENTINA DE
SEGURANÇA NACIONAL***

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Linha de Pesquisa: Relações de Poder Político-Institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós

PORTO ALEGRE

2018

CIP - Catalogação na Publicação

Contreiras, Janaína Athaydes
CORPO DE MULHER, UM CAMPO DE BATALHA: TERRORISMO
DE ESTADO E VIOLÊNCIA SEXUAL NAS DITADORAS
BRASILEIRA E ARGENTINA DE SEGURANÇA NACIONAL /
Janaína Athaydes Contreiras. -- 2018.
251 f.
Orientador: Enrique Serra Padrós.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto
Alegre, BR-RS, 2018.

1. Violência sexual. 2. Terrorismo de Estado. 3.
Ditaduras de Segurança Nacional. 4. Brasil. 5.
Argentina. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II.
Título.

JANAÍNA ATHAYDES CONTREIRAS

***O CORPO DE MULHER, UM CAMPO DE BATALHA: TERRORISMO DE ESTADO E
VIOLÊNCIA SEXUAL NAS DITADURAS BRASILEIRA E ARGENTINA DE
SEGURANÇA NACIONAL***

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em: 15 de agosto de 2018 e atribuído o conceito “A”.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós – PPGH/ UFRGS (Orientador)

Prof. Dra. Natalia Pietra Mendez – PPGH/UFRGS

Prof. Dra. Alessandra Gasparotto PPGH/UFPEL

Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli – PPGH/UFRGS

AGRADECIMENTOS

O ato de agradecer, por escrito, significa fazer escolhas e correr o risco de esquecer alguém. Cometer a gafe de deixar alguém de lado é inevitável. Por isso, já reconheço o pecado que cometerei nas próximas linhas e peço desculpa caso alguém não estiver aqui nomeado.

Conheço muitas pessoas que foram e são significativas na minha vida, mas sempre tive dificuldade de ser afável e terna, embora eu tente. A jornada do mestrado foi curta, porém extremamente intensa. Foram dois anos difíceis em que estive “à beira de um ataque de nervos”, mas dois anos de muitas aprendizagens. Cultivei ótimas relações e mantive outras tantas. Existem pessoas que não participaram tão perto dessa minha jornada, mas sei que vibraram com as minhas conquistas e que mesmo à distância estiveram em pensamento comigo.

Dito isso, inicio agradecendo às instituições Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFRGS pela acolhida, por oportunizar-me um momento de crescimento enquanto pesquisadora, mulher, militante e aluna. Agradeço, à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que me auxiliou financeiramente durante os 24 meses do mestrado.

Agradeço imensamente ao meu orientador e amigo Enrique Serra Padrós que está ao meu lado desde o início da minha formação acadêmica. Com ele aprendi a ser pesquisadora, mas também a ser “lutadora social” e professora no sentido mais digno da palavra. Foram inúmeras “cadeiras”, diversos cafés, conversas, viagens, almoços, encontros com “o grupo”, momentos em que pude adquirir conhecimento e sabedoria, além da parceria e solidariedade. Admiro profundamente o professor Enrique, pois seu coração e sua postura frente ao mundo inspiram qualquer aprendiz. Muito obrigada, Enrique, por estar ao meu lado! Por falar em inspiração, destaco que existem pessoas que passam por nossas vidas e nos ensinam o lado bom e certo do mundo. Estas mulheres que menciono aqui, foram mulheres com as quais cruzei e aprendi e ainda aprendo. Parte deste meu trabalho foi escrito para elas também. Agradeço de coração, com todo o meu carinho, os momentos que Suzana Lisbôa me permitiu estar ao seu lado. Estar na sua casa, Su, conviver com a sua mãe, com a sua vida foi uma honra e uma bela lição que eu espero que não tenha fim. Agradeço também a Rosa Beltrano que, com toda a sua história de vida, me deu um voto de confiança e abriu a sua vida para mim. Virou uma amiga especial em um curto espaço de tempo e, com certeza, é apenas o

início de uma caminhada. Agradeço as irmãs Criméia Almeida e Maria Amélia Teles por me inspirarem tanto. Vocês e tudo o que vocês representam na luta por verdade e justiça são extremamente significantes e valorosas.

No meu coração cabem muitas pessoas que contribuíram na minha formação. Por mim passaram vários professores do Curso de História e do PPGH que, de alguma forma, marcaram minha formação. Não cabe destacar os nomes, por isso deixo meu muito obrigada ao corpo docente dos cursos de graduação e pós-graduação em História.

Agradeço a minha banca, primeiramente às professoras Natália e Alessandra, que estiveram na minha qualificação e contribuíram com críticas e sugestões para o meu trabalho. Quero que saibam, independente de problemas metodológicos ou algumas questões que tenham faltado da minha parte, este trabalho foi feito para nós, mulheres. Claro que eu quero que os homens façam a leitura e não os desqualifico para isso, mas quero registrar que este trabalho foi feito por uma mulher, que usou a voz de outras (tanto com fontes quanto com pensadoras e teóricas) e se sente muito honrada de ter duas mulheres fortes e qualificadas avaliando o trabalho.

Agradeço ao professor Guazzelli que, mais uma vez, está avaliando minha pesquisa. Ele acompanhou meu primeiro semestre do Curso de História, me orientou na disciplina de Técnicas de Pesquisa, participou de minha banca de conclusão de curso e de seleção de mestrado no ano que ingressei (2016) e agora presencia a conclusão de mais uma etapa na minha formação. Muito obrigada professor pelo incentivo, jamais esquecerei o quanto foste generoso ao avaliar meu projeto de TCC e apontar “que eu merecia um A+, mesmo que não existisse essa nota”. Os elogios me estimularam e fizeram com que me dedicasse o máximo para que pudesse estar à altura de tais apontamentos. Muito obrigada professor Guazzelli, por tudo!

Agradeço minha amiga e companheira de pesquisa, Vanessa Dornelles, que nos meus momentos de sufoco me auxiliou na análise das fontes, usando o seu olhar meticuloso, seu perfeccionismo (que superou o meu) e filtrando o material que precisava. Ter contado com o teu auxílio, Vanessa, foi uma das coisas que mais acertei nos últimos tempos. Se esta dissertação tem a riqueza de fontes é porque foste a engrenagem essencial na minha pesquisa. Sem contar os inúmeros bate-papos pelo whatsapp e pessoalmente sobre o meu trabalho, sobre o mundo, sobre tudo. Muito obrigada por ter sido uma “assistente” de pesquisa e ótima conselheira.

Como eu disse, nem tudo nesses dois anos foram somente espinhos. Agora, agradeço aos meus amigos e amigas pelas noites felizes, pelas jantadas, pelas cervejadas, pelas conversas,

pela troca de experiência e carinho. Muito obrigada: Amanda, Stella, Laura, Caroline Pacievith, Said, Gabriel, Luciano, Aline, Clarissa (e Valetim), Luciana e mais uma galera que estiveram nos momentos de curtição e alegrias.

Obrigada ao grupo que acompanha o Enrique nas pesquisas, nos passeios, nas viagens, nos encontros (famosas uruguayadas), principalmente o povo que estava envolvido na maior de todas as aventuras que uniu corações e mentes. O dia 31 de março de 2014 jamais será esquecido para nós e o grande grupos de professores da rede básica e colegas da UFRGS (Ruy Guimarães, Laura, Said, Soraya, Bruno, Larissa, Graciane, Davi Ruschel e Davi dos Santos, Renata Mattos, Caio Tedesco, Thiago e muitos outros que levaram dezenas de alunos para participar daquela noite ou arregaçaram as mangas para tornar aquela noite mágica). O evento “50 Anos do Golpe, 50 Anos de Impunidades” foi, sem sombra de dúvidas, um megaevento que ultrapassou os muros da academia. Um evento nada acadêmico e totalmente visceral. Uniu estudantes do ensino médio, da graduação, professores da rede, da universidade, militantes, simpatizantes, sobreviventes (da ditadura) e pessoas apaixonadas por uma boa utopia. Foram cerca de 1.700 pessoas superlotando o Salão de Atos da UFRGS e eu, feito uma formiguinha, estava sentada no meio da mesa dos sobreviventes da ditadura (gigantes como Suzana Lisboa, Nilce Cardoso, Flávio Kutzi, Lilian Celiberti, Bona Garcia, Sônia Haas e Nei Lisboa). Descato aqui o nome do povo que acompanha o Enrique nessas empreitadas malucas e apaixonantes: Paula, Letícia, Francisco (Chico), Pedro, Rafael, Anna, Patrícia, Grazi, Marla, Cristiane, Débora, Alessandra, Amanda e Vanessa por estarem, de alguma forma, presentes na minha vida.

Agradeço, também, a querida Cláudia, companheira do Enrique, que abre sua casa e sua vida para receber a mim e toda a turma para reuniões de trabalho, almoços, cafezinhos, inclusive dando pouso e acolhimento com muita cerveja para esse bando de “vagabundos”.

Obrigada às pessoas que me auxiliaram com indicações de leituras, empréstimos de livros, dicas, sugestões, em especial a Anna, a Cristiane e ao Leonardo que estiveram na minha banca de qualificação e me emprestaram livros, passaram textos, indicaram leituras, enriquecendo cada vez mais meu trabalho. A Amanda (de novo) pelas revisões, pelas ajudas com o inglês, sugestões para escrita e presença constante na minha pesquisa.

Agradeço aos colegas do Projeto Educacional Alternativa Cidadã (PEAC) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) por me escolherem para compor o corpo docente da História e, em especial, a minha dupla, meu colega e amigo Cassiano, que compartilha a sala de aula comigo, me ensinando a ser uma professora, na prática, dia após dia.

Agradeço aos membros do grupo Bolsistas Capes do Facebook que estiveram presente nos momentos difíceis e bons: “quando a bolsa cai?” foi nossa preocupação de cada mês; mas apesar dos inúmeros problemas que enfrentamos e compartilhamos, nos confortamos, aprendemos e discutimos (às vezes) coletivamente. Agradeço, principalmente, aos momentos que vocês incentivaram minha alegria em pesquisar e rir da nossa “desgraça”.

Agradeço a minha família que vibrou com a aprovação no mestrado e que aguentou todo o meu ranço, minhas ausências, meus altos e baixos de tristezas e alegrias. Aos meus pais que me incentivaram e nunca me disseram, “mas tu só estuda?”. Ao Jairo, mais do que um companheiro, um grande amigo e ótimo conselheiro, que segurou muitas pontas do nosso cotidiano e da minha instabilidade emocional. Estive ao meu lado nos momentos mais difíceis, inclusive, quando estive doente (bronquite, gripes, pneumonia, pedras nos rins e cirurgia) e nas inseguranças existenciais da minha vida. O Jairo vibrou com minhas conquistas, com os prêmios, elogios que recebi. Chorou cada momento de alegria e comprou minhas batalhas se indignando com meus aborrecimentos e chamava, sempre que percebia, meu lado racional para findar minhas lutas pessoais.

Por fim, agradeço todas as mulheres que vivenciaram as ditaduras no Cone Sul. Vocês nunca saberão que escrevi sobre vocês, mas vocês fazem parte da minha vida e da minha luta!

Em memória, minha avó Ione Araújo; meu avô postiço; ao meu primo (tio) Marco Aurélio (que morreu com 29 anos) e meu tio, Itamar Araújo Contreiras.

Também não deixo de agradecer ao meu amado pai que partiu no dia 12 de agosto de 2018 (3 dias antes da minha banca de mestrado) e que infelizmente não pode presenciar esse momento tão especial, mas que pelo menos pode comemorar cada uma das minhas conquistas acadêmicas. Tenho certeza que de onde ele estiver ele está muito feliz, satisfeito e orgulhoso de mim. Te amo, pai!

Agradeço a minha mãe, Yemanjá, meu orixá de cabeça, dona dos pensamentos que sempre me guia nos momentos mais difíceis e atende meus pedidos e promessas.

**Os corpos das outras mulheres
não são os nossos campos de
batalha**

(Rupi Kaur)

Sexo exige o consentimento dos
dois

Se uma pessoa está ali deitada
sem fazer nada

Porque não está pronta

Ou não está no clima

Ou simplesmente não quer

E mesmo assim a outra está
fazendo sexo

Com seu corpo isso não é amor

Isso é estupro

(Rupi Kaur)

Nem todo mundo vai
compreender

Isso tudo que você é

O que não significa

Que você deva se esconder ou
se calar

O mundo tem medo

De mulheres extraordinárias

(Ryane Leão)

Ain't Got No / I Got Life

Ain't got no home, ain't got no
shoes

Ain't got no money, ain't got no
class

Ain't got no skirts, ain't got no
sweaters

Ain't got no perfume, ain't got
no love

Ain't got no faith

Ain't got no culture

Ain't got no mother, ain't got
no father

Ain't got no brother, ain't got

no children

Ain't got no aunts, ain't got no
uncles

Ain't got no love, ain't got no
mind

Ain't got no country, ain't got
no schooling

Ain't got no friends, ain't got no
nothing

Ain't got no water, ain't got no
air

Ain't got no smokes, ain't got
no chicken

Ain't got no

Ain't got no water

Ain't got no love

Ain't got no air

Ain't got no God

Ain't got no wine

Ain't got no money

Ain't got no faith

Ain't got no God

Ain't got no love

Then what have I got

Why am I alive anyway?

Yeah, hell

What have I got

Nobody can take away

I got my hair, got my head

Got my brains, got my ears

Got my eyes, got my nose

Got my mouth

I got my

I got myself

I got my arms, got my hands

Got my fingers, got my legs

Got my feet, got my toes

Got my liver

Got my blood

I've got life

I've got lives

I've got headaches, and
toothaches

And bad times too like you

I got my hair, got my head

Got my brains, got my ears

Got my eyes, got my nose

Got my mouth

I got my smile

I got my tongue, got my chin

Got my neck, got my boobs

Got my heart, got my soul

Got my back

I got my sex

I got my arms, got my hands

Got my fingers, got my legs

Got my feet, got my toes

Got my liver

Got my blood

I've got life

I've got my freedom

Ohhh

I've got life!

(Nina Simone)

RESUMO

As modalidades de violência sexual utilizadas especificamente contra as mulheres, em contexto repressivo, constituíram parte de um método utilizado com diversas finalidades. Em contexto de ditaduras, como foi o caso das ditaduras de Segurança Nacional no Brasil e na Argentina, a discriminação contra a mulher, marca de uma sociedade machista, é extrapolada e atinge altos níveis de brutalidade e crueldade. Os agentes das ditaduras agiram com particular violência e total impunidade com a finalidade de destruí-las, enquadrá-las e “recolocá-las” no seu “devido lugar”. Dentre as modalidades de violência e coerção utilizadas pelo aparato repressor destacamos a violação sexual, que foi empenhada de forma sistemática, principalmente, contra as mulheres. Objetivamos avaliar a presença de violência sexual no universo do terror estatal, bem como analisar os motivos que levaram a repressão a identificar o corpo da mulher como um “botim de guerra” ou “campo de batalha”, reconhecer as modalidades de violência sexual utilizada, bem como suas marcas, traumas e sequelas. Por fim, objetivou-se, também, contribuir junto às pesquisas do campo das ciências humanas sobre a prática da violência sexual e de gênero contra as mulheres em diversos âmbitos.

Palavras-Chave: Violência sexual. Terrorismo de Estado. Ditaduras de Segurança Nacional. Brasil. Argentina. Mulheres.

ABSTRACT

The forms of sexual violence used specifically against women in a repressive context were part of a method used for various purposes. In the context of dictatorships, as in the case of national security dictatorships in Brazil and Argentina, discrimination against women, a mark of a macho society, is extrapolated and reaches high levels of brutality and cruelty. The agents of the dictatorships acted with particular violence and total impunity with the purpose of destroying them, framing them and putting them back in their “proper place”. Among the forms of violence and coercion used by the repressive system we highlight the sexual violence, which was systematically committed, mainly, against women. We aim to evaluate the presence of sexual violence in the context of state terror, as well as to analyze the motives that led to repression to identify the woman’s body as a “battle booty” or “battlefield”, to recognize the genres of sexual violence used as well as their marks, traumas and sequels, and gender violence against women in various spheres.

Keywords: Sexual Violence. State Terrorism. National Security Dictatorships. Brazil. Argentina. Women.

LISTA DE ABREVISTURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional de número 5
AH	Argentina Homem
Alpro	Aliança para o Progresso
ALN	Ação Libertadora Nacional
AM	Argentina Mulher
Arena	Aliança Renovadora Nacional
BM	Brasil Mulher
CADHU	<i>Comisión Argentina de Derechos Humanos</i>
CCD	Centros Clandestinos de Detenção
CEIEP/RS Grande do Sul	Comissão Especial de Indenização de Ex-presos Políticos do Rio
CEH	Comissão para Esclarecimento Histórico
CIA	<i>Central Intelligence Agency</i>
CID	Código Internacional de Doenças
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos
Ciex	Centro de Informações do Exército
Cisa	Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CLADEM <i>Derechos de la Mujer</i>	<i>Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los</i>
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CONADEP	<i>Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas</i>
CV	<i>Comisión de la Verdad</i> (Uruguai)
CVJ	Comissão da Verdade e Justiça
DINA	<i>Dirección de Inteligencia Nacional</i>
DOI-Codi Defesa Interna	Destacamento de Operações Internas - Centro de Operações de
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESMA	<i>Escuela de Mecánica de la Armada</i>
EUA	Estados Unidos da América

Fase	Fundação de Atendimento Sócio-Educativo
FMI	Fundo Monetário Internacional
Funai	Fundação Nacional do Índio
GT	Grupo de Trabalho
IC	<i>Isquierda Cristiana</i>
INSGENAR	<i>Instituto de Género, Derecho y Desarrollo</i>
IPM	Inquéritos Policiais Militares
LGBTT	lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais
Mapu	Movimento de Ação Popular Unificado
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionaria</i>
MR-8	Movimento Revolucionário Oito de Outubro
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
Oban	Operação Bandeirantes
ONG	Organização Não Governamental
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PR	Partido Radical
PS	Partido Socialista
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
Sesme	Instituto Central de Menores
SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
TDE	Terrorismo de Estado
UCR	<i>Unión Cívica Radical</i>
UP	Unidade Popular
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VALECH	<i>Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura</i>
VPR	Vanguarda Popular Revolucionária

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 DITADURAS, TERRORISMO DE ESTADO E VIOLÊNCIA SEXUAL	43
2.1 O CONE SUL E AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL.....	47
2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL: O CORPO DA MULHER COMO UM CAMPO DE BATALHA	52
2.2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL NAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL....	59
2.2.1.1 Violência sexual no Paraguai (1954–1989).....	65
2.2.1.2 Violência sexual no Uruguai (1973–1985).....	79
2.2.1.3 Violência sexual no Chile (1973–1990).....	90
3 DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E A VIOLÊNCIA SEXUAL: BRASIL E ARGENTINA.....	102
3.1 BRASIL E ARGENTINA: VIVÊNCIA DO TERRORISMO DE ESTADO	110
3.2 VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL E NA ARGENTINA: O QUE DIZEM AS FONTES?	131
3.2.1 AS MODALIDADES DE VIOLÊNCIA SEXUAL.....	138
4 O SILENCIAMENTO E A DOR NAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS: QUEM QUER SABER?	183
4.1 A TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E NA ARGENTINA.....	188
4.2 QUEM QUER SABER? A AUSÊNCIA DE ESPAÇOS DE ESCUTA E A PERPETUAÇÃO DO SILÊNCIO	196
4.3 SILÊNCIO OU ESQUECIMENTO? TRAUMAS DA TORTURA, DA VIOLÊNCIA SEXUAL E DO TERRORISMO DE ESTADO	216
CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
FONTES	238
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	242

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa propõe uma análise comparativa sobre as práticas de violência sexual¹ utilizada contra as mulheres pelas ditaduras de Segurança Nacional (SN)² brasileira (1964-1985) e argentina (1976-1983). Através desta pesquisa pretende-se (respeitando as dimensões de escolha e as especificidades de cada experiência nacional) elaborar um quadro de semelhanças, aproximações, diferenças e variantes que resultaram do controle da lógica de implementação dessa prática repressiva em ambos os países, a partir das perguntas básicas de “como?”, “por quê?”, “em que situações?”, e do cotejamento das modalidades concretas de violência sexual, metodologias de aplicação das mesmas e as justificativas arroladas.

Pretendemos realizar esta análise porque foi possível verificar que, desde os primórdios desses regimes de exceção, essa violência esteve presente nas suas mais variadas formas. Portanto, o foco desta pesquisa está voltado especificamente à violência sexual

¹ A Organização Mundial da Saúde baseou-se na definição do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde de Heise & Garcia-Moreno, 2002; Jewkes, Sen & Garcia-Moreno, 2002 para a definição. Segundo o relatório qualquer ato sexual, tentativas de obter ato sexual, comentários ou insinuações sexuais não desejadas, atos de tráfico ou dirigidos contra a sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independente de sua relação com a vítima, em qualquer contexto, porém não limitado à penetração da vulva ou ânus com o pênis, outra parte do corpo ou objeto – contudo, a definição de estupro pode variar em vários países. Ver em: Organização Mundial da Saúde, 2012. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher. Ação e produção de evidência. Disponível em: <http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf?ua=1>. Acesso em 10 jun. de 2017. Ao encontro da definição sobre violência sexual podemos citar também o trecho que a Corte Interamericana de Direitos Humanos define, segundo o Tribunal Penal Internacional para Ruanda: “La Corte, siguiendo la línea de la jurisprudencia internacional y tomando en cuenta lo dispuesto en la Convención para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra la Mujer, considera que la violencia sexual se configura con acciones de naturaleza sexual que se cometen en una persona sin su consentimiento, que además de comprender la invasión física del cuerpo humano, pueden incluir actos que no involucren penetración o incluso contacto físico alguno. Ver em: CARVALHO, Cláudia P. **Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina: judicialização e arquivos**. Florianópolis: Tribo da ilha, 2016, p. 56. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/miolo_crimes-sexuais_final.pdf/>. Acesso em maio de 2017. No manual de Ratificação e implementação do Estatuto de Roma que “conforme prevê o Artigo 7, a expressão crime contra a humanidade é empregada para designar atos de desumanidade múltiplos cometidos como parte de um ataque generalizado ou sistemático dirigido contra uma população civil, em tempo de paz ou de guerra”, neste sentido inclui-se na Comissão de atos desumanos: “estupro, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável”. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_tpi_roma.pdf>. Acesso em maio de 2017.

² Denominamos as experiências em questão de ditaduras de Segurança Nacional, pois, além de elementos comuns como um contexto de Guerra Fria, tensões sociais, problemas econômicos e radicalização dos movimentos sociais e partidos de esquerda, há uma base doutrinária, incorporada dos EUA e ampliada localmente, via ligações militares (Escola das Américas e missões de apoio) baseada na Doutrina de Segurança Nacional e no combate ao “inimigo interno”. Ver em: PADRÓS, Enrique S. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**. PPG-História/UFSC. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45. Jan. /jun. 2009; FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004 e FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação *brother sam* aos anos de chumbo governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

entendida, também, como uma das modalidades de violência e dominação produzida na lógica do terror estatal durante as ditaduras de SN utilizada, majoritariamente, contra as mulheres; através da mesma, os agentes repressores buscavam combater, enquadrar e destruir as consideradas “inimigas internas”. Estas mulheres foram percebidas como tal, pois, na lógica do regime de exceção era-lhes associada uma dupla transgressão: política, ao se opor ao sistema vigente, e social, já que, enquanto mulheres, abandonaram seu espaço privado (percebido socialmente como feminino) e adentravam o espaço público (percebido socialmente como de âmbito masculino).

Para tal investigação examinaremos as experiências das ditaduras brasileira (1964-1985) e argentina (1976-1983), procurando, a partir do método comparativo, estabelecer contrastes, diferenças e semelhanças bem como avaliar as motivações e objetivos dos perpetradores da violência sexual no marco do Terrorismo de Estado (TDE).

Durante as ditaduras de SN, que se instalaram no Cone Sul, todas as formas de violência foram utilizadas contra pessoas identificadas como opositoras ao sistema vigente. A prática da tortura³ foi aplicada de forma sistemática e em grande escala, pois era entendida, na lógica da repressão, como um método eficaz para extrair informações e confissões e para obter a destruição física, psicológica e moral dos presos e presas. A tortura, combinada com sequestros, execuções extrajudiciais e desaparecimentos de pessoas (e de seus cadáveres), configurou uma dinâmica complexa de violência, dentro da estrutura do TDE.

O conceito Terrorismo de Estado foi elaborado para pensar e descrever, numa perspectiva analítica, as experiências de violência estatal extremada ocorridas em diversas partes do mundo. Estas experiências não são poucas e muito menos concentradas em específica periodização; praticamente ao longo de todo o século XX se observam elementos característicos do que pode ser conceituado como um terror estatal presente em conjunturas de guerra, autoritarismos ou ditaduras. “A identificação das ditaduras de SN com práticas de TDE foi uma tendência que se consolidou nos anos 90 [...] partiu, em primeiro lugar, das organizações de direitos humanos [...]”⁴. A definição do jurista argentino Eduardo Luis Duhalde, um dos autores referenciais no aprofundamento do conceito, é a seguinte:

El Estado Terrorista aparece como consecuencia de la imposibilidad que encuentra

³ O Projeto Brasil: Nunca mais define a tortura como “a imposição deliberada, sistemática e desconsiderada de sofrimento físico ou mental por parte de uma ou mais pessoas [...] com o fim de forçar uma outra pessoa a dar informações, confessar, ou por outra razão qualquer”. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL>. Acesso em 10 de set. de 2015.

⁴ PADROS, Enrique S. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: **História & Luta de Classes**. 2007, p. 48.

el Estado Militar de llevar adelante sus fines mediante el solo control discrecional de la coerción y de la subordinación de la sociedade civil. La represión pública, por muy intensa que sea no alcanza para el logro de los objetivos propuestos. Faltan dos componentes esenciales que son lo que aportará el Estado Terrorista: el acionar clandestino global del Estado Militar y el crimen y el terror como método fundamental. Así, el Estado Terrorista es la culminación degenerativa del Estado Militar “eficiente”⁵.

Ao encontro desta perspectiva, Enrique Padrós acrescenta:

O Terrorismo de Estado [...] se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo⁶.

Nesta lógica de enquadramento, intimidação, coerção e terror a cidadania torna-se refém das ações perpetradas por essas ditaduras, sejam tais ações explícitas e públicas (como a censura imposta aos veículos de comunicação ou a proibição de greves, manifestações e reuniões partidárias) ou mediante ações clandestinas e encobertas (como o sequestro e desaparecimento de pessoas, a aplicação da tortura e as execuções). Desta forma, a população, ou parte dela, passa a sentir-se receosa, acuada, indefesa, pois diante da ação coercitiva da repressão sabe que não pode contar com a proteção das instituições legais do Estado, pois este abdicou do seu papel de mediador, conciliador ou protetor de sua população; ao contrário, ele é o próprio agente difusor da violência. Como uma das consequências da repressão institucionalizada - entende-se que as pessoas acabam tomando conhecimento dessa dinâmica, mas não a percebem, necessariamente, de forma explícita - instala-se, em parte da sociedade, o medo de ser alvo dela; conseqüentemente, o silêncio e a paralisia social resultante penetram importantes nichos sociais, políticos e culturais enfraquecendo a luta e a resistência contra os regimes de exceção.

Esta violência - aplicada tanto de forma direta como clandestina - gerou a “cultura do medo”⁷, que suscitou uma paralisia social e foi um dos mecanismos do TDE, possibilitando combater qualquer forma de oposição. Qualquer um poderia ser suspeito de insurgência, pois o “inimigo interno” era, para o Estado terrorista, “difuso, elástico e funcional”⁸, logo, quanto mais indefinido o inimigo, mais pessoas poderiam ser enquadradas como suspeitas de “subversão”. Esse mecanismo deixou determinados setores da sociedade ainda mais

⁵ DUHALDE, Eduardo L. **El Estado Terrorista argentino**. Buenos Aires: Colihue, 2013, p. 250.

⁶ PADRÓS, Enrique S. **Como El Uruguay no hay...Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1965-1985):** do Pachecato à ditadura civil-militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado em História) – PPG de História/UFRGS. Porto Alegre, 2005, p. 64.

⁷ PADRÓS, Enrique, S. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO; RUBERT. **Entre a Memória e o Esquecimento:** estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014, p. 21.

⁸ Ibid., p. 21.

vulneráveis e sem meios para se proteger. Também obrigou cada cidadão e cidadã a manter-se em alerta, a desconfiar constantemente, a manter-se em permanente vigilância, o que reforçou em muitos, um autoisolamento e o abandono de posturas solidárias. Padrós propõe uma explicação sobre o conceito de “inimigo interno”:

O conceito de “inimigo interno” é suficientemente flexível como para incluir, permanentemente, novos grupos-alvos. É uma espécie de “guarda-chuva” que pode mover-se em determinada direção projetando desconfiança e potencial repressão sobre atores que expressam novos focos de questionamento do status quo existente. Eles podem ser guerrilheiros, comunistas, políticos populistas, sindicalistas, estudantes etc. [...] Para as ditaduras de Segurança Nacional, a identificação de um “inimigo interno” circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade.⁹

A “cultura do medo”, além de inviabilizar os círculos concêntricos da resistência e de solidariedade produziu tipos sociais como delatores e colaboradores. Houve quem delatasse por medo; outros o fizeram por interesse político e/ou econômico. As omissões e ausências de solidariedade também foram perceptíveis. Muitos cidadãos temiam que os agentes repressivos invadissem sua casa no meio da noite ou que os abordassem em uma esquina qualquer. Não foram poucos os que negaram ajuda a quem estava sob investigação ou era perseguido, optando por virar o rosto, “olhar para o lado” e ignorar que o vizinho, colega de trabalho ou de aula fora preso. De certa forma, a opção pelo silêncio ante a violência estatal constitui, também, uma espécie de estratégia de sobrevivência; nesse sentido, qualquer passo tomado poderia ser interpretado como subversivo, forçando a “suspeição” e o comparecimento a uma delegacia de polícia ou a um estabelecimento militar para “prestar esclarecimentos”, o que implicava na possibilidade concreta de ser detido e sofrer um interrogatório, geralmente acompanhado de opressões (psicológicas e até físicas).

Como foi dito anteriormente, a tortura foi uma das práticas utilizadas de forma sistemática em praticamente todas as ditaduras de SN do Cone Sul (Paraguai, Brasil, Uruguai, Chile e Argentina) tornando-se a principal forma, entre as diversas modalidades de ação violenta. Entretanto, dentro deste conjunto de “ferramentas de terror” é importante registrar uma, de característica específica, utilizada, principalmente, contra as mulheres que é o nosso objeto de análise: a violência sexual. A pesquisadora Elizabeth Jelin pode nos ajudar a entender como tal violência foi usada de forma particular contra os sujeitos femininos nesse período:

Todos los informes existentes sobre la tortura indican que el cuerpo femenino siempre fue un objeto “especial” para los torturadores. El tratamiento de las mujeres

⁹ PADRÓS, op. cit., 2005, p. 185.

incluía siempre una alta dosis de violencia sexual. Los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos –, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual [...]. Hay que recordar también que muchas mujeres detenidas eran jóvenes y atractivas y, en consecuencia, más vulnerables al hostigamiento sexual¹⁰.

Durante as ditaduras de SN a maioria das presas políticas sofreu algum tipo de violência sexual. Muitos homens, presos políticos, também sofreram esse tipo de violência, que foi realizada, geralmente, com o objetivo de afetar a sua masculinidade ou torná-los impotentes (tanto para efeitos de procriação quanto para manter relações sexuais); contudo, poucos são os registros de conhecimento público. Nas denúncias de tortura, há relatos que fazem menção à tortura sexual, expondo certas variantes com a aplicação de choque elétrico no pênis e testículos; contudo, são raras as denúncias que descrevam estupros¹¹. O silêncio sobre este tipo de violência – ainda que significativo, é grande entre as mulheres - e muito maior entre os homens¹², mas para ambos é traumático, devido às implicações sociais bem como aos constrangimentos que possam causar aos sobreviventes deste tipo de violência.

A violência sexual está inserida na violência de gênero (que é algo muito maior) e engloba diversos tipos de agressões: morais, verbais, psicológicas e, principalmente, físicas. Nesse sentido, a maioria das ex-presas políticas sofreu algum tipo de violência sexual. Muitas não falaram a respeito disso por muito tempo. Todavia, o quadro de denúncias e o entendimento desta forma de violência como algo específico e não como uma forma de tortura contra as mulheres, ganhou mais importância no século XXI. Comparando ao que já se sabe sobre os outros temas - no que diz respeito à violação de direitos humanos, seja pelas denúncias ante a justiça (no caso argentino) ou no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil - o tema violência sexual ainda é secundário ou abordado de forma tangencial. Mesmo com os esforços dos trabalhos da CNV no Brasil, o número levantado nas investigações, comparado às demais violações de direitos humanos, continua sendo pequeno. O silêncio, a ignorância, a vergonha incorporada ou a omissão sobre este tipo de agressão ainda predomina. Mesmo assim, podemos identificar, em uma análise mais minuciosa, que

¹⁰ JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2002. p. 102-103.

¹¹ Um dos casos mais conhecido que se infere a possibilidade deste tipo de violência é caso do jornalista Mário Alves que foi assassinado nas dependências do DOI-Codi, no bairro da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro em 1970. “Os torturadores ameaçavam introduzir no ânus de Maria Dalva um cassete com arame farpado, “perfurando o intestino e causando hemorragia interna”, nas palavras dos algozes, lembradas por ela nesta manhã. Mário Alves morreu em decorrência de hemorragia interna após passar por sessão de tortura que durou toda a madrugada do dia 17 de janeiro”. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/307-ex-presos-do-doi-codi-confirmam-prisao-e-tortura-de-mario-alves.html>>. Acesso em: 7 maio de 2017.

¹² Os relatos conhecidos sobre os homens – por exemplo, através dos “Informes Nunca Mais” – descrevem, geralmente, a tortura em seus órgãos genitais pelo choque elétrico. Sobre possíveis estupros o silêncio é predominante.

essas agressões atingiram muitas mulheres (e homens também), como atestam os testemunhos coletados pelo grupo de trabalho “Ditadura e Gênero”, da CNV¹³.

O conceito violência sexual é bem amplo (atualmente); na sua abrangência podemos incluir abusos, agressões, coerção psicológica e violações. Ainda assim, tais ações quando executadas por agentes do Estado constituem, também, uma forma de tortura singular direcionada às mulheres. Neste sentido, segundo o relatório da CNV - mas também nos relatos coletados no Informe *Nunca Más* da Argentina - podemos inferir que a violência sexual foi uma “prática disseminada do período, com registros que coincidem com as primeiras prisões, logo após o golpe de Estado”¹⁴, ou seja, esteve presente na dinâmica da prematura Operação Limpeza, um dos primeiros mecanismos de coerção em larga escala institucionalizado para combater e destruir o inimigo interno no Brasil, associado à retórica do anticomunismo. Da mesma forma, antes mesmo do golpe de Estado na Argentina, em 1976, existem denúncias de prisões ilegais com elementos característicos do TDE e, inclusive, há registros sobre violência sexual, que antecedem a 1976, como no contexto do Cordobazo¹⁵ (1969), ou dos ataques sistemáticos dos grupos paramilitares de 1973 e 1974.

A partir de fines de 1973 hasta el día anterior al golpe de Estado de marzo de 1976, el terror paraestatal, bajo las siglas “AAA”, “Comando Libertadores de América”, otros nombres circunstanciales o en forma inominada, realizo en todo el país más de trescientos asesinatos y secuestros de personalidades políticas, culturales, abogados de presos políticos, periodistas, dirigentes juveniles, reconocidos sindicalistas y activistas obreros y militantes de organizaciones revolucionárias¹⁶.

As ameaças verbais de estupro, aborto ou de torturar os filhos, junto com xingamentos, humilhações, nudez forçada¹⁷, assédio, choque elétrico na vagina, no ânus e nos seios, as “diversas formas de bolinar¹⁸”, estupro e escravidão sexual (entre outras formas perversas de violência)¹⁹ foram tipos de agressão que se inserem na categoria violência sexual e que, por sua vez, pertencem à violência de gênero. Porém, ressalta-se que as modalidades de agressão sexual são diversas e podem ser interpretadas e reinterpretadas com o passar do tempo e por quem foi marcado por este tipo de experiência. As fontes analisadas expuseram este fator ao

¹³ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v.1. Brasília: CNV. 2014, p. 418.

¹⁴ *Ibid.*, p. 418.

¹⁵ DUHALDE, op. cit., p. 263.

¹⁶ *Ibid.*, p. 266.

¹⁷ Salvo poucas exceções, as mulheres ficavam nuas nas salas de torturas e, em certos casos, o tempo todo da detenção.

¹⁸ Significado de bolinar: passar a mão com malícia, apalpar maliciosamente, apalpar, etc. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/bolina/>>. Acesso em: jun. de 2018.

¹⁹ Entendemos por abuso sexual, os atos sexuais que não são iguais ao estupro. Podemos citar como exemplo: o ato de passar a mão no corpo da vítima (sem introdução na vagina); beijo forçado na vítima etc.

longo da pesquisa. Há casos em que as denunciante delataram mais de uma modalidade que em certos momentos do relato se confundem, e em outros se diferenciam.

Criar uma tipologia para as modalidades de violência sexual não foi tarefa fácil, pois foi necessário fazer um esforço de entendimento de que nem sempre as formas relatadas se adequam ao nosso tempo. Por exemplo, podemos entender, atualmente, que crime de estupro ou violação sexual é uma forma de “constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”²⁰, conforme o Código Penal que assim o define. Então, conclui-se que o estupro pode ser considerado, desde a penetração vaginal/anal, por pênis, dedos ou objeto, como também o ato de ejacular no corpo de uma pessoa sem o consentimento (causando constrangimento), entre outros. Logo, praticamente tudo pode ser considerado crime de estupro. No entanto, para algumas mulheres foi importante diferenciar os atos de violência, pois quando denunciavam o que lhes havia ocorrido não havia esta compreensão que engloba vários atos libidinosos/ou por valores morais, crenças particulares, medo de serem julgadas pelo próprio entorno, muitas optaram em “maquiar” as formas de violência para, desta forma, não serem marcadas como vítimas de um estupro, mas, sim, de assédio e humilhações de cunho sexual. Estas palavras foram recorrentes nas denúncias e devido a isto, respeitamos as diferentes formas de enunciação ao criar a tipologia. Outra diferenciação necessária é a distinção entre tortura e abuso sexual com base nas reflexões da historiadora Mariana Joffily. A tortura sexual foi utilizada em ambos os sexos (embora provavelmente em proporções distintas) e o abuso sexual (entendendo-o como assédios, apalpões, beijos, entre outros) foi mais aplicado nas mulheres.

Utilizo aqui a expressão “abuso” para nomear uma prática que, para além da violência sexual, tem uma conotação de prazer do agente repressivo no contato com a vítima. A violência sexual, com um conteúdo mais abrangente, refere-se a toda e qualquer violência dirigida aos órgãos sexuais, o que era muito comumente praticado, tanto com homens quanto com mulheres, dada a extrema sensibilidade dessa parte do corpo. O abuso adquire uma conotação mais específica quando relacionado ao contexto cultural das representações de como podem ou devem ser as relações entre homens e mulheres, dentre as quais não se exclui o prazer masculino numa relação sexual imposta à mulher. Contribui para isso o fato de a extensa maioria dos agentes repressivos ser do sexo masculino. Esta indiferenciação entre abuso e violência sexual está certamente na raiz da proximidade percentual entre as vítimas de sexo feminino e masculino relativamente a esta modalidade de tortura²¹.

A relevância desta pesquisa se justifica pelo fato de que, embora a violência sexual

²⁰ BRASIL, Código penal. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12015.htm>. Acesso em 12 abr. de 2018.

²¹ JOFFILY, Mariana. Memória, gênero e repressão política no Cone Sul. In: **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111 – 135, jan. / jun. 2010, p. 124.

contra as mulheres seja uma realidade que transcende gerações e sociedades com permanência até os dias atuais, ainda são poucas as pesquisas relacionadas às ditaduras de SN que possuem foco de análise em comparação a outras modalidades repressivas²². Ao longo da história da humanidade, em momentos de guerra, conflitos civis, ou contextos repressivos, mulheres e meninas (os) têm sido as principais vítimas. Há em muitos destes contextos – seja no passado ou no presente - ataques massivos contra as mulheres. Em todo o mundo, nas mais diversas culturas, há relatos e depoimentos de vítimas que sofreram estes crimes, tanto que, no âmbito dos direitos humanos, a partir dos casos emblemáticos de Ruanda e da ex-Iugoslávia, passaram a receber um tratamento jurídico de caráter universal com a criação de Tribunais Penais Internacionais que incluíram, entre os crimes existentes, o estupro como crime de genocídio²³.

As pesquisas voltadas para esta temática, em certos países europeus e nos Estados Unidos avançaram, com estudos sobre crimes sexuais ocorridos na Europa, Ásia e África. Entretanto, na América Latina, a produção ainda é relativamente pequena dada às comparações. Porém, a partir do início da década de 2010, a temática adquiriu maior relevância no subcontinente. Efetivamente, as pesquisas que priorizam a violência sexual, tal como estamos apresentando, nas ditaduras de SN, começaram a ganhar espaço na Argentina. A publicação de importante investigação *Grietas en el silencio: una investigación sobre la violencia sexual en el marco de terrorismo de Estado*²⁴, no ano de 2011, resultou de uma profunda pesquisa executada por duas organizações não governamentais em defesa dos direitos das mulheres: o *Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujeres (CLADEM)*²⁵ e o *Instituto de Género, Derechos y Desarrollo (INSGENAR)*²⁶. Esta obra coletiva é uma das primeiras produções na Argentina sobre a perspectiva da violência sexual no marco do TDE. Em 2014 foi publicada uma densa obra realizada por duas sobreviventes da ditadura argentina, Miriam Lewim e Olga Wornat²⁷, com

²² É preciso ressaltar que há um grande esforço das militantes dos movimentos feministas em denunciar tais práticas, sejam cometidas em contextos sociais e/ou políticos conturbados, em períodos relativamente pacíficos e no âmbito público ou privado. É preciso reconhecer que as mudanças no direito internacional e os avanços sobre os direitos das mulheres são expressões de luta. Muitas mulheres morreram lutando para que se possa falar e reivindicar sobre isso. Esta própria pesquisa só pode ser feita por uma mulher porque tantas outras, anteriormente, lutaram para que isso pudesse ocorrer.

²³ CARVALHO, op. cit., 2016.

²⁴ AUCÍA, A. et al. **Grietas en el silencio: Una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado**. Rosário: CLADEM, 2011.

²⁵ O endereço eletrônico do CLADEM está disponível em: <<http://www.cladem.org/>>.

²⁶ O endereço eletrônico do INSGENAR está disponível em: <<https://insgenar.wordpress.com/>>.

²⁷ Miriam Lewim é ex-presca política. Ficou detida no centro clandestino Escuela de La Mecanica de la Armada e é uma das principais militantes, na atualidade, sobre as denúncias de violência sexual durante a última ditadura Argentina. Olga Wornat, nesse mesmo período teve que se exilar para fugir da perseguição política.

o título de *Putas y Guerrilleras: crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención. La perversión de los represores y la controversia en la militancia. Las historias silenciadas. El debate pendiente*²⁸, um trabalho que reúne uma série de histórias de mulheres que passaram pelos centros clandestinos de detenção na Argentina e foram vítimas de violência sexual ou testemunharam este padecimento em outras mulheres.

No Brasil, o binômio ditadura e gênero tem recebido crescente atenção do meio acadêmico, mas a produção ainda é incipiente quando comparada com o que já se investigou e produziu sobre a ditadura de SN. A maioria das pesquisas sobre mulheres nesse contexto objetivou: a militância feminina, seu protagonismo nas organizações de esquerda, a resistência frente à repressão, sua atuação na Campanha pela Anistia, entre outros temas (também relevantes), onde por vezes, o mote da violência sexual – associado à tortura – aparece. Uma das primeiras pesquisas de importante relevância para os temas gênero, mulheres e repressão foi a dissertação de mestrado da historiadora Ana Maria Colling, de 1994, intitulada ‘*Choram Marias e Clarices*’: *Uma questão de gênero do Regime Militar Brasileiro*²⁹, que em 1997 virou livro intitulado *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*³⁰. Há também neste quadro de trabalhos significantes, produções memorialísticas de ex-presas políticas³¹. Entretanto, a violência sexual tem sido abordada de forma tangencial e não como foco central. Dos trabalhos que mais se assemelham à temática proposta aqui, citamos a tese da socióloga Olívia Rangel Joffily, de 2005, *Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985)*³²; deste trabalho originou-se o artigo *O Corpo como Campo de batalha*³³. Destaca-se também o artigo da historiadora Mariana Joffily *Memória, Gênero e Repressão política No Cone Sul (1984-1991)*³⁴. Ambos os trabalhos analisam, numa perspectiva de gênero, as questões relacionadas à repressão e tortura

²⁸ LEWIN. Miriam, WORNAT, Olga: **Putas y Guerrilleras: Crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención. La perversión de los represores y la controversia en la militancia. Las historias silenciadas. El debate pendiente.** Buenos Aires: Planeta, 2014.

²⁹ A historiadora Ana Maria Colling é uma das pesquisadoras mais importantes, quando se trata da temática gênero e resistência. Ver em: COLLING, Ana Maria. **Choram Marias e Clarices: uma questão de gênero no Regime Militar brasileiro.** Dissertação (mestrado em História), PPG-História/UFRGS. Porto Alegre, 1994.

³⁰ COLLING, Ana Maria. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

³¹ Como exemplo, destacamos Cecília Coimbra, que foi militante do PCB e acabou presa pelo DOI-Codi/RJ, em 1970, sendo torturada diversas vezes. No seu artigo “Gênero, Militância, Tortura” abordou sua participação no período e a experiência de presa política. Disponível em: <<http://www.redsaluddhh.org/Articulos/genero.PDF>>. Acesso em 22 de junho 2015.

³² JOFFILY, Olívia R. **Esperança Equilibrista: resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985).** Tese (doutorado em Sociologia), PPG-Sociologia/Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

³³ JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: WOLFF; PEDRO. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

³⁴ JOFFILY, op. cit., 2014.

no corpo da mulher, o que inclui a violência sexual; em ambos os casos utiliza-se a categoria gênero como fio condutor de análise.

Por isso, como apontamos antes, a escolha deste objeto de pesquisa se justifica pela produção ainda parca, no caso brasileiro, e porque se faz necessário colocar à luz das pesquisas sobre violação de direitos humanos esta temática de forma central, resgatando-a da marginalização e do silenciamento. Os julgamentos de crimes de lesa humanidade na Argentina e os trabalhos desenvolvidos pela CNV e sua rede de apoio no Brasil foram vitais para mudar essa situação. Os depoimentos públicos tanto em um como no outro caso colocaram a violência sexual perpetrada no marco das ditaduras como algo muito mais relevante do que se conhecia até pouco tempo atrás. Em função disso, pretendemos aprofundar o estudo dessa prática repressiva, partindo da premissa de que ela foi utilizada como uma das estratégias de destruição e subjugação aplicada contra as mulheres (e seus companheiros)³⁵, como uma forma de violência estatal que se cruza, também, com questões subjetivas, dentre elas as sociais e morais.

Para teorização desta pesquisa utilizaremos o conceito Terrorismo de Estado, do qual já fizemos uma breve apresentação e que é de extrema relevância para explicar o ciclo “sequestro-tortura-execução-desaparecimento” produzido pelas ditaduras de SN. Um dos principais trabalhos no uso deste conceito é o do historiador Eduardo Luís Duhalde, *El Estado Terrorista Argentino*³⁶. Seu trabalho é basilar para compreender a implementação de uma violência total a partir do Estado. Para o caso brasileiro, o primeiro autor que pensou no uso do terror do Estado foi Eder Sader³⁷. Enrique Padrós³⁸ e Caroline Bauer³⁹, entre outros⁴⁰, também têm contribuído na disseminação do conceito aplicado à ditadura brasileira. O essencial neste conceito é reconhecer que, quando o Estado é o agente terrorista, o impacto dessa ação coercitiva aumenta exponencialmente, o que gera dois tipos de situações paradigmáticas. A primeira diz respeito a uma questão bem concreta, considerando que o mesmo Estado que deveria proteger os cidadãos é o promotor de tamanha violência, ou seja,

³⁵ Existem relatos de mulheres que foram violentadas na frente de seus companheiros, o que remete a uma questão que perpassa vários contextos repressivos, quando se ataca as mulheres para destruir os homens, fazendo de seus corpos um butim de guerra.

³⁶ DUHALDE, op. cit., 2013.

³⁷ SADER, Eder. A consolidação da ditadura militar. In: SADER, Eder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982.

³⁸ PADRÓS, op. cit., 2014.

³⁹ BAUER, Caroline S. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civis-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese (Doutorado em História). PPG em História/UFRGS. Porto Alegre, 2011.

⁴⁰ ALVES, Maria Helena M. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

quem protege os cidadãos diante dessa violência estatal? A segunda situação refere-se ao fato de que o Estado justifica sua ação por causa do perigo constituído pelos “inimigos internos”. Como é ele mesmo que define quem é ou não esse inimigo, ao apresentá-lo propositalmente de forma difusa, indefinida e imprecisa, acaba produzindo o pânico na sociedade ante a constatação de que, na prática, qualquer um pode ser ou vir a ser inimigo interno e vítima em potencial do disciplinamento estatal.

O conceito de Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborado pelos Estados Unidos e reinterpretado pelas ditaduras do Cone Sul, também é fundamental, pois vincula a Guerra Fria à contrainsurgência e à presença desse “inimigo interno” que precisa ser destruído através de todos os recursos de que dispõe o Estado. O conjunto de mulheres, vítimas de violência sexual, foi alvo dessa doutrina, pois enquanto militantes foram percebidas como “subversivas” e/ou “terroristas”. É paradigmática, nessa perspectiva, a obra do padre Joseph Comblin, *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*⁴¹. Segundo ele, para a DSN há perigo em todo questionamento do *status quo*. Pessoas portadoras de ideologias “exóticas” (comunistas ou revolucionárias) são imediatamente visualizadas como perigosas ameaças para a “coesão nacional” e a reprodução do capital.

Ao encontro disso o historiador Jorge Fernández afirma:

A DSN [...] correspondeu às exigências de pelo menos dois objetivos fundamentais defendidos pelos setores dominantes [...] em conluio com os interesses gerais dos EUA: [...] a liquidação dos projetos de mudança social existentes antes dos golpes de Estado; [...] disciplinamento da força de trabalho em particular, e da sociedade em geral, como fator de atração do capital internacional [...]⁴².

Ou seja, pessoas portadoras de “ideologias estranhas” à da Nação foram identificadas como “inimigos perigosos dos interesses da unidade nacional”⁴³. A falta de maior precisão de quem seria o inimigo interno fez com que houvesse uma ameaça constante sobre todos aqueles que fossem portadores de valores socialistas, “nacionalistas, reformistas e/ou revolucionários”. Todos eram passíveis de virarem alvo de ações de enquadramento, combate e até a eliminação, caso fossem portadores de ideias ou comportamentos “exóticos”.

Para a compreensão da temática da violência sexual no marco do TDE há uma gama de autores e de obras de extrema relevância para esta pesquisa. Um deles é Andrew

⁴¹ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

⁴² FERNÁNDEZ, Jorge C. Argentina 1976-1983: Extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique S. (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2006, p. 53.

⁴³ *Ibid.*, p. 53.

Solomon⁴⁴, que analisou o estupro, a escravidão sexual e a prostituição forçada em contextos de guerra e repressão em diversas partes do mundo. Segundo ele, os valores simbólicos atribuídos à prática do uso do corpo das mulheres como “arma de guerra” contra inimigos e como “campo de batalha” em disputa são elementos explicativos essenciais para a compreensão do trauma⁴⁵ residual. Por outro lado, a pesquisa de Inger Agges e Sören Buus Jensen, redimensiona o campo do que é entendido como violência sexual ao considerar que se trata de “qualquer de suas formas com fins de agressão e de dano físico e psicológico” promovida pelo Estado repressivo⁴⁶. Ao encontro destas variantes coloca-se a perspectiva da cientista política Carole Pateman⁴⁷ que em seus estudos sobre as origens do Contrato Social identifica, de forma subsumida, a existência de um contrato sexual que tem o intuito de estabelecer uma dominação dos homens sobre as mulheres para a formação de um Estado Moderno (democrático) e que normatiza o uso do corpo feminino pelo masculino. Pateman defende o uso do conceito de “Patriarcado Moderno” nas pesquisas, para que possamos compreender as relações de gênero no tempo presente. Ao encontro de Pateman, contribuindo nesta perspectiva e interseccionando com raça e classe faremos uso das contribuições teóricas da pesquisadora brasileira Heleieth Saffioti⁴⁸, inclusive reforçando a utilização do conceito Patriarcado Moderno para poder explicar a relação de dominação e poder do gênero masculino sob o feminino⁴⁹ e as reflexões da intelectual e ativista dos direitos das mulheres negras Angela Davis com a sua clássica obra *Mulheres, Raça e Classe*⁵⁰.

Para compreender a categoria gênero utilizaremos como referência os escritos de Joan Scott, que define o gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre sexos”, bem como “uma forma primária de dar significados às

⁴⁴ SOLOMON, Andrew. **Longe da árvore: Pais, filhos e a busca da identidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

⁴⁵ Sigmund Freud propõe que “podemos entender por trauma quando ocorre uma invasão de estímulos, que atravessam o escudo protetor do sujeito”. E a “situação traumática está relacionada à situação de desamparo por parte do ego frente ao excesso de excitação, quer de origem externa ou interna. Sendo assim, o trauma depende também do estado de despreparo do psiquismo”. Ver: HERBSTRITH, C; FEIJÓ, D; CHIES, T. O mais além do trauma? In: Sigmund Freud Associação psicanalítica. **Clínicas do testemunho: reparação e construção de memórias**. Porto Alegre: Criação humana, 2014, p. 135.

⁴⁶ AGGER, Inger; JENSEN, Buss. A potência humilhada: tortura sexual de presos políticos de sexo masculino. Estratégias de destruição da potência do homem. In: RIQUELME, U, Horácio. **Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina**. São Paulo: Educ., 1996, pp. 45-46.

⁴⁷ PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

⁴⁸ SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

⁴⁹ É importante frisar que não há um consenso no uso do conceito patriarcado ou patriarcalismo entre as correntes teóricas feministas. Muitas pesquisadoras e pesquisadores não usam o conceito, pois este remete-se ao conceito weberiano. Entretanto para esta pesquisa acreditamos pertinente o uso do conceito Patriarcado Moderno (defendido por Carole Pateman e Heleieth Saffioti) no que tange à violência sexual, pois ajuda a corroborar os argumentos.

⁵⁰ DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

relações de poder”⁵¹, o que torna o gênero uma categoria de extrema relevância para a análise histórica, pois a partir dela analisam-se as relações intragêneros, da mesma forma que as relações de poder existentes, o que acaba hierarquizando e potencializando comportamentos. Entendemos que o conceito gênero deve ser utilizado para explicar como a sociedade se organizou social e economicamente e como estas definições e separações possibilitam a perpetração e naturalização da violência (principalmente sexual) exercida contra o corpo dos sujeitos femininos ou como se impõe pelo caminho da violência a sujeição de um em relação ao outro. Ao gênero feminino, na lógica das sociedades machistas, determinou-se que seu espaço de “domínio” é o lar, o privado e espera-se a submissão ao masculino. Quanto ao gênero masculino, seu poder é associado ao falo e suas posses econômicas. A ele destina-se o espaço público, a representação simbólica da valentia, da guerra e da força. Seu comportamento é associado à virilidade, dominação e detenção do poder. Portanto, a categoria gênero serve como um determinante nos olhos desta pesquisa, pois todas as pesquisadoras, Paterman e Davis, também as utilizam em suas colocações.

Nos cenários das ditaduras do Brasil e da Argentina, isso transparece concretamente nas práticas repressivas e no entendimento do que define ser o comportamento dos seus agentes. De forma precisa o relatório da CNV brasileira aponta que:

[...] a estruturação baseada na hierarquia de gênero e sexualidade transparece na violência estatal do período [...]. Por exemplo, o caráter tradicional sexista e homofóbico da formação policial e militar, que constrói o feminino como algo inferior e associa violência à masculinidade viril⁵².

Cabe considerar aqui que se em um cenário democrático, o masculino vê o feminino como inferior e vê a si mesmo como expressão de força, agressividade e superioridade em relação àquele, é presumível que, os “operários da violência”⁵³, em um contexto ditatorial, elevem seus níveis de agressividade, machismo e violência, sobretudo se tiverem, ainda, garantia de impunidade. De fato, quando esses agentes “interrogavam” as mulheres, a violência sexual configurava uma dupla punição: pela ousadia delas de assumir uma postura de oposição ao sistema vigente; pela coragem de sair do espaço privado tradicional e pretender adentrar o espaço público/político (entendido como masculino). Em síntese, essas mulheres eram (e assim foram percebidas pelas ditaduras) duplamente transgressoras. É o que corroboram estudos como os de Ana Maria Colling em relação ao caso brasileiro e Graciela

⁵¹ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995, p. 86.

⁵² BRASIL. op. cit., 2014, p. 404.

⁵³ Termo associado aos torturadores e demais agentes repressivos. Ver: HUGGINS, M.; FATOUROS, M.; ZIMBARDO, P. **Operários da Violência: Policiais torturadores e assassinos reconstruem as atrocidades brasileiras**. Brasília: Editora UNB, 2006.

Sapriza⁵⁴ para o cenário uruguaio, (o que permite traçar paralelos com os casos estudados nesta pesquisa).

A perspectiva de História Comparada é funcional para realizar o contraste entre as ditaduras do Brasil e da Argentina no que diz respeito à aplicação da violência sexual no repertório de práticas repressivas contra aqueles identificados como subversivos e inimigos internos. Para Maria Lígia Prado a história comparada pode ser, tomando alguns cuidados, muito enriquecedora. Segundo ela:

Sigo convencida que éste es un enfoque enriquecedor y fructífero. No condeno las comparaciones. [...] Creo que, como decía Marc Bloch, con el rigor y los procedimientos metodológicos propios del oficio de historiador, buscar la “unidad del problema” en dos o más sociedades latino-americanas, rompiendo las barreras nacionales, puede ser una efectiva contribución a la comprensión de temas históricos centrales para dichas sociedades⁵⁵.

Colocar o foco comparativo em estudo envolvendo dois cenários nacionais específicos, mas com um conjunto de aspectos doutrinários, problemas econômicos, tensões internas, pressões externas e participação de protagonistas (setores golpistas, Forças Armadas, organizações de esquerda, setores operários e estudantis radicalizados e poderosos núcleos empresariais nacionais e transnacionais) paralelos ou aproximados, pode evidenciar resultados muito profícuos. Assim, um cruzamento comparativo permite precisar, no objeto nodal (a aplicação da violência sexual como prática repressiva), semelhanças e diferenças, elementos comuns, ritmos, tendências, frases de complexidade e abrangência bem como motivações e justificativas. Ainda é plausível inferir que se encontram traços de intercâmbio de experiências (dentro da lógica da conexão repressiva) e de uma formação doutrinária e operativa comum (por exemplo, pensando na influência da Escola das Américas ou da Doutrina Francesa). A análise comparada do objeto em questão possibilita uma melhor compreensão da dimensão repressiva em cada uma das ditaduras, mas também das suas interfases, interconexões, intercâmbios. Em realidade, ela dará maior precisão do que é específico de cada ditadura e do que é parte de uma história comum que envolve organicamente o Cone Sul da Segurança Nacional. Por isso, como bem aponta Caroline

⁵⁴ SAPRIZA, Graciela. La dimension de género de la represión, In: RICO, Álvaro. **Investigación Histórica sobre la Dictadura y el Terrorismo de Estado en el Uruguay**. (1973-1985). Montevideo: Universidad de la República, 2008. Também: SAPRIZA, Graciela. Memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). Violencia/carcel/exilio. In: **Rivista telemática di studi sulla memoria femminile**, n.11, 2009.

⁵⁵ Sobre história comparada dialogaremos com PRADO, Maria Lígia. América Latina: História comparada, histórias conectadas, história transnacional. In: **Anuario nº 24**. Rosário: Escuela de Historia. Revista Digital nº 3. 2011-2012, p. 21; BARROS, José D. História comparada: um novo modelo de ver e fazer a história In: **Revista de História Comparada**. v. 1 n. 1 Rio de Janeiro: PPG-História/UFRJ, 2007; FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47. p. 43-59, jan. /jun. 2012.

Bauer:

[...] o comparatismo aplicado à articulação entre os âmbitos nacionais e regionais do Cone Sul durante a vigência das ditaduras de segurança nacional permite a percepção de influências mútuas, e a busca de explicações para determinados fenômenos para além de causas conjunturais e internas. Da mesma forma, é possível, através do método comparativo, identificar as falsas causas locais e diferenciá-las das gerais, encontrando vínculos antigos e perduráveis entre essas sociedades.⁵⁶

Portanto, o método comparativo permite explicar certos fenômenos para além das dinâmicas locais. Ao perscrutar as ditaduras de SN vizinhas e seus contextos repressivos pode-se abstrair que o fenômeno da violência sexual foi algo muito maior, mais expressivo e global. Nesta pesquisa não pretendemos desenvolver uma história comparada dos fatos que antecederam às ditaduras de SN brasileira e argentina, mas é preciso, mesmo que de forma breve, apresentar um panorama daquele período e identificar os pontos-chaves que se desenrolaram no esteio da conjuntura internacional para explicar a implantação do TDE em ambos os países. Deve-se perceber que as ditaduras de SN no Cone Sul têm aspectos comuns da sua origem e desenvolvimento, mesmo com temporalidades e fatores internos diferentes. Indo ao encontro disso, seguimos os apontamentos de Marc Bloch das possibilidades de escrever uma História Comparada quando há uma proximidade regional e temporal.

Estudar paralelamente sociedades vizinhas e contemporâneas, constantemente influenciadas umas pelas outras, sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, à ação das mesmas grandes causas, e remontando ao menos parcialmente, a uma origem comum⁵⁷.

Entretanto, vale reafirmar que há raízes do TDE argentino anteriores ao ano de 1976, o que se diferencia do Brasil, já que seu TDE se desenvolve e cresce a partir da ditadura, tendo o seu ápice após o AI-5. Por outro lado, procuraremos compreender como a repressão de ambos os países apropriou-se de uma prática antiga - a violência sexual contra as mulheres - para atingir suas “inimigas internas”.

Na medida em que parte das fontes tem forma de depoimentos ou entrevistas publicadas ou apresentadas em comissões ou em processos de julgamentos, a questão da memória adquire importante relevância. Elizabeth Jelin livro *Los trabajos de la memoria*⁵⁸ oferece ferramentas para pensar a problemática sobre o uso da memória como fonte histórica. Ela parte de três premissas centrais:

Primero, entender las memorias como procesos subjetivos, anclados en experiencias y en marcas simbólicas y materiales. Segundo, reconocer a las memorias como objeto de disputas, conflictos y luchas, lo cual apunta a prestar atención al rol activo

⁵⁶ BAUER, op. cit., 2011, pp. 32-33.

⁵⁷ BLOCH, Marc. Apud BARROS, José D'Assunção. In: **História Comparada**, Petrópolis: Vozes, 2014. p. 50.

⁵⁸ JELIN, op. cit., 2002, p. 2.

y productor de sentido de los participantes en esas luchas, enmarcados en relaciones de poder. Tercero, “historizar” las memorias, o sea, reconocer que existen cambios históricos en el sentido del pasado, así como en el lugar asignado a las memorias en diferentes sociedades, climas culturales, espacios de luchas políticas e ideológicas⁵⁹.

É preciso levar em consideração tais pontos, porque entendemos a memória como algo maleável, que pode sofrer alterações com o passar dos anos em certos aspectos. A memória é um campo fértil onde se constrói a identidade para a disputa de poder político e ideológico, mas não podemos negar que também carrega em si as experiências individuais, bem como as coletivas. Tais memórias podem ser essenciais na construção das pesquisas históricas. Por isso é preciso considerar determinados cuidados apontados por Jelin:

La discusión sobre la memoria raras veces puede ser hecha desde afuera, sin comprometer a quien lo hace, sin incorporar la subjetividad del/a investigador/a, su propia experiencia, sus creencias y emociones. Incorpora también sus compromisos políticos y cívicos⁶⁰.

O historiador ao utilizar a memória como ferramenta de investigação deve estar atento as suas emoções (pois é impossível obter neutralidade) para evitar cair na armadilha da simpatia pelo depoente e que isso impacte em sua capacidade de análise. Por outro lado, deve-se considerar, que, acompanhando Michael Pollak, na maioria das memórias existem marcos ou pontos invariáveis, imutáveis”, pois houve “elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças”⁶¹. Esses elementos irredutíveis aos que refere Pollak relacionam-se com as experiências traumáticas, como no caso da tortura e violência sexual; tais experiências ficam registradas na memória das vítimas por serem acontecimentos significativos, ou seja, enquanto situações limites, se consolidam e persistem na consciência das vítimas. Essa memória pode até não ser dita, estar silenciada ou “ignorada”. Talvez, seu silêncio esteja relacionado com outras questões. Independentemente disso, quando uma depoente precisa falar sobre a violência sexual que sofreu, realizar esse relato é muito difícil e, não raramente, acaba desistindo dele, ocultando ou relativizando o que passou por vergonha, humilhação diante da exposição pública ou privada, ou ante o temor de uma cruel indiferença ou do terrível *barulho* do silêncio social o que acaba desencorajando a vítima. Se a sociedade trata a violência sexual como algo de responsabilidade da vítima, o silêncio e o medo de sentir-se responsável podem se perpetuar indefinidamente e funcionar como outra forma de tortura cada vez que a vítima

⁵⁹ Ibid. p. 2.

⁶⁰ JELIN, op. cit., 2002, p. 3.

⁶¹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p. 202.

lembra disso. Contudo, vale ressaltar que esta pesquisa não terá como foco central a memória dessa violência, porém é inevitável a sua utilização, pois muitas fontes se constituem em depoimentos e entrevistas, portanto, registros atravessados por memórias. Seguindo as observações de Pollak sobre as memórias imutáveis, quando se trata de experiências traumatizantes, a memória que relata a violência é relevante e não cabe ao historiador julgar ou colocar em dúvida o quanto uma vítima é precisa ao informar ou lembrar que sofreu uma violência sexual ou tortura.

Como se pretende analisar a violência sexual em dois contextos repressivos, levaremos em consideração trabalhos fundamentais para tal abordagem. Como já foi dito, no Brasil a preocupação com o foco na violência sexual ainda é restrita. Consideraremos as pesquisas já mencionadas de Olívia Rangel Joffily e Mariana Joffily⁶².

No caso da Argentina, além do citado *Grietas en el silencio* (a partir de entrevistas de mulheres e homens que sofreram ou presenciaram violência sexual em diversos países da América no marco do TDE) destacamos também o já referido livro *Putas y Guerrilleras* organizado por Mirian Lewin e Olga Wornat, publicado em 2014. Esta obra, através de relatos e depoimentos oferecidos à justiça, aponta a experiência de mulheres que sobreviveram aos centros clandestinos de detenção, resgatando o debate recente que ocorre no país sobre as múltiplas formas que adquiriu a violência sexual contra as presas da ditadura (incluindo casos de escravidão sexual a que muitas delas foram submetidas).

Outras obras, como *Las Laurencias: violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguay*⁶³, de Soledad Baica e Mariana Fernández, e *Género y poder: violencias de género en contexto de represión política y conflictos armados*⁶⁴ de María Sonderéguer trazem contribuições gerais sobre a violência sexual sob regimes ditatórios que contribuirão para o diálogo historiográfico. Na perspectiva de conjunto ou história comparativa temos a contribuição das historiadoras brasileiras Cristina Wolff, Joana M. Pedro⁶⁵ e Mariana Joffily⁶⁶; as duas primeiras, em *Relações de gênero na luta da esquerda armada: Uma perspectiva comparativa entre os países do Cone Sul. 1960-1979*, apresentam maneiras

⁶² Também existe a monografia de GRACIA, Emerson. **Tortura e Violência sexual contra as mulheres da ditadura civil-militar brasileira**, 2015. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História/UFRGS. Porto Alegre, 2015.

⁶³ BAICA, Soledad. G. y FERNÁNDEZ, Mariana. R. (orgs). **Las Laurencias: Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguay**. Montevideo: Trilce, 2012.

⁶⁴ SONDERÉGUER, María (Org.). **Género y poder: Violencias de género en contexto de represión política y conflictos armados**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

⁶⁵ WOLFF, Cristina S. O Gênero da Esquerda em tempos de Ditadura. In: PEDRO, Joana M; WOLFF, Cristina S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010, pp. 138-155.

⁶⁶ JOFFILY, op. cit., 2010.

alternativas de estabelecer comparações entre diversos países do Cone Sul, principalmente, nas relações de gênero e na participação de mulheres nas diversas organizações de esquerda armada. Enquanto Joffily, em *Memória, gênero e repressão política no Cone Sul (1984-1991)*, traz importantes contribuições na perspectiva de gênero e ditaduras do Cone Sul, pois analisa os informes de violações aos direitos humanos do Brasil, Uruguai, Chile e Argentina, focando as diferenças de gênero da repressão política.

Sobre a ditadura de SN argentina nos apoiaremos no estudo de Marcos Novaro, *Historia de la Argentina Contemporánea: de Peron a Kirchner*⁶⁷ e *La ditadura militar 1976-1983: del golpe de Estado a la restauración democrática*, do mesmo autor, junto com Vicente Palermo⁶⁸. Tratam-se de obras panorâmicas e abrangentes sobre a ditadura e os períodos imediatamente anterior e posterior à mesma, o que possibilita uma base cronológica importante para a permanência de certas marcas do horror e a luta das organizações de direitos humanos por justiça e responsabilização dos crimes. Incorporamos, ainda, a tese de doutorado do historiador Jorge Fernández em *Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*⁶⁹. Embora centrada no tema do exílio há nessa tese importantes capítulos sobre o contexto político argentino e a construção da máquina repressiva da ditadura. Também nos apoiaremos na obra de Alejandra Pascual *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*⁷⁰, na qual se apresenta um quadro complexo de estrutura repressiva destacando, sobretudo, o processo massivo de desaparecimento e a infraestrutura vinculada. Finalmente, incluiremos no diálogo, Pilar Calveiro mediante *Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina*⁷¹, que traz o testemunho de sua experiência traumática enquanto presa política, ao mesmo tempo que realiza uma profunda reflexão sobre as ações repressivas nos centros clandestinos de detenção da Argentina.

O quadro geral da ditadura brasileira é cotejado a partir do sólido estudo de Maria Helena Moreira Alves, o clássico *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*⁷², o qual desenvolve uma análise densa e complexa e aponta as tensões permanentes entre os setores

⁶⁷ NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea: de Perón a Kirchner**. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

⁶⁸ NOVARO, Marcos. PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976-1983: del golpe de Estado a la restauración democrática**. Buenos Aires: Paidós, 2003.

⁶⁹ FERNÁNDEZ, Jorge C. **Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966 - 1989)**. Tese de doutorado (doutorado em História) PPG-História/UFRGS. Porto Alegre, 2011.

⁷⁰ PASCUAL, Alejandra L. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

⁷¹ CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

⁷² ALVES, op. cit., 1987, pp. 33-34.

golpistas consolidados no Estado ditatorial e os setores da sociedade civil que tentam se organizar dentro de uma lógica de oposição e resistência. Ainda sobre o mapeamento do quadro coercitivo brasileiro serão de extrema importância certas referências pontuais que permitirão um melhor desenho do funcionamento da máquina repressiva, da atuação dos seus agentes e das modalidades de violência praticadas. Dentro do conjunto destas obras salientamos: *Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia Política*, de Carlos Fico⁷³; *Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury*⁷⁴, de Percival de Souza e *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)*, de Mariana Joffily⁷⁵.

Por fim, também incidirá no debate a tese de Caroline Bauer, *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países estudo comparativo sobre as práticas de desaparecimento de Argentina e Brasil*.⁷⁶ A autora trata as mazelas das estruturas repressivas em perspectiva comparada e lida com as políticas de desmemória e os silêncios resultantes sobre os crimes cometidos e os traumas persistentes.

É preciso ressaltar que, para responder à problemática exposta, empregar-se-á um número significativo de fontes. Para tal, teremos alguns cuidados metodológicos, pois a variedade de fontes primárias existentes é uma característica da história do Tempo Presente. Em relação a esta, seus temas se vêm enriquecidos com a possibilidade de recorrer a múltiplos documentos escritos, fontes orais, testemunhos diretos, pesquisas de opinião, recursos iconográficos, etc.⁷⁷.

Tanto para o caso do Brasil quanto para o caso da Argentina, analisamos fontes existentes em formato de depoimentos - entrevistas em meios impressos, virtuais, televisivos e documentários - bem como testemunhos concedidos às instâncias jurídicas de presas políticas ou de quem presenciou a violência sexual realizada pelos agentes repressivos.

O objetivo central desta pesquisa é a análise da violência sexual contra as mulheres brasileiras e argentinas no marco das ditaduras de SN. Sobre esta problemática existe volumoso número de casos documentados. Considerando que não temos condições de avaliar

⁷³ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Record, 2001.

⁷⁴ SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Globo, 2000.

⁷⁵ JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: São Paulo: Edusp, 2013.

⁷⁶ BAUER, op. cit., 2011.

⁷⁷ PADRÓS, Enrique S. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, n. 19-20, jan. /dez. 2004, p. 205.

todos eles, esclarecemos que os relatos analisados contemplam as modalidades de violência sexual que permitem apontar aproximações, semelhanças e diferenças entre as práticas repressivas de ambos os países.

Para o caso das mulheres brasileiras, analisamos três acervos: 1) depoimentos existentes nos processos administrativos que objetivaram indenizar os ex-presos políticos da Comissão Especial de Indenização de Ex-Presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul (Ceiep/RS); 2) depoimentos concedidos ao Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero da CNV; 3) depoimentos sobre tortura relatados por ex-presas políticas no marco do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. O primeiro destes três acervos está localizado no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers/RS), onde encontramos 85 processos⁷⁸. O segundo reúne 30 entrevistas ou depoimentos de mulheres que realizaram denúncias à CNV entre 2012 e 2014, disponibilizados em sua página de internet (cerca de quatro mil documentos expostos com acesso irrestrito)⁷⁹.

Por fim, o último acervo analisado foi acessado de forma virtual na página do *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Nos volumes I, II e III do Tomo V do *Projeto* há pareceres de pessoas que atestaram ter sofrido algum tipo de violência, física ou psicológica. O acervo conta com a denúncia de 1.461 homens e 309 mulheres⁸⁰. Ressaltamos que para esta pesquisa, todas as denúncias referentes aos casos femininos dos três acervos foram analisados e tabelados⁸¹ (ao todo, 424 mulheres).

Com relação aos acervos da Argentina foram examinados os documentos do *Archivo Nacional de la Memoria*⁸² e de *Memoria Abierta*, ambos em Buenos Aires. O material coletado em *Memoria Abierta* consiste em entrevistas em suporte de vídeo, acessados no local, mas sem a possibilidade de copiá-las na íntegra, pois não há autorização para este tipo de prática⁸³. Dos vídeos analisados registramos dados e falas de sete casos. Entretanto, trata-se de um material pouco utilizado nesta pesquisa, pois não se refere especificamente às violações

⁷⁸ Cada processo é um dossiê de documentos variados.

⁷⁹ O GT Ditadura e Gênero coletou depoimentos de nove homens, nove pessoas que na época da ditadura eram crianças e 35 mulheres. Todo o material, ao todo 53 casos, foram acessados virtualmente.

⁸⁰ Na página 65 do Volume I do Tomo V há um quadro descritivo dos casos. Entretanto, ao analisarmos a fonte, foi possível encontrar uma divergência numérica. No quadro relatado pelo projeto, os organizadores atestaram existir o depoimento de 382 mulheres, entretanto ao olhar caso por caso foi possível perceber que, na realidade, o número de depoimentos de mulheres é de 309 casos.

⁸¹ Algumas informações não foram encontradas em alguns depoimentos, já em outros, sim. Portanto, nem todos os depoimentos seguem o mesmo padrão de coleta de dados.

⁸² Para consultar o fundo Conadep e CADHU a autora comprometeu-se, via assinatura de documentos, em não divulgar qualquer informação que pudesse expor o nome das testemunhas.

⁸³ O Espaço Archivo Nacional de la Memoria também não autoriza realizar fotocópias ou fotografias dos documentos que estão salvaguardados em seu espaço; logo, todos os registros acessados no local foram digitados em um documento de Word. Por esta dificuldade o número de fontes consultadas tornou-se um pouco menor.

de direitos humanos e, sim, à memória da militância, da repressão, da resistência e do período do pós-ditadura⁸⁴. O *Archivo Nacional de la Memoria* ofereceu três acervos de documentos com depoimentos para 1) Conadep; 2) *Comisión Argentina de Derechos Humanos*(CADHU); 3) causas judiciais ocorridas entre 2000 e 2017⁸⁵. Para o caso argentino foram analisados os relatos de 52 mulheres e sete homens (testemunhas de práticas de violência sexual)⁸⁶. Os documentos jurídicos coletados no *Archivo Nacional de la Memoria* referem-se a 21 províncias da Argentina e correspondem a 143 causas instaladas. Dito isto, apresentaremos a seguir cada grupo de documentos analisados, de forma separada.

A documentação sobre os processos indenizatórios do Rio Grande do Sul foi coletada no acervo da Ceiep/RS, comissão criada para avaliar os casos de pessoas que alegaram ter sofrido prisão política durante a ditadura de SN e que solicitaram reparação pelos danos sofridos no período. Esta situação foi possível a partir da promulgação da lei estadual do Rio Grande do Sul de nº 11.042, de 18 de novembro de 1997, escrita para amparar pessoas em busca de reparação e responsabilizar o Estado por danos físicos e/ou psicológicos aos indivíduos detidos por motivações políticas entre 1961 e 1979⁸⁷. A Ceiep/RS avaliou um total de 1.704 processos e cada um deles reúne informações referentes à pessoa que requereu a indenização (ou sobre a qual seus familiares também o fizeram). Das informações existentes em cada processo é possível identificar nome completo, formação escolar, qualificação profissional, domicílio do requerente no momento que entrou com o processo, relatos em que a pessoa alegou ter sofrido atos de violência, dados da prisão, testemunhos comprovatórios da condição de presa política, pareceres e laudos médicos, psicológicos e psiquiátricos, receitas de remédios, prontuários, fichas do Dops/RS, etc. Entretanto, com exceção dos dados pessoais e o relato do sofrido, as demais informações variam caso a caso. Logo, cada processo possui documentação diversa e o volume de páginas é variado.

O conjunto de documentos da Ceiep/RS possibilitou analisar os mecanismos de terror que o estado ditatorial infringiu sobre essas pessoas no RS entre 1964 e 1979. Tal acervo, além de identificar mecanismos coercitivos permitiu avaliar parte das marcas e traumas que

⁸⁴Foram analisadas sete entrevistas, cada uma com uma média de três horas.

⁸⁵As causas analisadas foram disponibilizadas em formato PDF pelo Archivo Nacional de la Memoria.

⁸⁶Ressaltamos que os processos e sentenças dos julgamentos podem ser encontrados na página virtual da justiça argentina. Disponível em: <<http://www.cij.gov.ar/seleccionar-opcion.html>> Acesso em 20 de set. de 2017.

⁸⁷A lei de criação foi alterada pela Lei Estadual nº 11.815, de 26 de junho de 2002, que fixa novo prazo para encaminhamento. Ver em: VASCONCELLOS, Renata P.; MENEZES, Vanessa T. A importância da elaboração de instrumentos de pesquisa para resgate de memória: a experiência do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul na confecção de um catálogo seletivo da documentação da Comissão Especial de Indenização. In: STAMPA. I.; NETTO. R. **Arquivos da Repressão e da Resistência**. Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2013, p. 61.

ficaram nas mulheres. Em vários dos seus processos há relatos sobre a persistência de danos físicos e psíquicos pós-prisão – relatos semelhantes foram feitos por familiares em situações de inexistência dos interessados diretos.

Em 2015, o APERS disponibilizou ao público a lista dos processos da Ceiep/RS através de um catálogo físico e virtual com os nomes do titular do processo biográfico, resumo, ano dos acontecimentos e dados essenciais para identificação do caso. O catálogo oferece o resumo de 1.704 processos da Ceiep/RS, dos quais 85 são referentes a mulheres – 54 deferidos e 31 indeferidos⁸⁸. No que se refere a esta pesquisa, os 85 processos foram levantados, analisados e tabelados (inclusive os indeferidos)⁸⁹. Deste conjunto, 36 denunciaram a existência de violência sexual cometida pelos agentes da repressão, enquanto outros 14 declararam tortura física sem maiores informações sobre a modalidade de violência. Consideramos que a prática de retirar a roupa da pessoa sequestrada, deixando-a nua, era corriqueira. Também sabemos que muitos homens e mulheres silenciaram sobre “certas torturas” por uma das seguintes razões: vergonha, medo, trauma, sentimentos perturbadores ligados a fatores culturais, etc. Outras podem ter sofrido violência sexual, mas ao se referir sobre o ocorrido entendem que tudo foi “tortura”, já que existe o consenso de que essa palavra identifica um tipo de sofrimento inigualável. Logo, muitas pessoas podem entender que toda forma de violência sofrida na prisão política, inclusive ficar refém de péssimas condições de insalubridade ou passar fome, representam um tipo de tortura. Desta forma, quem busca encontrar nos relatos especificidades de maus tratos encontra dificuldade, pois a violência sexual, por exemplo, é diluída (ou nem percebida pelo sobrevivente) dentro do conjunto da grande violência em confinamento. Dito isto, podemos inferir que nos 14 casos em que se relata tortura sem especificá-la, é plausível considerar que há probabilidade de que essas mulheres tenham vivenciado situações vexatórias de ficarem nuas enquanto estavam sofrendo sevícias no corpo. Logo, avaliamos que dos 85 casos há, provavelmente, além das 36 mulheres que afirmaram ter sofrido modalidades de violência sexual, mais 14 na mesma condição. Por fim, cabe informar que foi encontrada neste acervo, documentação comprobatória de ameaças de abortamento forçado, tortura em filhos e em mulheres grávidas, xingamentos de cunho sexual e moral e violência psicológica sexual, que também se aproxima de violência de gênero.

⁸⁸ Vários processos não foram contemplados com a indenização reparatória, chamados pela Ceiep/RS de indeferidos.

⁸⁹ Consideramos importante incluí-los porque entendemos que mesmo que não tenham sido reconhecidos para efeitos de uma reparação indenizatória, não significa que seus relatos tenham menor valor ou possam ser considerados falsos.

Sobre o segundo conjunto de documentos, ou seja, as entrevistas realizadas pelo GT Ditadura e Gênero da CNV, destacamos que os mesmos só estiveram disponíveis a partir de julho de 2015⁹⁰. Tal conjunto é constituído de 48 depoimentos ou tomada de depoimentos, sendo que 30 deles correspondem a mulheres, nove de “crianças” e nove a homens que denunciaram ter sofrido algum tipo de violência sexual ou de gênero (ou que testemunharam algo a respeito). Foram analisados para esta pesquisa, os 30 casos envolvendo mulheres e, em 25, há relatos de ter sofrimento de um ou mais métodos de violência sexual e/ou de gênero. Os depoimentos são relativamente extensos, variando a transcrição entre 20 e cem páginas. Neles, a depoente relata sua origem familiar e formação política, sua visão do período da ditadura, como foi presa, quais as violências sofridas, nomes de outras vítimas que encontrou nos espaços de detenção, bem como de repressores, quando e como retomou a rotina de vida e a persistência de traumas e marcas daquele período.

O terceiro grupo de documentos de brasileiras é referente ao acervo do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, concebido a partir de 1979 e concluído em 1985 (quando foi publicado o livro); a massa de informações que o constitui baseia-se nos 707 processos da Justiça Militar brasileira (resultado do período da Anistia). Como resultado desse esforço, foram elaborados 12 volumes (Projeto “A”) com dados retirados do conjunto documental e o livro *Brasil: nunca mais*, (Projeto “B”) síntese daquele. Segundo Mariana Joffily, desde o ano de 1974, da abertura “lenta, gradual e segura” até o advento da lei de anistia, os casos dos presos políticos passaram a ser julgados pela Justiça Militar. Esta foi a “brecha” que possibilitou o nascimento do projeto. Os advogados de defesa passaram a ter acesso aos processos e podiam retirá-los por um prazo de 24 horas para consultá-los e elaborar a argumentação jurídica necessária para que seus clientes pudessem ser contemplados com a lei de anistia.

Foi a partir dessa fresta que se iniciaram os trabalhos que resultariam no livro *Brasil: nunca mais*: empréstimo dos processos, fotocópias, microfilmagem e, posteriormente, compilação, cruzamento e tratamento dos dados que continham. [...] São depoimentos realizados em auditorias já na Justiça Militar, com risco de uma possível volta à tortura ou de ameaça a familiares, de aumento da pena e até de risco de morte, proferidos, portanto, sob um clima de coação e ameaça⁹¹.

No Tomo V (Volumes I, II e III), destinado só para o tema tortura - há a denúncia de 1.461 homens e 309 mulheres, a maioria narrada na terceira pessoa. A análise do universo feminino revela que 75 delas atestaram ter sofrido um ou mais de um tipo de violência sexual.

⁹⁰ A CNV disponibilizou nesta data cerca de quatro mil documentos em formato digital para acesso irrestrito. Esta documentação é referente aos trabalhos dos diversos grupos (GT) que constituíram a CNV.

⁹¹ JOFFILY, op. cit., 2010, p. 113.

A produção desta documentação não pretendia esgotar todas as informações contidas nas denúncias das pessoas torturadas, mas ressaltar pontos significativos. É preciso levar em conta o contexto das denúncias, tão recentes aos acontecimentos ou até simultâneos a eles, pois muitas vítimas ainda estavam presas quando prestaram depoimento. A argentina Elizabeth Jelin faz considerações pertinentes sobre as limitações e implicações que tornam o ato de falar sobre uma experiência traumática diante da justiça, mais ainda diante da Justiça Militar, uma mera descrição de fatos.

El testimonio es una narrativa personal de una experiencia vivida, pero el marco jurídico lo quiebra en pedazos y componentes: el requerimiento de identificación personal, el juramento de decir la verdad, la descripción detallada de las circunstancias de cada acontecimiento... El discurso del/a testigo tiene que desprenderse de la experiencia y transformarse en evidencia⁹².

Concordando com as palavras de Jelin, é de imaginar-se que, muito pior deve ter sido o comparecimento das vítimas destes crimes diante da Justiça Militar, como no caso brasileiro, já que continuava persistindo a ditadura e aqueles funcionários não passavam de representantes da mesma violência que havia sido experimentada pelas vítimas. Deve-se ter em vista, ainda, que o número de denúncias obtidas no *Projeto Brasil: Nunca Mais* não faz jus ao número de pessoas torturadas durante a ditadura. Isso se explica facilmente; era inatingível conversar com todos/as e ainda existiam os/as que não queriam falar sobre isso. Este conjunto documental é um objeto de análise muito importante porque, por mais que se tenham produzido outros materiais mais atualizados, ainda carrega um peso qualitativo justamente pelo momento histórico em que foi produzido.

A análise do conjunto documental do *Projeto* se defrontou com certas dificuldades. Por exemplo, nem sempre os nomes listados correspondem a um sexo feminino ou masculino. O que obrigou a buscar outras pistas para fazer a seleção como, se quem relata tratava a vítima de forma feminina ou masculina. Também ajudou, o fato de que, geralmente a profissão informava se era professora ou advogado e assim por diante. Certos documentos não apresentavam dados básicos, como idade, local de detenção, ano de prisão ou onde foi sequestrada. Portanto, nem todos os nomes listados estão com informações completas. Sobre a violência sexual, ressalta-se certa dificuldade para interpretar determinados casos por falta de precisão e, por isso, novas questões surgiram: “houve ou não violência sexual se está alegando ter sofrido tortura?” “Isso pode ser considerado violência sexual?” Muito

⁹² JELIN, Elizabeth. La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de M.; ARAÚJO, Maria P. **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p. 339.

provavelmente essas lacunas ocorreram devido ao fato da produção desses documentos ter ocorrido ainda com a ditadura vigente e, em uma época em que questões como violência sexual não eram discutidas como prioridade. Também inferimos, a partir da constatação da existência de testemunhos curtos sobre violência sexual, uma espécie de vergonha, humilhação e até mesmo culpa de quem sofreu tal violência.

Desacordos com os registros que descrevem a fonte também foram encontrados e devem ser ressaltados. Há erros no quadro nº 118 da página 74 do Tomo V (volume I) que foi designado para apontar uma divisão sobre as formas de tortura e quantidade de pessoas, por sexo, atingidas. Pois bem, no quadro indicam-se 11 mulheres como vítimas de violência sexual. Entretanto, a análise caso por caso, indica um número muito maior; identificamos 75 mulheres que apontaram alguma modalidade de violência sexual. Entretanto, é bem provável que outras tantas mulheres tenham ocultado em seu depoimento a violência sexual sofrida pelos motivos já apontados⁹³.

Em resumo, a partir da análise dos três conjuntos documentais de fontes, todos produzidos a partir do depoimento de pessoas atingidas ou ligadas direta ou indiretamente às vítimas, é possível fazer algumas considerações quantitativas para o caso do Brasil. Nesse sentido, foram analisados um total de 424 casos; destes, identificamos a ocorrência concreta de violência sexual em, no mínimo, 141. Ou seja, 33,2% dos casos analisados apresentaram a existência de violência sexual contra as mulheres. Porém, se olharmos separadamente cada conjunto de fontes, o percentual muda, justamente por causa do contexto de produção (*Projeto Brasil: Nunca Mais*: 1979–1985; Ceiep/RS: 1997; CNV: 2012-2014). Das 85 mulheres investigadas nos documentos da Ceiep/RS, 36 denunciaram violência sexual, ou seja, 42,3%. Já as entrevistas produzidas pela CNV, em momento mais recente e no intuito de esclarecer os crimes da ditadura, revelaram percentuais maiores. Foram 35 entrevistas/denúncias produzidas a fim de encontrar provas relacionadas às questões de gênero; 30 confirmaram ter sofrido alguma violência sexual (ou seja, 85,7%). Por fim, o *Projeto Brasil: Nunca Mais* (realizado entre 1979 e 1985) reuniu 309 casos de mulheres e destas, foram encontrados 75 que atestaram violência sexual (24,2%). Isso se explica pela hipótese arrolada anteriormente, ou seja, quanto mais antigo o depoimento, testemunho, menor é o percentual sobre relatos de violência sexual. E ainda vale ressaltar que o próprio projeto constatou apenas 11 casos, num universo de 309 (3,5%, segundo a análise da época).

⁹³ Sobre esta fonte acusamos a ausência da página 296 do volume II (está em branco), fazendo com que o caso de nº 803 não possa ser analisado.

Reforçamos que é preciso considerar o período de produção. Hoje, quase quatro décadas depois daqueles eventos, as demandas das mulheres sobre gênero aumentaram e com esse amadurecimento evoluiu a própria compreensão da amplitude da ação por detrás das palavras “violência sexual”. De fato, novas questões que definem o que é a violência sexual em suas mais variadas formas foram elaboradas e avançaram significativamente no campo das denúncias em diversas áreas (jurídica, movimentos sociais, imprensa, artes, educação etc.), por isso é possível perceber um recorte maior de casos e com maior relevância para a análise.

Sobre as fontes da Argentina, também são feitas algumas considerações⁹⁴. No *Archivo Nacional de la Memoria* foram analisados três conjuntos documentais também produzidos em períodos distintos. O primeiro e o segundo grupo de documentos foram analisados, pessoalmente, no *Archivo Nacional de la Memoria* – localizado no espaço da antiga *Escuela de Mecánica de la Armada* (ESMA). Estes documentos não estão disponíveis para cópia, apenas consulta local e transcrição. Como são documentos longos foram transcritos dados, quando autorizados pela instituição, e os trechos com denúncias de violações de direitos humanos. O primeiro fundo pesquisado foi o da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (Conadep), criada em 1983 por Raúl Afonsin, primeiro presidente civil depois da ditadura de SN nesse país. Neste conjunto documental analisamos 13 casos. Como síntese desse trabalho da Comissão em 1984 foi publicado o Informe *Nunca Más*, segundo Mariana Joffily os trabalhos desta comissão se diferenciam muito do que ocorreu com o *Projeto Brasil: Nunca mais*.

Muito diferente do processo que deu origem ao informe brasileiro, o argentino partiu de uma decisão oficial de um presidente da República, com financiamento governamental e uma atuação amplamente divulgada. A base do informe são os testemunhos recolhidos pela comissão em inúmeros pontos do país e do exterior, tanto de sobreviventes dos Centros Clandestinos de Detenção, quanto dos familiares de desaparecidos, assim como diversas denúncias e documentos acumulados pelas organizações de direitos humanos. A coleta e sistematização desse material tiveram como fim identificar as circunstâncias em que se produziram os desaparecimentos, além de localizar paradeiro dessas pessoas⁹⁵.

O outro fundo documental refere-se à CADHU, organização não governamental que promoveu a defesa dos direitos humanos e foi fundada em Buenos Aires poucos dias após o golpe de 1976. Inicialmente seu trabalho foi clandestino, porém quando seus membros se exilaram estabelecendo sua sede em Madri e abrindo escritórios na cidade do México, em

⁹⁴ Para realizar a pesquisa física dos dois fundos foi necessário o auxílio de um funcionário autorizado do espaço que analisava, antecipadamente, possíveis casos que se encaixassem com a busca desta pesquisa. Logo, foi possível – dentro de um espaço de 13 dias – coletar dados de 14 mulheres - sendo que somente três tiveram divulgados os seus nomes para a pesquisadora - e quatro homens que foram testemunhas de violências sexuais cometidas nos CCD.

⁹⁵ JOFFILY, op. cit., 2010, pp. 114-115.

Paris, Washington, Genebra e Roma, se tornou pública. Organizada por um grupo de advogados argentinos que defendia perseguidos políticos, a comissão elaborou e difundiu informes e denúncias sobre a situação do país e das vítimas do TDE. Em 2011, 35 caixas de documentos foram doadas ao *Archivo Nacional de la Memoria*. Deste fundo documental foram analisados seis casos de mulheres, sendo um caso anônimo e os demais identificados.

Por fim, o terceiro conjunto documental - o maior de todos - relaciona-se aos julgamentos que ocorreram a partir do ano 2000 (143 causas, algumas delas denominadas megacausas, referentes a 21 províncias). Como são muitos documentos de diversos julgamentos, foram escolhidos alguns casos já citados no livro *Putas y Guerrilleras* das jornalistas Miriam Lewin e Olga Wornat. Trata-se de material muito abrangente em informações e com descrições detalhadas sobre os diversos elementos constitutivos do TDE na Argentina. Foram escolhidos, para esta pesquisa, 33 casos de mulheres sequestradas nos seguintes centros clandestinos: ESMA, *Vesubio*, *La Cueva*, D2 (*Santiago del Estero*), D2 (Mendoza) e La Perla. Soma-se a este número o caso de três homens que testemunharam ou foram vítimas de violência sexual. Como esta busca foi direcionada, todos os casos analisados trazem informações sobre violência sexual cometida nos centros clandestinos de detenção.

Por fim, para as demais ditaduras do Cone Sul, que não são objetos desta pesquisa, mas sobre os quais se fazem certas considerações sobre a mesma temática, utilizamos os relatórios e informes finais das Comissões da Verdade (para o caso do Chile e Paraguai), uma entrevista oral (do Uruguai) e fontes jornalísticas de meio virtual para cruzar com os dados coletados sobre esses países, destacando, particularmente, os jornais *Página 12*, *Sul 21*, *BBC Brasil*, *Pragmatismo Político*, *Revista Fórum Brecha* entre outros diversos portais de notícias da região.

A análise de toda a documentação arrolada na presente pesquisa seguirá os cânones apontados por Elisabeth Jelin e Ludmila Catela⁹⁶, ou seja, reconhecesse que se trata de “material sensível”, que diz respeito a experiência traumática sofrida por pessoas que ainda podem estar vivas ou, então, por sua descendência. O cruzamento de fontes é vital numa pesquisa histórica para aferir informações, bem como o conhecimento da lógica de proteção dos acervos documentais e seus objetivos-fins. A análise crítica do material é fundamental para limitar os efeitos do filtro de memória (no caso das vítimas), acusatórios (nos acervos repressivos) ou mobilizadores (no uso feito pela imprensa).

Com relação ao planejamento de capítulos para esta dissertação, optou-se por realizar

⁹⁶ CATELA, Ludmila da S.; JELIN, Elisabeth (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

uma divisão de três capítulos. No primeiro, apresentamos inicialmente uma breve contextualização e pontualização sobre as ditaduras de SN no Cone Sul, no marco da Guerra Fria, realçando discussão conceitual sobre Doutrina de Segurança Nacional e Terrorismo de Estado bem como suas especificidades e seus desdobramentos para o tempo presente. Na sequência, abordamos a violência sexual inserindo-a como mecanismo específico de terror e enquadramento (inclusive para além dos regimes ditatórias), recorrendo a casos de conflitos armados e guerras que tiveram como uma de suas marcas a apropriação dos corpos das mulheres como espólio de guerra. Encerramos o capítulo, apresentando casos de violência sexual ocorridos em outras ditaduras no Cone Sul, contemplando ocorrências no Paraguai, Uruguai e do Chile.

No segundo capítulo contextualizamos o TDE brasileiro e argentino no marco da Guerra Fria, sem desconsiderar as especificidades locais. A seguir, adentramos nas discussões sobre os temas gênero e violência sexual, porém, focando no recorte espacial e temporal da pesquisa. A partir daí centra-se a discussão nas modalidades de violência sexual, momento em que a análise procura buscar e contrastar semelhanças e diferenças.

No terceiro capítulo centraremos questões da atualidade em detrimento do que as mulheres sofreram. Buscou-se, a partir da exposição das conjunturas transicionais (entre ditaduras e democracias) do Brasil e da Argentina, reconhecer e compreender os elementos que explicam a lógica dos avanços e retrocessos (e até estagnações) sobre a questão da violência sexual produzida durante as ditaduras e seu resgate ou apagamento no período democrático de cada país. Priorizou-se entender os motivos que produziram os silenciamentos sobre estes crimes e porque este tema ainda é tão recente e, ao mesmo tempo, tão espinhoso. Por fim, a partir dos relatos e depoimentos analisados realçamos questões relacionadas às sequelas físicas, psicológicas ou morais que persistem e são resíduos da aplicação da violência sexual, com desdobramentos e marcas persistentes nas gerações seguintes, caso de filhos e netos, como também no conjunto da sociedade.

2 DITADURAS, TERRORISMO DE ESTADO E VIOLÊNCIA SEXUAL

A América Latina experimentou nos anos 60 e 70 a ascensão de inúmeras ditaduras que tiveram como base ideológica a Doutrina de Segurança Nacional (DSN). A partir da década de 1950 e, principalmente após 1960, o subcontinente, de modo geral, vivenciou um processo político, social e econômico de radicalização. Tal processo se explica tanto pela conjuntura internacional – tendo como marcador a Guerra Fria e a Revolução Cubana – quanto pelas motivações e contradições internas, ou seja, pertinentes a cada conjuntura nacional. Em decorrência do desgaste interno ocorreram experiências ditatoriais, que resultaram da combinação de fatores externos – defesa de um projeto político, social, econômico e ideológico liderado pelos Estados Unidos da América – e fatores internos referentes a cada país que, em parte, se assemelham e, em parte, se diferenciam.

Não há como falar sobre ditaduras de SN sem relacioná-las com a conjuntura internacional. A Guerra Fria, marco histórico de boa parte dos eventos ocorridos na segunda metade do século XX, se iniciou logo após o final da II Guerra Mundial. Os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) eram as grandes lideranças e potências mundiais da época, que passaram a disputar a hegemonia do mundo. Cada qual passou a defender suas zonas de influência, numa lógica de polarização mundial constituída através da conformação de dois grandes blocos, o ocidental ou capitalista e o oriental ou comunista⁹⁷. Enquanto a URSS e seu bloco defendiam um projeto socialista, os EUA propunham a expansão do sistema econômico capitalista. Mesmo que as duas superpotências estivessem sob uma lógica de confronto indireto – o que evitava um embate militar direto, pois uma guerra real entre eles, com armas nucleares, poderia ser o fim do planeta - as disputas de poder e por dominação regional acabaram sendo muito tensas⁹⁸.

Dentro do bloco capitalista, os EUA lideraram nesse contexto uma forte política (e tática) de “caça aos comunistas”, ou de cerceamento a quem se opusesse ao sistema capitalista. Essa ação, no seu território nacional, ocorreu sob a égide do Macarthismo. Na América Latina, zona de sua influência direta, essas práticas se multiplicaram, principalmente após a Revolução Cubana (1959). Entretanto, é preciso salientar que antes mesmo do processo revolucionário na ilha caribenha, o país norte-americano já desenvolvia uma série de mecanismos – que podemos denominar como medidas de prevenção – a serviço do bloqueio de qualquer projeto político ou ideia que questionasse ou se opusesse aos

⁹⁷ Esta divisão em oriente e ocidente é relativa, pois países que estavam na zona oriental, como o Vietnã experimentaram um ataque direto dos EUA no seu território.

⁹⁸ Para exemplificar, podemos citar a Guerra da Coreia (1951-1953) e a Guerra do Vietnã (1959-1975).

interesses estadunidenses e que, em última instância, pudesse ser considerado uma ameaça à segurança nacional, (principalmente no seu “quintal”). Neste período foram estabelecidas, pelas autoridades dos EUA e dos países da América Latina, medidas que garantiriam a segurança dos interesses da superpotência e dos seus associados internos em cada território nacional. As medidas de segurança foram a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) – cujas diretrizes buscavam combater o “perigo vermelho” - e as parcerias socioeconômicas de ajuda “mútua”, uma espécie de solidariedade continental intercapitalista.

En las postrimerías de la 2º Guerra, Estados Unidos, reformulando la doctrina Monroe, establece la necesidad de una doctrina de seguridad nacional, para enfrentar en una estrategia global al bloque comunista. La política exterior de los Estados Unidos para América Latina estará supeditada a éste interés, y sí bien existe una comunidad, se pueden diferenciar claramente dos etapas [...]. La primera, desde 1945 hasta 1961, en que asume John Kennedy la presidencia, en la cual el eje fue la defensa colectiva fundada en la solidaridad continental frente a un eventual ataque extracontinental. [...] en 1951, el Congreso (EE.UU) dicta la Ley Nº 165 de Seguridad Mutua, por la que se permitía a las naciones americanas intercambiar entre sí material de guerra. [...] En la segunda etapa, a partir de 1961, es cuando se asigna el papel que las fuerzas armadas latino-americanas deben desempeñar en el continente y en sus propios países [...]⁹⁹

Ao encontro da colocação das historiadoras Glória Di Rienzo e Verónica Canciane, Padrós explica esta solidariedade continental como um processo ou projeto político-econômico, chamado de “Pentagonização” das Forças Armadas da América Latina. Para ele:

A “pentagonização” da América Latina foi a expressão da ampliação gradual de uma complexa rede de relações, subordinadas ao poder norte-americano, que compreendeu: intercâmbio de informações, fornecimento de equipamentos militares e munição, treinamento diverso para fins de segurança interna, instrução para ações encobertas, acesso às escolas militares estadunidenses criadas ou reconvertidas para esses fins, ofertas de linhas de financiamento específicas, etc. Dessa rede, participaram setores, protagonistas e instituições que, em cada um dos países do Cone Sul, estavam vinculados às funções de segurança e informação. Portanto, a “pentagonização” apontava para as forças de segurança estatais (corpos policiais, militares) ou para-estatais (paramilitares) e consistia na instrumentalização das mesmas para a manutenção do status quo local e proteção dos interesses das corporações norte-americanas e dos seus associados, através dessas redes¹⁰⁰.

Um dos projetos, nessa linha de solidariedade continental, foi a chamada Aliança para o Progresso (Alpro), programa de ajuda externa dos EUA direcionado à América Latina lançado durante o governo Kennedy e que se constituiu em um plano de cooperação com a finalidade de estimular o desenvolvimento econômico, social e político dos países da região.

⁹⁹ DI RIENZO; CANCIAN, “La Doctrina de Seguridad Nacional. Elementos para el análisis de su legitimación en la sociedad” en **La Bastilla, Revista de Historia y Política**. Escuela de Historia, FF y HH, UNC, Vol. 1, nº 1, diciembre de 2008, p. 3.

¹⁰⁰ PADRÓS, Enrique S. As escolas militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina. **Outros tempos**, Vol. 1 esp., 2007, p. 13.

Para tal, a estratégia de combate ao outro (o comunismo) iniciou-se com um projeto que visava ações diplomáticas, mas, com o evento da Revolução Cubana, houve radicalização.

A ação diplomático-financeira-militar da grande potência reconheceu que, no contexto latino-americano, todo e qualquer movimento de afirmação ou reafirmação de soberania, independência e nacionalismo questionava sua projeção hegemônica e desestabilizava seus aliados locais. Portanto, tais manifestações deviam ser combatidas sem trégua¹⁰¹.

Em resumo, tal proposta era um programa promovido por Washington em conjunto com diversas lideranças latino americanas e que buscava melhorar os índices socioeconômicos gerais da América Latina ao mesmo tempo em que visava frear o crescimento de alternativas políticas e econômicas que questionassem o status quo vigente. De fato, entendia-se que uma maior polarização social poderia fortalecer as influências dessas alternativas políticas nos países que tinham, como elemento comum, uma profunda desigualdade social.

Contudo, mesmo com as medidas de “solidariedade” continental, estas não conseguiram frear o florescimento de grupos que, descontentes com as desigualdades sociais, econômicas e políticas internas, acabaram por simpatizar com causas populares ou projetos preocupados com os sinais de desigualdade. Diante dessa conjuntura e com forte influência (direta e indireta) dos EUA, as forças conservadoras nacionais do sul da América - em especial do Cone Sul -, que representavam parte dos setores dominantes, mobilizaram-se para conter o crescimento de um ideário que estava em oposição aos seus interesses, dos EUA e do capital estrangeiro. Para tal, esses setores receberam o apoio de parte da sociedade, seja por interesse material, por afinidade ideológica ou por medo de uma expansão comunista¹⁰² que acabou apoiando a tomada do poder do Estado pelas armas.

Em suma, nesse contexto, um dos fatos mais relevantes ocorreu em 1959. Nesse ano a Revolução Cubana passou a ser uma presença ameaçadora tanto para os que temiam o comunismo¹⁰³ e a “cubanização” regional quanto para aqueles que sonhavam com mudanças reais no sistema que privilegiava poucos em detrimento de muitos. Diante deste medo do comunismo, ao longo das décadas de 1960 e 1970, os países do Cone Sul passaram a vivenciar, conforme as suas realidades locais, situações de radicalização política que

¹⁰¹ PADRÓS, op. cit., 2005, p. 133.

¹⁰² No Brasil, antes de 1964, houve uma grande propaganda financiada pelos Ipês e Ibads que fortalecia o imaginário do perigo comunista. Ver: DREIFUSS, René A. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

¹⁰³ É importante lembrar que no Brasil, por exemplo, o Partido Comunista já foi alvo de ataques e esteve na ilegalidade antes mesmo de 1964, portanto não foi difícil fortalecer no imaginário brasileiro a sensação de perigo.

derivaram em golpes de Estado e ditaduras. Presidentes foram depostos, como Salvador Allende, no Chile, em 1973. Também ocorreram golpes que partiram de políticos que se associaram aos militares – como o autogolpe de Juan María Bordaberry, no Uruguai, bem como o reforço de regimes que já eram ditadura e que se fortaleceram, ainda mais, ao alinhar-se à DSN, como no Paraguai de Alfredo Stroessner. Cuba representou, para os temerosos, aquilo que deveria ser evitado no sul da América Latina. Para outros, desde uma posição política oposta, a experiência revolucionária da ilha era um convite a sonhar, tomar iniciativas, pensar nas possibilidades da emancipação política e da revolução.

A experiência de *Sierra Maestra* funcionou como “mola propulsora” de radicalização social sem precedentes [...]. A opção do regime de castro em acolher-se ao “guarda-chuva” militar soviético e os efeitos da crise do populismo exigiram das elites latino-americanas dominantes a necessidade de manter, a todo custo, o controle do aparato político-institucional. Num cenário de acentuada pauperização dos setores médios e populares e de radicalização das mobilizações políticas¹⁰⁴.

Os golpes de Estado e as ditaduras consequentes foram diferentes sob vários aspectos (inclusive no que diz respeito ao espaço temporal), entretanto é possível apontar semelhanças, principalmente no que se refere ao uso da violência estatal através das Forças Armadas e policiais. Como foi dito anteriormente, os métodos repressivos foram utilizados nestes países para que o projeto de combate ao comunismo tivesse êxito. A perseguição política foi readequada de acordo com as necessidades percebidas. Em cada conjuntura nacional havia resquícios de padrões coercitivos do passado local contra a população mais vulnerável. Podemos citar, como exemplo, o caso do Brasil, que carrega como herança do período colonial a violência escravocrata contra a população pobre e negra; o pau-de-arara, por exemplo, foi um dos mecanismos de tortura usado durante a ditadura e que está associado ao período do Brasil colônia e império.

O fato é que a violência estatal, no contexto das ditaduras de SN, institucionalizou-se e alcançou enorme dimensão nos países da América Latina. A perseguição, a censura e o confinamento produziram inúmeras vítimas. No quadro repressivo, como já foi dito na introdução, a tortura foi a ferramenta mais utilizada do terror de Estado.

A tortura não é episódica, nem fruto dos desmandos de algum policial tresloucado. Sem ela, o regime se vê incapaz de alcançar resultados, sejam políticos, sejam informativos. A tortura política não visa somente a obter informações, mas a aniquilar, física e moralmente, o preso político. A tortura como método de interrogatório é exercida por especialistas, dentro de um cuidadoso plano de combate. [...] A estratégia da tortura inclui, também, a utilização de médicos indignos, a postos para ‘qualificar’ a capacidade de resistência à tortura¹⁰⁵.

¹⁰⁴ PADRÓS, op. cit., 2005, p. 132-133.

¹⁰⁵ JOFFLILY, op. cit., 2005, p. 129.

Sendo assim, com a sua utilização, os agentes buscavam confissões, informações ou a liquidação de qualquer aspecto que pudesse, na sua ótica, ameaçar a segurança nacional. A tortura servia, ainda, para quebrar a moral e as convicções ideológicas dos presos políticos. Muitos destes, levados para os “interrogatórios”, mesmo que por algumas horas, estiveram frente à face dessa violência. Assim, é possível averiguar que além das denúncias de tortura há nos relatos das vítimas que sofreram tais práticas, a acusação do uso de violência sexual, principalmente contra as mulheres. Em todos os países do Cone Sul, dentro do universo de pessoas que foram torturadas, há indivíduos que foram torturados sexualmente, abusados e/ou violentados.

As denúncias sobre violência sexual são recentes, comparadas aos relatos de tortura, mas são cada vez mais frequentes, o que evidencia - para os casos das ditaduras de SN - que tal prática foi utilizada de forma sistemática e destrutiva. As violações, os abusos e as torturas sexuais foram promovidas como um método de castigar, destruir e também como forma de apropriação dos corpos das vítimas. Foi um método que se aproxima e integra à concepção de que a violência sexual - contra mulheres (independentemente da idade) - é muito mais recorrente e agressiva em contextos de conflitos armados e ditatoriais. Um dos motivos para que isso ocorra é porque quem a pratica sente-se livre de punição futura. Usa-se o corpo das mulheres para subjugar-las, dominá-las, castigá-las e para mostrar aos homens (pai, filho, irmão, marido, companheiro afetivo ou político ou colega) que tenham relação pessoal com elas, que estas são territórios em disputa. Logo, seus corpos são também, neste sentido, campos de batalhas, tanto reais quanto ideológicos. Por trás da violência produzida sobre o corpo feminino há diversas mensagens que estão relacionadas com as questões de gênero, culturais, políticas e de poder. Viola-se/abusa-se o corpo feminino para reforçar a hierarquia de gênero existente nas sociedades machistas.

2.1 O CONE SUL E AS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL

Como apontamos anteriormente, as ditaduras de SN no Cone Sul ocorreram entre as décadas de 1960 e 1980. Na América Central, países como Guatemala¹⁰⁶, El Salvador,

¹⁰⁶ No caso da Guatemala a *Comisión para el Esclarecimiento Histórico*(CEH) aponta um dado importante sobre as violações de direitos humanos: a questão racial. Segundo a comissão 88,7% das mulheres que sofreram violência sexual eram de origem maia. Este dado corresponde apenas ao levantamento dos anos 1980-1983. Segundo Ana Gonzáles, se considerarmos os anos não contabilizados pela CEH (antes de 1980) o percentual pode ser maior. Segundo ela, nesses dados não estão contabilizados os casos ocorridos nos centros clandestinos de detenção. Informa também, que há indícios de existência de escravas sexuais que não sobreviveram. De qualquer forma, a questão étnica não pode ser ignorada. “La violencia de género tuvo características particulares

Nicarágua e Honduras, sofreram regimes de exceção desde a década de 1950. Estes países, muito cedo, passaram por experiências traumáticas, como guerras civis e ditaduras, que marcaram suas histórias. Embora tais casos sejam objeto desta pesquisa a sua menção é necessária para tornar mais explícita uma realidade latino-americana onde fatores vinculados a violência política, TDE e experiências traumáticas são relativamente comuns a todo o subcontinente. Neste subcapítulo priorizamos fazer uma breve descrição sobre as ditaduras de SN no Cone Sul para, na sequência, apontar casos de mulheres que foram identificadas como “inimigas internas” nesses países e que, dentro da dinâmica da repressão estatal sofrida, foram vítimas de violência sexual.

Embora a pesquisa foque nos casos brasileiros e argentinos, neste item apontaremos, de forma sucinta, casos emblemáticos dos demais países do Cone Sul (Paraguai, Uruguai e Chile). A intenção é mostrar como a violência sexual foi uma prática decorrente do Terrorismo de Estado relacionado às ditaduras de SN. Consideramos que tal perspectiva contribui para compreender a dimensão macro que a violência contra as mulheres teve nestes contextos repressivos e como foi sistematicamente utilizada pelas forças militares e paramilitares para desestruturar e aniquilar as “inimigas internas”. É preciso refletir também que, se em períodos democráticos há a existência de uma cultura de violência sexual literal e simbólica contra o gênero feminino, em períodos de crises (conflitos armados, guerras, ditaduras) este tipo de violência atinge graus mais elevados e pode ser, inclusive, indiretamente, política de Estado.

Primeiramente, quando nos remetemos às ditaduras ocorridas no Cone Sul na segunda metade do século XX nos referimos àquelas que tiveram como base ideológica a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), por isso a denominação aqui usada é ditaduras de Segurança Nacional (SN). Portanto, a DSN foi a base ideológica que justificou o terror de Estado. Logo,

relacionadas con la étnica y discriminación étnica, y el médio rural alejado de médios de comunicación. Las violaciones masivas y públicas, en el contexto de las masacres indiscriminadas de la tierra arrasada, la ejecución de los niños y la destrucción de los fetos extraídos de los vientres de las embarazadas sucedieron casos con exclusividad cuando se trató de población maya y rural” (p. 54). A dizimação destes povos seguiu padrões de ataques de terra arrasada. Separavam as mulheres dos homens e das crianças, os meninos eram assassinados na frente de seus pais “a patadas, golpeándolos contra las piedras o ensartándolos con las bayonetas”. Também ocorriam “tortura y ejecución de los líderes y guías espirituales” e “violación pública y reiterada de las mujeres y ejecución de las mismas” (p. 54). As mulheres, colocadas em praça pública, eram violentadas pela tropa diante da população. Nestes casos, a violência sexual ganhou outros sentidos: além do político, adquiriu sentido racista. O estupro público pela tropa transmitia aos homens associados a elas e ao resto da população local uma mensagem bem concreta: a de macular e destruir os corpos dos vencidos. As vítimas mulheres da Guatemala não são exceção entre os países da América Latina. O que as diferencia enquanto vítimas (em parte), é o acréscimo da questão étnica e uma escala comparativa maior. Mas base ideológica também era pontuada pelo anticomunismo e pela DSN. Ver: GONZÁLEZ, Ana. Guatemala: violencia de género, genocidio y racismo. In: SONDERÉGUER, María. **Género y poder**. Violencia de género en contextos de represión política y conflictos armados. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

não há como separar essa violência estatal de um conjunto de diretrizes que, entre outras coisas, justificou ações repressivas nesses países.

A DSN foi disseminada através dos cursos ministrados nas Escolas Militares criadas pelos EUA com esta finalidade. Sem dúvida foi “o esqueleto teórico que fundamentou os regimes cívico-militares justificando a emergência e o protagonismo das Forças Armadas no conturbado cenário político latino americano dos anos 60”¹⁰⁷. Os manuais de estudos dessas instituições ofereciam esquemas que permitiam entender a doutrina. Embora Joseph Comblin afirme que “há certamente uma doutrina muito rígida que vem dos Estados Unidos e é transmitida quase sem modificações nas escolas de segurança nacional da América Latina”¹⁰⁸, em países como o Brasil foi qualificada e acrescida localmente com contribuições que reforçavam fatores que correspondiam à especificidade nacional.

Independente da existência de um pretenso programa de integração continental, como estratégia para conter o comunismo na região, houve também, simultaneamente, o interesse dos EUA e de parte das Forças Armadas regionais em um alinhamento com relação às questões políticas. Tal estratégia era uma necessidade norte-americana para impor sua supremacia diante das antigas potências do velho continente, bem como a liderança do bloco capitalista diante daquele liderado pela URSS. Os EUA, ao impor sua hegemonia, impunha também seu modelo político, econômico e social aos demais países do ocidente. Levando em consideração que o mundo vivia uma realidade de confronto bipolar (capitalismo/comunismo, ocidente/oriente, civilização/“barbárie”), era vital para os EUA garantir a coesão de seu bloco como condição para impedir o que era percebido como avanço do comunismo soviético.

Escolas especializadas nessa dinâmica de ação e percepção da ameaça comunista e de formulação e adequação de concepções doutrinárias se multiplicaram pela região: Paraguai (Escola Nacional de Guerra), Colômbia (Escola Nacional de Guerra), Bolívia (Escola de Altos Estudos Militares), Chile (Academia de Guerra) e Brasil (Escola Superior de Guerra)¹⁰⁹. A principal delas foi a Escola das Américas, no Panamá, dirigida pelos EUA. Segundo Comblin entre 1961 e 1977 fizeram treinamento nas escolas preparatórias dos EUA cerca de 33 mil militares latino-americanos¹¹⁰. Esse número demonstra o quanto as forças militares do Cone Sul tiveram uma formação conjunta e o quanto isso as alinhou à ideologia estadunidense de combate à subversão (contrainsurgência) e sedimentou as condições para futuras ações conjuntas.

¹⁰⁷PADRÓS, op. cit., 2005, p. 184.

¹⁰⁸COMBLIN, op. cit., p. 22.

¹⁰⁹Fundada no ano de 1948.

¹¹⁰COMBLIN, op. cit., p. 22.

Como já foi dito, após a Revolução Cubana as preocupações com uma “cubanização” da América Latina aumentaram. As ações de contrainsurgência se intensificaram em função desse temor. Cada acontecimento local na América Latina tornava o perigo da “cubanização” mais real. Após 1959 novos fatos aceleraram o processo, como a ascensão de um presidente de matriz trabalhista no Brasil, em 1961, ou a deflagração da crise dos mísseis em Cuba (1962). No caso do Brasil, em 1961, temia-se que João Goulart atendesse as reivindicações dos trabalhadores urbanos e rurais. Esse temor conseguiu articular, em menos de três anos, uma aliança entre a burguesia nacional, a oligarquia da terra, os representantes do capital estrangeiro e grande parte da cúpula das Forças Armadas, respaldadas pelos EUA, para promover um golpe de Estado no início de 1964¹¹¹. Anos mais tarde, em 1973, um presidente socialista eleito democraticamente no Chile foi literalmente “bombardeado”¹¹². Somam-se a isto as questões internas de cada país: o aumento das desigualdades sociais, o crescimento de uma esquerda inconformada com o grande abismo social existente, a insuficiência dos partidos políticos diante da crise, etc. Esses elementos fortaleceram a crença da necessidade de fomentar ações de contrainsurgência.

Observa-se uma profunda acentuação da mobilização dos movimentos sociais na América Latina que reivindicavam, no plano político, a ampliação do direito de voto e o aperfeiçoamento do sistema democrático com o efetivo reconhecimento de novos atores sociais. No plano econômico-social, ambicionavam uma melhor distribuição da propriedade da terra e da riqueza produzida em suas nações, a ampliação e disseminação de direitos trabalhistas para o conjunto da classe trabalhadora rural, assim como outras reivindicações mais que possibilitassem melhorar suas condições de vida¹¹³.

É preciso entender que mesmo que nestes países as causas que motivaram os descontentamentos se assemelhassem, havia diferenças importantes no contexto de cada conjuntura interna. Não pretendemos aqui traçar paralelos e diferenças entre as conjunturas ditatoriais, até porque este não é o nosso objetivo, mas, para além das diferenças locais, é preciso olhar para o Cone Sul de forma conjunta para entender os elos-chaves existentes: a base ideológica, os objetivos econômicos, o perfil dos setores dominantes, a violência repressiva contra o protesto social e a aplicação da metodologia do TDE. Em cada conjuntura, dada as dimensões geográficas, populacionais, econômicas e políticas, a violência estatal de SN deixou profundas marcas em parte da população. Dos dados existentes sobre o período,

¹¹¹ Esta aliança entre a burguesia nacional, parte da classe política conservadora e as Forças Armadas já estava em processo antes mesmo do suicídio de Getúlio Vargas. Com os acontecimentos mundiais dos anos 1960, tal aliança se fortaleceu.

¹¹² O Palácio de La Moneda em Santiago foi bombardeado em 11 de setembro de 1973 e o presidente Salvador Allende se suicidou após horas de resistência.

¹¹³ MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de segurança Nacional: algumas considerações sobre Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013, pp. 7–8.

pode-se afirmar que o saldo de pessoas torturadas, mortas e desaparecidas marcam a história do século XX no Cone Sul.

O TDE produzido pela aplicação da lógica da DSN extrapolou as fronteiras políticas existentes, realçando a noção de “fronteiras ideológicas”. Este conceito definiu um inimigo comum às diversas nações latino-americanas, como também aos EUA: o comunismo. Como o inimigo era ideológico foi necessário que cada país, alinhado com os EUA, vigiasse seus cidadãos para evitar uma subversão comunista interna. Interpretou-se que qualquer cidadão que possuísse ideias contrárias ao alinhamento político da ordem vigente era de alta periculosidade e que deveria ser imediatamente enquadrado, pois as ideias comunistas/socialistas/marxistas poderiam “contaminar” o tecido social desses países. Logo, os golpes de Estado que se sucederam no Cone Sul foram justificados com o discurso da necessidade da tomada de poder para conter o avanço comunista e para manter a “ordem democrática”. Por isso há uma diminuição das restrições colocadas pela existência de fronteiras políticas para a mobilidade do comando que atuam sobre eles e para além delas, contudo com a colaboração ou “omissão” (quanto ao controle) das forças de segurança do país vizinho, com o intuito de cercar os militares perseguidos que procuram esconder-se e refugiar-se do outro lado da fronteira. Dessa forma, era possível exportar métodos de tortura política e agentes encobertos, prender cidadãos dos países vizinhos e entregá-los aos seus perseguidores, nos países de origem. A política externa dos países que comungavam das diretrizes da DSN e aplicavam métodos de TDE se alinhava na Operação Condor e em outros esquemas de colaboração, em ações conjuntas na caça dos inimigos políticos e ideológicos.

A justificativa de contensão comunista era muito mais uma ação ofensiva do que defensiva e estava justificada pela necessidade de proteger a nação do “germe” infiltrado. A DSN na América Latina passou a ser colocada em prática, principalmente, após a guinada revolucionária da ilha caribenha, que perpassou de uma sociedade explorada pela voracidade do capital estadunidense e sob o tacão da ditadura de Fulgêncio Batista, a uma experiência revolucionária que se tornou um marco histórico e impactou profundamente toda América Latina.

Portanto, um dos fatores que devemos considerar ao analisarmos as ditaduras do Cone Sul é a presença marcante da DSN na montagem interna do combate à insurgência. É a partir dela que será desencadeada na América Latina nos anos 60 e 70, uma ofensiva de golpes de Estados e ditaduras. Consequentemente, neste contexto de “caça às bruxas”, o TDE surgiu com todas as suas faces, deixando sequelas para as sociedades que sofreram tais experiências. No marco do TDE nosso foco central será a repressão, mais especificamente a violência direta

contra as presas políticas.

2.2 VIOLÊNCIA SEXUAL: O CORPO DA MULHER COMO UM CAMPO DE BATALHA

Os delitos sexuais (principalmente o estupro) contra as mulheres e crianças têm sido utilizados como arma de guerra desde tempos remotos. Seria um trabalho muito árduo, talvez impossível, realizar uma pesquisa que desse conta dos diversos casos existentes só em contextos de conflito. No século XX, por exemplo, ocorreram inúmeras guerras, conflitos armados ou contextos ditatoriais em todo o mundo, o que comprova a existência daquelas práticas. Mas, mesmo que reconheçamos que trazer à luz da pesquisa histórica tal problemática seja uma tarefa difícil, não podemos negar a existência desse dado que atinge majoritariamente as mulheres. O fato é que muitas das vítimas destes crimes pertencem às mais diversas nações, grupos étnicos, religiosos ou posicionamento político e acabaram sofrendo estupros (muitos acompanhados de uma gravidez forçada), abusos, tortura sexual, prostituição forçada e escravidão sexual, sem contar as inúmeras violências de gênero.

Quando pesquisamos sobre os ataques sexuais nos corpos femininos podemos nos voltar para períodos remotos. Entretanto, não podemos dizer que tais práticas ficaram só no passado. Pelo contrário. Em pleno século XXI existem denúncias de mulheres e meninas forçadas a viver sob o domínio de homens na condição de escravas sexuais. Como exemplo disso, podemos citar as mulheres curdas que conseguiram fugir da condição de escravas sexuais do Estado Islâmico e hoje estão na linha de combate contra o grupo terrorista¹¹⁴.

No século XX a violação como arma de guerra foi usada, segundo a pesquisa de Andrew Solomon, em pelo menos 36 conflitos, “entre eles Bangladesh, Tchetchênia, Guatemala, diversos países africanos, Timor Leste e antiga Iugoslávia”¹¹⁵. Segundo o pesquisador, o relatório da organização *Human Rights Watch* aponta que os estupros “tem o claro objetivo de subjugar, humilhar e aterrorizar toda a comunidade, e não apenas as mulheres e meninas estupradas pelos milicianos”¹¹⁶. Portanto, a violência sexual (que pertence à violência de gênero) objetiva não só marcar as mulheres, mas toda a sua comunidade, ou seja, em contextos repressivos ou de conflitos armados, representa um plano sistemático que impõe de maneira cruel e humilhante o poder e a dominação que

¹¹⁴Estima-se que em junho de 2017 ainda há cerca de 3.500 mulheres e meninas sob o domínio do Estado Islâmico. O canal de televisão BBC *Three* (canal digital de televisão por assinatura da BBC de Londres voltada para o público jovem) produziu o documentário *Guns, Girls and ISIS* ("Armas, garotas e EI", em tradução literal) que relata a história dessas mulheres, desde o seu sequestro, passando pela condição de escravidão sexual, posterior fuga e, hoje, participação militar no combate.

¹¹⁵SOLOMON, op. cit., pp. 613-614.

¹¹⁶Ibid., pp. 613-614.

culturalmente os homens têm exercido sobre elas. Assim, o corpo feminino torna-se um campo de batalha onde o inimigo procura provocar dor e sofrimento, principalmente nas vítimas diretas.

Não é preciso nos remeter a um passado muito longínquo para compreender o uso político da violência sexual. No século XX, por exemplo, verificam-se em conflitos nacionais ou internacionais (caso da II Guerra Mundial), ou de repressão militar e estatal, que os crimes de assassinato, genocídio, tortura, prisões ilegais, tem sido objeto de denúncia pelos sobreviventes dessas práticas, configurando-se como atentados concretos contra os Direitos Humanos. Contudo, em se tratando de abusos, estupro e outras formas de violência sexual (como abortamento), a acolhida às denúncias não corresponde à mesma intensidade recebidas por outros tipos de violações aos direitos humanos. Isso ocorre devido ao fato de que, por muito tempo, tais práticas foram invisibilizadas socialmente. Mas,

La masividad que cobró la violencia sexual en diversos escenarios políticos y geográficos recientemente, afectando particularmente a mujeres y niñas, dio origen a un importante andamiaje jurídico en el derecho internacional de los derechos humanos y en el derecho internacional humanitario. En los tratados internacionales se enumeran muchas formas de violencia sexual: la violación, la servidumbre o esclavitud sexual, la prostitución forzada, los embarazos, abortos forzados, los casamientos forzados, la trata de mujeres [...] ¹¹⁷.

Somente na década de 1990, com os conflitos em Ruanda e na ex-Iugoslávia, o cenário jurídico se modificou, dando atenção especial aos crimes cometidos contra as mulheres.

Las violaciones masivas de mujeres en la ex-República de Yugoslavia y Ruanda, o la “limpieza étnica” en Bosnia plantearon en toda su crudeza la necesidad de abordar jurídicamente la problemática de una manera específica. El Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas, en diciembre de 1992, declaró que la “detención y violación masiva, organizada y sistemática de mujeres, en particular de mujeres musulmanas, en Bosnia y Herzegovina” era un delito internacional que debía ser sancionado. Posteriormente, en el Estatuto del Tribunal Penal Internacional para la Ex Yugoslavia se incluyó la violación como crimen de lesa humanidad, junto con otros delitos como la tortura y el exterminio, cuando se comete en un conflicto armado contra la población civil. ¹¹⁸

Mariana Jofilly, em seu artigo sobre a questão da violência sexual nas ditaduras latino-americanas, acrescenta outras questões significativas para a mudança na lei internacional sobre crimes praticados contra as mulheres. Segundo ela,

[...] houve uma grande mudança entre 1990 e 2003 em termos dos debates internacionais em torno da violência de gênero – as conferências internacionais de Viena, em 1993, e de Beijing, em 1995, e a Convenção de Belém do Pará, com o intuito de pôr um termo à violência contra a mulher – o que teria contribuído para aumentar a conscientização sobre o tema. [...] a ressignificação da violência contra a

¹¹⁷GONZÁLEZ, op. cit., p. 44.

¹¹⁸ Ibid. p.45.

mulher e, em particular, do crime sexual no direito civil, fruto de anos de luta do movimento feminista, aliada a uma nova reflexão sobre o lugar da mulher na sociedade, trazida ao debate público com o desenvolvimento dos estudos de gênero, contribuíram para a criação de um espaço social de escuta capaz de acolher as denúncias dos abusos sofridos durante as ditaduras militares sob uma nova chave de compreensão¹¹⁹.

Para fazer uma análise histórica de práticas violentas como a violência sexual, é importante considerar a perspectiva de gênero. Somente assim é possível perceber as estruturas de poder existentes que atravessam essas questões e mais as de classe e raça. A percepção que grande parte das pessoas¹²⁰ tem sobre gênero é um binarismo representado por diferenças biológicas (sexo). Há a construção de uma ideia, na maioria das sociedades (principalmente as que mantêm o machismo como algo estrutural), de que existem apenas dois gêneros (sem nenhuma variante)¹²¹ e que há uma hierarquia entre ambos. Atribui-se, socialmente, valores, modelos, arquétipos, representações para cada gênero e assim se define o que cabe ao feminino e ao masculino. Nesta hierarquia, o gênero feminino - ou as pessoas identificadas com o gênero feminino - são vistas com “inferioridade”; um homem que se identifique com a identidade feminina será visto e tratado - em muitas sociedades - como alguém que está à margem dela. Por exemplo, os crimes de ódio contra transexuais, travestis e/ou homossexuais (mesmo que a identidade de gênero do homem homossexual seja masculina) são bem significativos e isso indica o quanto está naturalizada a percepção de que o feminino (seja uma mulher no sentido biológico ou na identidade) é inferior, ou digna de enquadramento social.

Nas sociedades modernas ocidentais determinaram-se papéis sociais e, nestas definições, os espaços de atuação feminina ficaram restritos ao âmbito privado, sobretudo o lar. A cientista política Carole Pateman realiza uma leitura aprofundada sobre o pensamento político ocidental e apresenta uma visão feminista sobre a noção do Contrato Social (modelo dos Estados Modernos, principalmente os ocidentais), já que estudou os contratualistas do período moderno como Jean-Jacques Rousseau, Thomas Hobbes e John Locke, entre outros. A obra de Pateman, *O Contrato Sexual*, é relevante para pensar a violência sexual contra o ser feminino, pois avança no sentido de avaliar o pacto civil moderno, incluindo as noções de

¹¹⁹ JOFFILY, Mariana. Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber? **Revista Ensaios**. SUR 24 - v.13 n.24, 165-176, 2016, pp. 169-170.

¹²⁰ Pessoas que não estão inseridas nos debates teóricos ou militantes sobre gênero e feminismo.

¹²¹ Como exemplo de variantes que são “enquadradas” podemos citar o nascimento de um ser humano hermafrodita. Devido às implicações sociais, os médicos e seus pais decidem o gênero do recém-nascido por uma definição científica de uma sexualidade dominante na criança, conforme as características biológicas que mais se sobressaem. A partir daí esta criança passa a ser entendida como menina ou menino pela sociedade e recebe do exterior todas as definições construídas e estereotipadas ao seu gênero. Cores (azul ou rosa), brinquedos, padrões comportamentais, etc.

gênero, ressaltando que: “[...] enquanto o contrato social é uma história de liberdade, o contrato sexual é uma história de sujeição”¹²². Essa frase é a percepção da autora sobre o quanto este pacto civil excluiu o gênero feminino. Aliás, este é um dos pontos centrais da sua obra: a questão das exclusões¹²³.

A relevância da reflexão de Pateman se relaciona a sua capacidade em perceber o jogo político e entender que o contrato sexual subsumido norteia o contrato de casamento através do qual as mulheres acabam se sujeitando aos homens (seus maridos). Estes, através do contrato de casamento, podem ter relação sexual e criar uma família, primeiro elo associativo (o núcleo da sociedade) entre as partes.

A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito dos homens de desfrutar de igual acesso sexual às mulheres estão em questão na produção do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original constitui tanto a liberdade quanto a dominação. A liberdade dos homens e a sujeição das mulheres são criadas por meio do contrato original – e a natureza da liberdade civil não pode ser entendida sem a metade faltante da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é estabelecido por meio de contrato¹²⁴.

A partir das observações de Robert Filmer¹²⁵, Pateman concorda que o poder político, na sua origem, estabeleceu um direito sexual do homem sobre a mulher, pois esta é “o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformaram seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil”. Logo, há uma submissão da mulher ao homem legitimado por um contrato de casamento. Sendo assim, os direitos políticos das mulheres acabam sendo ocultados, silenciados e negligenciados desde a origem do contrato escrito pelos contratualistas da era moderna.

É importante considerar a análise e as críticas que Pateman levanta, pois em vários aspectos é possível pensar que tal subordinação - exclusão e submissão ao homem em troca de uma semicidadania e segurança - ajuda a entender as questões relativas ao uso do ato sexual (na forma de violência) como uma disputa de poder. Pela violação subordina-se a mulher, considerada inimiga e, ao mesmo tempo, tira a posse do masculino associado a ela. O homem, ao tomar à força a mulher de outro, ressignifica a posse da mulher, como acontecia nas guerras do passado, quando um exército avançava sobre o território do seu inimigo e apropriava-se do mesmo, saqueando-o e fazendo das mulheres ali existentes uma extensão do

¹²² PATEMAN, op. cit., p. 16.

¹²³ O que não significa que no período iluminista era inexistente mulheres pensando uma sociedade civil que lhes coloque em pé de igualdade, uma das contratualistas mais conhecida do período é Mary Wollstonecraft que escreveu Reivindicação dos Direitos das Mulheres.

¹²⁴ PATEMAN, op. cit., pp. 16-17.

¹²⁵ Sir Robert Filmer foi um teórico político do século XVI que defendia o direito divino dos reis.

botim de batalha. Portanto, nesse sentido, a violência sexual passa a ser, também, uma arma de guerra ou uma arma política (quando a “guerra” é ideológica).

Ainda sobre o uso do estupro como uma forma de enquadramento político, destacam-se as reflexões de Angela Davis. É importante reforçar que Davis critica em seu trabalho Susan Brownmiller, uma das mais importantes pensadoras feministas sobre a questão do estupro e seus usos políticos. *Against Our Will: Men, Women, and Rape*¹²⁶ foi publicado em 1975 e na década de 1990 tornou-se obra emblemática indicando, entre outras afirmações, que o crime de estupro pertence a um processo racional de coerção da mulher pelo homem. Desta forma a intimidação pela violência sexual acaba mantendo as mulheres em constante estágio de alerta e medo. Assim, Brownmiller entende que o crime de estupro deixa de ser um crime violento e ganha aspectos políticos.

Desde os tempos pré-históricos até o presente, acredito, o estupro tem representado uma função vital; não é nada mais nada menos do que um processo consciente de intimidação através do qual todos os homens mantêm todas as mulheres num estado de medo... Como a arma básica de força contra as mulheres, o estupro, uma prerrogativa masculina, é menos um crime sexual do que uma chantagem de proteção; é um crime político, o meio definitivo de os homens manterem as mulheres subordinadas como o segundo sexo¹²⁷.

Davis concorda com a tese de Brownmiller, porém discorda em outras questões que são muito pertinentes. “Não se pode negar que o livro de Brownmiller seja uma contribuição acadêmica pioneira à literatura contemporânea sobre estupro. Ainda assim, muitos argumentos que ela usa infelizmente estão impregnados de ideias racistas”¹²⁸.

Davis discordou veementemente da perspectiva de Brownmiller sobre o fator racial como um determinante para impulsionar o crime de estupro, pois para Brownmiller e outras intelectuais há a interpretação, racista, que acredita que “os homens de minorias étnicas são especialmente propensos a cometer violência sexual contra mulheres”¹²⁹ quando, em verdade, tanto nos EUA (quanto no Brasil) o estupro foi utilizado sobretudo pelos homens brancos como mecanismo de punição e enquadramento de mulheres escravizadas (negras ou indígenas).

Infelizmente, Brownmiller não é a única escritora contemporânea a ser influenciada pela ideologia racista [...]. Como Brownmiller, Mackellar e Russel, Firestone sucumbe ao velho sofisma racista [...]. Suas exposições facilitaram a restauração do desgastado mito do estuprador negro. Sua miopia histórica ainda impede de compreender que a representação dos homens negros como estupradores reforça o convite aberto do racismo para que os homens brancos aproveitem sexualmente do

¹²⁶ BROWNMILLER, 1975 apud DAVIS, 2016, p. 182.

¹²⁷ BROWNMILLER, 1975 apud VILHENA; ZAMORA, 2004, p. 116.

¹²⁸ BROWNMILLER, 1975 apud VILHENA; ZAMORA, 2004, p. 116.

¹²⁹ DAVIS, op. cit., p. 182.

corpo das mulheres negras¹³⁰.

Nesse sentido, Davis critica duramente a colaboração de Brownmiller na construção do mito do homem negro “estuprador”, mito que acaba favorecendo os homens brancos. Percebe-se que há, nesta lógica, uma sujeição de mulheres por questões que ultrapassam o desejo sexual, tendo em vista que o estupro é cometido para demonstrar poder, força e dominação. Por isso, Angela Davis interpreta o estupro como arma política de enquadramento social, mas faz ressalvas aos apontamentos de Brownmiller, justamente porque esta, ao indicar casos de mulheres estupradas que denunciaram homens negros, desenvolve uma análise que perpetua o estigma que sexualiza as pessoas de pele negra. Ou seja, homens negros agem “feito animais” pelo sexo, como forma de obter algo que o branco tem (as mulheres brancas). As mulheres negras passam também a compor a normativa que entende o corpo negro como algo sexual e de fácil acesso. Ao encontro das discussões sobre o uso do estupro como ferramenta política, acrescentamos a afirmação lapidar das psicólogas Junia de Vilhena e Maria Helena Zamora: “o ato pouco tem a ver com a busca por sexo, com atração erótica, com uma virilidade exacerbada, mas sim com a reafirmação de quem manda [...]”¹³¹.

Ainda sobre o uso do estupro como arma política e de guerra destacamos casos de conflitos armados paradigmáticos. Para exemplificar recorreremos à menção do avanço das tropas nazistas que, em direção ao leste europeu, cometeram violações massivas contra mulheres dos países ocupados. Da mesma forma, lembra-se que mulheres judias foram feitas escravas sexuais nos campos de concentração e extermínio, fato semelhante ao promovido pelas tropas imperiais japonesas, conforme avançavam na Ásia:

En la Asía, se estima que el Ejército Imperial japonés desde el año de 1932 y hasta el fin de la Segunda Guerra Mundial, violó y esclavizó sexualmente a 200.000 mujeres asiáticas provenientes de Corea, China, Filipinas, Indonesia, etc. Se estima que la toma de la ciudad china de Nanking por el Ejército imperial japonés, implicó el asesinato de 300.000 personas, y la violación de 20.000 mujeres antes de ser asesinadas. Ni en los Tribunales Militares Internacionales de Nurember ni de Tokio llevados a cabo contra Alemania y Japón en los años de 1945 y 1946 respectivamente, los procesados fueron juzgados y castigados por los actos de violencia sexual¹³².

A advogada e pesquisadora Analía Aucía que contribuiu para a pesquisa *Grietas en el silencio* analisou estes dados em pesquisas sobre violência sexual em conflitos armados¹³³. Nota-se, no pequeno trecho citado anteriormente que a questão da invisibilidade da violência

¹³⁰ DAVIS, op. cit., pp. 183-186.

¹³¹ VILHENA; ZAMORA. op. cit., p. 116.

¹³² AUCÍA, op. cit., p. 43.

¹³³ A autora cita o trabalho de María Julia Moreyra intitulado *Conflitos armados y violencia sexual contra as mujeres*, entre outras pesquisas sobre a temática. Ver: AUCÍA, op. cit., p. 43.

sexual contra as mulheres nos tribunais de direitos humanos é bem concreta. Mesmo que os números sejam significativos, como os da cidade de Nanquim, na China, não foram suficientes para serem compreendidos como crimes de lesa humanidade específicos contra as mulheres. Embora os casos citados sejam anteriores à Guerra Fria, tais práticas não ficaram no passado. No marco das ditaduras de SN, de fato, também ocorreram. Entretanto, antes de analisarmos os casos específicos dos países do Cone Sul destacamos, duas experiências ocorridas nas décadas de 50 a 70 e que se assemelham àqueles: Argélia e Vietnã.

Nestes dois casos os elementos de TDE também foram usados de forma deliberada. Aliás, os conflitos nesses países produzidos por ações imperialistas ou neocoloniais foram marcados pelo uso de táticas repressivas que, posteriormente, foram adequadas e disseminadas na América Latina através das instruções importadas por especialistas de Guerra Contrainsurgência dos EUA, na Escola das Américas ou por militares franceses que ali prestaram serviço ou que o fizeram diretamente mediante missões militares de intercâmbio na Argentina e no Brasil. A guerra de independência da Argélia (colônia francesa) ocorreu entre os anos de 1954 a 1962. Muitas das táticas aplicadas contra os militantes vinculados a organizações que lutavam pela libertação nacional foram elaboradas e experimentadas pela metrópole francesa. Parte dos métodos testados nessas experiências foram, posteriormente, associados à violência estatal do Cone Sul (particularmente a tortura com choque elétrico e psicológico, uma variante de voos da morte e a distribuição da zona urbana e da população em quadrículas). O Vietnã, após ter sofrido a dominação francesa (quando ainda era parte da Indochina), sofreu, nos anos 60, com a presença de tropas estadunidenses no seu território. Além de sofrer bombardeios massivos de uma guerra convencional, mas com napalm e agente laranja, a população vietnamita sofreu com o sequestro e desaparecimento de milhares de lideranças sociais e ativistas dentro da lógica daquilo que depois seria aplicado em toda América Latina como prática relacionada à aplicação de TDE da DSN. Diante do volume e da intensidade dos crimes cometidos contra as populações locais deve-se apontar também que nestas situações ocorreram crimes sexuais. A pesquisadora Aucía relata que na guerra da Argélia o exército francês executou violações massivas contra mulheres árabes. Da mesma forma se comportaram os soldados norte-americanos diante das mulheres vietnamitas¹³⁴.

Dito isto, podemos ver que, independente, do período que seja abordado há contextos de extrema violência à interpretação (pelo masculino) de que o corpo das mulheres (feminino) é passível de ataque e pode tornar-se objeto de prazer, dominação e também disputa de poder.

¹³⁴ Analfía Aucía cita a pesquisa de Susan Brownmiller intitulada *Contra nuestra voluntad*. Ver: AUCÍA, op. cit., p. 43.

Para os crimes sexuais, a questão política, a disputa ideológica ou o preconceito étnico e/ou religioso é um fator determinante para a expressão dessa violência. Violam-se as mulheres para mostrar quem está no poder, quem ganhou. Nesta lógica, em todos os casos apontados aqui e mesmo em outros contextos (até relacionados com o século XXI) as mulheres são vistas politicamente de modo inferior, como seres que devem se sujeitar ao masculino e que devem ter resiliência diante da soberania masculina.

É possível inferir que, numa perspectiva dialética, quanto mais as mulheres levantam a bandeira do feminismo, lutam contra a desigualdade de gênero e o feminicídio (com campanhas de mobilização social como o *Ni una menos*¹³⁵) ou buscam mais representatividade política, haverá resistência conservadora que tenderá a limitar suas mobilizações político-sociais contra ataques sexistas e a cultura do estupro. Isto está vinculado à pobreza de políticas públicas que erradiquem a violência de gênero, a carência de uma educação que contemple questões de gênero em sala de aula em todas as esferas de formação (ensino fundamental, médio e superior) e políticas de memória para que, através dos casos históricos se possa sensibilizar as gerações presentes e futuras no sentido de buscar uma desconstrução do machismo estrutural existente.

2.2.1 VIOLÊNCIA SEXUAL NAS DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL

Apontaremos e analisaremos de forma panorâmica, a seguir, casos de violência sexual que dizem respeito às ditaduras, mas que ocorreram em países que não são foco central desta dissertação. Entretanto, consideramos importante este registro para demonstrar a presença comum desta especificidade de violência dentro da lógica do TDE vinculado às ditaduras de SN. São casos escolhidos pela contundência das suas manifestações, com características que se assemelham às dos casos ocorridos no Brasil e na Argentina. Acredita-se ser relevante

¹³⁵ Esta frase é um grito coletivo contra a violência de gênero, um basta ao feminicídio. Um grupo de jornalistas, ativistas, artistas, intelectuais entre outras mulheres se organizou na Argentina por conta do número de assassinatos de mulheres. Elas afirmam que a cada 30 horas uma mulher é morta por ser mulher na Argentina. Este grito virou campanha coletiva com a adesão de milhares de argentinas e rapidamente se espalhou pelos demais países da América do Sul. No dia 3 de junho de 2015, na Praça do Congresso em Buenos Aires e em diversas outras praças da Argentina, multidões de mulheres, somadas a outras entidades e movimentos sociais foram firmar o apoio à campanha de combate ao feminicídio e a violência de gênero. A página oficial da organização é: <<http://niunamenos.com.ar/>> Acesso em: 15 de maio de 2017. São inúmeras as organizações de mulheres espalhadas pelo mundo inteiro que lutam pelo fim da violência contra elas e outros grupos minoritários. É importante salientar que qualquer política que seja favorável na construção de uma sociedade mais igualitária nasce da pressão, das demandas existentes e da mobilização de grupos que as reivindicam. São os movimentos sociais que resistem e lutam pelos seus direitos e assim seus direitos são conquistados. Um exemplo que podemos citar é a lei brasileira nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha. Para mais informações ver em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm>. Acesso em junho 2017.

apontar certas semelhanças, no que diz respeito à violência sexual, em casos que extrapolam o recorte espacial escolhido para que se possa compreender que a lógica da repressão política ultrapassou barreiras nacionais, colocando no centro da questão uma dinâmica de troca de experiências, intercâmbios de informação e até de operações em conjunto, (casos da Operação Condor) sob uma mesma lógica de terror. Também é importante salientar, neste paralelo, a violência sexual contra as mulheres para que se possa ter uma perspectiva de gênero macro que ultrapasse as questões nacionais e permita compreender como impacta na estrutura de uma sociedade regida por um patriarcado moderno¹³⁶ e um machismo estrutural que reforça o poder dos homens sobre as mulheres, ou seja, do masculino sobre o feminino, mas com o componente adicional de estar estruturada sob a lógica das diretrizes da DSN e do combate ao inimigo interno (ou seja, como se atua diante dos “inimigos internos”).

A partir dessa ideia apresentaremos casos de mulheres paraguaias, uruguaias e chilenas que foram submetidas a torturas sexuais, violações, prisão ilegal e todo tipo de violência dentro dos marcos repressivos das ditaduras de SN. Acreditamos que, desta forma, podemos ampliar o olhar e entender o quanto as experiências repressivas se assemelham.

Antes de tudo é importante ressaltar que a violência sexual praticada no marco do TDE durante as ditaduras de SN se demonstrou corriqueira e massiva. É possível constatar nos relatos das experiências traumáticas, como a hierarquização de gênero está presente, reafirmando o poder hegemônico do masculino sob o feminino e, ao mesmo tempo, oculta tais práticas, mantendo-as na invisibilidade, pois muitas das sobreviventes silenciaram por muito tempo, seja por culpa ou por vergonha (por acreditarem que eram responsáveis pelos danos que sofreram ou porque os espaços de escuta não existiam ou não estavam interessados em ouvir seus relatos). O número pequeno de mulheres participando nas Comissões da Verdade como entrevistadoras e investigadoras pode ter contribuído para desencorajar as mulheres vítimas dessas modalidades de violência, a depor publicamente¹³⁷.

Até pouco tempo, a maior parte das pesquisas acadêmicas ou as denúncias que abordaram a repressão contemplavam, majoritariamente, a tortura, deixando à margem

¹³⁶ Pateman considera possível utilizar o conceito de Patriarcado Moderno como expressão de poder político, pois para ela o privado também é político. Portanto, ela acredita que não seja interessante abandonar o uso deste conceito, pois isso “representaria [...] a perda, pela teoria política feminista, do único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens. Se o problema não for nomeado, o patriarcado poderá muito bem ser habilmente jogado na obscuridade, por debaixo das categorias convencionais de análise política. [...] Grande parte da confusão surge porque ‘patriarcado’ ainda está por ser desvendado das interpretações patriarcais de seu significado. [...] É urgente que se faça uma história feminista do conceito de patriarcado. Abandonar o conceito significaria a perda de uma história política que ainda está para ser mapeada. PATEMAN, op. cit., pp. 39-40.

¹³⁷ Para as questões que se relacionam à ausência de escuta. Ver em: JOFFILY, op. cit., 2016.

questões que se relacionava com a violência de gênero e sexual. Fora do campo acadêmico, no cinematográfico, por exemplo, podemos citar produções que foram realizadas durante ou logo após a vigência das ditaduras, como o documentário *BRASIL: relatos de tortura ocorridas durante a Ditadura Militar*, produzido no Chile, em 1971, por Haskell Wexler e Saul Landau¹³⁸ ou o filme *Pra frente, Brasil*, produção brasileira realizada no final da ditadura (1982)¹³⁹. Ambas as produções foram efetuadas no contexto da ditadura brasileira e contemplam situações de censura, perseguição política, medo, silêncio social e, principalmente, tortura. No documentário realizado no Chile, as mulheres que relataram as torturas sofridas não destacaram a violência sexual como elemento direcionado a elas, mas isso não significa que não tivesse ocorrido. Quando afirmamos que a violência sexual foi mais direcionada às mulheres não quer dizer que muitos homens não a sofreram também, mas acredita-se que a intencionalidade dos repressores foi distinta. Um homem, em uma sessão de tortura pode sofrer muitas agressões, mas não necessariamente de cunho sexual. Nas mesmas condições de tortura, as chances de uma mulher sofrer agressão sexual - como, por exemplo, ter o corpo “acariciado”, levar um soco no seio ou na barriga em casos de gravidez - são maiores. Olívia Joffily disserta sobre estas particularidades.

É no contexto da tortura e das formas que ela assume que as relações opressoras de sexo/gênero atingem seu ápice. Evidentemente, a tentativa de cisão entre o corpo e a mente por meio de intensa dor física e psicológica não se restringiu às mulheres. Ambas as categorias de sexo foram indiscriminadamente violentadas em sua integridade física e moral. No entanto, as torturas de cunho sexual foram preferencialmente aplicadas às mulheres [...] vale lembrar que os torturadores eram, se não em sua totalidade, pelo menos em sua esmagadora maioria, homens. E como, para eles, as mulheres das quais queriam obter informações eram ‘putas’, nada mais lógico do que alternar as seções de tortura com violência sexual. A dor física, nesse caso, é acrescida de atos de natureza íntima, aumentando o sentimento de humilhação das vítimas¹⁴⁰.

Ainda entre os filmes citados merece destaque uma obra que estava à frente das questões relacionadas à violência de gênero e sexual: *Que bom te ver viva* (1989), dirigido por Lúcia Murat, ex-presas política. O filme apontou o foco central nas mulheres (enquanto sujeitos históricos), bem como desenrolou uma perspectiva de gênero, pois, a cineasta selecionou somente mulheres, que foram presas políticas, como protagonistas centrais, ao lado da personagem fictícia interpretada pela atriz Irene Ravache. Essas mulheres relatam a violência de gênero e sexual sofrida, a questão da maternidade, a tortura sexual, etc.¹⁴¹ O

¹³⁸ São relatos dos 70 presos trocados pelo embaixador suíço. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FbiQBTXieU8>>. Acesso em maio de 2017.

¹³⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rzj1_bD3BDI>. Acesso em maio de 2017.

¹⁴⁰ JOFFILY, op. cit., 2010, p. 130.

¹⁴¹ O documentário está disponível online. Vem em: <<https://www.youtube.com/watch?v=n5rFucrx0B4>>.

filme talvez tenha sido concebido dessa maneira pelo fato da cineasta ter sido presa política durante a ditadura e sofrido torturas sexuais¹⁴². Por outro lado, seu contexto de produção coincide com o crescimento do movimento feminista, reivindicando igualdade de direitos de gênero¹⁴³.

Entretanto, ainda nos anos 70, as questões relacionadas à violência específica contra as mulheres não foram consideradas tão relevantes em contraste com o legado de torturas, exílios, prisões arbitrárias, assassinatos e desaparecimentos, mas isso não significa dizer que tais arbitrariedades não estejam atravessadas pelas questões de gênero. Até pouco tempo, em diversos países da América Latina, qualquer tipo de abuso ou violação cometido contra uma mulher era visto como um atentado à honra da família (pai, irmãos, marido, etc.) O fato em si não era tido como um ataque aos direitos humanos da mulher, mas a moral dos homens e do núcleo familiar. Entendia-se que a sexualidade da mulher era algo que não lhe pertencia. Logo, a gravidade do crime consistia no defloramento que poderia “manchar” a sua honra (que era a honra da família).

As torturas sexuais, abusos e estupros realizados nas mulheres no marco do TDE tiveram uma função disciplinadora. Trata-se de mecanismos que puniram duplamente, pois enquadravam as mulheres, ao mesmo tempo em que visavam ferir a honra dos homens vinculados. Em relação à violência sexual exercida sobre homens é necessário esclarecer que a carga simbólica deste ataque foi direcionada para ferir a masculinidade do preso político, rebaixando-o na hierarquia dos gêneros. A masculinidade foi construída com diversos valores que se associam ao falo, à virilidade, à força, à valentia, ao poder, à razão, à inteligência, à dominação, etc. Quando um homem sofre violação, ele tem ferido os valores simbólicos da sua identidade masculina, por isso muitos homens que sofreram tortura sexual silenciaram sobre a mesma, principalmente quando envolve violação. Em contrapartida, quando ocorre a

Acesso em maio de 2017.

¹⁴² Lúcia Murat relata que sofreu abusos, estupro e tortura sexual, inclusive com baratas. Para maiores detalhes ver seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade do Estado do Rio de Janeiro em 28 de maio de 2013, juntamente com a historiadora Dulce Pandolfi. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZwyKtFdZrKk>>. Acesso em junho de 2017.

¹⁴³ A Constituição brasileira de 1988 é um marco na defesa de direitos igualitários para homens e mulheres no País. “No processo de luta pela restauração da democracia, o movimento de mulheres teve uma participação marcante, ao visibilizar um conjunto de reivindicações relativas ao seu processo de exclusão, assim como ao lutar pela inclusão dos direitos humanos para as mulheres. Seu marco foi a apresentação da Carta das Mulheres Brasileiras aos Constituintes (1988), que indicava as demandas do movimento feminista e de mulheres. A Carta Magna de 1988 incorporou no Artigo 5º, I: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição” e no Artigo 226, Parágrafo 5º: “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos pelo homem e pela mulher”. Esses dois artigos garantiram a condição de equidade de gênero, bem como a proteção dos direitos humanos das mulheres pela primeira vez na República Brasileira”. Ver em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/constituicao-de-1988-e-marco-na-protecao-as-mulheres>>. Acesso em maio de 2017.

violação no corpo feminino, a mensagem enviada é a de demonstração de poder, dominação e soberania masculina.

La violencia con características sexuales, cosifica a las personas para la satisfacción de otro, pero no en términos de placer físico/sexual. Tal como dijimos la violencia sexual no se ejerce para satisfacer “deseos sexuales”. Hay allí, fundamentalmente, un deseo de manifestar el poder sobre el cuerpo de otras y otros. El terrorismo sexual há sido un mecanismo entre otros de objetalización de los sujetos. [...] La posibilidad de violar, de someter a servidumbre sexual, significa y resignifica lo femenino, a través de las marcas en los cuerpos de las mujeres. Se inscribe un poder de dominio masculino – que en manos de agentes del Estado es de terrorismo sexual – al mismo tiempo que se reinscribe permanentemente en la estructura patriarcal y sus desigualdades en el ejercicio de poder¹⁴⁴.

Nas experiências ditatoriais no Cone Sul, mas também nos conflitos armados de outras regiões da América Latina, como Haiti, Peru, Guatemala, El Salvador e Honduras, entre outros, tais práticas são recorrentes. Na maioria desses países o saldo entre mortos/desaparecidos e pessoas que sofreram tortura é expressivo, mas convém destacar que, assim como se exerceu a tortura contra homens e mulheres, nas mulheres praticaram-se - além da tortura sexual, também praticada no sexo masculino, abusos, estupros individuais e/ou coletivos, escravidão sexual, violência de gênero, ataques contra a gravidez (experiência sempre reservada ao sexo feminino). No caso da gravidez, muitas mulheres tiveram seus corpos profanados com violações, agressões na barriga e choques elétricos na vagina com a intencionalidade do abortamento, pois na lógica das sociedades machistas e cristãs a mãe é um ser divino, puro e associado à Virgem Maria, não cabendo este “papel” a uma mulher envolvida com militância política, que, em cenários de luta, é tachada de “puta”, “vaca comunista” entre outros adjetivos depreciativos de cunho moral. Na prática, os agentes repressivos não respeitavam as mães militantes de esquerda e, muito menos, aquelas vinculadas à luta armada.

Os relatos apresentados nos próximos subitens foram extraídos de documentos disponíveis na internet. Para o caso paraguaio, utilizamos como suporte o artigo de Alfredo Boccia Paz¹⁴⁵ e a pesquisa de Line Bareiro e Marcella Zub Centeno.¹⁴⁶ Além deste material específico, os relatos apresentados foram extraídos do Informe da Comissão da Verdade e Justiça (CVJ) do Paraguai, que incluiu no seu corpo documental questões referentes à violência sexual durante a ditadura de Strossner. Para os casos da ditadura uruguaia usamos

¹⁴⁴ AUCÍA, op. cit., p. 67.

¹⁴⁵ PAZ, Alfredo B. Represión Política y Género en la Dictadura Paraguaya. In: WOLFF; PEDRO. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis. Ed. Mulheres, 2010.

¹⁴⁶ BAREIRO; CENTENO. Violencia de género en la dictadura. Las mujeres en el Informe de la Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay. In: SONDERÉGUER, María. **Gênero y poder**. Violencias de género en contexto de represión política y conflictos armados. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

como referência as pesquisas de Enrique Padrós¹⁴⁷, Soledad González Baica e Mariana Risso Fernández¹⁴⁸ e Graciela Sapriza¹⁴⁹. Também utilizamos reportagens de periódicos *online* e a entrevista com uma mulher uruguaia residente em Porto Alegre que também passou por tortura sexual e violações¹⁵⁰. Por fim, para o caso chileno, utilizamos como suporte o artigo de Mariana Joffily¹⁵¹ que contempla questões sobre memória e gênero nas ditaduras do Cone Sul. Também utilizamos os relatos do Relatório da Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura no Chile (a Comissão Valech, realizada em 2003).

Vale ressaltar que, embora sejam materiais retirados da imprensa ou dos relatórios finais das comissões, são relatos de memória produzidos em diferentes momentos. Esta observação é salientada, pois além do período em que os depoimentos foram concedidos existe, muitas vezes, uma intenção que se buscou ao relatar tais formas de violência e que deve ser contextualizada. A memória aqui é relevante para compreender os eventos traumatizantes que as vítimas sofreram e que, certamente carregam até hoje. As ressignificações que as memórias (coletivas e individuais) recebem ao longo de uma vida - pois elas transitam conforme o amadurecimento dos indivíduos - assim como as influências políticas, sociais e culturais que as alteram podem acabar pulverizando-as ou solidificando-as. Esta solidificação está relacionada também aos eventos individuais e sua interação com o contexto social.

Cabe ao historiador, que fará uso destes relatos de memória, interpelar suas fontes e cruzá-las com o conhecimento prévio do tema, além de informações advindas de outros acervos documentais. O que não corresponde ao historiador é julgar se é verídica ou não, por exemplo, a afirmação de uma mulher que diz ter sido estuprada ou que recebeu choques elétricos na vagina e no ânus. O ônus da prova de uma violência deste teor não deve ser da vítima. Se a vítima afirma com precisão de detalhes sua tortura é de bom tom e ética profissional considerar como ocorrido o que é relatado pelo depoente. Podem haver imprecisões quanto ao tempo, ao espaço físico, a quantidade de vezes que a pessoa foi torturada e às pessoas que participaram da agressão, mas as marcas que ficam no pós-evento

¹⁴⁷ PADRÓS, op. cit., 2005.

¹⁴⁸ BAICA, Soledad. G. y FERNÁNDEZ, Mariana. R. (orgs). **Las Laurencias: Violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguay**. Montevideo: Trilce, 2012.

¹⁴⁹ SAPRIZA, Graciela. Memoria y memorias de mujeres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). In: PEDRO, Joana M; WOLFF, Cristina S. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

¹⁵⁰ A primeira entrevista foi realizada por Janaína Athaydes Contreiras e Enrique Serra Padrós em junho de 2016 e a segunda foi realizada em dezembro de 2016 por Janaína. O material completo abrange umas quatro horas de gravação.

¹⁵¹ JOFFILY, op. cit., 2010.

traumático não se apagam da memória facilmente. Cabe também ao historiador trabalhar com honestidade e sentido ético, evitando uma revitimização dos depoentes, lembrando que as pessoas que relatam tal violência foram sujeitos de uma história maior e que, embora tenham sido vítimas de determinada ação, foram e são, também, sobreviventes e a publicização de sua experiência reforça o caráter da sua iniciativa de resistência, agora com o intuito de não silenciar diante da injustiça, do esquecimento e da impunidade. Portanto, é preciso problematizar de forma coerente, evitando cometer críticas pessoais aos depoentes, pois cada experiência está inserida num contexto cultural e político que consolida fragmentos de memória e os transforma com o passar do tempo. Retomando Pollak reafirmamos que existem eventos ou marcos que permanecem como imutáveis, pois não podem ser reduzidos e a memória sobre eles acaba por solidificar-se de tal forma que impede contradições ou mudanças. Enquanto memória, a violência sexual atinge o campo simbólico da identidade de gênero, da moral, dos valores sociais e, conseqüentemente, da psique humana. O problema é, justamente, o silêncio das vítimas que acaba guardando, tal qual segredo profundamente íntimo, aquilo que mais as feriu e se remodelou. Não são poucos os casos de pessoas que ao relatarem suas histórias destacam o fator violência sexual como um marco que divide um antes e um depois.

Para a mulher que passa pela experiência, a sensação é descrita como semelhante a da morte. “Antes tivesse morrido!”, dizem algumas sobreviventes. Outras dividem sua vida em antes e depois do episódio ou da fase de violência sexual, tendo o episódio sido decisivo em mudanças e decisões drásticas na vida e às vezes às tentativas ou consumação de suicídio. [...]Reduzida ao desamparo, privada de sua integridade, não querendo mais ser vista ou sequer percebida, temendo um homem em particular e depois todos os homens, a vítima é tomada por uma espécie de culpa de sobrevivente, rememora intensamente a violência, destruindo-se no ato e no transbordamento da repetição de seus *estupro-pensamentos*, um filme sem fim de final infeliz¹⁵².

Uma mulher que, por exemplo, sofreu um estupro ou abuso sexual não será a mesma, no sentido psicológico e social, a partir do ato de violência. As cicatrizes que esse tipo de violência deixa, somadas à tortura e todos os maus tratos sofridos acabam construindo um ser com problemas emocionais, de baixa autoestima e confiança em si e nos outros, como bem apontam as psicólogas Junia de Vilhena e Maria Helena Zamora.

2.2.1.1 Violência sexual no Paraguai (1954–1989)

O Paraguai vivenciou um longo processo histórico de repressão política que se

¹⁵² VILHENA; ZAMORA. op. cit., pp. 120-121.

intensificou após 1954, com o início da ditadura de Alfredo Stroessner que se prolongou até 1989¹⁵³. Embora o golpe de Estado deste país seja anterior aos demais países do Cone Sul há muitas características que o assemelham às ditaduras do Brasil, Uruguai, Chile e Argentina. No longo período em que governou, Stroessner tentou manter um verniz aparentemente democrático com a realização de eleições e a existência de partidos políticos, leis e até constituição. Mas tudo isso não passou de fachada para perpetuar-se no poder por 35 anos. Sua longa ditadura possui elementos característicos do TDE e da DSN.

Para evitar ser considerado autoritário, dictatorial, el oficialismo stronista apeló a mecanismos como la estructuración de un sistema pseudo institucional que diera apariencia democrática al régimen. [...] En cuanto a lo económico, se firmaron tratados importantes con Brasil y Argentina (Itaipú y Yacuyetá) que tuvieron fuerte impacto en la economía nacional. Podría resumirse caracterizando este periodo por su autoritarismo militar, la represión, la violencia, la corrupción institucional, el clientelismo, el robo de tierras por parte de sectores cercanos a la dictadura con el enriquecimiento de unos pocos, el freno a la libertad de expresión, la desarticulación de amplios sectores sociales y un intento de legitimidad disfrazada con falsos procesos democráticos¹⁵⁴.

Durante a ditadura de Stroessner, milhares de paraguaios e paraguaias foram presos, torturados, exilados e assassinados. Os números apontados pela CVJ do Paraguai são esclarecedores: 19.862 pessoas foram presas de forma ilegal; 18.772 foram torturadas; quatro mil acabaram assassinadas; 337 foram dadas como desaparecidas; oficialmente 3.470¹⁵⁵ se exilaram, principalmente na Argentina, e 107.987 foram vítimas da violência estatal de forma indireta (perda de direitos civis e separação de familiares). Em relação à violência praticada contra a população, a violência sexual foi uma constante, inclusive contra crianças e adolescentes.

Durante este periodo, el stronismo apoyado en los distintos aparatos del Estado, cometió graves violaciones a los Derechos Humanos de forma sistemática que incluyeron la desaparición, el exilio, la tortura y demás violaciones a los derechos sociales, políticos y económicos especialmente contra opositores, miembros de comunidades como Ligas Agrarias, y líderes de movimientos sociales y políticos disidentes. Diferentes grupos incipientes trataron de derrocar el régimen mediante la

¹⁵³ Mesmo que a ditadura de Stroessner tenha acabado em 1989 é preciso destacar que o Partido Colorado (ao qual pertencia Stroessner) seguiu no poder até 2008. Foram mais 19 anos em processo de democratização do país. Mesmo que tenha terminado a repressão por parte do Estado persistem resquícios de autoritarismo, corrupção institucional, clientelismo, má distribuição de renda e falta de democracia mais direta. Portanto, podemos inferir que nestes aspectos o Paraguai se assemelha ao Brasil; um processo lento de volta à democracia e a permanência de práticas corruptas e repressoras por parte do Estado. Ver: ARNOSO; BOBOWIK e BERISTAIN. La Comisión de Verdad y Justicia en Paraguay: la experiencia emocional en los rituales de conmemoración y la eficacia percibida de la comisión. In: **Revista Psicología Política**. vol.15 n.32 São Paulo, abr. 2015.

¹⁵⁴ SONDERÉGUER., op. cit., p. 140.

¹⁵⁵ A CVJ do Paraguai acredita que o número de pessoas exiladas tenha ultrapassado centenas de milhares. Ver em: PARAGUAI, Comisión de Verdad y Justicia. **Informe Final** Anive Hagua Oiko: Síntesis y Caracterización del Régimen. Tomo I. Assunção: J. C. Medina. 2008.

lucha armada, en algunos momentos dirigida por el Partido Liberal, en otros momentos por las facciones pro-soviéticas y pro-chinas del Partido Comunista, y en otros momentos por sectores radicalizados de los movimientos estudiantiles y campesinos que fueron eliminados en forma muy rápida ¹⁵⁶.

No processo de transição do período repressivo para a democracia foram tomadas certas medidas para estabelecer a paz. Uma delas foi a instalação de uma Comissão da Verdade para esclarecer os crimes cometidos pelo próprio Estado. A CVJ do Paraguai foi criada para atender a demanda das reivindicações de grupos de direitos humanos que denunciavam os crimes que se enquadravam como crimes de lesa humanidade. Oficialmente a CVJ iniciou seus trabalhos em julho de 2004 e finalizou-os quatro anos depois. Como nas demais comissões de outros países, um informe final foi emitido, intitulado “Anive/Haguã Oiko/ para que no vuelva a suceder”¹⁵⁷. Este informe final é o documento que utilizamos para apresentar denúncias relacionadas à violência sexual no período de Strossner. Embora seja limitado, comparado ao conjunto documental investigado para os casos do Brasil e da Argentina, ele permite ter uma ideia sobre a violência sexual no Paraguai de Stroessner.

No início da ditadura Strossner as mulheres paraguaias tinham poucos direitos civis. Segundo o Informe Final da CVJ dentre os limites impostos às mulheres na época havia o impedimento do voto, o que as excluía da participação política e da possibilidade de eleger representantes femininas. Somente em 1961 isso mudou, quando através da pressão de grupos como a “Liga paraguaia pelo direito das Mulheres” esse direito foi conquistado. Mas, para além do sufrágio político, outras questões engessavam os direitos femininos, como a impossibilidade das casadas adquirirem bens próprios ou, no que tange a esta pesquisa, a interpretação jurídica de que crimes sexuais contra as mulheres eram entendidos, conforme o Código Penal da época, como crimes contra a honra. O adultério, por exemplo, era tipificado como crime, mas a pena era desigual quando aplicada contra as mulheres em comparação aos homens¹⁵⁸.

Devido as disparidades no tratamento entre homens e mulheres diante da violência de gênero, a CVJ constatou que nesses anos existia - além de uma sociedade profundamente machista - uma ideologia de gênero que fez parte do sistema repressivo stronista, da ideologia política hegemônica e das estratégias do terrorismo de Estado. Em função disso, a CVJ considerou que seria importante realizar uma análise de gênero da violência política aplicada contra as mulheres, o que implicaria na consideração da existência de um *modus operandi* ou

¹⁵⁶ PARAGUAI, op. cit.

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁸ PAZ, op. cit., p. 79.

padrões que se diferenciavam conforme o sexo¹⁵⁹.

Dentro do universo de pessoas atingidas pela violência estatal a CVJ, após coletar e analisar os depoimentos de pessoas que procuraram os grupos de trabalho, apontou a cifra de 2.832 mulheres vítimas da violência estatal. A CVJ também considerou a idade das vítimas para uma análise mais minuciosa. Assim, indicou que as faixas etárias mais atingidas foram as compreendidas entre os 20 e 30 anos de idade. Também foram atingidas mulheres mais velhas (na faixa de 30 aos 40 anos), jovens e adolescentes dos 15 aos 20 anos e crianças de 7 aos 12 anos, como se pode ver na tabela 1:

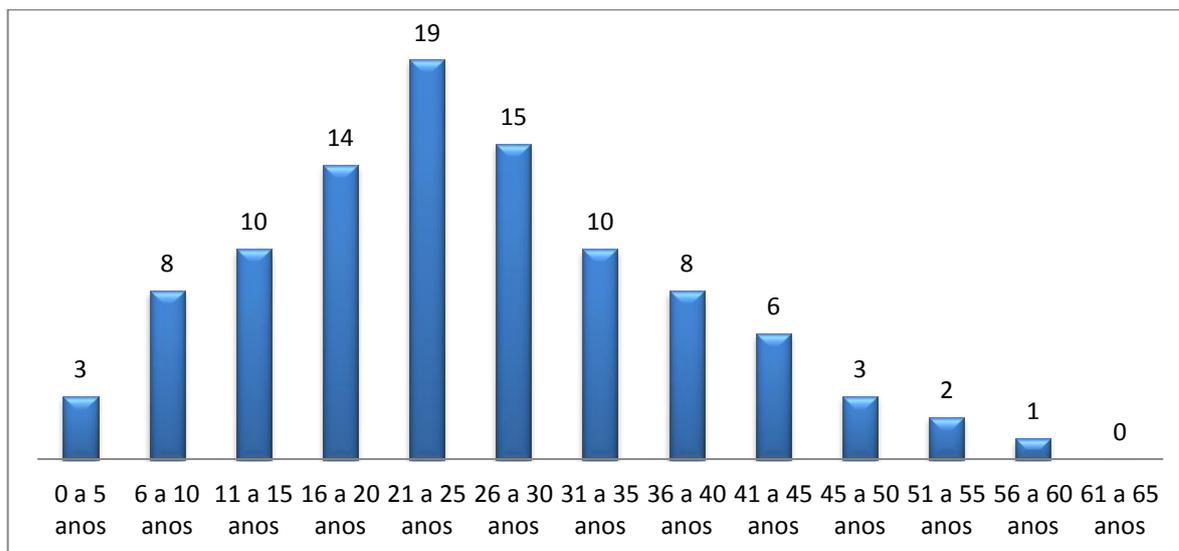
Tabela 1 - Mulheres atingidas por violência sexual e a faixa etária

Faixa etária	% de Mulheres
0 a 5 anos	3
6 a 10 anos	8
11 a 15 anos	10
16 a 20 anos	14
21 a 25 anos	19
26 a 30 anos	15
31 a 35 anos	10
36 a 40 anos	8
41 a 45 anos	6
45 a 50 anos	3
51 a 55 anos	2
56 a 60 anos	1
61 a 65 anos	0

Fonte: Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay. Informe Final/Anive haguã oiko. Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo. Tomo III. 2008¹⁶⁰.

¹⁵⁹PARAGUAI, op. cit., p. 21.

¹⁶⁰Ibid., p. 21.

Gráfico 1- Mulheres atingidas por violência sexual e a faixa etária

Fonte: Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay. Informe Final/Anive haguã oiko. Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo. Tomo III. 2008¹⁶¹.

Mulheres adultas

Examinando os depoimentos de mulheres que sofreram tortura sexual e violações, podemos ver, conforme a tabela 1, que as na faixa etária dos 20 aos 30 anos foram as que mais sofreram violência sexual, além das práticas de torturas aplicadas em ambos os sexos. Analisando os testemunhos expostos no Informe Final da CVJ percebe-se que, como ocorreu nos demais países do Cone Sul, muitas das violências sexuais perpetradas contra as mulheres perseguidas políticas mesclaram-se com torturas, abusos e humilhações de cunho sexual e, entre outras sequelas, houve casos de gravidez devido aos constantes estupros. Por outro lado, a condição de grávidas, não as poupou de sofrer torturas e várias delas abortaram. A seguir abordaremos alguns casos do Informe como amostragem da violência sexual produzida no Paraguai de Stroessner em relação às mulheres adultas.

Tabela 2- Tortura sexual contra mulheres paraguaias

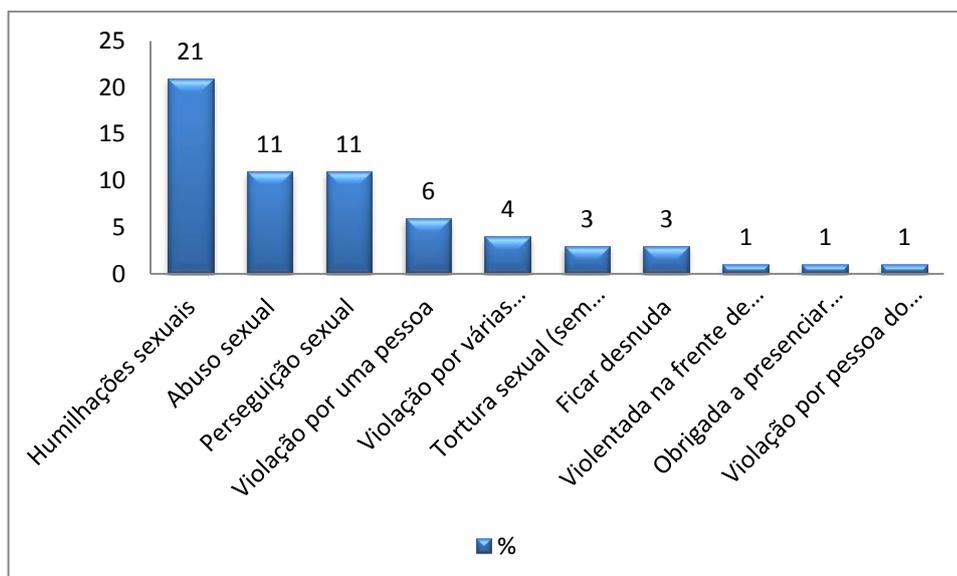
Tipologia	%
Humilhações sexuais	21
Abuso sexual	11
Perseguição sexual	11
Violação por uma pessoa	6

¹⁶¹Idem.

Violação por várias pessoas	4
Tortura sexual (sem descrição)	3
Ficar desnuda	3
Violentada na frente de filhos/companheiros	1
Obrigada a presenciar tortura sexual em outro	1
Violação por pessoa do mesmo sexo	1

Fonte: Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay. Informe Final/Anive haguã oiko. Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo. Tomo III. 2008.

Gráfico 2 - Tortura sexual contra mulheres paraguaias



Fonte: Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay. Informe Final/Anive haguã oiko. Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo. Tomo III. 2008.

A tabela 2 foi elaborada pela CVJ e o gráfico apresentado tem como base os dados da mesma. Como se pode ver, as humilhações de cunho sexual - que são em muitos casos xingamentos com palavras relacionadas à moral das vítimas ou comentários dos agentes sobre o corpo (nu) da vítima - constituem o percentual mais alto. Em segundo lugar, os abusos sexuais, juntamente com o que o informe chamou de “perseguição sexual” são as práticas mais exercidas contra as presas. De fato, muitas mulheres atestaram ter sofrido algum tipo de abuso (apalpação, toques no seu corpo, beijos forçados) ou ameaças de violação, o que indica que, diferente da tortura sexual usada também nos homens, esta violência (abusos e ameaças

de estupro) foi utilizada principalmente contra as mulheres, devido a sua condição (de ser mulher). Mesmo que os dados não tenham acusado as questões relacionadas à gravidez forçada, abortamento ou escravidão sexual, não significa que tais formas de violência não tenham ocorrido¹⁶². Para verificar tal afirmação priorizamos depoimentos de mulheres que sofreram tortura sexual, violações, aborto ou gravidez forçada, práticas que se assemelham às ocorridas nas ditaduras vizinhas.

Com relação ao estupro destacamos a denúncia de U.M, violentada em 1980:

Me violaron, fue horrible como me violaron, era uno solo el que me violó, luego me soltó y no le podía decirle a nadie, ni a mi madre le podía decir nada, tampoco a mi padre, y mi hermanito ya entraba también ahí¹⁶³.

Aqui, neste trecho, já podemos observar a preocupação da depoente em afirmar que foi violentada apenas por um homem, pois é plausível pensar que para ela seja importante destacar essa situação (específica e única), pois houve casos semelhantes ao de U.M, principalmente quando as tropas sitiavam povoados e ocorriam estupros coletivos. Nesta situação, mulheres jovens chamavam a atenção dos soldados e eram presas fáceis. O clima de impunidade existente favoreceu para que tais agressões fossem constantes, como no caso de V.G.R., em 1976, em Assunção:

Me violaron los cuatro, me patearon, me zapatearon, me pisotearon, y me violaron! Ahí ya salía sangre de mi boca, tuve hemorragia, entonces ellos me llevaron al Policlínico, a los diecinueve días me llevaron ahí, y me dejaron ahí abandonada¹⁶⁴.

Ainda sobre violações, nem mulheres grávidas foram poupadas, como conta A.C.S., presa em 1980, do povoado de Costa Rosado.

Eran dos policías, me hicieron tener miedo, después salió uno y se quedó el otro. “Sacá tu ropa por vos misma o te jugamos entre los dos –me dijo–, rápido, rápido quitá tu ropa” y sacó un cuchillo que tenía y me mostró para intimidar, me quitó toda mi ropa él mismo. “Estoy embarazada, no voy a poder entregarme a vos”, le dije; “no quiero saber nada, te voy a matar”, amenazó. Me quité mi ropa interior y me violó, me jugó todo mal sin motivo¹⁶⁵.

O auge da repressão ocorreu entre 1976 e 1980; entretanto, isto não significa que as práticas repressivas não fossem usadas antes de 1976. Por exemplo, T.S.M.D. relatou o que ela e sua irmã sofreram em Assunção, em 1966. Ambas foram torturadas e violentadas.

Nos violó a nosotras, golpes, nos quemaban. A mí por ejemplo me dejaron todos golpes acá en mi cabeza (señala), a mi hermana menor se le salió la rodilla, nos

¹⁶² Sobre as formas de violência ver Tabela 2.

¹⁶³ Ibid., p. 77.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Idem.

golpeaban en forma individual¹⁶⁶.

A violência de gênero que usa a maternidade como tortura psicológica também ocorreu no Paraguai. Assim como no Brasil e na Argentina, as mulheres que tinham filhos pequenos ou eram gestantes e que foram presas, eram ameaçadas com a possibilidade de seus filhos serem torturados, o que aumentava o terror e a culpabilização dessas mulheres pelo padecimento daqueles. Para o sistema repressivo e todos os que estão submersos na cultura machista, uma mulher que era mãe e que entrava na vida política ou na militância de resistência à ditadura não poderia ser uma boa mãe. Sobre esta questão, trataremos com maior profundidade nos próximos capítulos. Mas como exemplo, citamos a vivência de Rumilda Brítez de Rivarola, presa em 1976 em Potrero Margarita, que sofreu agressões físicas e teve sua condição de mãe usada contra ela. Sua militância desclassificava a condição de mãe e por ela sofria discriminação e violência:

Y me decía: “no te puedo comparar ni con una perra, porque las perras les quieren a sus hijos y vos no, por eso te metés con el Estado y eso hacés en vano¹⁶⁷.”

Ameaças de abuso e estupro também estiveram presentes nos relatos das sobreviventes. O medo de sofrer violações era tão presente e forte que nas denúncias (anos após do ocorrido) foi relatado como algo muito marcante. Há casos de mulheres que preferiam estar no pau-de-arara a ser tocadas de forma lasciva pelos torturadores¹⁶⁸. Os agentes, que sabiam disso, utilizavam tais atos como método de coerção para acuar e obter informações das vítimas. Por exemplo, E.C.S. relatou o que sofreu em 1976, na cidade de Paraguari:

No dormí en Paraguari porque me amenazaron demasiado, de que me iban a violar si yo no les contaba, de que me darían todo tipo de castigo si yo no contaba¹⁶⁹.

A já citada U.M., além de ser estuprada relatou também o medo que sentia de ser constantemente violentada;

Teníamos muchísimo miedo de los militares cuando solamente éramos unas niñas, temblábamos, llorábamos y nos abrazábamos todos juntos, luego sacaron a dos de mis compañeras afuera y abusaron de ella, una se llamaba R. la otra que les repartía la sopa¹⁷⁰.

O temor de um possível estupro coletivo ou individual foi tão marcante que, mesmo

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Ibid., p. 68.

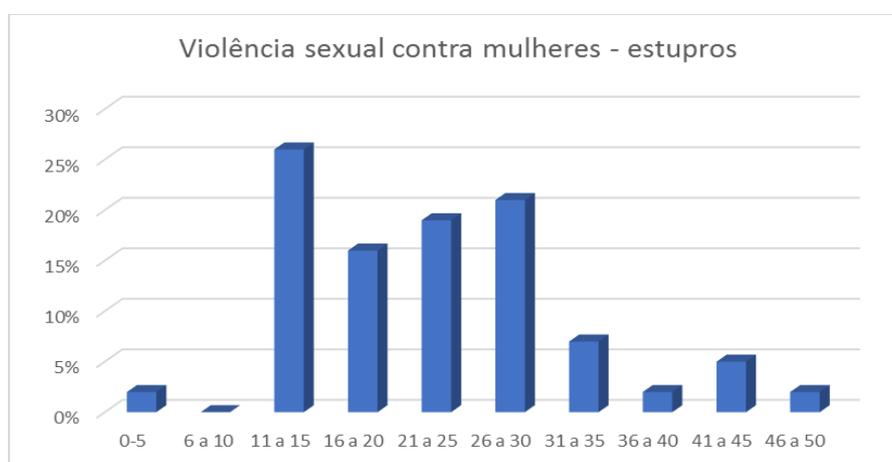
¹⁶⁸ Este exemplo é de uma mulher brasileira e será apresentado no capítulo dois.

¹⁶⁹ PARAGUAI, op. cit., p. 69.

¹⁷⁰ Ibid., p. 34.

que as violações tenham ocorrido nos anos 70 e meados dos 80, décadas depois, as depoentes fizeram questão de relatar essa situação, o que vai ao encontro da perspectiva de Vilhena e Zamora, que em sua análise destacaram esse temor associado aos valores sociais, culturais e religiosos presentes no cotidiano das vítimas dessa violência. Por fim, o informe mostra o percentual de mulheres/meninas que sofreram violações durante a ditadura de Stroessner. O Gráfico 3 contempla o percentual conforme a faixa etária, ou seja, a partir do critério da idade identifica o percentual de vítimas deste tipo de violência específica.

Gráfico 3 - Violência sexual contra mulheres – estupros



Fonte: Comisión de Verdad y Justicia, Paraguay. Informe Fina/Anive haguã oiko. Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo. Tomo III. 2008.

Percebe-se, conforme o gráfico 3, que o percentual maior (25%) dos casos de estupros está concentrado na idade de 11 a 15 anos. Em segundo lugar, com 20%, estão as mulheres entre 26 a 30 anos. Em relação a este último dado, provavelmente seja porque pertenciam às ligas camponesas, onde houve maior participação política de mulheres, assim como no movimento estudantil, que também contempla a faixa etária que ficou em terceiro lugar (21 a 25 anos, com 17%).

Crianças e adolescentes

Segundo a tabela 1 e o gráfico 1 o percentual de meninas que foram vítimas da repressão é de 21% se considerarmos as diversas faixas etárias que vão de 0 a 15 anos; se ampliarmos com o grupo até 20 anos, o número eleva-se para 35%. Isto é muito significativo se considerarmos, de forma isolada, que 3% das crianças que sofreram violência sexual

tinham até 5 anos de idade e que crianças de 6 a 15 anos foram 18% do total dessas vítimas. Portanto, considera-se relevante apontar certos casos de meninas, pois explicitou a existência dessa violência promovida desde o Estado.

Como a maioria dos casos sobre abusos e estupros ocorreram com meninas e adolescentes na faixa de 11 a 15 anos, acreditamos ser necessário apresentar alguns relatos das depoentes em questão. Meninas e jovens adolescentes viraram botim dos agentes do aparelho repressivo. Esta situação se deu, em parte, porque a maioria das meninas que foram vítimas destas práticas eram camponesas (estrato social mais baixo no país). Segundo consta no relatório da CVJ, muitos povoados eram sitiados durante dias pelas Forças Armadas e policiais. Quando isso ocorria as pessoas ficavam presas em suas casas, nas escolas e em outros espaços que estavam. Não podiam sair do vilarejo, passando, inclusive, fome e sede. Os interrogados sofriam todo tipo de violência possível. Neste contexto de terror, meninas e meninos relataram o que lhes aconteceu. Por exemplo, no povoado de Costa Rosada, o Informe da CVJ descreve o seguinte acontecimento:

La comunidad fue sitiada por militares durante casi tres meses y atacada de manera muy violenta. Hubo detenciones masivas, torturas, violaciones sexuales, abortos y muertes. En la escuelita local detuvieron durante un día entero a niños y niñas de entre 5 a 17 años y los sometieron a torturas físicas y psicológicas extremas. Los asfixiaron con gases, los golpearon, les pusieron picana eléctrica, violaron a niñas de 10 y 12 años, y muchos niñas y niños que vieron las piernas de dos niñas chorreando sangre pensaron que las mismas habían sido clavadas con puñales por los militares, sin conciencia de lo que significaba una violación. Fueron también forzados a desplazarse hasta el chorro de un arroyo, donde se les sumergía repetidamente hasta casi asfixiarlos en el agua¹⁷¹.

Outras regiões sofreram ataques semelhantes. Há relatos de escravidão sexual com crianças¹⁷². Destas violações, algumas geraram gravidez. Segundo a CVJ os testemunhos revelaram que nos ataques às comunidades a violência de gênero “fue sistemática y generalizada como modus operandi del aparato represivo stonista”¹⁷³. A CVJ indicou os anos entre 1976 e 1980¹⁷⁴ como os mais violentos, casualmente foi o período em que ocorreram, com maior frequência, as ocupações de comunidades inteiras pelas Forças Armadas e policiais.

Com relação aos estupros de crianças e adolescentes os números registrados foram os seguintes: 15,5% dos meninos, meninas e adolescentes afirmaram ter sofrido violência sexual; deste universo, 63,5% eram meninas ou adolescentes do sexo feminino. Ainda, 36,7% dos

¹⁷¹ Ibid., pp. 41-42.

¹⁷² Ibid., p. 125.

¹⁷³ Ibid., p. 43.

¹⁷⁴ Isto não significa que anteriormente ou posteriormente não tenha havido repressão.

meninos, meninas e adolescentes declararam terem sido estuprados, sendo que 72,2% eram meninas ou mulheres adolescentes¹⁷⁵. Os casos de violação foram praticados por agentes estatais e houve diversos episódios de estupros coletivos. Sobre estas violações há um testemunho anônimo da região de Costa Rosado, citada em 1980:

[...] Los militares nos llevaron al baño, de ahí del fondo, y ahí nos violaron, yo tenía 10 años y ella 12... Yo me acuerdo, la vi a mi hermana que venía toda ensangrentada, la habían violado, y de eso nunca más nos vamos a olvidar, nunca más se va a borrar de nuestra mente¹⁷⁶.

Na maioria das denúncias (relatadas em fase adulta) não há nomes, apenas letras que as diferenciam, datas e, em alguns casos, o nome do local ou da região onde ocorreu o fato. Portanto, utilizamos também as letras informadas no relatório final da CVJ. Por exemplo, das meninas que sofreram abusos e violações citamos o caso de M.C., que relatou o que lhe aconteceu quando tinha 11 anos de idade, no ano de 1980, no povoado de Costa Rosado:

[...] me quitaron la ropa y me violaron, eso fue lo que realmente me hicieron, después me soltaron otra vez, me trajeron de vuelta a la pieza y ahí mis compañeros me vieron que venía todo ensangrentada, ellos estaban entre tres cuando eso; luego de que me trajeron volvieron a arrojarme ahí otra vez en la pieza, mis compañeritos me miraban y lloraban todos, me agarraron apretándome contra ellos y luego los policías volvieron a separarnos con estirones; “cuéntanos, si no morirán todos”, nos decían¹⁷⁷.

Na mesma linha está o caso de A.C.B que tinha 17 anos em 1970, quando sofreu tal violência.

Tenía 17 años y soltera... y eso mismo también me sucedió, a mí me llevaron [...]. y no podía defenderme de ellos porque eran muchos y me llevaron [...]. y no sabía adónde me estaban llevando y me metió en medio de los hombres, [...]. y allí me maltrataron mucho... muchas veces no quiero acordarme de lo que me sucedió [...] porque me aflige mucho... yo me sentía muy mal después de que abusaron de mí... y entre varios, tres aproximadamente... yo me quedé embarazada después de eso... mi hijo no sabe nada, yo le conté más o menos que fui traicionada... no le conté que abusaron mucho de mí en aquel tiempo, yo no puedo contar luego porque me duele demasiado recordar y ya no estoy más para contar lo que me sucedió y lamento muchísimo lo que me sucedió y la otra vez no aguanté más¹⁷⁸.

A depoente foi estuprada por mais de um agente e várias vezes, conforme relatou com muita dificuldade. Esta situação de recordar a experiência traumática é muito significativa e confirma ser esse ato da violência, um divisor de águas na vida das sobreviventes. Além de tudo que ela sofreu nas mãos dos agentes estatais, A.B.C. acabou concebendo um filho de um

¹⁷⁵ Ibid., pp. 119-120.

¹⁷⁶ Ibid., p. 119.

¹⁷⁷ Ibid., p. 120.

¹⁷⁸ Ibid., p. 121.

dos estupradores, o que torna a violência mais significativa e podemos inferir que seja contínua, persistente, permanente.

Por fim, sobre estupro coletivo e escravidão sexual ocorridos no Paraguai e informados pela CVJ citamos um dos mais excepcionais. É o caso de Julia Osório Gamecho¹⁷⁹, que aos 13 anos foi levada à força pela tropa para virar escrava sexual, além de “empregada doméstica” do coronel Miers. Cabe apontar que alguns policiais eram chamados de “caçadores de meninas virgens”, pois as procuravam e sequestravam nos povoados mais pobres e as vendiam ou trocavam por um posto público. As mesmas eram levadas aos oficiais que se tornavam “seus donos”, como objeto de comércio. O pesquisador Alfredo Boccia Paz aponta que há, inclusive, denúncias destas práticas incriminando o próprio ditador Stroessner.

[...] más tarde confirmada por testimonios publicados después de su muerte — que Stroessner y algunos de sus generales llevaban una vida de lascivia y abusos de niñas menores de edad. El dictador tenía políticos y militares que le conseguían jovencitas para su diversión¹⁸⁰.

O relato de Julia é extenso e demonstra a abrangência das violações sistemáticas, que desumanizavam a pessoa. A perversidade do sistema permitiu que a cultura machista da sociedade paraguaia fizesse de crianças, jovens adolescentes e mulheres adultas objeto sexual de tortura e de dominação dos envolvidos nas práticas do terror. Nas palavras de Júlia:

El 4 de abril de 1968 el coronel Miers llegó a mi casa con dos soldados... y le dijo a mi madre: “a esta nena más chica me la voy a llevar y usted no va a hacer nada”. Mi madre, por ser una campesina y de miedo, me entregó sin resistencia, sin pelear... Tenía 13 años... yo intenté escaparme y me dice: “pulguita, no intentes escapar porque este lugar no tiene salida”, y desde ese mismo momento me agarra de los pelos, me hizo caminar, luego me agarra de los brazos. Me llevó a su amplio dormitorio y le ordena a uno de los soldados que le lleve whisky... la misma noche empezó a tomar y al tomar el segundo vaso empezó a destrozarme mi solerita, mi ropa que llevaba puesta, después me mira y me dice: “eres linda nenita, espero que seas virgen como me lo imagino, y si no serás entregada a todos los soldados y serás comida de ellos...”, y ya se imaginarán cómo lloré esa noche, y me dejó todo con mordidas mi pechito y con heridas profundas, sangraba, así amaneció, él seguía roncando en su cama, no le interesó cómo amanecí o si morí.

[...]

Así fui viviendo y al principio me parecía que me iba olvidando de mi gente, me sentía como un animalito, andaba descalza... ellos todos tenían sobrenombre, a mí me decía “pulguita”, y decía que yo le pertenecía, y me ponía pistola sobre mis sienes y me decía: “no soporto a las nenas lloronas”, porque lloré tanto porque dolió todo lo que me hizo, y después me dice: “ni el llanto de mi madre me conmueve y menos el llanto de una pulguita como vos”. A ese lugar iba dos veces por semana porque tenía más chicas, había otra niña aparte, había cuatro dormitorios tipo celdita, estaba aparte y me permitía bañarme..., nunca me compró un zapato, ni un vestido lindo, un día me compró cuando estaba por cumplir catorce años. ... ellos

¹⁷⁹ É interessante destacar que entre tantas mulheres que ocultaram seus nomes ao expor suas histórias à CVJ Júlia foi uma das poucas que autorizou que seu nome fosse publicado. Diante disto, considerando que o Informe final é público, por isso decidimos em manter o nome da testemunha.

¹⁸⁰ PAZ, op. cit., p. 76.

me desnudaban y se excitaban los demás por mí y me hacían todo lo que querían por mi cuerpito... y me hacían caminar desnuda entre los soldaditos, inclusive entre las personas de las fábricas cuando él estaba borracho, porque no era un ser humano normal, era un animal, porque me hacía caminar entre los soldaditos y las gentes que estaban ahí, algunos me tocaban porque él les decía: “a ver quién es el machito y me demuestra tocándole, tóquenle, ese es el cuerpo de la mujer, y algunos que no conocen el cuerpo de la mujer pueden tocarle ahora”. Unos soldaditos le dijeron: “no, señor...”. Y le dice otra vez: “pero no vez que ya sirve para cogerle. ... de la fábrica me llevaban, donde tenía una casa no sé si era de él, pero ahí se iban los militares a hacer sus chanchadas, yo quiero que averigüe si existe un coronel de apellido solo Duarte, ese hizo iniquidades con una nena de quince años también.

[...]

Pero era una cosa de salvaje lo que me hacía ese Duarte, me introducía su mano en mi vagina y me hacía doler, yo me quejaba y me decía que no tenía olor a mujer, y luego me pregunta si hace cuánto cumplí los trece años, y le digo: “hace dos meses, señor”; “con razón no tenés olor a mujer, no sos una mujer”, me decía. Cada uno opinaba diferente de mí pero sí que ellos se masturbaban todos arriba mío, mi pelo estaba todo duro de la masturbación de ellos...

[...]

mi familia no hizo nada, ellos alegaron ahora de miedo que les mandaban a amenazar, pero no sé por qué alguien de ellos no peleó por mí, pero lo que dicen es que si hacían algo iban a matar a mis otros hermanos.

[...]

Varios fines de semana me llevaba a su casaquinta de Guyratí... Allí yo era la esclava sexual que tenía que hacer de todo. Lo más escabroso, son cosas que no puedo describir. Ellos me truncaron la vida. [...] (Miers) tenía diez niñas en otro lugar y elegía entre ellas, tenía anotados en su agenda los nombres de las jóvenes con quienes pasaría la noche.

[...]

También existió gente vinculada al poder que actuaban como cazadores de niñas, traían niñas y las vendían o las cambiaban por un puesto público: “... Toda Nueva Italia sabe que él se dedicaba a buscar niñas vírgenes, había cazadores de niñas. Le conseguían la niña virgen, le pagaban un poco o le hacía figurar en los trabajos estatales, que supuestamente trabajaban y venían cada fin de mes a cobrar¹⁸¹”.

Escolhemos manter praticamente na íntegra o depoimento de Júlia porque entendemos ser de extrema valia analisar pontos que a depoente aponta em sua denúncia. Júlia descreveu, desde o momento em que foi levada ao coronel Miers, todas as atrocidades sofridas enquanto escrava sexual e ainda conseguiu registrar a banalização desta prática. Ao relatar que o Coronel tinha mais dez meninas para escolher com quem “deitar à noite”, Júlia mostra o quanto o TDE permitiu que ações tão perversas fossem praticadas por soldados e oficiais de mais alta patente. Aponta para um esquema de roubo de meninas com a finalidade da comercialização. Os “caçadores de meninas virgens” buscavam vítimas com o perfil de Júlia (que tinha 13 anos e era virgem) para ganhar recompensas (em cargos ou dinheiro). Meninas muito jovens (de 13, 14, 15 anos) foram retiradas de suas casas, levadas para um espaço longínquo e desconhecido e ali tratadas de forma desumana. Ficavam à mercê para todo tipo de perversão. Júlia, que provavelmente ainda não tinha corpo de mulher, foi violentada de todas as maneiras possíveis e passou por terríveis humilhações e, mesmo assim, na fase

¹⁸¹ PARAGUAI, op. cit., p. 125.

adulta, conseguiu declarar seu sofrimento. Porém, é importante destacar o quanto estão inseridos questões simbólicas que se confundem e atravessam a sua experiência. Mesmo tendo consciência de que era uma escrava sexual (manifestada na sua fase adulta, quando testemunhou à CVJ) traz em seu depoimento as angústias de uma criança que estava sofrendo maus-tratos, para além da violência sexual, como quando destacou que não tinha sapatos para calçar e “nem um vestido lindo”, exceto quando fez seu aniversário de 14 anos. Ao depor expôs sua consternação em saber que foi retirada do seio familiar e que sua família não demonstrou reação, seus pais aceitaram que fosse levada. Mesmo tendo consciência da ameaça que pairava sobre sua família há, em sua fala, um sentimento de abandono, de desamparo. Estas questões, Júlia carrega como traumas. São fatos que cristalizaram sua vida e que podem ter contribuído para problemas posteriores, além dos diversos abusos sexuais e estupros que sofreu no período que esteve sequestrada. Seu caso é devastador e é um dos poucos que vieram a público, no entanto, como ela mesma informou, outras jovencinhas pré-adolescentes e adolescentes também foram vítimas desses atos criminosos.

Essa forma de violência que escraviza alguém (ainda mais quando se é criança) retrata uma das formas de maior perversão que aconteceram entre as práticas do terror. A escravidão sexual extrapola a própria tortura, porque é um martírio físico e psicológico prolongado, podendo levar quem a sofre à exaustão emocional. Podemos inferir que quem vivencia a experiência da escravidão sexual é torturado por toda a sua vida, pois mesmo que a condição de escravizado termine, persistirão as marcas, as memórias e os medos que se refletem na vida do sobrevivente. Isso não significa que a pessoa se definirá pelo resto da sua vida como escrava sexual, mas em dado momento, em situações de desconforto emocional poderá reviver seus traumas, limites emocionais e confusões psicológicas. O caso de Júlia é emblemático e impõe uma reflexão: como apagar da memória de uma vítima este tipo de violência? Quem é Júlia após ter passado por todas as aberrações que viveu? Quais as marcas que carrega no seu cotidiano? Podemos especular algumas respostas, mas a dor infringida faz parte daquele universo de traumas indizíveis. Mesmo que persista em descrever nunca será o suficiente para relatar o realmente vivido, sentido e o que ficou. Contudo, Júlia encontrou dentro da CVJ um espaço de escuta para relatar o que lhe ocorreu e, de certa forma, buscar um meio de aliviar suas dores. Pois falar e denunciar também podem ser terapêuticos.

Os dados, apresentados nas tabelas e gráficos sobre o número de mulheres e meninas atingidas pela violência sexual esboçam, de forma resumida, o que aconteceu com as paraguaias durante a ditadura Stroessner. Portanto, encerramos este país, deixando uma janela aberta para possíveis pesquisas que queiram enfatizar outros aspectos da repressão usando a

perspectiva de gênero e outros sujeitos sociais que foram atingidos pelo TDE, como crianças, idosos, indígenas etc. O material da CVJ é rico em informações e dados, mas um estudo aprofundado de todos os seus tomos implicaria outra pesquisa a ser realizada.

2.2.1.2 Violência sexual no Uruguai (1973–1985)

O período ditatorial no Uruguai foi relativamente curto (1973-1985) se comparado ao Brasil, Paraguai ou Chile, todavia, deve-se levar em conta que, ainda na década de 60, uma crise econômica, social e política de proporções, que acentuou as desigualdades sociais existentes, atingiu o país. Diante disto, propostas de reformas estruturais que revertessem à tendência da realidade foram exigidas pelos trabalhadores aos governos do período, os quais não estavam dispostos a atender tais demandas, pois já estavam comprometidos com receitas como as do Fundo Monetário Internacional (FMI). Além da negativa como resposta, o governo impôs medidas de segurança contra aqueles que se opusessem a sua política socioeconômica. Esta situação se intensificou no governo de Jorge Pacheco Areco (1968-1971). Neste período, que antecede o golpe de Estado, medidas como suspensão de direitos constitucionais foram implantadas. Por outro lado, em resposta, os movimentos populares intensificaram sua articulação para combater as medidas autoritárias, o que radicalizou o embate entre o governo e a oposição. Nesse contexto, surgiu a guerrilha urbana Tupamara, enquanto que os setores de esquerda não militaristas apostavam em um novo instrumento de luta eleitoral: a formação de uma frente partidária de centro-esquerda, a Frente Ampla.

Diante de um ambiente cada vez mais tenso, os setores conservadores provocaram um golpe de Estado em 27 de junho de 1973, liderado pelo então presidente Juan María Bordaberry, o mesmo que dissolveu o parlamento e, com o respaldo das Forças Armadas, acabou com a democracia uruguaia. Ou seja, “a interrupção democrática foi a conclusão de uma escalada autoritária que resultava da decomposição de um sistema político que não encontrava soluções diante da pressão por mudanças reivindicadas pelos setores populares”¹⁸². A partir do golpe, os elementos repressivos do terror estatal se potencializaram (práticas de espionagem, censura, perseguição e repressão). Entretanto, em 1976, diante de disputas internas no bloco dominante, o presidente golpista Bordaberry foi afastado pelas Forças Armadas. Os militares impuseram, então, um projeto político que excluía

¹⁸² PADRÓS, Enrique S. Uruguai: Ditadura de Segurança nacional e Terror de Estado. In: PADRÓS, Enrique S. **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente**. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013, p. 83.

temporariamente a participação dos políticos e estabelecia uma administração castrense consolidando os princípios da DSN. Nesse mesmo ano, o Uruguai atuou de forma explícita na conexão repressiva conhecida como Operação Condor. Muitos cidadãos uruguaios, que diante da conjuntura repressiva estavam exilados na Argentina, sofreram nova perseguição política quando, em março de 1976, se instalou a ditadura da Junta Militar naquele país.

Dos grupos que faziam oposição à ditadura uruguaia como Tupamaros, sindicalistas, estudantes, ativistas, intelectuais, comunistas, etc., participavam muitas mulheres. Assim como nos demais países do Cone Sul, o número de homens na militância política era maior, mas isto não significa que elas não estivessem presentes na luta política. Por essa prática também foram alvo de violenta e específica repressão.

Após o fim da ditadura, diversos testemunhos de sobreviventes vieram à tona. As organizações de direitos humanos preocuparam-se em tomar os depoimentos dos ex-presos políticos atentando, sobretudo, para a repressão e o cárcere político, modalidade singular da repressão uruguaia. As contribuições das vozes escutadas foram destinadas, inicialmente, para a reconstituição da história e da memória, mas sem especificar, naquele momento, a questão de gênero. A violência pontual que atingiu as mulheres não foi identificada como tal neste quadro inicial. No curto espaço de tempo, entre 1985 a 1989, momento em que os sobreviventes começaram a se fazer ouvir, não havia espaço que contemplasse as especificidades dos ataques ocorridos às mulheres (tudo era genericamente tortura, por exemplo). A derrota, em 1989, do plebiscito para decidir o julgamento dos crimes estatais produzidos durante a ditadura ampliou o silêncio sobre o passado recente e as feridas traumáticas sem cicatrizar. “Con el resultado del plebiscito de abril de 1989, se produjo un silencio sobre los hechos directos de la represión y se dijo que “el tema salió de la agenda política”¹⁸³.

Consequentemente, após 1989, com a imposição da *Lei de Caducidad*¹⁸⁴ um silêncio quase que total pairou sobre a sociedade durante quase 19 anos, com exceção do espaço de ação limitado das organizações de direitos humanos e de ex-presos políticos. Somente no ano 2000 foi possível instalar uma Comissão da Verdade, a *Comisión para la Paz*, para que os sobreviventes pudessem expor seus relatos e tudo o que haviam passado. As histórias das mulheres, sua militância, prisão política, participação em movimentos de resistência passaram a ser mais conhecidas pela sociedade uruguaia. Contudo, ainda não se falava sobre as

¹⁸³ SAPRIZA, op. cit., pp. 96-97.

¹⁸⁴ Esta lei, promulgada em 1986, impede que sejam investigados os crimes de desaparecimentos, torturas, homicídios, execuções extrajudiciais e outros cometidos entre 1973 e 1985. Logo, os responsáveis não são julgados nem, consequentemente, condenados.

violações que as haviam atingido de forma específica. Ou seja, pouco se falava sobre os crimes de violência sexuais cometidos pela ditadura de SN uruguaia contra as ex-presas políticas.

*As vinte e oito uruguaias que romperam o silêncio*¹⁸⁵

O caso mais emblemático desse rompimento de mudez veio a público em 28 de outubro de 2011. De fato, nesse dia, o silêncio sobre as práticas de violência sexual contra homens e mulheres identificados como “inimigo interno” da ditadura foi rompido. Um grupo de 28 mulheres apresentou uma denúncia penal por delitos sexuais sofridos enquanto estavam em cativeiro. Uma das porta-vozes era Beatriz Benzano Seré¹⁸⁶, presa um ano antes do golpe de Estado, torturada no Batalhão de Artilharia nº 5 e depois levada para o Regimento da Cavalaria nº 9. Outra porta-voz era Mirta Macedo, presa em 1975 com seu marido durante a madrugada, em sua casa, e levada ao centro clandestino de Punta Gorda¹⁸⁷. Quando a denúncia destas 28 mulheres veio a público, a imprensa uruguaia passou a noticiar (como se fosse desconhecido sobre a ditadura) a violência sexual sofrida pelas presas políticas. Até aquele momento o silêncio havia predominado.

Ao realizar uma busca na internet sobre as mulheres que foram objeto de violência sexual durante a ditadura uruguaia, o fato que predomina é o destas 28 mulheres. Não há dados específicos sobre as mesmas, nem mesmo no Informe da CV do Uruguai. Qualquer registro que abranja estes aspectos ainda é bastante recente. As denúncias têm um viés mais jornalístico e estão em portais de notícias e em vídeos produzidos para televisão local disponíveis na internet. Das 28 sobreviventes, as que mais se pronunciaram na mídia foram as citadas Beatriz e Mirta (esta já falecida). Portanto, no caso das mulheres uruguaias, o material

¹⁸⁵ Em 2011, 28 ex-presas políticas da ditadura uruguaia resolveram fazer uma denúncia coletiva sobre os delitos de lesa humanidade que sofreram, inclusive, delitos sexuais nos mais variados centros de detenção do país. Este episódio foi motivado logo após a Corte Interamericana de Direitos Humanos ter ordenado ao governo do Uruguai a investigar e julgar os delitos da ditadura. Segundo Beatriz Benzano: [...] “hablamos con más de un centenar de compañeras, invitándolas a hacer la denuncia, algunas que sabíamos que habían sido violadas, y al final quedamos 28 haciendo la denuncia. Hay compañeras del grupo que jamás lo habían hablado con su compañero o durante 30 años de terapia no se lo habían dicho al terapeuta ni a nadie”. Ver em: GOÑI, Adriana. Uruguay: Denúncia de Beatriz Benzano y Clarel de los Santos. 40 años. In: Hijxs. Voces. Rescate y recopilación de memoria intergeneracional en la Web. 05 de julio de 2013. Disponível em: <<https://imagenesparamemorar.com/2013/07/05/uruguay-denuncia-de-beatriz-benzano-y-clarel-de-los-santos-40-anos/>>. Acesso em julho de 2017. Ver também: Denúncia coletiva de 28 ex-presas políticas no prescribe. In: Uy.press: Agencia Uruguaya de Noticias. 16 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.uypress.net/auc.aspx?40386>>. Acesso em julho de 2017.

¹⁸⁶ Monja dominicana que atuou no movimento guerrilheiro Tupamaros.

¹⁸⁷ O casarão de Punta Gorda foi adquirido para servir de aparelho do Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros em 1970, mas foi requisitado pelas Forças Conjuntas, após um operativo em 1974. Ver em: <<http://www.elreporte.com.uy/la-casa-de-punta-gorda-otra-marca-de-la-memoria/>>. Acesso em junho de 2017.

atualmente disponível, é menor, se comparado, com que os existentes nos países vizinhos.

Em programa de televisão Beatriz Benzano denunciou que as 28 mulheres foram vítimas de alguma forma de tortura ou abuso sexual.

Acusamos desde o comandante, que era o responsável primeiro, até o último alferes. Todos os oficiais, porque todos eram cúmplices, todos sabiam o que estavam fazendo nos quarteis. [...] Desde a nudez forçada, exposta, exposta aos olhares da tropa, exposta na praça de armas nos quarteis. Também quando tomávamos banho, assistiam ao banho, [...] desde a nudez forçada até as distintas e aberrantes formas de violência sexual, como violação, com ou sem penetração, com bichos, com cachorros [...] com vara também. Distintas formas e todas selvagens e aberrantes¹⁸⁸.

Sobre esta denúncia precisamos fazer algumas considerações. O trecho extraído pertence a um material jornalístico com caráter de denúncia realizado em 2013. Este fato precisa ser considerado para entender porque Beatriz consegue descrever com riqueza de detalhes tais violências. O espaço, criado para tal denúncia, favorece uma fala contundente e tão aberta. Porém, não há como precisar quais as medidas que foram tomadas nos bastidores da gravação para que se possa atingir o objetivo principal: denunciar as práticas de violência sexual na ditadura uruguaia. Em outra entrevista, Beatriz descreveu os crimes sexuais cometido contra as mulheres, relatando o quanto foi dolorido o processo destas, quando finalmente decidiram realizar a denúncia, além de reforçar a selvageria dos algozes:

En este largo y doloroso proceso de denuncia y de reparación, escuchamos relatos de los más crueles, inimaginables y escalofriantes actos de violencia sexual contra mujeres presas: violencia sexual después de la tortura, cuando no se podía ni caminar ni tenerse en pie; a mujeres delante de sus compañeros, para castigarlos y humillarlos a los dos; a mujeres embarazadas, particularmente vulnerables, a quienes hicieron perder el embarazo; abortos obligados a las que dejaron embarazadas (no sabemos cuántos niños nacieron de las violaciones, ni lo terrible que pudo ser la vida de ellos y la de sus madres, en esa situación que ilustra tan bien el film “Sarajevo, mi amor”¹⁸⁹); partos en cautiverio de madres atadas y hostigadas; niños nacidos muertos, cuyos cuerpos nunca vieron sus madres ni fueron entregados a la familia, que plantean el interrogante de cuál fue su paradero, y muchos casos de simulacro de torturas y de violencia sexual a los hijos de las víctimas (a Angélica le hacían oír gritos y llantos de niños, diciéndole que eran sus hijos)¹⁹⁰.

Beatriz acaba sendo porta-voz das memórias que envolvem as 28 mulheres e quem sabe outras tantas que não tiveram coragem de sair do silêncio. Podemos perceber que o ocorrido com as presas políticas uruguaias se assemelha às práticas existentes no resto do Cone Sul das ditaduras. Pode-se avaliar que ela fala sobre o uso do estupro para atingir ao

¹⁸⁸ Extraído da reportagem “Era salvaje, aberrante”: relatos de mujeres abusadas em ditadura” do Programa Subrayado (Canal 10). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QbMQrw57maw>>. Acesso em junho de 2017. Tradução da autora.

¹⁸⁹ O filme “Saravejo, mi amor” narra a relação entre mãe e filha que vivem em Grbavinca, bairro de Saravejo. A mãe, Esma, tenta manter o segredo de sua filha, Sara, sobre o seu passado recente e sobre o pai da menina. Em Grbavinca houve um campo de prisioneiros de guerra dos Balcãs, onde foram cometidos violações e torturas.

¹⁹⁰ BENZANO, Beatriz. Castigo de género em ditadura. La República. 23-11-2014. Disponível em: <<http://republica.com.uy/castigos-de-genero-en-dictadura>>. Acesso em maio de 2017.

companheiro, também da violência sexual contra as gestantes, dos estupros que causaram gravidez e que os agentes as fizeram abortar. Ou seja, sua fala (organizada e refletida) é como uma arma política de denúncia. Evidentemente que Beatriz engajou-se politicamente para delatar os crimes do período, sendo ela mesma uma vítima de violações de direitos humanos. No entanto, embora sua fala tenha uma intencionalidade e seja portadora de experiências que não são, propriamente, as suas, pode-se considerar que ao realizar as delações frente à justiça uruguaia, Beatriz, com o conhecimento da experiência de suas companheiras, faz a síntese das vivências do coletivo, bem como das memórias para trabalhar estas questões na mídia e, de certa forma, “dar a cara à tapa” para o julgamento social.

A maioria das mulheres que acabou na condição de refém dos torturadores, passou por castigos extremos na tortura e, ainda, foi vítima de tortura sexual, abusos e violações. A denúncia de Mirta Macedo sobre sua realidade pessoal, enquanto presa política, corrobora os apontamentos de Beatriz Benzano. No seguinte trecho, Mirta relata a sua experiência.

La tortura especializada la aplicaban todo el tiempo, varias veces por día. A mí lo que más me hicieron fue colgarme. Con un gancho te colgaban de las muñecas juntas con los brazos para atrás, a tal extremo que mis brazos quedaban hechos pelota. Mientras, me metían una tenaza en la vagina y me pasaban electricidad que era muy doloroso, en los senos también. Te toqueteaban, te hacían absolutamente de todo y siempre encapuchada. También te amenazaban con violarte y varias veces, luego de descolgarme, me violaron ahí, en ese mismo espacio.

[...]

[Al tiempo logró que la llevaran a bañarse] y ahí vino la tragedia. Me llevaron sola. Como yo no me sacaba la bombacha el hombre me dijo: ‘¿Dónde se ha visto que una persona se bañe con calzones?’ Cuando me la saqué el hombre me apretó contra la pared, me penetró, tuvo todas las relaciones del mundo. Esa misma persona, cuando llegaba a la guardia, pasaba por donde yo estaba, apenas me tocaba y yo ya sabía que era él, le tenía terror, pánico. Es más, los días que ellos no tenían guardia iban a violarnos, éramos como sus putas. Ese hombre siempre me violó mientras estuve en el 300. El tipo me agarraba y me llevaba al baño. Uno al principio tiene intento de defenderse pero ¿qué te vas a defender con las manos atadas? Me violaba día por medio, cada dos días. Y después siempre me sentaba junto a mi marido. Era muy duro.

[...]

En el momento de las violaciones no te preguntaban nada, sólo te llevaban para tener relaciones. Ellos andaban calladitos y cada cual tenía su mujer. Yo, se ve que era la mujer de ese hombre porque él siempre venía a mí. [...] Volví seis veces al 300 y todas las veces que fui me violaron. Y una vez entre seis o siete hombres, en condiciones macabras. [...] Los milicos nos decían: ‘mirá quien vino, llegó una gordita linda, una flaca linda... Y se referían a nuestro cuerpo, lo que nos iban a hacer, todo lo que te puedas imaginar, me da hasta vergüenza repetirlo, pero eran así. La parte más difícil para mí fue la del 300 [um dos quartéis de detenção clandestina] y las vueltas allí. Cada vez que me llevaban era terrible. A mí no me violó ninguno de los altos cargos, estoy segura. Por eso yo digo: fui violada por la tropa.

[...]

Éramos botín de guerra. Cuando nos llevaban al baño los tipos se paraban enfrente para mirarnos. Nos desnudaban para eso, éramos todas jóvenes; decían: ‘mirá que caderas que tiene ésta, mirá que tetas tiene ésta’. Y nosotras, calladitas. Había grados de perversidad muy fuertes. Otra cosa que hacían era ponernos paradas en fila y dos

o tres tipos con penes erectos pasaban refregándonos, tratando de penetrarnos. Por ejemplo, se masturbaban con nuestras colas, con nuestros senos y después bueno, te penetraban... Era terrible¹⁹¹.

O testemunho de Mirta é intenso e vários pontos de sua fala que se assemelham com o que mulheres chilenas, argentinas e algumas brasileiras denunciaram. Podemos ver que nesse espaço militar, que Mirta chama de 300, a prática da violência sexual foi sistemática, as presas eram o botim das tropas. Eles, os agentes torturadores e violadores, abusavam delas no banho e o faziam de forma individual ou coletiva. Podemos perceber que foram altas as doses de dominação de gênero, através dos estupros, sem considerar toda a perversidade e degradação que foi para estas presas ficar sob este domínio total. Os agentes repressivos escolhiam seus troféus individuais (os corpos das presas) e faziam dele uso indiscriminado. Também com relação ao depoimento de Mirta deve-se ter atenção ao momento em que o material foi feito. A matéria em formato de denúncia foi produzida no ano de 2011, provavelmente logo após as 28 uruguaias terem entrado com o processo na justiça. Por se tratar de uma matéria escrita, mesmo que esteja em plataforma virtual, a denúncia provavelmente passou pelo filtro de um jornalista e por um editor, dando destaque aos pontos-chaves, relacionados com violência sexual, para que estes tivessem maior destaque, visto ser este o objetivo da matéria. Assim como Beatriz, Mirta colocou-se à frente e em nome das demais sobreviventes vítimas de violência sexual. Quando ela fala na terceira pessoa “éramos botín de guerra” subentende-se que ela não está falando somente dela, mas refere-se ao grupo, a uma memória que se formou a partir das histórias individuais, construindo uma memória coletiva e com características de denúncia.

Rosa Beltrame: um caso paradoxal

O caso de Rosa Beltrame faz parte do universo de violência de gênero nos marcos do TDE aplicado nas ditaduras de SN. Contudo, por diversos motivos ele é profundamente singular. Um dos motivos dessa singularidade se apóia na experiência incomum na história vivenciada. Outros, pelo fato de que a protagonista está no meio do lento processo de recuperação da sua história, de construção de uma memória pulverizada e de preenchimento das lacunas traumáticas. E nesta caminhada difícil, nos últimos anos, a autora dessa dissertação também está presente, acolhida e procurada pela própria Rosa. Por isto a ênfase neste caso. Apesar da dificuldade em dar sentido a muitas lacunas, contradições ou confusões

¹⁹¹ PAGOLA, Florencia. “Cada uno tenía su mujer”: Testimonios de ex presas abusadas sexualmente. Sala de Redacción Julio Castro, 16-11-2011. Disponível em: <<http://sdr.liccom.edu.uy/2011/11/16/cada-uno-tenia-su-mujer/>>. Acesso em maio de 2017.

que permeiam o relato de Rosa, consideramos essencial incluí-lo nesta pesquisa. Sem dúvida, a fragmentação da sua fala, na fase atual da possibilidade do seu registro, deixa muitas perguntas em aberto e a dificuldade para dar sentido às doídas palavras. Apesar da compreensão que temos de que a “sua história” está recheada de interrogações e de várias incertezas, a incluímos neste capítulo porque é um registro visceral de uma mulher que há décadas procura reconstituir o seu passado, compreender a dimensão do que sofreu e com muita valentia e dignidade dar sentido a uma trajetória de vida marcada pela dor, pelo abandono e por enormes dificuldades materiais, afetivas e psicológicas. Rosa sintetiza, na sua vivência, não só a violência do TDE contra o ser humano, mas também o horror gerado pelo mesmo, diante da garantia de impunidade conferida aos agentes repressivos. Violência e horror que, no caso de Rosa, persistem até hoje, através de mecanismos opressivos e sufocantes e se refletem nas suas relações com a sua descendência e, de forma não tão indireta, dessa descendência com o mundo.

Rosa é uma ex-presa política sobrevivente da ditadura do Uruguai e reside há anos no Brasil (Porto Alegre). Sua história é pouco conhecida. As marcas que a violência estatal deixou são profundas e complexas. O resgate da sua experiência ainda está em construção. Foram vários encontros, conversas individuais e em grupo, pois Rosa precisa estar com a sua psicóloga e seu advogado e amigo para falar sobre suas memórias que ainda são confusas e possuem lacunas e ausências de registros. A essa dificuldade de lembrar soma-se o autosilenciamento imposto sobre determinados eventos do seu passado. Realizei com ela duas sessões de entrevistas que foram gravadas e transcritas¹⁹². Na primeira, (27/7/1973), Rosa já aponta o seguinte: “Foi bem pesada. Carrego até hoje. Carrego filhos, até hoje. Porque a única coisa boa que me deixou, depois de tantos anos, foi só a minha neta. Uma neta”¹⁹³.

Rosa é um dos casos mais particulares dos analisados nesta dissertação. Seu relato reúne uma série de elementos já contemplados, em algum registro anterior, entretanto, sua vivência ultrapassa a fronteira do que podemos mensurar. Ela foi refém de homens que, em cumplicidade de gênero e familiar, transformaram Rosa no “botim dos Ferreira” (quatro irmãos militares).

Rosa tinha 19 anos quando foi presa. A sua primeira prisão ocorreu em 27 de julho de 1973, um mês após o golpe de Estado no Uruguai, quando era estudante de medicina e atuava

¹⁹² Rosa carrega marcas da militância estudantil, da prisão política e de escravidão sexual. A pesquisa sobre as memórias de Rosa, assim como as suas marcas e traumas, ainda está sendo realizada e novos encontros serão feitos para esclarecer dúvidas sobre determinados pontos específicos.

¹⁹³ BELTRAME, Rosa. Porto Alegre. maio 2016. Entrevistadora: Janaína Athaydes Contreiras e Enrique Serra Padrós. Arquivo de áudio: 79 minutos.

no movimento estudantil. Segundo ela, na época estava em contato com um guerrilheiro tupamaro - que chamaremos de H, pois ela não autoriza divulgar seu nome. Ao ser questionada sobre o sequestro afirma que ela e H estavam num bar, no centro de Montevideú, quando foi armado um cerco militar para prendê-los. Ao perceberem a movimentação dos carros, saíram do recinto e foram caminhando pela rua até um ponto de ônibus tentando fugir, porém foram cercados por carros, detidos, encapuzados e jogados em veículos diferentes. Dentro do carro, Rosa foi brutalmente agredida e perdeu os sentidos. Entre o momento da detenção ilegal e sua primeira lembrança de presa, há um lapso de memória que não consegue preencher até hoje. O próprio momento do sequestro é lembrado como fato disperso e confuso. Lembra que quando acordou era noite, com pouca claridade, em um local ao ar livre - acredita que fosse a praça de armas de um quartel da marinha. Conta, com muita dificuldade, que estava amarrada pelas mãos, pendurada nua, com as pernas abertas e com o corpo ensanguentado. Afirma, em seu depoimento, que foi submetida a torturas e abusos, mas não consegue lembrar como isso ocorreu, quem foram, quantos foram e nem onde foi. Apenas lembra-se de alguns locais e da violência sexual, portanto não consegue precisar as formas, apenas afirma que desde o início foi estuprada.

Rosa recorda ter estado em vários locais de detenção e, dentre eles, cita essa praça de armas e a Chefatura de Polícia, que fica no centro de Montevideú. Neste local ficava em uma cela muito pequena. Não tem lembrança de outras pessoas detidas, mas, sim, de uma policial, sua vizinha de bairro, que a reconheceu na cela e com ela ter um pequeno diálogo. Entretanto, na segunda entrevista que realizamos, já não tinha certeza se havia visto esta vizinha na Chefatura ou no 9ª Cavalaria. Neste ponto podemos perceber o quanto sua memória ainda está confusa, mas o fato dela ter reconhecido a tal vizinha torna-se relevante, pois esta memória está consolidada em seu consciente. Rosa lembra uma sala branca (possivelmente uma enfermaria) e em vagões, mas não sabe ao certo, poderiam ser containers, também. Foi na 9ª Cavalaria que José Eduardo Ferreira, um dos militares que a sequestrou, a conheceu. Cabe lembrar que Beatriz Benzona também denunciou haver estado na 9ª Cavalaria, o que indica que este local foi utilizado como base do TDE.

José Eduardo Ferreira era o “chefão” entre os irmãos, quem tinha mais dinheiro, provavelmente um oficial do exército. Os outros eram de baixa patente, sendo que dois acabaram expulsos do exército, um por alcoolismo e o outro, Rosa desconhece o motivo. Antes de passar pela 9ª Cavalaria, Rosa havia sido violentada na Chefatura e nos demais

locais em que esteve presa e, em algum deles, ficou grávida da sua primeira filha (M)¹⁹⁴. Ela não sabe se a primeira gravidez foi de algum dos militares da família Ferreira, mas acredita que não, pois lembra ter sido estuprada ainda nos primeiros momentos da sua prisão, ou seja, antes de conhecer os irmãos Ferreira. Durante o sétimo mês de gravidez foi levada pelos Ferreira para um povoado de nome Tomás Gomes de Souto, um pequeno vilarejo no norte do país. Rosa acredita que a família Ferreira era praticamente dona de tudo, pois o cartório local era da família, assim como a policlínica onde nasceu a sua filha. Claro que sobre estas informações há imprecisões, o que é absolutamente normal, pois é uma senhora de 65 anos relatando algo que vivenciou quando tinha 19 anos, praticamente uma menina. Mas esse registro de que os dois estabelecimentos (cartório e policlínica) eram ligados à família ficou gravado em sua memória, como uma lembrança de poder, mesmo que não tenha sido exatamente assim.

Rosa relata que foi obrigada a casar com um dos irmãos Ferreira, Carlos María, um dos que havia sido expulso do exército e que era alcoólatra. Como era menor de idade (para a legislação da época), só podia casar com a permissão dos pais. Para evitar tal transtorno, até porque os familiares de Rosa não sabiam de seu paradeiro, no cartório dos Ferreiras foi feita uma certidão de nascimento falsa, adulterando sua idade para que a união matrimonial fosse realizada dentro da “legalidade”. Sobre esse casamento “oficial” há várias questões em aberto: porque aparentar uma união oficial com Rosa se a situação dela era clandestina? Qual motivo levou os Ferreira a ter esta preocupação? Porque se preocuparam em manter a gestação da Rosa e dar um pai - no caso Carlos María - a sua filha, concebida sob circunstâncias de violência? Será que o Carlos María foi um dos estupradores de Rosa quando ela estava nos espaços de detenção e tortura em Montevideo? Atualmente, Rosa e seu advogado têm algumas hipóteses. Uma delas é que a primeira gravidez poderia ser de alguém que precisava ser acobertado, portanto, o ato deveria ser ocultado. Entretanto, porque os militares teriam esta preocupação? Segundo o relato de Mirta Macedo, muitas mulheres ficaram grávidas de seus algozes, mas nem por isso houve cuidado em esconder a gestação. Inclusive, afirma que a possibilidade para realizar o aborto era ofertada ou criavam-se situações, por parte dos agentes, que forçavam o aborto. O fato é que Rosa lembra que quando foi levada para ser feita de “esposa” de Carlos María Ferreira estava em estágio avançado de gravidez, ela recorda a barriga grávida e calcula que estava com sete meses de gestação.

A filha de Rosa nasceu em 12 de junho de 1974. Três meses depois, Rosa ficou

¹⁹⁴ Optamos em manter no anonimato o nome de seus filhos, netos, contatos, psicóloga e amigos.

grávida de um dos irmãos Ferreira. Quando falamos um dos irmãos Ferreira é porque ela afirma que, dos quatro irmãos militares, três abusavam sexualmente dela. No vilarejo em que morava não podia sair sem a presença de um deles. Além de ser violentada, lembra que era agredida fisicamente pelos três e era obrigada a realizar tarefas domésticas. Seu filho (E)¹⁹⁵ nasceu um ano e cinco dias após o nascimento de sua filha, M, em 1975.

Tudo indica que Rosa ficou dois anos no vilarejo até os irmãos Ferreira voltarem para Montevideu e se instalarem em uma casa na Rua Paulo Perez, 4.434, cujo endereço foi confirmado após Rosa ter reconhecido o local quando esteve, com seu advogado, em Montevideu. Portanto, em 1977, passou a morar numa casa de militares, de forma clandestina (e sequestrada) por onde passavam outros militares e onde viviam outras mulheres em outros quartos da casa. Segue trecho da descrição da casa:

Rosa: Tem várias peças. [...] tem uma casa na frente e depois tem um corredor. Tá? [...] em cada peça mora gente e eu era uma dessa gente, todos os homens que tem ali, são só homens militares. E tem mulheres, e tem algumas crianças. Só que uma, não me lembro do nome dela, me lembro do nome do gurizinho pequeno [...] William, mas eu não me lembro do nome dela. E ela [...]. Tinha esse menino e uma menina, [...], ela era mulher de algum sargento [...] tinham outros militares que tinham outras mulheres. Inclusive, [...] o sargento Ferreira, vamos dizer o patriarca, [...] tinha a Mabel [...] que depois eu nunca mais vi [...] a gente se conversava...

Janaína: Mabel era o que dele?

Rosa: igual eu, era “amante” dele, era mulher também [...]. Só não sei qual era a relação [...] eu sentia que estava presa [...] como ele me levou eu não lembro, [...] ele que me levou para lá e comandava tudo e quando ele aparecia os irmãos iam embora e eu ficava a “serviço” dele. E outras vezes ele ficava com ela. Esse é [irmão] o que faleceu em 2006.

Psicóloga: cada irmão tinha um quarto? As mulheres tinham um quarto?

Rosa: Não... cada uma era num quarto.

Psicóloga: E quando nasceram os teus filhos eles dormiam contigo no quarto e com o Ferreira?

Rosa: Sim.

Janaína: Tu suspeitas que [essa casa] podia ser um centro clandestino de detenção?

Rosa: centro de detenção clandestino, sim.

Janaína: além dos Ferreira, existiam outros militares?

Rosa: outros militares. [...] circulava muito

Janaína: E as mulheres eram permanentes?

Rosa: algumas sim, outras não [...] Essa, por exemplo, essa Mabel, ela só vinha.

Janaína: tu chegaste a conversar com alguma delas?

Rosa: sim essa que eu me lembro [...] [a mãe] do William. Com essa daí eu conversava, porque era a peça do lado [...] Eu suspeito que assim como eu não falava o que tinha acontecido comigo, também elas não falavam nada. A gente estava como numa relação de boa vizinhança. Entendeu? [...] Eu acho que no nosso íntimo era muito fraterno, muito carinhoso, mas a gente não estava muito perto, conversava e tal [...] nenhum detalhe. [...] O fato desta casa é que me causa tomar esta atitude de falar porque assim como eu guardei 30 anos, elas também devem estar. E eu gostaria, inclusive, muito saber destas duas mulheres que eram as que estavam, a princípio, como mais próximas. [...] A Mabel e essa aí que eu não consigo lembrar o nome. [...]¹⁹⁶

¹⁹⁵ Idem.

¹⁹⁶ BELTRAME, Rosa. Porto Alegre. dezembro 2016. Entrevistadora: Janaína Athaydes Contreiras. Arquivo de áudio: 80 minutos.

Rosa relatou – com as falhas de memória e certa confusão – que essa casa foi utilizada por homens ligados às Forças Armadas, tanto para moradia como para manter sequestradas algumas mulheres ou para levar outras que pudessem “atendê-los”. Quando Rosa fala de Mabel podemos inferir várias situações. Poderia ser Mabel uma prostituta que fosse regularmente a casa para prestar serviços a José Eduardo Ferreira? Poderia. Mas é difícil acreditar nesta hipótese, pois tendo capturado Rosa para ele e seus irmãos, qual seria o motivo que o faria manter uma prostituta? Também é possível deduzir que Mabel fosse familiar de algum preso político. Há depoimentos de mulheres que reconhecem que se sujeitaram aos abusos sexuais dos agentes em troca da liberdade do familiar ou para melhorar as condições de sobrevivência de quem estava preso (isto não vale só para preso político). A existência de outras mulheres como moradoras fixas e com crianças abre espaço para pensarmos duas possibilidades plausíveis. Poderiam ser esposas, de fato, dos militares? Ou será que estavam na mesma condição de Rosa (escrava sexual)? Não podemos esquecer que Beatriz Benzano acredita que todos os militares sabiam das práticas abusivas e eram, em consequência, coniventes e cúmplices, o que pode reforçar a crença de que essa casa era um espaço exclusivo para os interesses sexuais dos militares.

Por fim, para encerrar o capítulo uruguaio, relatamos que Rosa, em algum momento, obteve a ajuda de alguém que ela não lembra e fugiu dessa casa em direção ao Chuí na fronteira Uruguai-Brasil. Recorda ter atravessado, numa noite chuvosa, um arrozal, carregando seus dois filhos pequenos para desviar da polícia rodoviária. Chegando à estrada conseguiu uma carona para Pelotas, onde permaneceu por um mês, até conseguir chegar a Porto Alegre e encontrar compatriotas dos quais tinha o contato. A partir desse momento, Rosa viveu exilada e clandestinamente em Porto Alegre até 1979. Nesse ano, deixou seus filhos pequenos em escolas/internatos (outra passagem nebulosa nas memórias de Rosa, pois não recorda como garantiu isso) e regressou ao Uruguai para buscar documentos que ajudassem a tirá-la da clandestinidade no Brasil. Entretanto, ao chegar (clandestina) em Montevideú, foi presa novamente. Segundo sua memória e as lembranças de seus filhos, pois alega que eles se lembram desta ausência, ficou oito meses detida no Uruguai. Segundo ela, justificaram sua segunda prisão, por estar sendo procurada por um atentado a bomba numa ferrovia próxima a casa onde morava com a sua família antes do golpe. A dúvida é: estava sendo procurada desde 1973 ou após 1977, quando fugiu da casa clandestina?

Rosa tem muitos traumas e medos. Seus filhos também carregam marcas deste passado e por causa disto, ambos passam por problemas em suas vidas. Suas netas e netos

(cinco vivos e uma falecida) também são vítimas das sequelas e permanências do TDE, pois toda a família de Rosa foi concebida pela violência e abusos¹⁹⁷. A relação e convivência com os filhos e netos são muito difíceis. Rosa carrega até hoje sequelas emocionais, medos, dificuldades que afloraram mais ainda após o seu processo terapêutico. Um dos seus objetivos é ser reconhecida como vítima pelo Estado uruguaio. A sua desmemória e os anos passados no Brasil a desconectaram de grupos e organizações uruguaias. Obter delas o reconhecimento da legitimidade de sua história é outra forma de reparação que pode ajudar a amenizar os efeitos de tamanha tragédia.

2.2.1.3 Violência sexual no Chile (1973–1990)

No início da década de 1970 o Chile representou para muitos latino-americanos a expectativa concreta de uma nova experiência socialista no continente. Em 1970 Salvador Allende assumia a presidência do país de forma democrática, em nome da Unidade Popular (UP), uma coalizão de partidos de esquerda que iniciava o que seria conhecido como a “via socialista chilena”. O Chile, até então, sofria com uma economia dependente (com forte presença de multinacionais no país) e uma grave disparidade socioeconômica entre seus habitantes. Estas desigualdades sociais fomentaram em crescentes setores da sociedade o sonho de uma realidade mais igualitária.

A coalizão eleita em 1970 congregava diferentes forças do cenário político chileno e reunia os principais partidos da esquerda nacional, como o Partido Comunista (PC), o Partido Socialista (PS), e outros representantes menores, como o Movimento de Ação Popular Unificado (Mapu), grupo egresso da Democracia Cristã, além do Partido Radical (PR), grupo que havia sido uma das lideranças fundamentais do centro político e, posteriormente, agregou-se a Izquierda Cristiana (IC). Seu projeto, apostando na (auto) imagem de país politicamente maduro e democrático, visava à construção do socialismo nos marcos da institucionalidade por meio de amplas transformações estruturais na sociedade chilena, e se baseava numa forte crítica à experiência de reforma adotada pelo governo antecessor, da Democracia Cristã, reclamando um plano de ação mais profundo para transformar a estrutura econômica dominante¹⁹⁸.

As questões relacionadas à Guerra Fria - a disputa entre o projeto capitalista e o projeto socialista - se refletiram no país. Se existia um sonho de uma sociedade mais justa (para os setores populares), existia também o medo do “germe” do comunismo que poderia desestabilizar a hegemonia dos setores que queriam manter o *status quo* vigente. A vitória de Allende significava o caminho para reformas socialistas que poderiam possibilitar

¹⁹⁷ Sobre os traumas e sequelas na família de Rosa aprofundaremos no capítulo três.

¹⁹⁸ CURY, Márcia Carolina de Oliveira. **O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)**. (Tese doutorado). PPGCP/Unicamp. 2013, p. 17.

importantes mudanças sociais.

Contudo, da mesma forma que o governo de João Goulart representou em 1964 para os EUA o perigo da “cubanização” no Brasil, a vitória de Allende e da Unidade Popular reeditava o medo dessa “cubanização” da América Latina (principalmente para os EUA e para a já instalada ditadura do Brasil)¹⁹⁹. Portanto, grande parte da gestão Allende (1970-1973) acabou marcada por forte instabilidade política e social e um crescente protagonismo dos trabalhadores das zonas urbanas e rurais nesse contexto. Os setores populares mostraram forte capacidade de mobilização e poder de organização, conscientizando-se do seu papel enquanto agentes sociais e confrontando os setores dominantes que estavam dispostos a desestabilizar o governo da UP²⁰⁰. Um dos acontecimentos mais significativos do período foi o *lockout* patronal promovido pela greve de caminhoneiros, o que gerou desabastecimento, mercado paralelo de produtos básicos, aumento de preços e um gravíssimo clima de tensões sociais. Parte da população, incentivada pelo governo, se organizou quanto à distribuição de alimentos e bens de necessidade básica, mesmo com o boicote que impedia o abastecimento do mercado nacional. Quando os empresários mostraram descaradamente seu apoio ao *lockout*, os trabalhadores ocuparam fábricas e outras unidades produtivas para não deixar a economia parar e conseguiram meios de transportes - muitos confiscados pelo Estado - para realizar a distribuição dos itens alimentícios e de necessidade básica. A presença das mulheres nesta organização popular foi significativa²⁰¹.

Mesmo que a maioria dos setores populares confiasse no governo Allende, as tensões causavam desconforto e estimulavam críticas ao governo. Mesmo assim, Allende, buscou sempre respeitar a constituição, mas tentando fazer avançar o seu programa, à posições mais ousadas. A sua frente se conformava uma posição que expressava os interesses dos setores empresariais, grupos paramilitares (que confrontavam os setores populares organizados) uma classe política conservadora, do capital estrangeiro bem como dos militares alinhados ao EUA, todos preocupados com os caminhos que o Chile estava trilhando e, principalmente, com o que entendiam ser uma expressão comunista. Assim como no Brasil de 1964, uma aliança entre os EUA, a burguesia nacional associada, setores anticomunistas e a adesão crescente de setores militares e políticos conservadores costuraram importante estratégia conspirativa. Por outro lado, quanto mais se intensificavam boicotes patronais e ações de

¹⁹⁹ Sobre a participação do Brasil no golpe do Chile em 1973 ver: PADRÓS, Enrique; SIMÕES, Sílvia. A ditadura brasileira e o golpe de estado chileno. *Outros Tempos*, vol. 10, n. 16, 2013, pp. 233-261.

²⁰⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos**. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

²⁰¹ Ver o documentário A batalha do Chile III para entender esta convulsão social. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DJPfEvsupp4>> Acesso em junho de 2017.

desestabilização econômica, mais os setores populares radicalizavam posições. Por mais que Allende procurasse destensionar a situação, esta mais se agravava e aumentava a visão da direita de que seu regime era comunista, leitura profundamente influenciada pelos governos dos EUA e do Brasil.

Como corolário dessa explosiva situação em 11 de setembro de 1973 o palácio de *La Moneda* foi bombardeado, Allende se negou a renunciar, suicidando-se a seguir, enquanto uma brutal onda repressiva tomou conta do país. Até o emblemático Estádio Nacional²⁰² virou depósito de presos políticos após o golpe, milhares de pessoas foram confinadas, torturadas e executadas. Contabiliza-se que cerca de 40 mil pessoas foram afetadas pela repressão e destas, calcula-se que 3.065 foram mortas ou desaparecidas. A Comissão Valech trouxe a público, em 2003, através da publicação do seu informe a informação de que 3.399 mulheres relataram à Comissão o que lhes havia ocorrido entre os anos de 1973 e 1990²⁰³, sendo que mais da metade delas foram presas em 1973. Segundo a comissão, quase todas as mulheres detidas denunciaram ter sido vítimas de violência sexual.

Casi todas las mujeres dijeron haber sido objeto de violencia sexual sin distinción de edades y 316 dijeron haber sido violadas. No obstante, se estima que la cantidad de mujeres violadas es muy superior a los casos en que ellas relataron haberlo sido, por las consideraciones anteriores y porque existen numerosos testimonios de detenidos que señalan haber presenciado violaciones, cometidas en una gran cantidad de recintos de detención. La tortura sufrida por las mujeres menores de edad y por aquellas que se encontraban embarazadas subraya la brutalidad ejercida y la gravedad de las consecuencias que les han afectado. Cabe señalar respecto a estas últimas que

229 mujeres que declararon ante esta Comisión fueron detenidas estando embarazadas y 11 de ellas dijeron haber sido violadas. Debido a las torturas sufridas, 20 abortaron y 15 tuvieron a sus hijos en presidio²⁰⁴.

Concordamos com a comissão quanto a possibilidade do número de mulheres violentadas ser maior do que os 316 casos relatados, pois há outras questões que devem ser levadas em conta, como o silêncio daquelas vítimas que resolveram não trazer a público o que lhes aconteceu (seja por vergonha ou pelo trauma existente). Muitas mulheres podem estar à sombra da dor, da culpa, da vergonha, do medo, entre outras marcas subjetivas. Também precisamos considerar as que foram mortas/desaparecidas pelo TDE chileno. Nunca

²⁰² Estádio de Futebol.

²⁰³ Foram 27.255 homens e 3.399 mulheres, o que significa que foram cerca de 87% de homens vitimados pela repressão e 12% de mulheres. Logo, foram cerca de 30.654 pessoas que realizaram denúncias à comissão de 2003. Ver Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura (Comisión Valech), Informe Valech. Disponível em: <http://dhnet.org.br/verdade/mundo/chile/cv_09_chile_informe_cnrr_1996.pdf> Acesso em junho de 2017. p. 561.

²⁰⁴ Ibid., p. 291.

saberemos - embora possamos imaginar – o que aconteceu momentos antes da sua morte²⁰⁵. Os números nunca serão exatos em se tratando de violência sexual, pois além dessas duas possibilidades de silêncio estão os casos de mulheres que foram torturadas e, ao mesmo tempo, abusadas, mas diante de tanta violência, tais aspectos ficaram em segundo plano, não sendo considerado relevantes na descrição dos fatos, ou acabaram inseridos no conjunto da violência como tortura.

Maiores de idade e a “Casa Venda Sexy”

O centro clandestino de detenção “Venda Sexy” foi um dos espaços onde mulheres adultas foram vítimas do TDE chileno e onde foram praticados atos de violência sexual. “Venda Sexy” ou “La discoteque” era uma casa de dois andares que pertencia a uma família que habitava a parte de cima. Recebeu o nome de “La discoteque” porque, segundo alguns vizinhos, havia constantemente o som de música que vinha do interior da casa. Uma das práticas recorrentes em locais de tortura era o uso de som alto para abafar os gritos ou para fazer com que o preso político associasse a música à tortura. Muitas vezes, a música ouvida era dos velhos LPs roubados das casas dos militantes sequestrados, por isso, ironicamente, há registros por todo o Cone Sul da SN de locais de tortura onde a música “de fundo” (em alto volume) era de canções consideradas “de esquerda”²⁰⁶.

Figura 1- Venda sexy



Fonte: Memoria Viva. Disponível em:

²⁰⁵ Como exemplo disto, podemos fazer uma comparação com o caso de Sônia Maria de Moraes Angel Jones (brasileira), que foi torturada até a morte. Seu pai, quando foi identificar seu corpo, relatou todas as marcas da tortura/tortura sexual (inclusive com a mutilação dos seios) que identificou no corpo da filha.

²⁰⁶ No Brasil, alguns presos políticos recordam que enquanto eram torturados ao fundo ouviam músicas de Chico Buarque.

<http://www.memoriaviva.com/Centros/00Metropolitana/Recinto_DINA_vendaSexy.htm> Acesso em: 15 agosto 2018.

Figura 2 - Venda sexy



Fonte: Memoria Viva. Disponível em:
<http://www.memoriaviva.com/Centros/00Metropolitana/Recinto_DINA_vendaSexy.htm> Acesso em: 15 agosto 2018.

Segundo o site chileno Memória Viva²⁰⁷ a casa da figura 1 e 2 foi um espaço por onde passaram muitas pessoas presas por motivações políticas. Inclusive, a ela associado o destacado caso dos “119 desaparecidos”²⁰⁸. Esta casa fica na rua Irán nº 3037, em Santiago, no setor Quilín. Segundo as descrições do site a casa funcionou como centro clandestino de 1974 até 1975 e foi lá onde a depoente Leila Péres ficou.

Aparentemente la casa era utilizada por un equipo operativo distinto a los que funcionaban en Villa Grimaldi, puesto que había diferencias en las formas de operar y en los antecedentes sobre las identidades de los agentes. Se presume por testimonios de ex agentes y ex colaboradores que ese centro estaba conformado por Carabineros. Los detenidos permanecían con la vista vendada, varios en una misma pieza, pero separados los hombres de las mujeres. Los agentes del equipo operativo funcionaban dentro de un horario similar al común de la jornada de trabajo y luego salían del lugar dejando a los prisioneros a cargo de los guardias. Fuera de ese horario no se torturaba y las normas más estrictas se relajaban, dependiendo de la voluntad de los guardias. El recinto tenía música ambiental permanente, razón por la cual era conocido como "La Discotéque". [...] Los métodos de tortura se diferenciaban del de los otros recintos en cuanto se enfatizaban las vejaciones de tipo sexual. La violación de las detenidas y otros abusos sexuales de parte de guardias y agentes eran práctica corriente. También los detenidos varones eran

²⁰⁷ Memória Viva é um projeto internacional de Direitos Humanos que nasceu em Londres para denunciar os crimes de lesa Humanidade no Chile e desta forma combater a impunidade. Ver em: <<http://www.memoriaviva.com>> Acesso em junho de 2017.

²⁰⁸ Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/119.htm>> Acesso em junho de 2017.

víctimas de tales vejaciones. [...] ²⁰⁹.

No site apresenta-se o relato de uma ex-presa política, cujo nome não foi revelado no portal, que descreve a casa e o que ocorria lá dentro:

[...] era una casa de dos pisos con subterráneo, con piso de parquet, una ventana redonda en el baño y una escalera de mármol, impresionante, muy grande, curva y ancha. Continuamente había música estridente, e incluso una vez pusieron en la pieza dos discos con la música a todo volumen, que nos produjo una terrible sensación. Fui bajada a un subterráneo donde comenzaron a torturarme a golpes, corriente, etc. Esa noche dormí en una pieza común que al parecer estaba destinada a los nuevos detenidos. Al día siguiente fui llevada a una pieza de mujeres, lugar donde vi a numerosas personas que estuvieron conmigo. Continuamente, además, entraban individuos a la pieza que nos vejaban de todas las formas imaginables y posibles [...] ²¹⁰.

Há também relatos de crianças que foram sequestradas e levadas para lá, como o caso de Macarena que, em 1975, tinha 3 anos de idade:

Macarena Aguiló, quien fue secuestrada por la DINA en 1975, cuando tenía 3 años, y trasladada primero a Villa Grimaldi y luego a un hogar de Carabineros, donde estuvo retenida 22 días, a pesar de que sus familiares directos habían presentado un recurso de amparon para dar con su paradero. El objetivo de los servicios de seguridad del régimen era detener a su padre, Hernán, alto dirigente del MIR casado con Margarita Marchi, quien había caído en las oscuras manos de la SIFA ²¹¹.

Uma das particularidades deste centro de detenção era o uso de cachorros que foram treinados para intimidar na tortura e até para violentar os presos e presas, mas o mais excepcional neste caso é quem treinava os cachorros e praticava a violência, uma mulher, Ingrid Olderock, agente da Dina. Ingrid, filha de alemães com ideias associadas ao nazismo, ingressou na Dina em outubro de 1973 e recebeu treinamento militar na Escuela Femenina – cerca de 70 mulheres foram instruídas e formadas em táticas de insurgência. Em 1981, sofreu um atentado realizado pelo Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), ao qual sobreviveu.

Das tarefas de Ingrid fazia parte treinar cachorros para torturar prisioneiros e ser instrutora de dezenas de funcionárias que participaram de forma direta na repressão política ²¹². Alejandra Holzappel, estudante de veterinária, tinha 19 anos quando a Dina a sequestrou. Ficou presa de setembro de 1974 a 1975 neste centro clandestino. Ali foi

²⁰⁹ Disponível em: <http://www.memoriaviva.com/Centros/00Metropolitana/Recinto_DINA_ventaSexy.htm> Acesso em junho de 2017.

²¹⁰ Idem.

²¹¹ Idem.

²¹² FAJARDO, Marco. El horror de Ingrid Olderock, la más siniestra de la DINA. El mostrador. 10 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.elmostrador.cl/cultura/2014/09/10/el-horror-de-ingrid-olderock-la-mas-siniestra-de-la-dina/>> Acesso em junho de 2017.

violentada por um agente da Dina e um cachorro pastor alemão, chamado de Volodia.

Es cierto, a mí me tocó ser violada así, con ese animal, por eso te lo puedo decir. Es una de las historias más terribles y dolorosas que yo sólo he podido enfrentar hace muy pocos años. Por mucho tiempo no pude sacarlo, me daba una vergüenza terrible²¹³.

O centro clandestino de detenção e tortura “Venda Sexy” não foi o único local de repressão clandestina no Chile. Entretanto, podemos perceber que em certos espaços determinadas práticas foram mais utilizadas que em outros²¹⁴. No caso dos centros clandestinos de tortura, extermínio e desaparecimento de pessoas não são poucos os relatos que informaram as mais variadas formas de violência, inclusive a sexual. Provavelmente porque, quanto mais clandestinos os espaços, mas vigorava a sensação de tal poder dos repressores e, neste caso, repressoras, contra os detidos. Além da ideia de impunidade, já que a violência massiva ali instituída não seria reclamada futuramente, pois em tese, eram “lugares de desaparecimento”.

Por fim, destacaremos o quanto a repressão foi perversa e garantiu, pela impunidade, práticas abjetas. Há relatos de tortura sobre as quais é possível fazer uma análise reflexiva. Porém, certas práticas foram tão infames que se torna muito difícil realizar uma abordagem criteriosa. O caso de “María”²¹⁵, de 25 anos na ocasião, é um destes. María esteve presa entre 1974 e 1976.

Por violación de los torturadores quedé embarazada y aborté en la cárcel. Sufrí shock eléctricos, colgamientos, "pau-arara", "submarinos", simulacro de fusilamiento, quemadura con cigarros. Me obligaron a tomar drogas, sufrí violación y acoso sexual con perros, la introducción de ratas vivas por la vagina y todo el cuerpo. Me obligaron a tener relaciones sexuales con mi padre y hermano que estaban detenidos. También a ver y escuchar las torturas de mi hermano y padre. Me hicieron "el teléfono", me pusieron en la parrilla, me hicieron cortes con yatagán en mi estómago²¹⁶.

O uso de animais, como colocar ratos e baratas na vagina e ânus ou o uso de cachorros para violentar uma pessoa, por si só, já é repugnante. Porém, dos diversos casos já analisados para esta pesquisa, nunca foi encontrado algo similar ao que aconteceu com María. Sabemos

²¹³ ARGUTO, Ivonne Toro. Alejandra Holzapfel: Yo sobreviví a Venda Sexy. In: The Clinic. 11 setembro 2013. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2013/09/11/alejandra-holzapfel-y-la-vida-tras-las-torturas-y-las-aberraciones-sexuales-de-la-dictadura/>> Acesso em junho de 2017.

²¹⁴No caso da Argentina, por exemplo, existem muitos centros - chamados por muitos sobreviventes de campo de concentração, fazendo alusão aos campos nazistas - com predomínio de práticas específicas, o que os diferenciava entre si. Também é possível perceber que em casas ou centros clandestinos com maior concentração de presos e presas e circulação de agentes, a prática de violência sexual foi mais indiscriminada. No Brasil também houve tortura sexual e violações e abusos nos Dops e DOI-Codi. Entretanto, muitos funcionavam junto às delegacias de polícia, onde a circulação de civis dentro desses espaços talvez dificultasse manter, por exemplo, escravas sexuais. Aspectos relacionados aos espaços de detenção - do Brasil e Argentina serão abordados no capítulo dois.

²¹⁵ O Informe não divulgou o nome da depoente.

²¹⁶ Informe Valech, op. cit., p. 292.

de casos em que companheiros de militância ou presos políticos foram obrigados a ter relação sexual entre si, mas em nenhum momento – o que não significa que este seja um caso único – encontramos uma violação que fira tanto a dignidade, o corpo e a alma, quanto esta. Forçar familiares (pai e irmão) a violentar a filha ou irmã, está entre os casos mais cruéis averiguados. É possível tentar explicar numa perspectiva de gênero, em uma lógica invertida. Vejamos: María estava presa com seu pai e irmão. Além de todas as torturas possíveis (inclusive a gravidez e o aborto) os agentes fizeram seu pai se submeter a uma amoralidade dentro dos valores ocidentais cristãos. Mesmo que a prática do incesto seja tão secular quanto a violência sexual, pelas normas sociais ela não é tolerada e para muitas pessoas esta prática é abominável. O que estes agentes pretendiam quando realizaram este tipo de violência? Certamente quiseram ferir o pai dela. Como foi dito, para além do disciplinamento, do castigo, existe a intencionalidade da quebra da psique, da moral, das funções psicológicas dos presos políticos. Podemos inferir que se os três sobreviveram, suas vidas nunca mais foram as mesmas depois deste episódio tão traumático. Pessoas que foram afetadas de forma indireta pelo TDE tiveram suas vidas condicionadas, em graus variados, por essa violência. Mas quem esteve preso, quem sofreu tortura física, psicológica e ou de cunho sexual carrega consigo marcas mais evidentes. A partir dessa violência, além das outras, a família de María precisou sobreviver, mas sob quais circunstâncias? Até que ponto foi possível que estes três familiares pudessem conviver de forma normal sem lembrar-se da violência e sem sentir culpa, asco, vergonha? São questões que só entrevistando Maria poderiam ser, parcialmente, respondidas.

Menores de idade

Segundo o Informe da Comissão da Verdade do Chile (Valech), das 30 mil pessoas que passaram pela Comissão para testemunhar que foram alvo de violência estatal, 12.060 tinham entre 21 e 30 anos de idade quando foram presas. As que tinham entre 18 e 21 foram 2.639 e, as menores de 18 anos, 1.080 pessoas. Em relação a este último dado, significa que cerca de 4% da população que foi detida e torturada (sem contar os casos de assassinados e desaparecidos) eram menores de 18 anos. Devido a isto, não há como ignorar os casos apresentados no Informe Valech sobre as menores de idade.

Tabela 3 - Número de atingidos e faixa etária

Faixa etária	Número de pessoas
18 ou menos	1.080

18 aos 21 anos	2.639
21 aos 30 anos	12.060
31 aos 40 anos	6.913
41 aos 50 anos	3.397
51 anos ou mais	1.174

Fonte: Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura (Comisión Valech), Informe Valech. p. 562.

Gráfico 4 - Número de atingidos e faixa etária



Fonte: Comisión Asesora para la Calificación de Detenidos Desaparecidos, Ejecutados Políticos y Víctimas de Prisión Política y Tortura (Comisión Valech), Informe Valech.

Analisando a Tabela 3 e o Gráfico 4, constatamos que a faixa etária de mulheres mais atingidas foi dos 21 aos 30 anos (1.464 casos). Entre 18 e 20 foram 387 casos e 212 envolvendo menores de 18 anos. Ou seja, a mais atingida foi de 12%, seguida pela faixa dos 31 aos 40 anos, com 10,9%. Estas duas faixas etárias representam no total das vítimas, sem diferenciar o sexo. Porém, se fizermos uma análise por intervalo etático a que representa as menores de 18 anos apresenta um percentual de 19,6%. Quer dizer, do total de 3.399 mulheres que se apresentaram à Comissão, 212 eram menores (algumas até crianças) na época em que foram sequestradas (ou seja, 6% das mulheres). Agora, se ampliarmos este dado para refletir sobre o número de mulheres jovens de até 20 anos, o percentual sobe para 17,6%. Em suma, estes dados ajudam a perceber o quanto mulheres bem jovens foram marcadas em suas vidas pela violência e repressão de gênero. Para maior precisão da dimensão do problema seria necessário contabilizar, ainda, o número de jovens executadas e aquelas que foram afetadas

com o exílio, com as medidas restritivas de ordem social e educacional, etc.

Para melhor avaliar a dimensão da violência estatal e sexual no Chile utilizamos, além do Informe Valech (de onde retiramos os dados quantitativos), informações jornalísticas sobre mulheres que denunciaram atos semelhantes. Iniciaremos com o caso de Leila Péres (presa no centro clandestino Venda Sexy), detida pelos militares chilenos com outros estudantes secundaristas, no dia 12 de setembro de 1973, e levada para o Estádio Nacional. Na época Leila tinha 16 anos. Seu relato sobre aquela detenção e o que lhe ocorreu junto das demais estudantes secundaristas é dramático:

De las mujeres que fuimos llevadas al sector de los camarines, yo creo que todas fuimos sometidas a violencia sexual [...]. A mí me decían perra puta mirista, con la variante de perra maraca²¹⁷ marxista. Y es interesante detenerse en esos tres apelativos. Porque el primero te quita tu condición de ser humano: perra. El segundo, te quita desde su perspectiva la dignidad de mujer: puta. Y el otro, marxista o mirista: eres su enemiga política²¹⁸.

Leila Péres, posteriormente, foi levada do estádio para Villa Grimaldi, onde ficou presa até 1985 (ou seja, durante quase 12 anos). Depois foi transportada para Tres Álamos, onde passou mais um ano, e após saiu para um exílio de uma década. No seu relato conta que havia outras meninas detidas que também sofreram violência sexual. Porém, nem todas conseguiram sair do anonimato e denunciar o que lhes aconteceu, diferente de Leila que, em 2013, prestou seu depoimento ao portal de notícias do Chile, denunciando o que lhe ocorreu. Da mesma forma como aconteceu com o material extraído para analisar os casos do Uruguai, precisamos levar em conta que o depoimento de Leila Péres foi objetivado para denunciar a violência sexual, no ano que marcava os 40 anos do golpe no Chile. A sua denúncia à sociedade chilena teve o intuito de chamar a atenção para os crimes sexuais e de gênero. Os relatos registrados pela Comissão da Verdade não apresentam o nome das depoentes, por isso usaremos o código C1, C2 e C3²¹⁹ para três casos de meninas escolhidos para expor aqui.

A jovem C1 tinha 14 anos quando foi presa, juntamente com a irmã e uma amiga, em 1973. Consta no seu depoimento à Comissão que foi levada a um local do Exército onde as três foram transformadas em objetos sexuais dos soldados:

Yo fui la primera en ser interrogada. [...] Entonces uno de ellos se bajó los pantalones y sacó su pene y me obligó a que se lo tenía que enderezar con mi boca.

²¹⁷ No Chile o adjetivo *maraca* é pejorativo e significa prostituta, mulher fácil.

²¹⁸ MIRANDA, Oriana. Violencia sexual contra mujeres em ditadura: um crimen invisibilizado. Diálogo Uchile. 03-09-2013. Disponível em: <<http://radio.uchile.cl/2013/09/03/violencia-sexual-contra-mujeres-en-dictadura-un-crimen-invisibilizado/>>. Acesso em junho de 2017.

²¹⁹ Usamos este código para diferenciar dos casos brasileiros e argentinos que também terão códigos, portanto “C” identifica o Chile e o número representa a unidade.

Después vino el otro y el otro. En total fueron tres milicos que tuve que enderezárselo, el último se fue en mi boca, no sé quienes fueron o cómo eran porque estaban encapuchados. Lo único que sé es que mi vida nunca volvió o volverá a ser como antes, ya que en ese tiempo era solo una estudiante²²⁰.

C2 tinha 16 anos quando foi detida, em 1975, na região metropolitana de Santiago e foi levada a um centro clandestino da Dirección de Inteligencia Nacional (Dina), um dos braços executores da repressão mais violenta. Assim como C1 sofreu variadas torturas e foi abusada de diversas formas:

Fui violada, me ponían corriente, me quemaron con cigarrillos, me hacían "chupones", me pusieron ratas [...] me amarraron a una camilla donde unos perros amaestrados me violaron²²¹.

Quando liberada, foi expulsa do país e teve que se exilar. Em boa parte dos relatos analisados encontramos este tipo de violência repugnante (toda violência em si já o é, mas algumas são inimagináveis), como a relatada por C2, que embora esteja relacionada com testemunhos referentes a meninas e adolescentes, também sofreu violência sexual com cachorros, o que a aproxima de relatos de mulheres adultas.

Ainda nos casos de menores, a história de C3, uma jovem de 17 anos que relatou inúmeras agressões e violações sofridas e presenciou a aplicação de violência sexual com animais.

[...] recibí toda clase de torturas, corriente en parrilla y colgada [se omite], simulacro de fusilamiento, golpes, violaciones reiteradas, quemaduras internas (útero), golpes con elementos metálicos, sesiones psiquiátricas para olvidar las torturas. Me hicieron presenciar violación con perros dirigidos por [se omite]. Viví torturas y sesiones de masturbaciones por parte de los encargados del recinto, quemaduras con agua hirviendo en mi brazo izquierdo, costillas fracturadas²²².

Percebe-se, que embora estas três jovens sejam muito novas para constituírem um possível “perigo comunista” para os agentes do TDE, isso é desconsiderado. Assim como no Paraguai (em maior escala) ou nos outros países da região, ser jovem (adolescente) ou criança não significava nada, nem era garantia de não violência. Na Argentina é bem conhecida a história dos jovens secundaristas que protestavam por causa do preço da passagem (“boleto”) estudantil na cidade de La Plata e que foram perseguidos, sequestrados, torturados e vários deles assassinados e desaparecidos²²³. Da mesma forma que estes jovens foram considerados “inimigos” do Estado, crianças também sofreram por causa dessa interpretação anticomunista

²²⁰ Informe Valech, op. cit., p. 292.

²²¹ Ibidem. p. 292.

²²² Ibidem. p. 293.

²²³ “La noche de los Lápices” é a noite de 16 de setembro de 1976, data que ficou conhecida pela ação repressiva que sequestrou dez jovens secundaristas, todos torturados e dos quais seis acabaram desaparecidos.

e paranoica da realidade. Crianças e bebês foram roubados das suas famílias (na Argentina contabilizam-se mais de 500 casos), alguns foram torturados e, provavelmente, sequestrados, perderam a própria identidade e o direito de ser quem de fato deveriam ter sido. Milhares passaram pela dor da morte ou do afastamento temporário ou permanente de mãe ou pai ou de ambos. E outros tantos tiveram que acompanhar seus pais no exílio, abandonando tudo o que tinham como referência própria, social, cultural, o que deixou marcas permanentes.

Em síntese, neste capítulo foi feito um esforço para tentar contemplar relatos de mulheres perseguidas políticas nos países do Cone Sul, vizinhos do Brasil e da Argentina. Buscamos contextualizar o que foram as ditaduras de SN no marco da Guerra Fria abordando conceitos como o TDE e a DSN. A partir dessa análise de conjunto, debruçamos um olhar sobre as demais ditaduras para identificar elementos comuns entre as mesmas, particularmente no que se refere às modalidades e objetivos da violência estatal. Além de Brasil e da Argentina, também no Paraguai, Uruguai e Chile a violência sexual foi uma das metodologias do TDE. Não foram casos isolados ou excepcionais. Mesmo que o universo de mulheres atingidas pela repressão dos países supracitados seja menor do que o de homens, é possível perceber que além de torturas físicas e psicológicas (que atingiram ambos os sexos), grande parte das mulheres (e meninas) sofreram violência de cunho sexual, abusos, ameaças de estupro, estupros (inclusive coletivos), gestações interrompidas, gravidez não desejada ou foram transformadas em escravas sexuais.

Os casos apresentados são uma parcela pequena diante do universo de vítimas destes crimes. Nos próximos capítulos, centro desta pesquisa, trataremos sobre as ditaduras de SN brasileira e argentina, bem como a repressão política, os espaços de tortura e a violação de Direitos Humanos. Traçaremos, também, um comparativo entre as possibilidades e limitações que as forças repressivas de cada país tiveram para perseguir e reprimir seus presos e presas, colocando a perspectiva de gênero no centro da questão.

3 DITADURAS DE SEGURANÇA NACIONAL E A VIOLÊNCIA SEXUAL: BRASIL E ARGENTINA

Conforme foi dito na introdução desta pesquisa as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul, em especial as do Brasil e da Argentina têm como uma das características principais a violência estatal. Essa violência, em determinados momentos, ocorreu em escala brutal e, em outros, com menor intensidade, mas mesmo assim é importante destacar que sempre esteve presente. Além de sua forma clandestina com ações públicas, toda forma de coerção e opressão foi praticada para garantir que os ideais que estavam por trás da implantação destas ditaduras fossem garantidos.

Para compreender a conjuntura política, social e econômica do período é preciso ir além das aparências e das especificidades locais de cada país, como forma de explicar as dinâmicas de ação e reação dos extratos sociais nacionais, bem como as particularidades econômicas e políticas. Porém, apenas tais fatores não são suficientemente explicativos para a compreensão de um processo histórico vinculado a algo maior e mais global como a Guerra Fria. É notório que houve, na maioria dos países da América Latina entre os anos 60 e 80, golpes orquestrados por civis e/ou militares (como testas de ferro de interesses internacionais ou associados a estes), seguidos por uma forte violência institucionalizada pelo estado. Esta “onda” que assolou o subcontinente esteve sob a influência de questões conjunturais internacionais que ultrapassaram as barreiras locais. Por um lado, ocorreram manifestações populares exigindo mudanças de caráter reformistas, revolucionárias e até de libertação nacional (caso das tentativas de ruptura contra a dominação dos impérios coloniais na África e na Ásia). Por outro, as mobilizações populares organizadas produziram a abrupta reação dos setores conservadores, anticomunistas e defensores do *status quo* vigente. Nesse embate, ocorreram possibilidades únicas como a Revolução Cubana, na América Latina. Para além do continente americano, ressaltam-se, entre outros, os processos de independência de países como Argélia e Vietnã. Portanto, independente dos motivos pelo quais os setores populares lutaram, em cada país salienta-se a influência de um contexto político e econômico no qual a existência da URSS, da China Comunista e de democracias progressistas, contrasta com o período de domínio unilateral do capitalismo tanto na forma dos impérios coloniais quanto do agressivo liberalismo dos EUA até o fim da II Guerra Mundial. Nesse sentido, o cenário de

Guerra Fria, com as suas contradições, influenciou setores sociais que viviam à margem dos países do “centro do mundo”, explorados, humilhados, colonizados, pelo olhar do outro. Assim, a Guerra Fria foi, sem dúvida, um grande guarda-chuva que abarcou pequenos e grandes processos históricos sob intensa interação e em níveis regionais e transnacionais.

No Brasil, na Argentina e em toda a América Latina não foi diferente, pois a região fazia parte da zona de influência capitalista²²⁴. A irrupção de projetos com viés reformista ou revolucionário não seria aceito pelo bloco que comandava a ordem vigente, sobretudo após 1959, quando Cuba deixou de ser parte do “quintal” dos magnatas estadunidenses. Com a divisão mundial em dois blocos surge também a necessidade de garantir a Segurança Nacional e, na leitura dos EUA, a sua Segurança Nacional era extensiva a todo o continente americano e para isso intensificou os vínculos com os setores dominantes de cada país. Assim, para fortalecer a hegemonia econômica, política e social vigente justificaram-se decisões de força e violência contra diversos setores das populações locais, usando como propaganda a ideia de um “perigo comunista”. Ou seja, apontava-se a existência de um comunismo perigoso, terrorista, subversivo, infiltrado entre trabalhadores, estudantes (universitários e secundaristas), religiosos, intelectuais, artistas, entre outros. Sendo assim, o discurso anticomunista foi intencionalmente utilizado para criar um ranço contra qualquer ideia progressista e de esquerda²²⁵.

De fato, o medo do comunismo, promoveu ações repressivas e coercitivas contra setores até então poupados da violência estatal, por portarem uma espécie de “cidadania legítima” na concepção social atravessada por um recorte de classe social e etnia. Destacamos isso, pois é importante lembrar que ações coercitivas, repressivas, violentas e assassinas, cometidas pelas mãos do Estado (democrático ou ditatorial) sempre existiram contra as populações mais carentes (lembrando, por exemplo, das ações dos esquadrões da morte nas periferias de São Paulo e Rio de Janeiro nos anos 60 e 70)²²⁶.

O Brasil, historicamente, tem como uma das suas principais heranças uma repressão que remete ao período escravagista. A tortura sempre foi utilizada para submeter, à força, pessoas a uma ordem social, política e econômica. Sabemos que o uso da tortura em seres humanos é milenar. Mas os fins, que a justificam, foram se transformando ao longo dos

²²⁴ Sobre Zonas de Influência ver MECHELENA, José A. **A crise no Sistema Mundial: política e bloco de poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

²²⁵ Esse discurso, nos tempos atuais, assume outra roupagem e ataca questões para além da pauta comunista, como por exemplo, ataque aos defensores dos Direitos Humanos, às feministas, à comunidade LGBT, à comunidade negra, indígena, etc.

²²⁶ Não é coincidência que, geralmente, os indivíduos executados de forma indiscriminada pelas forças policiais tenham a pele mais escura, traços negros ou indígenas e/ou condições econômicas menos favoráveis. Em outras palavras, na América Latina, o Estado mata negros, indígenas e pobres desde os tempos coloniais.

tempos. É preciso levar em conta que esta metodologia de violência passou a ser justificada, por quem a usava, como única forma de conseguir confissões de homens e mulheres.

Os homens brancos colonizadores e seus descendentes (geralmente) entendiam que ao utilizar a tortura conseguiriam controlar e punir “rebeldes”, os quais, em sua maioria, eram indígenas e negros escravizados. Portanto, a tortura e as agressões vindas por quem detinha o poder sempre foram utilizadas como mecanismo de enquadramento social. No caso do Brasil, mesmo que no século XIX houvesse uma política que condenasse o uso de castigos físicos - como açoites, marcação com ferro em brasa e outras formas brutais de violência -, as mesmas não haviam sido extintas.

Embora a Proclamação da Independência do Brasil e a elaboração da primeira Constituição de 1824 tenham abolido os açoites, a tortura, a marca de ferro quente, e todas as penas cruéis, o Código Criminal do Império de 1830 previa em seu artigo 60 “que se o réu for escravo, e incorrer em pena que não possa ser capital ou de galés, será condenada pena de açoites e depois de sofrer, será entregue ao seu senhor, que se obrigará a trazê-lo com um ferro pelo tempo e maneira que o juiz designar”²²⁷.

Segundo o trecho acima, conforme o Código Criminal de 1830, a violência física era permitida quando o réu não tivesse capital monetário para pagar uma multa; obviamente que essa pena era aplicada contra os escravizados. Isso pode parecer lógico para o período, mas este trato contra determinados grupos de pessoas ajudou a naturalizar a prática do flagelo como punição, bem como naturalizou aos olhos dos demais grupos sociais (os não atingidos por tal pena), a barbárie. A mensagem construída foi clara, para as pessoas negras e mestiças, a violência promovida pelo Estado era e é algo normatizado e aceitável.

A tortura contra pessoas presas, também se tornou banal para a população de forma geral, principalmente porque era aplicada contra quem não possuía recursos econômicos ou aceitação social. Pode-se dizer que a violência estatal contra seres humanos tinha e tem classe e cor preferencial. Portanto, “a condenação à tortura é elitista”²²⁸, pois geralmente quem era torturado, antes das perseguições políticas do período da Guerra Fria e após a finalização das ditaduras de Segurança Nacional, eram e continuam sendo, ainda hoje, pessoas que pertenciam ou pertencem às camadas periféricas. São pessoas invisíveis aos olhos do Estado ou indesejáveis e “descartáveis”²²⁹ para a sociedade.

²²⁷ Ver MARIZ, Luciano M. Mecanismos de Punição e prevenção da Tortura, em ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Violência, Massacre, execuções sumárias e tortura. In. Brasil. Secretaria de Direitos Humanos da presidência. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010, p. 73.

²²⁸ SOARES, 2010. Op. cit. p. 29.

²²⁹ Esta expressão foi extraída da fala da professora de História da Rede Municipal de Porto Alegre Gabriela Rodrigues que leciona em uma escola periférica da cidade. Ela usou a expressão “descartados” para explicar como seus alunos são vistos pelo Estado e pela sociedade, pois são alunos negros, com famílias destruídas,

De certo modo, mesmo com a formação dos Estados nacionais na América Latina, bem como a mobilização que acompanhou a mudança do século XIX para o XX, a violência contra certos extratos sociais não foi extirpada do tecido social. Os povos indígenas que sobreviveram e resistiram à colonização foram e são alvos, até hoje, de ataques. As populações existentes do campo, ou seja, das zonas rurais, também foram e são constantemente alvos de violência mesmo que esta seja de responsabilidade dos grandes proprietários de terra, sabe-se que o Estado é negligente e coparticipante desses crimes²³⁰.

No século XX, após a II Guerra Mundial, a tortura e atos semelhantes foram condenados no artigo V da Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948²³¹. O extermínio nazista foi o principal combustível para que, após o fim da guerra, atos considerados crimes contra a humanidade, genocídio e escravidão fossem universalmente condenados. Entretanto, é preciso lembrar que, o impacto dos crimes massivos contra judeus, ciganos, homossexuais, comunistas e qualquer ser condenado pelo nazifascismo, não foi o suficiente para que outros tipos de atrocidades acontecessem no pós II Guerra. É neste cenário que atos desumanos continuaram ocorrendo durante a vigência das ditaduras de Segurança Nacional na América Latina.

Brasil e Argentina (e os demais países do Cone Sul) pertenciam à zona de influência

próximos do ambiente do tráfico e da guerra entre traficantes. Palestra Ensino de História e Direitos Humanos, UFRGS, 9 de dezembro de 2017.

²³⁰ Podemos citar como exemplo de continuidade de certas ações repressivas e violentas, o que ocorreu no mês de maio de 2017, quando um trabalhador rural foi assassinado na Fazenda Serra Norte, em Eldorado dos Carajás no sudeste do estado do Pará. Segundo a nota pública do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Pará “o trabalhador rural Eduardo Soares da Costa, foi torturado e morto dentro da fazenda. Mais uma violência contra os trabalhadores em uma região com terras historicamente griladas e de muitos conflitos”. Ver em: *MST se manifesta sobre crescente onda de violência contra os trabalhadores rurais*. 5 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2017/05/05/mst-do-para-se-manifesta-sobre-crescente-onda-de-violencia-contr-os-trabalhadores-rurais-do-estado.html>>. Acesso em: 12 nov. de 2017. Podemos, também, citar como exemplo o “massacre de Caarapó”, ocorrido no ano de 2016 contra o povo Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, na fazenda de Yvu. Cerca de 70 fazendeiros e seus pistoleiros realizaram uma ação ostensiva e paramilitar na região. Um indígena morreu e seis foram hospitalizados, devido aos ferimentos que os deixaram em estado grave. Ver Conselho Indigenista Missionário. *Massacre de Caarapó: dossiê sobre o genocídio Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul*. Junho de 2016. Disponível em: <<http://cimi.org.br/massacredecaarapo/>>. Acesso em 12 nov. de 2017. Por fim, um caso que ficou internacionalmente conhecido, também ocorrido no ano de 2017, foi o desaparecimento de Santiago Maldonado, na região de Cushamen na província de Chubut, na Patagônia (Argentina). Esta região estava em disputa, pois desde 2015 uma comunidade indígena, Mapuche, ocupava as terras locais reivindicando-a. Nesta região havia um protesto que exigia a liberdade de um líder do povo indígena, Jones Huala, que estava preso desde junho de 2017. Mas em 1º de agosto do mesmo ano a “Gendarmería Nacional” recebeu ordem judicial para desfazer os protestos. A partir daí Santiago foi desaparecido por 80 dias, até seu corpo ser “encontrado” em 17 de outubro de 2017, seis dias antes das eleições legislativas no país. Disponível em <<http://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-40868877>>. Acesso em: 12 nov. de 2017. Como podemos ver nos três casos citados, como exemplos da atualidade, existem práticas de violação de direitos humanos produzidas ou negligenciadas pelo Estado. As mesmas atravessam os tempos e mantêm certa similaridade, principalmente quando envolvem questões étnicas, sociais, políticas e econômicas, como os crimes cometidos pelas ditaduras.

²³¹ Organização das Nações Unidas, Declaração Universal de Direitos Humanos. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 5 jan. de 2018.

capitalista e dos EUA. O mundo mudava. O questionamento ao modelo econômico/político vigente era a tônica do período. A América Latina dos anos 60 e 70 vivenciava o crescimento de desigualdade social e econômica e parte da sua população ansiava por mudanças. Che Guevara e Fidel Castro inspiravam e, ao mesmo tempo, eram uma ameaça, pois representavam a concretização de uma revolução social. Diante da existência real de um país socialista na região, as potências capitalistas e os setores dominantes do subcontinente sentiram a necessidade de combater o “germe” comunista que circulava nos ares latino-americano. Diante disso, medidas coercitivas e a imposição de mecanismos de reafirmação do *status-quo* econômico-político entraram em ação.

No início dos anos 60, o Brasil estava passando por um processo de amadurecimento no que diz respeito aos direitos sociais - mudança essa que se iniciara, principalmente nos governos de Getúlio Vargas. A evolução da conjuntura entre os anos 30 e 60 oportunizou, aos setores sociais de camadas mais pobres, um caminho de reivindicação de direitos e mudanças sociais. Contudo, segundo Maria Helena Moreira Alves, houve uma “crescente penetração do capital internacional após meados da década de 1950”, o que possibilitou a criação de “uma aliança entre o capital multinacional, o capital nacional associado-dependente e o capital de Estado”²³². Destaca-se também, neste período, o protagonismo de setores políticos que incorporaram certas demandas dos setores populares. João Goulart foi a principal expressão dessa iniciativa que sintetizou o trabalhismo varguista dos anos 50 e as reformas sociais dos anos 60.

Entretanto, é preciso lembrar que fazem parte da história do Brasil Republicano ações golpistas e intervenções militares. As Forças Armadas estiveram envolvidas desde a formação da República em golpes e conspirações políticas. Este tipo de ação não foi “privilegio” do Brasil. Outros países, como a Argentina, também foram marcados por golpes e contragolpes das Forças Armadas.

Joseph Comblin expõe tal situação ao desenhar o cenário histórico das intervenções, golpes e conspirações dos militares no Brasil, principalmente no período republicano:

No Brasil o Exército jamais ficou alheio ao governo. Esteve em primeiro plano no tempo do Império (1822-1889). Porém o Imperador Pedro II foi destronado por oficiais, que fundaram a República. Os oficiais foram os doutrinadores da República, principalmente os oficiais imbuídos da doutrina positiva (Benjamin Constant). Os dois primeiros presidentes foram militares (Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto), e quando houve presidentes civis, o verdadeiro poder do Exército não foi afetado. A campanha “civilista” do famoso jurista Ruy Barbosa foi uma tentativa de romper o círculo de ferro do controle militar. Foi um fracasso. Novamente os militares intervieram para por fim à “República Velha” em 1930, e

²³² ALVES, op. cit., p. 21.

para levar Getúlio Vargas ao poder. Foram os militares que o depuseram em 1945. Entre 1945 e 1964 as intervenções militares na vida política foram incontáveis, ainda que esse período tenha sido o único período de experiência de regime democrático no Brasil. [...] Em todas as ocasiões, porém, setores militares conspiraram para impedir a posse do presidente eleito, mas sem obter sucesso²³³.

No caso da Argentina é possível dizer que as Forças Armadas também atuaram na política²³⁴. Jorge Fernandez aponta que “mesmo quando o governo é formalmente civil, o exército intervém a todo o momento no processo político”²³⁵. A partir dos anos de 1950, com a deposição de Juan Domingos Perón, a história política contemporânea deste país foi forjada com a participação ativa das Forças Armadas. Como podemos ver na explicação de Comblin:

De 1955 a 1976 o exército argentino depôs seis presidentes, quatro presidentes eleitos e dois presidentes impostos por ele próprio. Em 16 de setembro de 1955 um golpe de Estado militar pôs fim aos dez anos de governo de Peron. Impôs uma Junta Militar chefiada pelo General Eduardo Lonardi. Este foi substituído em 16 de novembro pelo General Pedro Aramburu. Em fevereiro de 1958 o exército permitiu a realização de eleições presidenciais, porém proibiu a participação de peronistas, princípio mantido em vigor até 1973. [...] após ameaçar inúmeras vezes o presidente de intervenção através de um golpe de Estado, finalmente, em 28 de junho de 1966, o exército impôs o que ele denominou de “Revolução Argentina” (instituição que é uma cópia da Revolução brasileira da Escola Superior de Guerra), sob a presidência do General Juan Carlos Onganía²³⁶.

O General Onganía também foi deposto do poder pelo exército em 1970 devido a um conflito interno entre os chefes militares. Quem o substituiu foi o General Roberto Levingstone que, por sua vez, foi substituído, em março de 1971, pelo General Alejandro Lanusse. No meio dessa importante crise interna militar e do mal-estar acumulado pelos setores populares (manifesto na onda de protestos que produziu o “Cordobazo”) Lanusse promove um “Grande Acordo Nacional” e concorda com a volta dos peronistas ao cenário político. Igualmente, negocia os termos da volta de Perón do exílio, mas impõe a proscricção eleitoral do velho líder às eleições de 1973. Segundo Comblin, Lanusse “acredita poder liquidar o peronismo ao forçar Perón a assumir os riscos do poder: acredita que assim o peronismo será desmistificado, pois Peron tornara-se um mito para a classe operária”²³⁷. Em 1973 ocorre o sufrágio nacional e Hector Cámpora, candidato peronista, é o grande vitorioso. Entretanto, no fim deste mesmo ano, sob pressão dos peronistas, Cámpora renúncia ao cargo após ter garantido que Perón tenha sido candidato e eleito em novo pleito à presidência, no mesmo ano.

²³³ COMBLIN, op. cit., p. 152.

²³⁴ FERNANDEZ, op. cit., 2011.

²³⁵ Ibid., p. 187.

²³⁶ Idem.

²³⁷ Ibid., p. 188.

Com relação ao mito em torno da imagem de Perón podemos traçar um paralelo de semelhanças com a imagem de Vargas, identificado como “pai dos pobres” que, apesar dos crimes da ditadura do Estado Novo, continuou com uma imagem positiva para os estratos sociais mais baixos²³⁸. Podemos citar, por exemplo, o movimento *Queremista* no fim do Estado Novo, quando parte da população saiu às ruas pedindo a permanência de Vargas no poder com os dizeres “Queremos Vargas”.

Exposto isso, pode-se afirmar que, tanto Perón quanto Vargas, andaram numa linha tênue e ambígua. Por um lado possibilitaram melhorias para as classes trabalhadoras, proporcionaram avanços nos direitos civis (o voto feminino é um exemplo) e associaram-se a setores conservadores para construir uma aliança de colaboração entre burguesia e capital nacional. Em ambos os casos, a marca mais lembrada até os dias de hoje é a herança dos direitos trabalhistas e a busca por um fortalecimento do Estado Nacional.

No caso argentino, a repressão pela mão do Estado tem suas origens ainda nos anos 50. Duhalde faz alguns apontamentos deste período que explicam a crescente repressão estatal na Argentina.

El golpe militar de 1955 - donde tuvieron particular gravitación conocidos hombres de derecho y asesores de empresas multinacionales—se caracterizó por la constante violación de la normatividad jurídica y el actuar al margen de todo principio: se utilizó la violencia de Estado sistemáticamente, como forma de amedrentamiento de tres años, hasta la entrega del poder. [...] la caza de brujas – peronistas – fijó su atención en la clase trabajadora. Los dirigentes sindicales más notorios, la comisiones internas y los activistas más decididos fueron a parar con sus huesos a las cárceles y, por supuesto, toda las entidades gremiales fueron intervenidas militarmente. [...] La tortura a los presos políticos fue generalizada, las listas negras condenaron a muchos argentinos a una especie de muerte civil. [...] El hecho más grave fue los fusilamientos de junio de 1956 [...] ²³⁹.

Aos poucos, o desenrolar dos acontecimentos, a influência das iniciativas de obtenção de consenso implicou em que a violência foi o principal método para solucionar os conflitos sociais. “Las últimas décadas de la historia política argentina se han caracterizado por el ejercicio del gobierno a través de formas crecientemente coercitivas”²⁴⁰. Após 1966, com “*La Revolución Argentina*” a caça às bruxas avançou para além da busca por dirigentes sindicais e/ou operários ligados ao peronismo. Durante este período foram proibidas atividades de partidos políticos e as universidades também foram alvos da perseguição política. Usava-se como justificativa o discurso anticomunista para tais ações. Um dos casos de repressão mais emblemáticos deste período no meio universitário foi o fato conhecido como “*La noche de los*

²³⁸ Podemos citar como exemplo o movimento *Queremista*, no fim do Estado Novo, quando parte da população saiu às ruas pedindo a permanência de Vargas no poder com os dizeres “Queremos Vargas”.

²³⁹ DUHALDE, op. cit., pp. 59-60.

²⁴⁰ Ibid, p. 62.

bastones largos”²⁴¹. O contexto repressivo deste regime assinalou a impopularidade das medidas econômicas implementadas e o crescimento da insatisfação social. Justamente por isso, Córdoba e Tucumán foram cidades atingidas por intensa repressão policial com maior violência.

En este período se produce la mayor explosión popular de protesta de la historia argentina – el Cordobazo – el 29 y 30 de mayo de 1969. La represión violenta del Ejército ocasiono 14 muertos y los dirigentes sindicales que habían dispuesto el paro activo de los trabajadores cordobeses, que fuera el origen de la movilización colectiva, fueron sometidos a la justicia militar [...]”²⁴².

O Cordobazo, ocorrido em 1969, se insere dentro do quadro mais amplo da revolta estudantil de 1968. Vale lembrar que 68 foi um ano significativo na história mundial e muito emblemático para a juventude. A geração 68 vivenciou as contestações de seus contemporâneos em diversos países do mundo. Nos EUA, a população negra exigia direitos e se manifestava através do Movimento dos Direitos Civis e do seu líder Martin Luther King, de Malcolm X, Angela Davis e dos Panteras Negras. Havia também o movimento Hippie, a contestações aos costumes e defesa da liberdade sexual. Também se contestava a participação dos EUA na guerra do Vietnã. Além disso, no impactante Maio Francês, em 68, a grande onda de protestos estudantis confluía com a greve dos trabalhadores contra o governo francês. A onda parecia imparável:

Além da situação interna, o próprio contexto internacional favorecia a radicalização e a polarização política: a permanência e sucesso dos exemplos cubanos e chinês, o Maio Francês, os distúrbios nos EUA contra a guerra do Vietnã, a própria resistência vietnamita e a “Primavera dos Povos”, em Praga. O poder autoritário, fosse ele americano ou soviético, era questionado contundentemente, em especial pelos jovens. Na América Latina, entendia-se que o poder autoritário vinha do “imperialismo norte-americano”, representado por seus agentes e sócios nos governos locais. Contra eles se dirigiam os esforços dos movimentos armados de esquerda²⁴³.

No Brasil de 68 a geração estudantil universitária e secundarista intensificou suas críticas e demandas diante da ditadura. O assassinato do estudante Edson Luís, no restaurante universitário, e a passeata dos cem mil no Rio de Janeiro, tensionaram um clima político que atingiu o ápice com a prisão de quase mil delegados estudantis que se reuniam para um congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna, no estado de São Paulo. O cerco fechou com a imposição do AI-5. Muitos estudantes partiram para a clandestinidade e passaram a integrar grupos de luta armada, como os liderados por Carlos

²⁴¹ Uma ação repressiva dentro da Faculdade de Ciências Exatas da Universidade de Buenos Aires (UBA). Ver em: DUHALDE, op. cit., p. 64.

²⁴² Ibid, p. 65.

²⁴³ FERNANDEZ, op. cit., 2011, p. 140.

Marighella (Ação Libertadora Nacional- ALN)²⁴⁴ e Carlos Lamarca (Vanguarda Popular Revolucionária - VPR e Movimento Revolucionário Oito de Outubro - MR-8)²⁴⁵. Enquanto isso, na Argentina o antiperonismo e a ditadura incentivaram o ingresso de muitos jovens em organizações peronistas, algumas delas de luta armada. É preciso considerar que o peronismo era para os jovens argentinos uma esperança, uma saída da crise política, econômica e social que se estabelecera com maior intensidade desde a queda de Perón, em 55. Dadas as devidas proporções e significância, muitos brasileiros, principalmente na primeira fase da ditadura, atuavam ou simpatizavam com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), com o Grupo dos 11 e com lideranças como Leonel Brizola e João Goulart. Tanto Brizola quanto Goulart tinham em suas histórias políticas e pessoais a herança do trabalhismo de Getúlio Vargas, doutrina bem distante de uma ideologia comunista em sua essência, mas que pelos seus aspectos reformistas incomodava e era temida pelas classes dominantes, de certa forma, como acontecia com o peronismo na Argentina.

3.1 BRASIL E ARGENTINA: VIVÊNCIA DO TERRORISMO DE ESTADO

Pretendemos retomar a discussão sobre o TDE, mais especificamente para a experiência brasileira e a argentina. Na introdução e primeiro capítulo desta pesquisa já realizamos alguns apontamentos para apresentar o conceito de maneira geral e o quanto ele é central para a análise dos acontecimentos ditatoriais do Cone Sul. Mas consideramos interessante retomar a discussão, apresentando as semelhanças dos mecanismos produtores de medo e as ações violentas do TDE em ambos os países. Para tal, será importante mencionar como o TDE nasceu e consolidou-se no Brasil e na Argentina. Dito isto, ressaltamos que, para esta exposição, nos apoiamos nos debates e reflexões de historiadores que em suas pesquisas aprofundaram a reflexão. Para tanto serão primordiais as explicações de Enrique Serra Padrós, Caroline Bauer, Alejandra Pascual, Eduardo Luís Duhalde e Jorge Fernandez. As contribuições destes pesquisadores balizam a perspectiva teórica e reforçam um olhar para o problema central deste estudo que é o uso da violência sexual como mecanismo do TDE.

Embora o golpe de Estado do Brasil tenha ocorrido 12 anos antes do golpe de 1976, na Argentina, é necessário entender que essas experiências e seus desdobramentos estão inseridos em um processo histórico macro. Como já foi dito é preciso perceber que antes das

²⁴⁴ Marighella foi executado em novembro de 1969, numa emboscada.

²⁴⁵ Carlos Lamarca foi capitão do exército e desertou em 1969 para ingressar na luta contra a repressão. Foi executado em 1971.

contradições internas, que são fatores importantíssimos, existiam forças maiores que impactaram nos diversos países, como uma dança dos acontecimentos. Justamente por isso, é necessário vincular os processos internos à dinâmica política, econômica e social que se estabelecia no mundo. É nesta conjuntura de acontecimentos e acentuados antagonismos que surgiram na América Latina, os regimes de exceção assentados no argumento da defesa da segurança nacional. É na base da prioridade dada à questão da segurança nacional que se estabelece como fator mobilizador o confronto do “inimigo interno”, ou seja, um ser indeterminado, de perfil político elástico, que pode ser qualquer um. Este foi o argumento central utilizado por regimes que impediam o funcionamento de leis e normas de proteção aos cidadãos para sequestrar, prender, torturar e executar pessoas “qualificadas” como “inimigas internas”, ou seja, subversivas ou potenciais subversivas contra a ordem vigente. Qualquer cidadão que manifestasse descontentamento publicamente podia ser enquadrado como inimigo a ser combatido. Como argumenta Enrique Padrós, essas ditaduras se estruturaram a partir das diretrizes gerais da DSN e da necessidade da estratégia da contrainsurgência, o que serviu de base para a implantação de uma metodologia repressiva específica²⁴⁶.

O conceito TDE foi elaborado a partir de reflexões teóricas para experiências de violência estatal extremada. Praticamente, ao longo de todo o século XX há inúmeras experiências históricas que se pode conceituar como terror estatal presente, particularmente em contextos de guerras, estados autoritários e ditaduras.

O TDE carrega em si importante paradoxo: o mesmo Estado que deveria proteger e amparar seus cidadãos é responsável pela promoção de medo e insegurança junto àquelas. Suas ações são cometidas por agentes aos seus serviços ou que apoiam o regime vigente - nesta configuração, os atentados cometidos por grupos paramilitares são parte do terror, pois, diante disso, o estado se mostra, no mínimo, negligente. As práticas estatais terroristas são diversificadas e oscilam entre ações clandestinas e públicas, o que propicia desconhecimento sobre quando e onde o Estado entrará em ação.

O TDE, na América Latina, está associado à necessidade de proteger os países do subcontinente do perigo comunista ou de ideias contrárias ao capitalismo estadunidense. Para além das questões ideológicas que perpassavam a disputa entre os dois blocos antagônicos da Guerra Fria, existia também um modelo econômico que deveria ser defendido a todo custo e que se relaciona com a consolidação da hegemonia dos Estados Unidos da América. Em uma América Latina considerada como extensão “natural” do território e do mercado dos EUA,

²⁴⁶ PADRÓS, op. cit., 2014, p.14.

corpos e mentes discordantes precisavam ser “domesticados” e não deveriam contestar sua condição de trabalho e de vida. Para garantir isso, sindicatos, universidades, locais partidários e outros espaços como de “subversão” viravam alvos de preocupação. O livre pensar e questionar foram enfrentados como fatores não desejados. Assim, para a lógica da DSN, tudo que parecesse hostil aos seus interesses deveria ser proibido: atividades sindicais, organizações partidárias, grêmios e centros estudantis, imprensa, bem como manifestações culturais questionadoras.

Qualquer cidadão ou cidadã que representasse para as Forças Armadas uma postura de resistência ao projeto da DSN era alvo da repressão, o que justificou e intensificou a caça aos “inimigos internos”. Para contrapor a resistência deste ser considerado “perigoso” foram utilizados mecanismos de eliminação política, psicológica e, em muitos casos, físicos. Nesse sentido a

[...] eliminação da figura do “inimigo interno” implicou em uma violência permanente, sistemática, clandestina e global. Assim foi semeado o temor, o desespero, a autocensura. Nesse sentido, o TDE cumpriu sua função *educativa*, quebrando voluntarismos e resistências, o que combina com a sensação de impunidade, acentuando o medo e o imobilismo, ou seja, a paralisia das mobilizações sociais²⁴⁷.

As ações repressivas atingiram um grande número de pessoas. Muitas não tinham relação direta com posições políticas de esquerda, mas para o estado repressor representavam uma ameaça potencial. Assim, lideranças sindicais, políticas, sociais e intelectuais, de ideias reformistas ou simplesmente democráticas, também podiam cair na malha fina da repressão. A elasticidade do conceito “inimigo interno” possibilitou estender a repressão aos que não estavam envolvidos com uma posição política ativa, mas que, mesmo assim, acabaram identificados como “subversivos”. Para isso, bastava ter uma relação próxima com alguém cujo nome integrasse a lista de “inimigos”, pertencer a um grupo de estudantes ou atuar profissionalmente em nichos constantemente vigiados. No imaginário dos agentes da repressão criou-se a ideia de que todos os espaços eram passíveis de infiltração pelo comunismo, socialismo ou qualquer forma de pensamento progressista, que era associado ao comunismo e à URSS.

Como esse “inimigo interno” não possuía uma marca visível, os serviços de espionagem e de inteligência, peças centrais das engrenagens de controle das ditaduras consideravam qualquer comportamento contestador passível de ser espionado e até questionado. No Brasil o grande articulador desta engrenagem foi o General Golbery de

²⁴⁷ Idem.

Couto e Silva. Segundo Carlos Fico, Golbery

preocupava-se com o recolhimento de informações desde a fase de conspirações anterior ao golpe. No Ipes (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) havia conseguido reunir alguns milhares de fichas e dossiês [...], material que foi levado para o SNI (Serviço Nacional de Informações), órgão que criou três meses depois do golpe, assumindo sua chefia. Mas ele se preocupava com o assunto desde os anos 1950. [...] Para a montagem do SNI, Golbery contou com consultoria norte-americana. [...] Tratava-se da criação de uma vasta rede de espionagem em todo o país, pois além dos ministérios civis, as pastas militares obviamente também contavam com seus órgãos de informações, bem como todas as autarquias, fundações e demais órgãos públicos²⁴⁸.

Para um bom funcionamento da inteligência, a violência física e psicológica, além de um extensivo sistema de vigilância, foram as armas mais eficazes para extrair confissões e informações, utilizadas de forma sistemática e massiva pelas forças de segurança. Os agentes agiam ilegalmente quando sequestravam, torturavam e executavam. Ao mesmo tempo, negava-se a existência destas ações. Com as leis e o sistema judiciário controlado, os longos braços da repressão se estendiam aos órgãos públicos, com a nomeação de pessoas confiáveis para “administrar” repartições, universidades, escolas, etc. Não podemos esquecer-nos de mencionar, no bojo dos colaboradores, a participação dos civis que muito se beneficiaram com os regimes discricionários. Quando nos referimos aos colaboradores, não estamos falando somente de grandes empresários nacionais ou de multinacionais associados aos golpes de Estado e às ditaduras resultantes, mas nos referimos também a indivíduos que pertenciam aos setores médios e até aos setores populares que, de certa forma, conquistaram uma vida confortável e segura ao “dedurar” alguém, fazer “vistas grossas” ou colaborar com o regime em troca de vantagens individuais como cargos públicos.

No Brasil, embora já se discuta no meio acadêmico o conceito de TDE é preciso reconhecer que ainda são poucos os estudos que analisam a ditadura de 21 anos nos seus parâmetros. Caroline Silveira Bauer, em 2011, através de sua obra *Brasil e Argentina: Ditaduras, Desaparecimentos e Políticas de Memória* colocou a ditadura brasileira dentro do debate sobre Terrorismo de Estado numa perspectiva comparada com a Argentina. Ao encontro desta reflexão, Enrique Serra Padrós escreveu um artigo no ano de 2014, já supracitado, intitulado *Terrorismo de Estado: Reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional* no qual discute os aspectos teóricos do TDE dentro da conjuntura das ditaduras de SN no Cone Sul. Entretanto, Padrós avança conceitualmente ao explicar especificamente sobre as peculiaridades do TDE na ditadura do Brasil.

²⁴⁸ FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. pp. 175-176. In: FERREIRA e ALMEIDA (orgs). **O Brasil Republicano**. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

Primeiramente, é preciso expor que se o debate sobre TDE na ditadura do Brasil ainda é recente e o conceito é incomum, isto se dá devido às políticas de desmemorização social estabelecidas durante o processo de redemocratização. A própria forma como se resolveu a questão da anistia, bem como a relativização das práticas de terror, a negação da existência de mortos e desaparecidos políticos, somado aos discursos sobre o “milagre econômico” e à percepção de inexistência de perigo nas ruas, acabaram construindo no imaginário coletivo de diversos setores sociais a imagem de que o ocorrido no Brasil não se compara aos acontecimentos das demais ditaduras do Cone Sul. Pior, há quem ainda defenda a ideia de que a ditadura foi necessária para impedir que o Brasil virasse uma nova Cuba comunista. São distorções e assimilações sobre o período adquiridas pelo senso comum devido às relativizações, os silenciamentos, as negações, justificativas e, principalmente, à impunidade daqueles que cometeram atos cruéis sem sofrer nenhuma consequência.

A ativista dos direitos humanos e sobrevivente da ditadura Suzana Lisbôa, uma das principais referências do grupo de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Brasil, concedeu uma entrevista ao portal de notícias Sul 21, em 2016. Nessa matéria Suzana reflete sobre os aspectos que envolvem as políticas induzidas de desmemória, mas adentrou também em algo mais delicado, a postura de certos setores da esquerda em relação à problemática dos crimes cometidos pela ditadura e a manutenção do silêncio sobre os mesmos (com o beneplácito ou omissão desses setores):

[...] eu fui muito atacada nesta época e fui acusada por gente de esquerda de querer confrontar a ditadura, o que poderia prejudicar a transição para a democracia. A direita, naquela época, dizia que, com o projeto da anistia, essa questão seria sepultada. Pelo projeto de anistia do Figueiredo, os desaparecidos teriam um atestado de morte presumida, de paradeiro ignorado, o que a gente já teria no Código Civil. A ideia deles era burocratizar esse tema. Nem um atestado de óbito a gente teria, como, aliás, até hoje a gente não tem. Aí nós apresentamos um atestado de óbito verdadeiro de um desaparecido enterrado com nome falso, que causou um impacto muito grande. O povo da esquerda ficou furioso, dizendo que a nossa atitude poderia prejudicar a abertura. [...] Prefiro não citar nomes, mas posso falar dos partidos. Nós tivemos muita dificuldade desde o começo no apoio a essa questão dos mortos e desaparecidos. Com a anistia, muita gente decidiu não falar mais do assunto. O PCdoB, por exemplo, tem quase a metade dos desaparecidos políticos. Do total de aproximadamente 150 desaparecidos, 69 são do Araguaia. Havia uma ação na Justiça e quando o Aldo Arantes depôs, ele disse que não sabia da guerrilha. [...] O PCB era contra que a gente fizesse qualquer coisa. [...] Desde essa época a história do revanchismo foi tomando cada vez mais corpo, chegando até o governo Lula, quando o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em função da questão do Araguaia. O (Nelson) Jobim começou então a fazer a busca dos desaparecidos, mas foi uma coisa só pró-forma. Na discussão do Plano Nacional de Direitos Humanos, quando o Paulo Vanucchi era ministro, nem constava o eixo Verdade e Memória. Foi o pessoal de Minas que conseguiu incluir na conferência. Quando saiu o PNDH 3, a discussão sobre o revanchismo voltou à tona. Em todo esse período, as nossas reivindicações foram sempre as mesmas: nós queremos saber onde estão, como morreram, quem matou, queremos a entrega dos corpos e a

punição dos responsáveis. O que o Estado brasileiro fez em relação a essas nossas reivindicações? Nada²⁴⁹.

Embora este trecho tenha sido extraído de uma entrevista recentemente concedida, o que Suzana Lisbôa expõe retrata um dos tantos métodos que possibilitaram enfraquecer a luta dos que sobreviveram e, ao mesmo tempo, perpetuar a impunidade. Atualmente a sociedade brasileira está passando por um processo político, social e econômico de perda de direitos e de ascensão de uma direita protofascista. Tais fatores não estão desconectados²⁵⁰.

Muitos pesquisadores da temática ditadura reconhecem que o Brasil, em termos de políticas, de memória e reparação está defasado em relação aos países vizinhos. Os responsáveis pelo Estado continuam sem fornecer respostas concretas a quem ainda espera por verdade, memória e justiça. Corroboram também este entendimento perspectivas teóricas que priorizam o processo ditatorial brasileiro apenas enfatizando questões internas, relativizando a dinâmica conjuntural da Guerra Fria.

Pensar que o Brasil dos anos de 1960 em diante está imune à voragem política e dos grandes interesses internacionais é um equívoco teórico tão grave quanto o que desconsidera as raízes e lógica do processo interno. É na combinação desses fatores – respeitadas as diferenças e contextos específicos – que devem ser buscados os marcos explicativos para os fenômenos históricos que marcam a história contemporânea²⁵¹.

²⁴⁹WEISSHEIMER, Marcos. “Esquerda errou ao virar as costas para questão dos mortos e desaparecidos”. In: Sul21. 23 de maio de 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/esquerda-errou-ao-virar-as-costas-para-questao-dos-mortos-e-desaparecidos/>>. Acesso em: dezembro de 2017.

²⁵⁰No ano de 2016 certos setores da população brasileira foram as ruas pedindo a derrubada da presidente Dilma Rousseff. Além dos discursos que se repetem como dogma contra qualquer atividade política à esquerda foi possível perceber a existência de grupos, cada vez mais significativos, pedindo a volta das Forças Armadas ao poder Executivo do país. Não foram poucos os cartazes com dizeres que pediam “intervenção militar”. Também após a votação na câmara dos deputados federais a favor do impeachment da presidente houve manifestações saudando o falecido torturador Carlos Brilhante Ustra²⁵⁰. O agente da ditadura brasileira passou a ganhar mais destaque após a fala do deputado federal Jair Messias Bolsonaro no dia da votação: “Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família, pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”. Sobre isto ver a votação do impeachment da presidente Dilma Vana Rousseff – voto de Jair Bolsonaro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mAaHolT_IdA>. Acesso em: 10 dez. de 2017. No terceiro capítulo retomaremos as questões que envolvem as transições dos períodos ditatoriais de ambos os países. Porém é importante analisar a fala do deputado, sendo um homem público e ocupando uma vaga no Parlamento pelo voto popular, para ver o quanto este tipo de discurso foi e ainda é responsável por uma onda de manifestações que, ao ouvirem sua “homenagem”, aceitam que um agente declarado pela justiça como torturador possa ser um herói nacional para certos setores da sociedade. Jair Bolsonaro ao dizer a frase “pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”, não estava proferindo de forma equivocada ou inocente a palavra pavor. Esta palavra tem como representação simbólica o significado de terror e lembrou as ações terroristas que envolvem toda uma violência que o agente representa para muitas pessoas torturadas ao longo dos 21 anos da ditadura. Na verdade, Bolsonaro disfarçou o seu recado, em forma de saudação e voto. A mensagem por detrás da saudação foi o de apologia a um torturador, ou seja, apologia à tortura.

²⁵¹ PADRÓS, op. cit., 2014, p. 25.

“Elementos enraizados em uma história nacional”²⁵² permitem fazer uma análise dos acontecimentos e desdobramentos de médio e curto prazo, porém quando se abre o leque e se estende o olhar para um período e um recorte espacial mais amplo, percebe-se que há, sim, um processo conjunto na região, que permite realçar as conexões e comparações com outros países que passaram por processos semelhantes. Embora no Brasil a discussão sobre TDE seja ainda recente, os fatos confirmam a existência de “períodos” ou ondas de terror, bem como a especificidade do que foi batizado popularmente como os “anos de chumbo”²⁵³ o que, no mínimo, destoam da visão da “ditabranda”.

[...] a presença do vocábulo “terror” como sinônimo de práticas desencadeadas, direta ou indiretamente, por agentes e organismos estatais. Pode-se discutir se o terror está vinculado a um determinado período da ditadura ou se é um fator constante de reordenamento societário. O fato é que, nos últimos anos, tem havido significativo avanço na produção de conhecimento elaborado pela pesquisa acadêmica e pelos meios jornalísticos²⁵⁴.

Ao encontro desta perspectiva, Caroline Silveira Bauer entende como estratégia de implantação do terror:

[...] o conjunto das práticas de sequestro, tortura, morte e desaparecimento, assim como a censura e a desinformação e suas consequências, principalmente a formação da “cultura do medo”. Essa estratégia pode ser entendida como “projetos”, em seu sentido consciente e racional, pois o terror, como forma de dominação política, foi uma opção dos civis e militares responsáveis pelas ditaduras e não uma “fatalidade” ou “imposição” conjunturais.

A partir da ação repressiva das ditaduras de segurança nacional argentina e brasileira, afirma-se a existência de um “núcleo comum” de métodos, que foram diferentes na aplicação, tanto em relação às conjunturas prévias e posteriores aos golpes civil-militares quanto aos distintos graus de extensão e intensidade, condicionados estes aos planos repressivos de cada país e às peculiaridades de cada estratégia de implantação do terror²⁵⁵.

Este “núcleo comum” das ditaduras no Cone Sul permitiu que métodos repressivos tivessem ocorrido em diversos países do subcontinente. Neste leque repressivo houve uma tendência de sistematização e burocratização de tais métodos, como a tortura e o desaparecimento de cadáveres. Como mencionamos acima, conforme as ditaduras foram sendo instauradas nos países do Cone Sul, os mecanismos repressivos também foram sendo aprimorados e se tornaram mais “qualificados”.

²⁵² Idem.

²⁵³ Um dos primeiros autores a pensar a experiência brasileira e o TDE foi o pesquisador Eder Sader que escreveu, em 1982, ainda com a ditadura vigente, um artigo intitulado: *A consolidação da ditadura militar (1968-1974)*. Maria Helena Moreira Alves em sua riquíssima pesquisa *Estado e a Oposição no Brasil (1964-1984)*, escrita no ano de 1984, refletiu sobre os diversos acontecimentos externos e internos que levaram o Brasil a vivenciar uma ditadura tão longa, apontando as ondas repressivas e as contradições internas entre as Forças Armadas. Sobre TDE e a ditadura brasileira ver também Irene Cardoso (2001), Nilson Borges (2003).

²⁵⁴ Ibid., p. 25.

²⁵⁵ Ibid., p. 31.

Tanto a ditadura brasileira quanto a argentina cercaram-se de práticas ilegais, sob o verniz de uma pseudolegalidade para atingir os objetivos menores (caçar os “inimigos internos”) e um grande objetivo maior (mudar a conjuntura econômica e social, viabilizando o espaço para a o crescimento de um capitalismo mais atrelado ao sistema capitalista internacional). Os meios de terror estatal foram utilizados de forma massiva e sistemática e foram aplicados a partir da associação do Estado com a DSN. Desta forma, o caráter sistemático das práticas de TDE permaneceu ao longo da ditadura brasileira, tendo seu auge a partir do AI-5. Como afirmam Glória Di Rienzo e Verónica Canciani:

La DSN fue el soporte ideológico de las dictaduras de 1966 y 1976, así como lo fue de las demás dictaduras del Cono Sur – Brasil, Chile, Uruguay, Paraguay. Bolívia – que dejaron un saldo de miles de desaparecidos, asesinatos, torturas, exílios y presos políticos. [...]

Segundo Di Rienzo e Canciani, após a II Guerra Mundial os EUA reelaboraram a Doutrina Monroe que visava, diante de novas necessidades políticas e econômicas, garantir sua segurança nacional estabelecendo uma espécie de bloqueio de contenção ao avanço comunista na região. Entre 1945 e 1961 a política externa dos EUA para a América Latina e o Caribe impôs a defesa coletiva chamada “Solidariedade Continental” - uma colaboração “mútua” entre as nações americanas, principalmente na troca de material bélico. Evidente que o fornecimento deste material era dos EUA e, em contrapartida, os demais países da região foram alvo de missões militares com a finalidade de assessoramento preventivo. Assim, em 1961, as Forças Armadas latino-americanas passam a desempenhar o papel de proteger a frente interna em seus próprios países em defesa do capital e dos valores ocidentais. Dessa forma, a noção de fronteiras territoriais (políticas e nacionais) foi alterada, pois foram subordinadas às fronteiras ideológicas. Este conceito definiu um inimigo comum em todo o continente: o comunismo. Como o inimigo era ideológico foi necessário que os países alinhados aos EUA vigiassem seus cidadãos para evitar a “subversão” comunista. Interpretou-se que qualquer pessoa com ideias contrárias à ordem vigente possuía alta periculosidade e devia ser extirpada do seio social, pois ideias comunistas/socialistas/marxistas/ progressistas poderiam “contaminar” a sociedade. Logo, os golpes de estado foram justificados com o discurso da necessidade da tomada de poder pela força para conter um possível avanço comunista e manter a garantia de uma “real” democracia (escondendo-se o essencial: a proteção das relações capitalistas de produção).

Portanto, um dos fatores que devemos considerar ao analisar as ditaduras de SN no Cone Sul é a presença de uma estrutura de combate à insurgência. Muitos oficiais do Brasil e

da Argentina realizaram cursos em escolas militares estadunidenses. A Escola das Américas, no Panamá, foi emblemática nesse sentido. Como já foi apontado, um dos elementos principais da DSN é a caracterização do inimigo interno, através de um critério ideológico e de corte muito impreciso.

O [conceito] “inimigo interno” é suficientemente flexível como para incluir permanentemente, novos grupos-alvos. É uma espécie de “guarda-chuva” que pode mover-se em determinada direção projetando desconfiança e potencial repressão sobre atores que expressam novos focos de questionamento do *status quo* existente. Eles podem ser guerrilheiros, comunistas, políticos populistas, sindicalistas, estudantes, etc. De qualquer forma, a sua identificação cumpre uma função altamente utilitarista, como se constata em outros momentos da história. Para as ditaduras de Segurança Nacional, a identificação de um “inimigo interno” circunstancial possibilita manter a coesão daqueles que se sentem ameaçados diante do avanço de projetos radicais e justifica uma permanente situação de militarização e repressão sobre a sociedade. Complementarmente, sua presença é explorada pelas autoridades como justificativa para explicar os fracassos das políticas governamentais, prejudicadas pela necessidade de combater a subversão, o que redundava numa situação de exceção que restringe as liberdades e os direitos individuais e sociais²⁵⁶.

As ditaduras brasileira e argentina foram constituídas ou cercaram-se de diversos métodos de perseguição, espionagem e repressão utilizados em larga escala. As técnicas para obter informações e quebrar a moral dos sequestrados e presos políticos foram variadas, sendo a tortura - física ou psicológica - a mais aplicada. Muitos torturadores aprenderam tais métodos em cursos específicos, no exterior ou dentro do país com missões estrangeiras. Todavia, não podemos esquecer que o Brasil exportou técnicas de “interrogatório” enviando seus “melhores” especialistas para treinar agentes dos países vizinhos, assim como a Argentina fez no início dos anos 80, na América Central. As experiências da escola militar francesa, as técnicas da *Central Intelligence Agency* (CIA) dos EUA e formas de violência utilizados na América Latina desde o período colonial serviram para “aperfeiçoar” as técnicas de contrainsurgência.

A tríade sequestro-tortura-desaparecimento possibilitou que se consolidasse uma política de impunidade para os atos dos agentes envolvidos. As violações de direitos humanos eram ilegais, porém eram o centro das ações. Muitos foram os agentes envolvidos com atividades de espionagem ou repressão, sendo cúmplices da estrutura repressiva, mesmo que se considerassem meros cumpridores de ordens, deslocando a responsabilidade dos crimes aos seus superiores e amenizando qualquer sentimento de culpa²⁵⁷. Esta forma de “trabalho” viabilizou na região a destruição física, psicológica e política, bem como o desaparecimento

²⁵⁶ PADRÓS, op. cit., 2005, p. 185.

²⁵⁷ Sugere-se a leitura sobre o conceito Banalidade no Mal da filósofa Hannah Arendt. HANNAH, Arendt. **Eichmann em Jerusalém: Relatório sobre a Banalidade do Mal**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

de milhares de pessoas.

Em ambos os países existiam grupos de tarefas especializados na atividade repressiva. Havia os agentes responsáveis pela inteligência e recepção de informações, os especialistas nas sessões de “interrogatório”, os que trabalhavam nas ações táticas de sequestro e de montagem de emboscadas (na Argentina chamadas de “*ratonerias*”²⁵⁸) e aqueles que desapareciam os cadáveres²⁵⁹. O grupo de tarefa responsável pelo sequestro de indivíduos geralmente agia à noite, embora haja testemunhos de vítimas que relatam tal episódio como tendo ocorrido em plena luz do dia, em espaços públicos, no local de trabalho, de estudo, sindicatos, etc. Na Argentina os relatos apontam certo padrão de ação. O grupo de tarefas do sequestro chegava com a maioria dos seus integrantes vestido de civil (terno preto e gravata em muitos casos) portando armamento pesado. Vale ressaltar que este tipo de ação já acontecia antes do golpe de 76, ou seja, no governo de Maria Estela Perón. Segundo os arquivos da CONADEP e seu informe final, há registros de mais de 600 sequestros realizados nesse período.

Dentro de la metodología del secuestro como forma de detención, los operativos se realizaban a altas horas de la noche o de la madrugada, generalmente en días cercanos al fin de semana [...]. Generalmente, en el domicilio irrumpía una “patota” o grupo integrado por cinco o seis individuos [...]. Los integrantes de la “patota” iban siempre provistos de un voluminoso arsenal, absolutamente desproporcionado respecto de la supuesta peligrosidad de sus víctimas y vecinos. [...] en algunos casos el “apagón” o corte del suministro eléctrico en la zona en que se iba a realizar el operativo.

La cantidad de vehículos que intervenían variaba, ya que en algunos casos empleaban varios autos particulares (generalmente sin chapa patente); en otros contaban con el apoyo de fuerzas regulares, las que podían estar uniformadas, en camiones o camionetas identificables como pertenecientes a alguna de las tres fuerzas y, en algunos casos, helicópteros que sobrevolaban la zona del domicilio de las víctimas²⁶⁰.

Neste trecho extraído do Informe *Nunca Más* podemos perceber como ocorriam, na maioria dos casos, os sequestros de pessoas consideradas suspeitas de insurgência. O informe aponta que 62% dos sequestros eram realizados no domicílio das vítimas. Há detalhes que precisamos destacar. Quando o Informe relata sobre o volumoso arsenal de armas portado pela “patota”, os diversos carros sem placa de identificação, inclusive carros militares e

²⁵⁸ As “*ratonerias*” (ratoeiras), como a própria palavra define, foram emboscadas montadas nas casas dos perseguidos políticos. O grupo de sequestro tomava a família do perseguido como refém, geralmente, quase toda a família sofria agressões físicas e psicológicas enquanto estavam detidos na própria casa.

²⁵⁹ Por exemplo, no Brasil, Claudio Guerra, reconhecido repressor, deu indícios de como se envolveu neste tipo de tarefas na obra *Memórias de uma guerra suja de sua autoria e dos jornalistas Netto e Medeiros*. (Rio de Janeiro: Topbooks, 2012). No caso da Argentina, as formas de desaparecimento eram variadas e podiam se sobrepor a outros fatores. No caso da Esma, a metodologia dos voos da morte implicavam em que execução e desaparecimento fossem ações praticamente simultâneas e realizadas pelos mesmos agentes.

²⁶⁰ ARGENTINA. CONADEP. *Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 2013, pp. 17-18.

helicópteros cercando a rua da residência que estava na mira, podemos inferir, a partir dessa descrição, que os familiares e vizinhos também eram atingidos pela violência militar. Um dos elementos do TDE é a possibilidade de gerar certo tipo de medo que seja transmitido em larga escala para as redes de relações do alvo perseguido, das mais próximas as mais distantes, inclusive, atingindo pessoas alheias ao mesmo, mas que, por ventura, acabam testemunhando a ação de “guerra”.

No Brasil, as medidas repressivas e coercitivas se desenvolveram ao longo da ditadura. Desde a primeira semana após o golpe de 1964, milhares de pessoas passaram pelos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) na chamada “Operação Limpeza”.

Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares de níveis municipais, estaduais e federal, para identificar os que estavam comprometidos com atividades “subversivas”. Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do “inimigo interno” [...]. Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de *facto* para o grupode coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. [...] Os IPMs também passaram a servir a interesses políticos locais. Certos políticos da UDN que frequentemente perdiam as eleições passaram a valer-se do recurso de acusar seus adversários políticos de atividades “subversivas”, envolvendo-os em alguns IPM para eliminar a concorrência indesejada. [...] Carentes de qualquer fundamentação jurídica formal, os IPMs não se submetiam a regras fixas de comprovação. [...] O testemunho da “opinião pública” era suficiente, em certos casos, para provar as atividades subversivas ou revolucionárias que justificavam punição²⁶¹.

Ao encontro desta questão podemos acrescentar as observações de Caroline Bauer sobre as primeiras prisões ainda no calor do Golpe de 64. Pois, segundo ela

[...] no Brasil, os primeiros sequestros realizaram-se ainda durante o golpe civil-militar de 31 de março de 1964. Em Porto Alegre e em outras capitais, membros da resistência foram levados a centros clandestinos improvisados, como estádios de futebol e centros de reclusão de menores infratores²⁶².

Maria Helena Moreira Alves acrescenta que os levantamentos feitos sobre o número de pessoas presas em todo o país, nos primeiros meses após o golpe de 64, atingem por volta de 50 mil, mas para ela “uma estimativa precisa é impossível, pois as técnicas de busca e prisão - as operações ‘arrastão’ e ‘pente-fino’ - permitiam a detenção de qualquer pessoa que não pudesse provar sua inocência”²⁶³. O informe *Brasil: nunca mais* dá uma ideia da dimensão de como eram feitos os sequestros das vítimas e os interrogatórios mediante coerção física e/ou psicológica:

[...] ocorreu uma prática sistemática de detenções na forma de sequestro, sem

²⁶¹ ALVES, op. cit., pp. 68-70.

²⁶² BAUER, op. cit., p. 44.

²⁶³ Ibid., p. 72.

qualquer mandado judicial nem observância de qualquer lei. [...] As capturas eram cercadas de um clima de terror, do qual não se poupavam pessoas isentas de qualquer suspeita [...]. A suspeita de subversão estendia-se a familiares e amigos das pessoas procuradas pelas forças policiais-militares. À luz da ideologia da Segurança Nacional, o inimigo não era apenas uma pessoa física, era um eixo de relações visto potencialmente como núcleo de uma organização ou partido revolucionário. Assim, os que se encontrassem ao lado da pessoa visada, ainda que por vinculações profissionais, afetivas ou consanguíneas, eram indistintamente atingidos [...]. Sevia-se antes para perguntar depois. Criava-se desse modo, o clima psicológico aterrorizante, favorável à obtenção de confissões que enredassem, na malha repressiva, o maior número de pessoas²⁶⁴.

Tanto no Brasil quanto na Argentina há relatos que informam sobre a prática da tortura ainda dentro da residência do sequestrado. O Informe brasileiro ilustra esta prática com o caso do advogado José Afonso de Alencar, preso e torturado junto com seus amigos, dentro da sua casa, em 1969, em Belo Horizonte:

[...] o interrogado começou a ser espancado no dia em que foi preso, espancamento esse feito com um batedor de bife, martelo e um cassetete de alumínio, isso depois de serem postos nus; que um de seus torturadores bateu-lhe com amassador de bife até arrancar sangue no ombro, o que lhe deixou uma marca; que, com o cassetete de alumínio, os torturadores batiam, principalmente, nas juntas, isso ocorreu até às 23:00 horas aproximadamente, pois a vizinhança, um tanto alarmada, obrigou a que os policiais transferissem o interrogado e seus companheiros para o 12º RI [...] ²⁶⁵.

Também era uma prática comum do aparato repressor chegar a lugares públicos atirando e causando grande temor entre as pessoas que estavam no em torno. Maria Helena Moreira Alves descreve o que aconteceu na USP: a “Universidade de São Paulo foi invadida por tropas e a Faculdade de Filosofia foi quase totalmente destruída [...]. Relatos de participantes e professores referiam-se à situação na universidade como de ‘medo e terror’”²⁶⁶. Casos de cerco, emboscadas - como na execução de Carlos Marighela entre outras - foram muito comuns. A CONADEP, para a Argentina informou um percentual de sequestros ocorridos em domicílios e em lugares públicos. Foram 24,6% de prisões arbitrárias em espaços públicos e 7% nos locais de trabalho e 6% nos de estudos²⁶⁷.

La intimidación y el terror no solo apuntaban a inmovilizar a las víctimas en su capacidad de respuesta ante la agresión. Estaban dirigidos también a lograr el mismo propósito entre el vecindario. Así, en muchos casos, se interrumpió el tráfico, se cortó el suministro eléctrico, se utilizaron megáfonos, reflectores, bombas, granadas, en desproporción con las necesidades del operativo²⁶⁸.

Estas descrições ocorridas tanto no Brasil quanto na Argentina demonstram que, a

²⁶⁴ ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil**: Nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985, pp. 85-87.

²⁶⁵ Ibid., p. 87

²⁶⁶ ALVES, op. cit., p. 80.

²⁶⁷ ARGENTINA. op. cit., p. 17.

²⁶⁸ Ibid., p. 18.

captura do alvo direto era acompanhada pela intenção de gerar pânico na vizinhança, junto aos colegas e as pessoas em geral. Todos os que estavam próximos aos episódios de alguma forma foram atingidos pela violência. Esta alimentou o medo de estar na pele do outro, o que possibilitou silenciamentos, atraiu colaboradores e disseminou apatia diante do que estava ocorrendo no país. Nesse sentido, uma “cultura do medo” enraizou-se de tal forma que acabou gerando consequências, inclusive, para as gerações futuras (pós-ditadura). Enrique Padrós identifica esta forma de ação do TDE como de “violência irradiada”, que não deixa de ser um elemento difusor de medo em larga escala entre as mais variadas pessoas, principalmente das mais próximas dos alvos “caçados”.

Ela [violência irradiada] difere da violência direta, descarregada sobre o alvo “subversivo” e que fica confinada a ele e sua família. Em realidade, se trata da irradiação, que expande como um espiral crescente, a partir do entorno mais imediato da vítima direta, atingindo seu espaço de atuação e convivência social mais imediato (a família, os amigos, o bairro, o local de estudo ou de trabalho, etc.); por sua vez, as pessoas desses meios se tornam potenciais suspeitos e eventuais vítimas. Tanto num caso como em outro, espalham seus medos e inseguranças no interior dos seus próprios espaços de atuação e de convivência, nos quais essa situação volta a repetir-se e assim sucessivamente, até disseminar-se concentricamente, por toda a sociedade²⁶⁹.

A “violência irradiada”, quando espalhada entre os círculos relacionais da vítima - que foi capturada da forma descrita acima, ou, que estava em situação de clandestinidade - amedronta ao ponto de deixar os atingidos pelo medo em estado de inércia. Essa paralisia potencializa a exclusão da vítima dos seus meios sociais passando a receber sinais negativos diante de qualquer pedido de ajuda.

A violência irradiada, ao expandir-se como ameaça concreta sobre o mundo do perseguido (vítima direta), atinge-o de novo, de rebote, duplamente, aumentando o seu isolamento diante de um clima de indiferenças, sonegação de solidariedade, delação e escapismo, reforçando a pressão sobre ele e ampliando sua mortificação. A irradiação da violência, na medida em que estimula esse clima, gera atitudes que mostram a ampliação da eficiência repressiva²⁷⁰.

Diante da possibilidade de ser sequestrado, preso, torturado e desaparecido, muitos negaram auxílio às vítimas afim de não serem identificados como “subversivos”. Entretanto, é importante frisar que, além dos indiferentes ou omissos, houve quem colaborou de forma voluntária, aproveitando o clima de desconfiança para entregar seus desafetos ou usando informações como moeda de troca para promover-se política e economicamente. Não se pode negar a participação colaboradora e ativa de certos setores ancorados na Igreja Católica, no

²⁶⁹ PADRÓS, Enrique S. Elementos do Terror de Estado implementado pelas ditaduras de Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique S. *As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 17.

²⁷⁰ Idem.

mundo empresarial, na imprensa, na área da saúde, nas universidades, etc. A gama de colaboradores das ditaduras brasileira e argentina foi extensa.

No Informe *Nunca Más* há um depoimento que retrata os vários aspectos do terror que atingem de forma direta o perseguido e seus familiares. A filha de Roque Núñez relatou a experiência sofrida durante três noites, em abril de 1976, na Argentina:

[...] irrumpieron en mi domicilio varios hombres vestidos de civil; venían fuertemente armados y se identificaron como pertenecientes a la Marina y a la Policía Federal y cuyo jefe decía ser el Inspector Mayorga. Se llevan a mi papá, que tenía en ese momento 65 años. Al día siguiente mi Hermano Miguel presentó un recurso de Hábeas Corpus ante el Juzgado de San Isidro. Ese mismo día a las 21 volvieron a mi casa, llevándose detenida a mi madre, la encapucharon y trasladaron por cinco días a un lugar que no pudo identificar, donde la interrogaron con mucha violencia. Los integrantes de las Fuerzas Armadas permanecieron en la casa a partir de esa detención. El día 23, al entrar mi hermano Miguel en el domicilio, también fue secuestrado. Durante el operativo que duró cuatro horas el día 21 y treinta y seis a partir del día 22, los responsables no permitieron que nadie me auxiliara, ya que soy cuadrapléjico [...] y debí permanecer en la misma posición sin comer, ni ser atendida en mis necesidades fisiológicas [...]. Al retirarse los responsables de esta operación, se llevaron un auto Ford Falcon que yo había adquirido.[...] Mi padre y mi hermano, permanecen desaparecidos. Posteriormente fui informada de que mi hermana María del Carmen Núñez, su esposo Jorge Lizaso y un hermano de éste, Miguel Francisco Lizaso, fueron secuestrados, siendo su departamento totalmente saqueado. Ellos también siguen en la condición de desaparecidos²⁷¹.

O depoimento é muito rico em informações sobre variados aspectos do TDE. Quase toda a família, com exceção da depoente, foi sequestrada. Tudo indica que o pai, a irmã, María del Carmen, e seu esposo eram os alvos principais, mas o operativo poderia ter sido para encontrar esse cunhado de María del Carmen. Diante disso, toda a família foi atingida. Seu pai e seu irmão, Miguel, foram alvos da perseguição. A mãe da depoente sofreu torturas no interrogatório a que foi submetida e a própria depoente, por ser portadora de paraplegia, também sofreu tortura.

Nota-se que na narrativa da depoente há outro traço característico das táticas dos Grupos de Tarefa, a apropriação indevida de bens - no caso deles um carro Ford. Tais saques configuravam os chamados Botins de Guerra. A divisão de tarefas realizada entre os grupos possibilitou que os saques fossem comuns. O comandante da Marinha, Emílio Massera, coordenou uma equipe responsável pela transferência de propriedades, terras e automóveis expropriados das vítimas da repressão. O livro de Mirian Lewin e Olga Wornart aborda sobre os bens roubados pelos grupos de tarefas, particularmente os chefiados por Massera.

La intención de Acosta era clara. Quería que Marta, ya abogada, no pudiera negarse a trabajar para el grupo de tareas facilitando la apropiación de tierras valiosas – propiedad de desaparecidos – en Chacra de Coria, Mendoza. Los empresarios

²⁷¹ ARGENTINA, op. cit., p. 21.

dueños de esas tierras, integrantes de la familia Cerrutti, fueron asesinados en la ESMA. Marta Emília García, forzada por Acosta, cumplió tareas en las oficinas de un escribano cercano al almirante Massera, Ariel Sosa Moliné. Esa escribanía era parte de una compleja estructura financiera montada por Massera y sus hombres para quedarse con los bienes de los secuestrados²⁷².

Como percebemos havia um complexo sistema de apropriação dos bens das vítimas. Alguns detidos foram obrigados a participar das tarefas de transferências destes bens. O sistema institucionalizou os botins, autorizando o aparato repressor, em todos seus níveis, a realizar roubos (desde pequenos objetos como geladeira, até casas, apartamentos e automóveis).

Estos saqueos eran efectuados generalmente durante el operativo de sequestro, pero a menudo formaban parte de un operativo posterior, en el que “otra” patota se hacía cargo de los bienes de las víctimas. Esto configuraba un trabajo “en equipo”, con división de tareas bajo un mando unificado²⁷³.

Na ditadura brasileira também foi comum a prática do roubo de bens dos perseguidos políticos. Pesquisas recentes²⁷⁴ têm abordado o envolvimento dos militares com a corrupção²⁷⁵. Muitas empresas nasceram ou se desenvolveram graças ao governo ditatorial. Entretanto, vale ressaltar que os pequenos roubos de objetos também fizeram parte do esquema dos grupos de tarefas. No Informe *Brasil: nunca mais* há relatos de ex-presos políticos que tiveram pertences roubados. “Em geral isso ocorria no ato da prisão, quando a moradia da pessoa procurada era invadida por forças policiais ou militares”²⁷⁶. São relatos de pessoas que denunciaram o roubo de objetos de valor, bem como quantias em dinheiro. Por exemplo, o mecânico Milton Tavares, de São Paulo, relatou que “ao ser preso em São Paulo, pela Oban/SP, foram recolhidos vários objetos seus, entre os quais um rádio, um relógio de pulso e um despertador, uma mala com objetos de uso pessoal e Cr\$ 200,00 em dinheiro [...]”²⁷⁷. Já o comerciante Jodat Nicolas Kury, preso em Curitiba, em 1975, denunciou a extorsão que sofreu durante os interrogatórios. O depoente alegou que foi ameaçado de morte e que os agentes disseram que só salvaria sua vida se pagasse Cr\$ 5.000,00. Por fim, a

²⁷² LEWIN; WORNAT, op. cit., pp. 217-218.

²⁷³ ARGENTINA, op. cit., p. 22.

²⁷⁴ Sobre este tema ver a recente pesquisa do historiador Pedro Henrique Pedreira Campos. CAMPOS, Pedro Henrique P. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988. Niterói, Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

²⁷⁵ O mais contraditório é que o próprio Estado ditatorial brasileiro instaurou uma Comissão Geral de Investigações para identificar os casos de corrupção existente entre civis, empresários, políticos e estruturas burocráticas do Estado. Sobre isso ver em: FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Op. cit. Capítulo 4 O discurso moral contra a corrupção: o sistema CGI. P. 149 Sobre a CGI ver também o relatório da Comissão Nacional da Verdade. Capítulo 4, p. 115.

²⁷⁶ ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. op. cit., p. 90.

²⁷⁷ Idem.

estudante Marta Klagsbrunn, 23 anos, informou que “desapareceram inúmeros objetos de valor, tais como roupas, aparelhos eletrodomésticos”²⁷⁸ da sua casa. Podemos inferir que o confisco de bens foi um fator comum entre as ditaduras, embora não existam estudos específicos a esse respeito.

Tanto no Brasil quanto na Argentina havia centros de detenção legais e outros clandestinos. Nestes últimos, pessoas sequestradas por longos períodos de incomunicação sob duras torturas físicas e psicológicas, além de outros tratos desumanos como privação de alimento, água, sono, higiene e de poder realizar necessidades fisiológicas. Eram depósitos humanos insalubres, com muito desconforto - pouca luminosidade ou muita luz, excesso de calor ou frio. As pessoas presas ficavam, em geral, encapuzadas ou com uma venda nos olhos. Dormiam no chão ou em pequenos colchonetes, às vezes amontoados, às vezes isolados em minúsculos espaços. Muitas permaneciam algemadas ou com grilhões nos pés. Em todo o Cone Sul houve Centros Clandestinos de Detenção (CCD), onde se torturou muito e a morte era frequente. Também havia espaços de detenção legais e conhecidos pela população, como delegacias de polícia, quartéis, hospitais militares, presídios, etc.

Em ambas as ditaduras de SN a repressão política não foi exclusividade de uma instituição. Marinha, Exército, Aeronáutica, polícias federais e estaduais (como a Polícia Civil e Polícia Militar no Brasil), grupos paramilitares (como a Triple A e o Comando de Caça aos Comunistas participaram ativamente dessa repressão ramificada). No Brasil, as principais estruturas repressivas foram o Destacamento de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi), instalados por meio da Operação Bandeirantes em várias capitais do país após 1969 - organização comandada pelas Forças Armadas em parceria com as polícias estaduais - e os Departamentos de Ordem Política e Social (Dops) - polícia política que nasceu no governo de Getúlio Vargas e se destacou, durante a ditadura de SN.

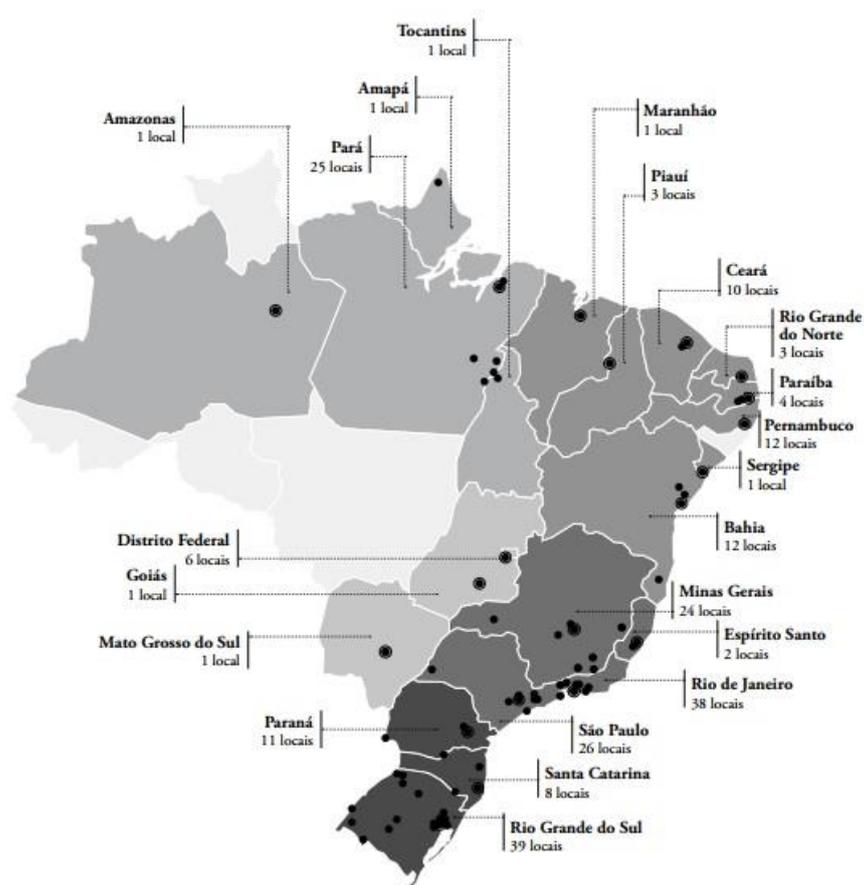
As estruturas repressivas foram espalhadas por todo território nacional em ambos os países. No caso brasileiro apontamos os espaços de atuação da repressão levantados pela Comissão Nacional da Verdade, que teve como um dos seus objetivos “identificar e tornar públicas as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionadas à prática de violações de direitos humanos durante o período”²⁷⁹. Dentre eles citamos: DOI-Codi/I Exército (1º Batalhão de Polícia do Exército, Rio de Janeiro); Hospital Central do Exército (Rio de Janeiro); Ilha das Flores (Rio de Janeiro); Base Aérea do Galeão (sede do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica [Cisa] no Rio de Janeiro); Oban e DOI-Codi/II

²⁷⁸ Ibidem. p. 90-91.

²⁷⁹ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade** Capítulo 15, p. 2.

Exército (São Paulo); Dops-RS (Porto Alegre)²⁸⁰. Na figura 3 segue um mapa do Brasil com os principais centros de violação de direitos humanos listados pela CNV:

Figura 3 - Mapa do Brasil: Principais Centros de Violação de Direitos Humanos



Fonte: Relatório final da CNV, capítulo 15, página 830²⁸¹.

Como podemos ver, segundo a CNV há 230 espaços de Sul a Norte do país, destinados à repressão. Trata-se de um número significativo, tendo em vista que não estão inclusos no mapa outros lugares que, provavelmente, não puderam ser identificados ou denunciados pelos sobreviventes. Muitos destes foram levados a tais centros com os olhos vendados, não conseguindo identificar o espaço de sequestro e detenção. Há locais onde raros foram os sobreviventes, o que protege o segredo da sua existência.

²⁸⁰ Outros espaços que também foram citados na documentação: Ilha do Presídio (Guaíba/RS); Dopinha, (Porto Alegre); 1º Batalhão de Fronteira (Foz do Iguçu); DOI-Codi/IV Exército (Recife); Casa da Morte (Petrópolis/RJ); Casa de São Conrado (Rio de Janeiro); Fazenda 31 de Março (São Paulo).

²⁸¹ Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo15/Capitulo%2015.pdf>> Acesso em 3 de jan. de 2018.

Na Argentina, muitos dos sobreviventes chamam os CCD de campos de concentração, fazendo uma alusão à experiência nazista. De fato, os principais CCDs da Argentina carregam consigo esta característica. Há uma estimativa de que na ESMA, por exemplo, tenham passado cerca de cinco mil pessoas, sobrevivendo pouco mais de 200. Não há uma definição exata do número dos CCD, mas as estimativas giram entre 340 e 500. Pilar Calveiro, sobrevivente da ESMA, explica como a estrutura repressiva funcionava. Ela relata que após o sequestro as vítimas eram levadas para um dos mais de 340²⁸² CCD espalhados pelo país entre 1976 e 1982²⁸³. Calveiro estima que por estes CCD passaram de 15 a 20 mil pessoas e que, aproximadamente, 90% foram assassinadas²⁸⁴.

Estos lugares no poseían una existencia formal y pública, por lo tanto las comunicaciones con el exterior eran prácticamente nulas [...]. En ocasiones los centros clandestinos de detención funcionaron en espacios estatales como comisarías, escuelas navales, cuarteles militares, edificios policiales, escuelas y hospitales. [...] Los centros clandestinos de detención habrían sido al menos 500 en todo el país, aunque la cifra crece constantemente con nuevas denuncias y descubrimientos. El número de detenidos en cada año de ellos fue variable, se estima que la Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA) y el Club Atlético en Capital, Campo de Mayo en el Gran Buenos Aires y La Perla en Córdoba habrían alojado cada uno a miles de detenidos²⁸⁵.

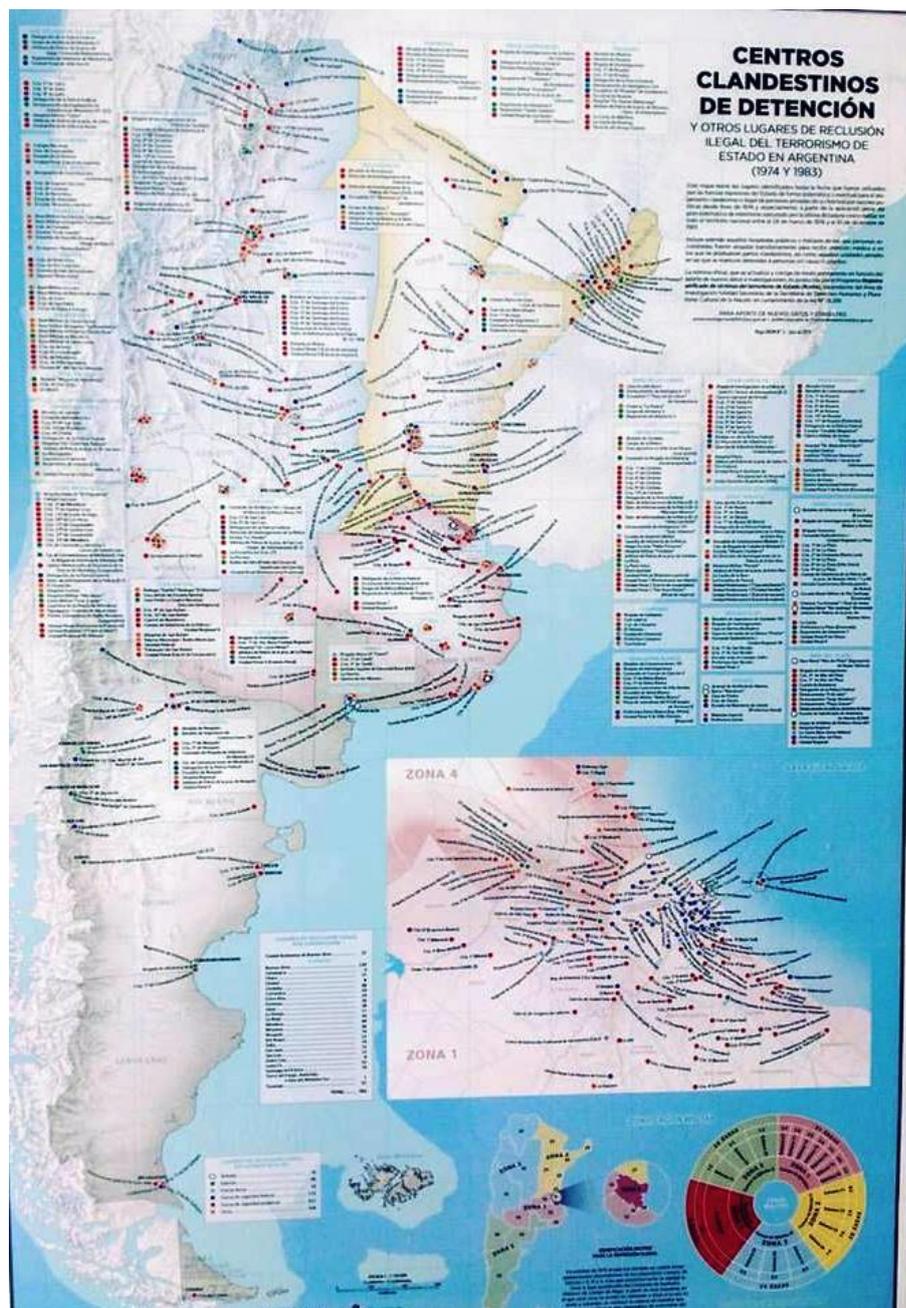
²⁸² Em um material produzido em 2012 pelo arquivo Memoria Abierta (Buenos Aires) há a citação de cerca de 500 centros clandestinos de detenção espalhados por todo o país. Entretanto, o Informe CONADEP aponta cerca de 340 centros, mas é importante levar em conta que as investigações realizadas pela CONADEP ocorreram em 1985, logo é possível que mais centros clandestinos tenham sido descobertos ao longo dos quase 30 anos de investigações entre um trabalho e outro. Ver em: ARGENTINA, Memoria Abierta, “**Y nadie quería saber**”. Relatos sobre violencia contra las Mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.

²⁸³ Alguns já existiam para tal finalidade antes de 1976, pois os operativos repressivos já estavam atuando contra a população argentina.

²⁸⁴ CALVEIRO, op. cit., p. 65.

²⁸⁵ MEMORIA ABIERTA, op. cit., p. 38.

Figura 4 - Mapa do Archivo Nacional de la Memoria



Fonte: Acervo da autora, 2018.

Como podemos ver no mapa (figura 4), os CCD estavam distribuídos por todo o país entre 1974 e 1983. Tanto no Brasil quanto na Argentina houve, durante os regimes de exceção, políticas deliberadas de negação de espaços destinados à prisão política e à tortura. No caso argentino, desde a cúpula do governo (incluindo a Junta Militar) negou-se a existência destes centros. Rafael Videla, em um discurso de 1977, afirmou que:

Yo niego rotundamente que existan en la Argentina campos de concentración o

detenidos en establecimientos militares más allá del tiempo indispensable para indagar a una persona capturada en un procedimiento y antes de pasar a un establecimiento carcelario²⁸⁶.

No Brasil foram poucos os espaços que se assemelhavam aos grandes centros da Argentina, pois neste país um sequestrado podia ficar muitos meses sob a condição de sequestrado desaparecido. Por exemplo, muitas mulheres que chegaram no início de uma gestação acabaram ficando até parir para posteriormente, na maioria dos casos, serem assassinadas. No Brasil, não há registro de maternidades dentro dos CCD. Houve, sim, mulheres que foram levadas para hospitais militares para dar à luz, mas não há denúncias de roubo sistematizado de bebês, como o que ocorreu na Argentina.

Dos espaços clandestinos de detenção no Brasil, assemelhados aos da Argentina, listam-se a Casa da Morte, na cidade de Petrópolis/RJ; o Dopinha, em Porto Alegre/RS, e o DOI-Codi/I Exército, no Rio de Janeiro/RJ.

A institucionalização da violência foi tão abrangente e dividida em grupos de tarefas - integrados por membros das três Forças Armadas e forças policiais - que minimizou o sentimento de culpa dos agentes envolvidos. Outro elemento que facilitou a violência e o alívio da culpa foi a desumanização das vítimas. Tanto no Brasil quanto na Argentina houve a desconstrução da identidade das vítimas. O elemento subversivo era considerado um inimigo de alto risco e precisava ser destruído, logo, não poderia ser visto como alguém que sente dor e sofrimento. Sua humanidade tinha que ser apagada e negada. Portanto, quando a vítima ingressava em um dos CCD ou algum espaço oficial das Forças Armadas ou Policiais era imediatamente reduzido a um número, alguém sem roupas, com a face oculta por um capuz ou uma venda que escondia seu rosto, transformando-o em um ser sem expressões, sem dignidade, um mero objeto, ou seja, um corpo sem feições e identidade, mas, no entendimento da repressão, com informações preciosas e portador de perigosa doença espalhada pelo vírus comunista, reformista, marxista ou subversivo. A coisificação e desumanização das presas e presos políticos permitia legitimar qualquer agressão como estratégia de “trabalho sem culpa”. Os agentes eram apenas meros cumpridores de ordens. O uso do capuz impedia o reconhecimento da identidade da vítima.

Apesar das diferentes práticas de tortura, execução e desaparecimento, havia certa disputa entre as Forças Armadas de como realizar tais “tarefas” (captura, obtenção de informações e eliminação dos “subversivos”). O Estado ditatorial brasileiro, de fato, matou

²⁸⁶ Discurso do ditador Jorge Rafael Videla, 22 de dezembro de 1977. Mensajes presidenciales: Proceso de Reorganizacion Nacional. Disponível em: <<http://www.ruinasdigitales.com/revistas/dictadura/Dictadura%20-%20Discursos%20de%20Videla%20-%20201976.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2017.

“menos” pessoas que o Estado ditatorial argentino. Isso pode ter diversas explicações, entre elas, necessidades diferentes diante da percepção das ameaças específicas. O que não se pode aceitar é a afirmação de que a ditadura brasileira tenha sido mais branda porque houve menos mortos e desaparecidos do à argentina. A ditadura brasileira torturou massivamente a população perseguida e exportou essa técnica e seus especialistas aos países vizinhos. Cabe reforçar que a tortura também é considerada crime de lesa humanidade. O Estado ditatorial brasileiro não precisou realizar um extermínio massivo de brancos de classe média. Mas não se pode ignorar um dado recolocado rigorosamente pela CNV, o massacre de lideranças e militantes camponeses, vítimas diretas ou indiretas da ditadura, para que esta pudesse seguir com suas metas “desenvolvimentistas”.

Na Argentina, o TDE assumiu a versão mais completa e mais “eficiente” na região, a eliminação de pessoas e o desaparecimento de seus cadáveres foi o ápice da luta contra a subversão. A CONADEP exemplifica, com os dados encontrados na ESMA, sobre o número de pessoas que estiveram nesse CCD.

Había un fichero con unas cinco mil fichas de cartón que agrupaban por alias el nombre y apellido. También en la misma oficina existía un libro donde se asentaban todas las personas que pasaron por la ESMA; donde además de los datos personales figuraba una columna con fecha de ingreso y de egreso, y otra donde se podía leer ‘L’ y ‘D’. Allí se hacía una anotación según el destino de cada caso, que podía ser ‘desaparición’ o ‘fusilamiento’, ‘liberación’ o ‘cautiverio’ actual ²⁸⁷.

Os “translados”²⁸⁸ eram o fim da linha, o destino final, a execução das mais diversas formas, fuzilamentos ou voos da morte. As pessoas “amordaçadas, adormecidas (por soníferos), atadas e encapuzadas, eram jogadas vivas ao mar”²⁸⁹.

Na ESMA, além dos espaços reservados para alojamento das vítimas²⁹⁰ e para a tortura, existiam os escritórios destinados à administração, os chamados “Jorges y Dorado”²⁹¹. Determinados sequestrados eram forçados a trabalhar no “Dorado”²⁹², em tarefas relacionadas com fraudes e transferência de imóveis promovidos pelo grupo de Emílio Massera. Tanto na ESMA, como em Campo de Mayo, La Perla, La Cueva, El Vesubio ou nos demais centros, o que havia em comum entre todos eram as violações de direitos humanos. Os presos políticos

²⁸⁷ ARGENTINA, CONADEP. *Nunca Más*. Buenos Aires: Eudeba, 2013; Lázaro Jaime Gladstein – Legajo N° 4912.

²⁸⁸ LEWIN; WORNAT. *op. cit.*

²⁸⁹ CALVEIRO, Pilar. **Poder e Desaparecimento**. São Paulo: Boitempo, 2013.

²⁹⁰ Capucha e Capuchita eram espaços dentro da ESMA onde os presos ficavam algemados, acorrentados.

²⁹¹ Jorges, Dorado, Oficinas de Pecera: espaços onde se realizavam trabalhos dentro da ESMA, inclusive com a participação de presos e presas.

²⁹² ACTIS, Munú; ALDINI, Cristina; GARDELLA, Lilitiana; LEWIN, Miriam; TOKAR, Elisa; **Ese Infierno**: Conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA. Buenos Aires: Sudamericana, 2001.

viviam uma rotina de constante incerteza, não eram donos de suas vontades, de seus corpos e muito menos de sua vida ou morte.

No Brasil, mesmo que os espaços de tortura tenham se configurado um pouco diferente das estruturas repressivas da Argentina, é fato que presos e presas enfrentaram as mesmas condições enquanto reclusos: fome, frio, calor, sede, doenças, etc. Podemos inferir que eram confinados por períodos mais curtos, o que não dilui os tormentos sofridos. É nesta dinâmica de centros de detenção, brasileiros e argentinos, que identificamos em maior número os casos de violência sexual. É sobre isso que iremos tratar no próximo item.

3.2 VIOLÊNCIA SEXUAL NO BRASIL E NA ARGENTINA: O QUE DIZEM AS FONTES?

No primeiro capítulo discutimos questões inerentes à violência sexual contra as mulheres, de forma mais global, atravessando questões culturais, territórios e temporalidades distintas. Ao apresentar os casos de violência sexual nas ditaduras de SN do Paraguai, Uruguai e Chile, de certa forma, foi proposta uma reflexão sobre os aspectos desta violência que a tornam tão praticada em momentos de tensões bélicas ou de regimes de exceção. Retomamos estas questões focando, agora, as ditaduras de SN brasileira e argentina, que estão no centro desta pesquisa.

Já afirmamos que a violência sexual - como prática de dominação - transcende gerações e sociedades e esta enraizada nas mais diversas culturas. Apesar do avanço da modernidade, este tipo de violação de direitos humanos não foi extirpado das práticas sociais. É possível perceber também que nos mais variados recantos do mundo mulheres se levantam contra essa forma de violência que lhes é direcionada, mesmo assim abusos e violações continuam existindo dia após dia. Provavelmente, neste exato instante, uma mulher está sofrendo abuso ou violência sexual em algum lugar do mundo.

É inegável que a ocupação conquistada e a exploração do continente americano ocorreram a custa de muito sangue e violência sexual sobre mulheres indígenas e negras. Negar essa evidência é uma irresponsabilidade histórica. A miscigenação existente na América Latina, em suas origens, não foi realizada a partir de relações amorosas e matrimoniais como os discursos mais conservadores divulgaram. As primeiras mulheres que foram estupradas foram as indígenas, as de origem africana o foram com o advento da escravidão para exploração de trabalho em massa. De norte a sul do continente, milhares de mulheres foram tratadas da pior forma possível.

Sabemos que, por uma série de questões, populações indígenas foram dizimadas. Como suas populações foram diminuídas de forma drástica e a prática do sistema escravista não poderia parar, foi a vez da população negra ser arrancada de seu território para ser transformada em mão-de-obra escrava em longa escala na América. Junto com a exploração do trabalho, acrescentou-se uma condição específica à mulher negra, o abuso sexual. Portanto, além da exploração pelo trabalho escravo, elas sofreram na pele a violência sexual cometida pelo homem branco.

Angela Davis, em seu clássico estudo *Mulheres, Raça e Classe* aponta que:

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. [...] a opressão das mulheres era idêntica à dos homens. Mas as mulheres também sofriam de forma diferente, porque eram vítimas de abusos sexuais e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas²⁹³.

Mesmo que a autora se refira ao caso das mulheres negras nos EUA, não podemos negar a existência desta percepção do homem branco contra as mulheres negras ou de origem indígena no resto do continente. A história da escravidão no Brasil muito se assemelha a dos Estados Unidos da América. Assim como no país norte-americano, a população negra no Brasil foi tratada de forma desumana. Por isso, mesmo que o objeto de análise desta pesquisa sejam as mulheres que vivenciaram o período das ditaduras de SN, não é possível desconsiderar o fato de que a violência sexual contra as mulheres, principalmente as socialmente vulneráveis, foi uma prática recorrente no processo histórico continental. Para Angela Davis:

Uma das características históricas marcantes do racismo sempre foi a concepção de que os homens brancos – especialmente aqueles com poder econômico – possuíam um direito incontestável de acesso ao corpo das mulheres negras. [...] O padrão do abuso sexual institucionalizado de mulheres negras se tornou tão forte que conseguiu sobreviver à abolição da escravatura. Estupros coletivos, perpetrados pela Ku Klux Klan e outras organizações terroristas do período posterior à Guerra Civil, tornaram-se uma arma política clara no esforço para inviabilizar o movimento pela igualdade negra. [...] Essas agressões têm sido ideologicamente sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como por literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais²⁹⁴.

Esta análise de Davis permite traçar analogias com a situação discutida: a) das

²⁹³ DAVIS, op. cit., pp. 17-19.

²⁹⁴ Ibid., pp. 179-181.

mulheres descendentes de negras e indígenas no Brasil e b) sobre o uso do estupro como arma política. De fato no Brasil, seja no período em que a escravidão ainda era legal ou no período pós-abolição, as mulheres negras foram tratadas como objetos sexuais e destratadas como seres humanos. A imposição sexual – pelo fator econômico – não deixa de ser uma violência. Designadas à margem da sociedade, muitas mulheres nesta condição, se sujeitaram aos trabalhos desvalorizados, tais como lavadeiras, arrumadeiras, cozinheiras e prostitutas. A prostituição não é uma questão de escolha para todas as mulheres que se submetem a esta realidade. Para algumas é possível que sim e estas mulheres exigem seus direitos trabalhistas e respeito de forma legítima. Mas, não podemos desconsiderar que a prostituição foi e ainda é uma opção diante da fome e da miséria que bate à porta de muitas mulheres. Para Carole Pateman “a prostituição é parte integrante do capitalismo”²⁹⁵.

Argumentar que há algo de errado com a prostituição não implica necessariamente um julgamento desfavorável das mulheres que fazem esse trabalho. Quando os socialistas criticam o capitalismo e o contrato de trabalho, eles não o fazem porque desprezam os trabalhadores, mas porque eles são os defensores dos trabalhadores. Contudo, o recurso à ideia de falsa consciência, comum há alguns anos, sugeria que o problema do capitalismo era um problema com os trabalhadores. Reduzir o problema do capitalismo às deficiências de consciência dos trabalhadores desvia a atenção sobre o capitalista, o outro participante do contrato de trabalho. Do mesmo modo, a suposição patriarcal de que a prostituição seja um problema referente às mulheres garante que o outro participante do contrato de prostituição não seja analisado. [...] O problema da prostituição torna-se então envolvido na questão de por que os homens reivindicam que os corpos das mulheres sejam vendidos no mercado capitalista. [...] a prostituição faz parte do exercício da lei do direito sexual masculino, uma das maneiras pelas quais os homens têm acesso garantido aos corpos das mulheres²⁹⁶.

A questão que precisamos questionar não é a falta de uma consciência sobre sua realidade, mas o quanto uma sociedade capitalista impõe um modelo de consumo que faz com que muitas mulheres, com ou sem opção de trabalho, acabem se submetendo a esta condição. Ao encontro desta situação, na esteira da prostituição voluntária, entram neste mundo crianças, a pornografia (que objetifica a mulher) e o tráfico de mulheres para escravidão sexual em outras cidades e países. Portanto está em aberto se a prostituição entra ou não no rol das modalidades de violência sexual contra as mulheres, pensando para além da prestação de serviço sexual.

Em relação à palavra estupro, esta deveria ser desvinculada da palavra sexo. Muitos usam a expressão “sexo forçado”, mas precisamos entender que estupro não é sexo, mas uma arma política. Angela Davis propõe a reflexão neste sentido, mencionando que muitas

²⁹⁵ PATEMAN, op. cit., p. 279.

²⁹⁶ Ibid., p. 285.

mulheres negras foram castigadas com o estupro. Os homens brancos que detinham a posse de pessoas escravizadas às puniam com os métodos “tradicionais” de violência e com o estupro. Os grupos racistas puniam as mulheres negras que ousaram lutar contra o racismo e também com o estupro. Portanto, percebe-se que o estupro e demais formas de violência sexual foram e são utilizadas como instrumento de enquadramento político, social, religioso e moral contra as mulheres. As que foram perseguidas por dissidência política no período das ditaduras de SN também foram castigadas com violência sexual, que representa mais uma arma política do que um desejo instintivo reprimido dos homens. Novamente citamos Angela Davis para esta questão.

O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cujo objetivo oculto era aniquilar o desejo das escravas de resistir, nesse processo, desmoralizar seus companheiros. [...] “No Vietnã, o comando militar dos Estados Unidos tornou o estupro ‘socialmente aceitável’; de fato, era uma política não escrita, mas clara”. Ao encorajar jovens soldados a estuprar mulheres vietnamitas (às vezes, eram orientados a “revistar” mulheres “com o pênis”), forjou-se uma arma de terrorismo político de massa. Uma vez que as mulheres vietnamitas se notabilizavam por suas contribuições heróicas à luta de libertação de seu povo, a retaliação militar especialmente destinada a elas era o estupro. [...] elas eram especialmente escolhidas como vítimas de terrorismo por uma força militar sexista comandada pelo princípio de que a guerra era um assunto exclusivamente masculino²⁹⁷.

Os exércitos modernos não inventaram a prática do estupro como arma de guerra, mas é preciso considerar que a racionalização do ato desmistifica a ideia de excessos cometidos por poucos homens que “perderam o controle de seus atos”. Não podemos esquecer que muitas das táticas de contra insurgência utilizadas nas ditaduras de SN foram testadas anteriormente. Muitas técnicas de destruição do “inimigo interno” foram importadas do modelo estadunidense ou da guerra contrarrevolucionária francesa. É possível inferir que este modelo de violência tenha sido praticado de forma racional e sistemática contra as mulheres identificadas como “inimigas internas” e, ainda por cima, por se comportarem de forma não aceitável para uma mulher.

A partir da análise documental dos dois países foi possível perceber que certos tipos de violência foram específicos às mulheres. Foram 224 as mulheres, no conjunto dos casos analisados, entre brasileiras e argentinas, que, no mínimo, sofreram constrangimento da nudez, somando-se a isso outros atos desumanos. A nudez forçada, o ato de arrancar a roupa de um indivíduo para coagi-lo é degradante para ambos os sexos. A maioria das presas e presos políticos passaram, inúmeras vezes, pelo constrangimento e exposição de seus corpos nus frente aos seus algozes. A violência acumulada sofrida por estas pessoas iniciou-se bem

²⁹⁷ DAVIS, op. cit., p.36.

antes de serem levadas para uma sala de tortura, porém pode-se dizer que a tortura física e psicológica se iniciou, para muitos, no momento em que tiveram suas vestes arrancadas.

A roupa, para além dos costumes culturais em nossa sociedade, é utilizada para esconder e proteger partes do corpo. Embora saibamos que o ato de vestir-se seja uma construção social, como diversos hábitos e costumes, não se pode ignorar o ato explícito de violência contra quem é obrigado a tirar a roupa. A nudez forçada, em si, é uma das formas de violência sexual mais utilizada contra homens e mulheres, porém a mensagem transmitida para cada um é diferente. Segundo Inger Agger e Sören B. Jensen, o momento da nudez forçada para o homem pode lhe provocar o forte temor de uma possível “castração”; tal pavor é “despertado pelas ameaças diretas e indiretas contra os genitais”²⁹⁸. A ameaça de uma possível castração está no jogo da tortura. Em relação aos homens existe também o medo do estupro, que assume o significado de destruir a sua masculinidade, ou seja, a sua identidade e seus “valores” de homem. Geralmente, “os presos vêm de grupos políticos predominantemente masculinos, com sua própria hierarquia e com suas próprias normas” e, certamente, dentre as regras estipuladas na organização política se reproduzem os comportamentos socialmente aceitos em um mundo predominantemente masculino e machista. Nesses grupos “desenvolve-se todo um conjunto de ‘normas de comportamento de homens’ sobre o que é a ‘verdadeira’ conduta de homens”²⁹⁹. Devido à simbologia do mundo masculino dos anos 60/70, os homens ao denunciarem as torturas e todo tipo de angústia sofrida nos espaços da repressão, dificilmente falam sobre a violência sexual a que foram submetidos e quando o fazem, quase sempre é restrita ao choque elétrico nos testículos e no pênis (que envolve o temor da esterilização e impotência) evitando utilizar a expressão violência sexual e esquivando-se da denúncia de um possível estupro³⁰⁰.

Para as mulheres, este ato torna-se mais violento, seja por razões morais, culturais ou pelo medo da violação em si. Se um homem tem medo de ter a sua masculinidade e potencialidade sexual atingida, para as mulheres o temor passa pela ameaça de ter seu corpo invadido, sofrer uma possível gravidez de seu esturador, além das questões culturais que cercam as mulheres. Ana Maria Colling explica sobre a sensação de desproteção que as mulheres sentiram quando estiveram nuas frente a homens desconhecidos.

As mulheres entrevistadas, as que foram torturadas, colocam como uma das piores torturas, não desmerecendo as outras, a nudez acompanhada da venda nos olhos.

²⁹⁸ AGGER; JENSEN, op. cit., p. 53.

²⁹⁹ Idem.

³⁰⁰ Mesmo quando declaram ter sofrido a introdução de algum objeto no ânus, a maioria dos poucos homens que falam sobre isso, não reconhecem ou não aceitam essa prática como estupro.

Elas lembram, tanto tempo depois, o quanto isto as desestruturava, as fragilizava. [...] A nudez para a mulher é uma questão séria, especialmente se for diante de pessoas desconhecidas. Ao entrevistar homens que foram torturados nos mesmos porões em que foram as mulheres, eles atestam a violência da venda, do capuz, lhes negando a visão, o contato visual com o local e o torturador. Mas a nudez nem sequer é citada, isto não os incomoda, não é um dado relevante. Não é o caso das mulheres, que se sentem desprotegidas, desestruturadas, tentando se tapar a qualquer custo, mas não tendo como se tapar, as mãos não são suficientes, acabam na posição fetal³⁰¹.

Ser mulher ontem e hoje ainda é desafiar-se diariamente frente a uma sociedade machista. Além das questões que envolvem o pudor, a sensação de desproteção e fragilidade, é preciso considerar que a situação de nudez diante de homens (estranhos) pode reforçar o entendimento de que seu corpo nu torna-se um “convite” para o abuso ou estupro. A cultura do estupro está sendo questionada com maior intensidade nas últimas décadas. Existia e ainda existe, a ideia que a exposição do corpo da mulher perante homens é um “convite” para o sexo ou para o toque e que tal convite é feito pela mulher. Portanto, podemos inferir que a nudez, em situações como as descritas, está diretamente relacionada com a ideia da violação do corpo. Cabe considerar que o corpo humano é constituído, desde a mais tenra idade, por valores, sentimentos, sensações prazerosas e dolorosas. Logo, atos agressivos direcionados a um corpo nu e em regiões entendidas como íntimas, por vezes até proibidas, desestruturam toda a integridade do ser humano exposto e vulnerável. Ao atacar o corpo nu e em partes que são associadas à sexualidade do indivíduo, atinge-se o núcleo do ser humano, fere-se sua identidade de tal forma que, para muitos, não há recuperação plena desta agressão e as vítimas, na grande maioria das vezes, acabam optando pelo silêncio e pela negação. Isso aconteceu com as mulheres, mas também com muitos homens que sofreram violência sexual e sentiram sua masculinidade ferida³⁰².

O ser humano percebe o seu corpo como a sua verdadeira morada, é nele que experimenta e se protege de sensações, portanto toda agressão realizada nas partes genitais, que estão associadas à sexualidade da pessoa e, conseqüentemente, sua feminilidade ou masculinidade - e todos os valores construídos que o cercam - são colocados em xeque. A combinação da nudez e a ideia de que alguém vai atacar o corpo nu é a fórmula perfeita para gerar pânico. Porém, quando o indivíduo é uma mulher o medo torna-se tão terrível que houve as que pediram para ir para o pau-de-arara, por exemplo, para evitar o estupro ou ser tocada

³⁰¹ COLLING, op. cit., p. 89.

³⁰² Pode ser que para os homens, como bem apontou Colling, seja algo que passou despercebido e que a sensação de não ter o controle da situação – por causa dos olhos vendados – seja mais relevante do que a nudez em si, mas também pode ser que na concepção destes homens – embebedos de uma cultura machista também – confessar a nudez é abrir a ideia, para quem ouve, de que seu corpo foi feminizado. Então, ficam estas duas hipóteses – com certeza deve haver outras, no campo da psicologia, que expliquem melhor – sobre o silêncio ou a relativização dos homens com relação à nudez.

de forma lasciva³⁰³. As agressões para ferir a sexualidade ou os genitais tinham o poder de destruir emocionalmente, identitariamente e moralmente. A socióloga Olívia Joffily faz importante reflexão sobre a relação do corpo, da identidade e do poder destruidor existente em um ataque ao corpo:

O conceito de corpo diz respeito aos significados e sentidos que podemos atribuir a qualquer interação que se estabelece (consigo mesmo, com os outros ou com objetos). Ou seja, o corpo é o organismo atravessado por todas as experiências vividas, pela inteligência e pelos desejos. [...] No conceito de corpo, portanto, estão incluídas as dimensões da aprendizagem e todas as potencialidades do indivíduo de se apropriar de suas vivências. Isto significa que é por meio do conceito do corpo que podemos compreender o modo particular como cada um organiza e sente tudo o que vive, atribuindo sentido a cada experiência³⁰⁴.

Outro elemento importante a destacar está associado à tensão que envolve o sequestro das pessoas e os momentos de insegurança decorrentes. A venda, o capuz e outros objetos que possam impedir o controle sensorial provocam sensação de fragilidade e perturbação. O uso do capuz e da nudez foi explorado indiscriminadamente de forma “pedagógica” para desorientar e causar pânico nas vítimas. Tapar os olhos de uma pessoa presa desnorteia-a, provocando-lhe incerteza total e a angústia de não saber onde está ou é levada. Pilar Calveiro avalia o impacto que produz a existência permanente do capuz e de outros significados que seu uso possui no cativeiro:

O capuz e a conseqüente perda da visão aumentam a insegurança e a desorientação do prisioneiro, mas também lhe tiram seu rosto, apagam-no; faz parte do processo de desumanização que vai minando o desaparecido e, ao mesmo tempo, facilita o castigo. Os torturadores não veem a cara de sua vítima; castigam corpos sem rostos; castigam subversivos, não homens. Há aqui uma dupla negação da humanidade da vítima: diante de si mesma e daqueles que a atormentam³⁰⁵.

Essa desumanização faz parte do processo burocrático do Terror de Estado. Ocultam-se as expressões de dor e tristeza da vítima, de seu choro. Essa “técnica” vira um mecanismo de alívio de consciência no comprometimento da tarefa e na divisão de responsabilidades entre os torturadores. Tanto o capuz, quanto a nudez “do prisioneiro aumentam seu aspecto indefeso”³⁰⁶, seu corpo está exposto, sua intimidade pode ser violada a qualquer instante sem que ao menos possa saber quem o viola ou o momento exato que será violado, pois seus olhos estão cobertos. A impunidade desses atos reforça a fragilidade da vítima. E, no caso das mulheres, o capuz impede de ver quem lhe toca como e por quantos está sendo olhada e

³⁰³ Exemplificamos com o caso de BM19 (CEIEP/RS: 7024-1200/98-0).

³⁰⁴ JOFFILY, op. cit., p. 2.

³⁰⁵ CALVEIRO, op. cit., p. 68.

³⁰⁶ Idem.

tocada. A combinação de nudez e da impossibilidade de enxergar o entorno tornam a situação muito terrível.

O conjunto de casos analisados nesta pesquisa é de 424 brasileiras e 83 argentinas, perfazendo um universo de 507. As atingidas por violência sexual foram 215, porém precisamos ter em mente que o universo de mulheres sequestradas, torturadas e mortas foi muito maior. Esse número é apenas um recorte dentro das limitações de uma pesquisa de mestrado. A documentação existente na Argentina aponta números assustadores. No Brasil também há outros conjuntos documentais a serem investigados, como os depoimentos das diversas comissões estaduais da verdade, dos processos indenizatórios semelhantes aos da Ceiep/RS, bem como o testemunho oral de outras sobreviventes que podem aportar mais e novas informações sobre violência sexual e de gênero. Ao encontro disto podemos citar o que a ex-presa política Cecília Coimbra alega sobre a possibilidade de ser um número maior:

[...] acredito que esse número seja bem maior, tendo em vista que muitas presas – como foi o meu caso – não foram levadas às Justiças Militares e muitas que militaram no período não chegaram a ser presas. Além disso, pelo levantamento feito por entidades de direitos humanos publicado no “Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964” (1995) há 24 mulheres mortas e 20 desaparecidas, número que consideramos bastante incompletos ainda. [...] podemos constatar que não foi pequeno o número de mulheres que participou da luta contra o regime militar³⁰⁷.

Além das militantes políticas que lutaram contra a ditadura e foram perseguidas como “inimigas internas” vinculadas a organizações de oposição, deve-se levar em conta as inúmeras mulheres indígenas ou pobres do campo e periferias (por vezes negras), vítimas de violência estatal no mesmo período. Se inferirmos que há um universo muito maior de vítimas da ditadura de SN brasileira, certamente o número de agredidas, sexualmente ou não, deve ser bem maior. Contudo, existe - e isto não é um problema específico do Brasil - ausência de registros e silenciamento sobre esses setores, o que dificulta as investigações sobre estes crimes e, conseqüentemente, acaba apagando o resgate histórico destas mulheres que ficaram “à margem”.

3.2.1 AS MODALIDADES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

A partir deste ponto utilizaremos, para explicar as modalidades de violência sexual, uma tipologia que possa ir além das expressões “servícias sexuais”, “tortura sexual”, etc. Estas

³⁰⁷ COIMBRA, Cecília. Gênero, Militância, Tortura. In: STREY, M; AZAMBUJA, M; JAEGER, F. **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004, p. 57.

expressões são bem comuns nos relatos ou pesquisas que apontam para tal forma de violência, mas não desenvolvem os significados de forma aprofundada. Como foi dito sobre os documentos do *Projeto Brasil: Nunca mais*, reforça-se que em alguns momentos, principalmente com as fontes brasileiras, houve dificuldade para elaborar uma definição exata das modalidades. Não basta apontar tudo como violência sexual, é preciso fazer recortes para uma melhor compreensão, não da violência, mas o porquê dessa forma de violência em dadas pessoas. Ao mesmo tempo em que encontramos certa dificuldade para definir modalidades de violência, em algumas fontes, em outras a situação foi bem diferente. O fato das depoentes relatarem detalhadamente a violência sofrida significa algo e não cabe ao pesquisador negligenciar ou simplificar em um tipo único. É preciso ter a sensibilidade de captar que, se a vítima fez questão de detalhar a violência sofrida, isso significa que ficou um trauma que precisa ser exposto para a sociedade. Cada mulher que apontou, no momento da denúncia, que a violência sofrida foi uma das coisas mais graves que lhe ocorreu, ao tornar pública essa experiência, apesar de toda a dor vivida, reivindica sua história em função de um compromisso que não é só a exigência reparatoria, mas, sobretudo, no compartilhar socialmente uma luta que sempre tem traços coletivos e resgatar do limbo do esquecimento induzido os crimes de Estado da ditadura e de seus agentes. Expor situações tão graves e traumáticas exige muita coragem das depoentes. Os relatos são sempre muito duros, como o caso da brasileira BM115³⁰⁸ no seu depoimento à Comissão Estadual de São Paulo:

[...] eu sofri uma violência, ou várias violências sexuais. Toda nossa tortura era feita com nós nuas, as mulheres nuas, os homens também ficavam nus, com vários homens dentro da sala, levando choques pelo corpo todo, inclusive na vagina, no ânus, nos mamilos, na boca, nos ouvidos³⁰⁹.

A análise quantitativa dos casos pesquisados indicou certas repetições de modalidades de violência, tanto no Brasil quanto na Argentina. Foi constatado que muitas mulheres brasileiras e argentinas sofreram mais de uma modalidade de violência sexual e em repetidas vezes. Na verdade, são poucas que atestaram ter sofrido apenas uma vez e uma forma de violência sexual. Isto se aplica mais para o caso das brasileiras. Há depoimentos que relatam ter sofrido somente a nudez ou o assédio sexual. Porém, no caso das argentinas, predominam mais de uma modalidade de violência (por exemplo, nudez e manuseio). Mas devemos ressaltar que mesmo as que sofreram uma só forma de violência sexual, também suportaram violência física e psicológica. Neste aspecto, podemos concluir que muitas delas possam ter

³⁰⁸ Depoimento CNV: 00092.000600/2013-19.

³⁰⁹ Idem.

sentido medo de estarem numa sala de interrogatório, somente com homens, mesmo que não tenham sido despidas ou agredidas fisicamente.

Sobre os casos analisados, foi escolhido declinar a informação do nome, sobrenome e dados pessoais, nome de familiares ou local de trabalho, pois muitas estão vivas. Ao denunciarem suas experiências enquanto sequestradas políticas, o fizeram a fim de conseguir reparação, justiça e conscientização social sobre esses crimes específicos. Exceto poucos casos, como o de Rosa, citado no primeiro capítulo, a maioria não quer ter seu nome divulgado. Portanto, não cabe na pesquisa expor o nome dessas mulheres. A dor de reviver o trauma ou de ler em um artigo acadêmico sua experiência de violência sexual pode causar muito desconforto. Ainda é preciso levar em conta que muitas depoentes seguem suas vidas de forma discreta e não querem para si holofotes relacionados a estas questões. Portanto, por respeito e cuidado, se decidiu ocultar os nomes. Ao fazer isso levamos em conta às palavras de Elisabeth Jelim e Ludmila Catela, que consideram os testemunhos orais e os documentos dos arquivos repressivos como material sensível³¹⁰. Outro motivo para não divulgar o nome das depoentes é que no espaço *Archivo Nacional de la Memoria* foi exigido sigilo quanto ao nome e dados dos casos analisados³¹¹. Aliás, se no Brasil só recentemente se fala sobre violência sexual na ditadura (sendo que nada foi feito a título de reparação específica sobre estes crimes), na Argentina há intensas discussões que dividem opiniões e causam desconforto para sobreviventes e familiares, mesmo com os avanços dos julgamentos. Sobre esta diferença entre Brasil e Argentina discutiremos no terceiro capítulo.

Para diferenciar caso a caso estabeleceu-se um código único para cada pessoa. No caso das brasileiras utilizamos B (Brasil) M (Mulher) e um número (1, 2, 3 e assim por diante); caso seja citado algum homem utilizaremos B (Brasil), H (Homem) e um número. Para as argentinas seguimos a mesma regra: A (Argentina), M (Mulher) ou H (Homem) e um número que corresponda ao caso. Em nota de rodapé disponibiliza-se o número do processo (se esse for o caso) e a página do mesmo. Para os casos da CONADEP e CADHU não há registro numérico, somente o fundo de origem, pelos motivos de sigilo já explicados.

Com relação aos casos de violência sexual e as modalidades encontradas no acervo da Ceiep/RS foi possível identificar os seguintes dados:

Quadro 1- Relação de modalidades de violência sexual e as vítimas atingidas dos

³¹⁰ CATELA, Ludmila da S.; JELIN, Elisabeth (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid Siglo: XXI, 2002.

³¹¹ Para pesquisar os casos das argentinas a autora responsabilizou-se, formalmente, assinando um documento (diariamente) que exige o comprometimento de não expor, sob hipótese alguma, os dados particulares das pessoas envolvidas.

processos da Ceiep/RS.

Tipo de violência	Nº	Referência das mulheres
Violência sexual verbal ³¹²	13	BM7, BM8, BM11, BM15, BM19, BM26, BM29, BM32, BM33, BM36, BM44, BM48 e BM55
Nudez	18	BM3, BM6, BM8, BM11, BM19, BM20, BM25, BM32, BM33, BM34, BM39, BM40, BM42, BM45, BM47, BM53 e BM63
Abuso sexual ³¹³	5	BM11, BM20, BM42, BM48 e BM51
Ameaça de estupro	8	BM7, BM12, BM17, BM19, BM32, BM36, BM48 e BM74
Tentativa de estupro	2	BM19 e BM40
Estupro	5	BM1, BM11, BM19, BM20 e BM49
Choque elétrico na vagina, ânus e seios	4	BM24, BM26, BM39 e BM42
Agressão física na vagina, ânus e seios	2	BM3, BM21
Esterilização forçada ou ameaça	1	BM111
Uso/ameaça de animais no corpo	1	BM45
Tortura em grávida	2	BM78 e BM84
Violência contra a maternidade	4	BM5, BM39, BM44 e BM45
Ameaça de violência sexual nos filhos	1	BM38
Violência com a menstruação	1	BM24
Ameaça de tortura nos filhos	1	BM13

³¹² Aqui entendemos como incluído ameaças de violência sexual e xingamentos de cunho sexual para ferir a moral das vítimas.

Tortura sem especificações ³¹⁴	21	BM4, BM6, BM7, BM14, BM16, BM18, BM22, BM23, BM24, BM25, BM27, BM33, BM35, BM37, BM38, BM39, BM40, BM42, BM43, BM47 e BM55
---	----	--

Fonte: Elaborada pela autora.

Da mesma forma, encontramos uma tipologia que se aproxima da Ceiep/RS, nos 30 depoimentos de mulheres à CNV:

Quadro 2 - Relação de modalidades de violência sexual e as vítimas atingidas conforme depoimentos obtidos e divulgados do GT de Ditadura e Gênero da CNV.

Tipo de violência	Nº	Referência das mulheres
Violência sexual verbal	6	BM87, BM88, BM89, BM90, BM92 e BM98
Nudez	18	BM86, BM87, BM88, BM89, BM90, BM91, BM92, BM94, BM97, BM98, BM99, BM104, BM107, BM108, BM112, BM113, BM114 e BM115
Abuso sexual	6	BM86, BM87, BM89, BM90, BM101 e BM107
Ameaça de estupro	5	BM90, BM92, BM98, BM99 e BM104
Tentativa de estupro	1	BM92
Estupro	5	BM86, BM87, BM91, BM98 e BM113
Choque elétrico na vagina, ânus e seios	11	BM86, BM89, BM91, BM94, BM95, BM98, BM99, BM103, BM104, BM113 e BM115
Agressão física na vagina, ânus e seios	4	BM89, BM96, BM97 e BM113
Esterilização forçada ou ameaça	1	BM111
Uso/ameaça de animais no corpo	2	BM91 e BM104
Tortura em grávida	1	BM111
Violência contra a maternidade	1	BM87
Fazer o companheiro dar o choque	1	BM94
Humilhação de cunho sexual	2	BM90 e BM115
Violência sexual na frente do companheiro	2	BM87 e BM104
Ameaça de tortura nos filhos	5	BM87, BM93, BM95, BM96 e BM97

Fonte: Elaborada pela autora.

³¹⁴ Considerando que a nudez é algo recorrente nas sessões de tortura, resolvemos colocar também como um dado informativo.

Por fim, para o caso das brasileiras que apresentaram ter sofrido alguma forma de violência sexual no *Projeto Brasil: Nunca Mais*³¹⁵ encontramos as seguintes modalidades de violência e o número de casos correspondente:

Quadro 3 - Relação de modalidades de violência sexual e as vítimas atingidas conforme os dados coletados no Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, Volumes 1, 2 e 3

Tipo de violência	Nº	Referência das mulheres
Violência sexual verbal	6	BM135, BM136, BM141, BM151, BM159 e BM189
Nudez	62	A maioria dos casos ³¹⁶
Abuso sexual	9	BM122, BM130, BM139, BM145, BM151, BM156, BM159, BM165 e BM181
Ameaça de estupro	7	BM138, BM141, BM143, BM147, BM156 e BM158, BM181
Estupro	5	BM122, BM147, BM150, BM165 e BM170
Choque elétrico na vagina, ânus e seios	23	BM118, BM127, BM130, BM131, BM132, BM140, BM143, BM144, BM150, BM153, BM155, BM160, BM163, BM173, BM174, BM176, BM177, BM178, BM181, BM186, BM188, BM190 e BM191
Agressão física na vagina, ânus e seios	12	BM129, BM144, BM152, BM154, BM156, BM162, BM167, BM169, BM170, BM177, BM179 e BM182
Uso/ameaça de animais no corpo	3	BM130, BM145 e BM150
Tortura em grávida	6	BM137, BM139, BM162, BM169, BM182 e BM186
Violência contra a maternidade	2	BM138 e BM169
Violência sexual sem especificar	4	BM116, BM142, BM154 e BM161
Outras modalidades	1	BM168

Fonte: Elaborada pela autora.

A partir dos Quadros 1, 2, 3 sobre os casos das brasileiras podemos perceber que a violência sofrida pelas citadas é diversificada e quase sempre foi aplicada em um cenário de tortura mais complexo, com outras modalidades de violência física e psicológica. O primeiro dado que precisamos destacar e retomar é sobre a nudez. É possível afirmar que em quase

³¹⁵ Para o conjunto documental do *Projeto Brasil: Nunca Mais* optamos em utilizar apenas as mulheres que afirmaram ter sofrido alguma forma de violência sexual; portanto, são 75 casos: BM116 a BM191. Há ainda outras 232 mulheres que foram analisadas, mas não serão citadas, pois suas experiências são de outro teor.

³¹⁶ Para não deixar a tabela muito extensa, optou-se em mencionar todas as mulheres que relataram ter passado pela nudez forçada, pois a maioria dos 75 casos passaram por isso.

todos os casos as mulheres foram despidas de maneira forçada ou expostas em momentos como a hora de banhar-se ou de ir ao banheiro para atender suas necessidades fisiológicas.

O item nudez nos quadros 1, 2 e 3 é o que mais se percebe junto às vítimas. Foram 98 mulheres que entenderam a prática do desnudamento forçado como violência e assim a registraram em seus depoimentos. Outro item que se destaca é o uso do choque elétrico nos genitais e seios, relatado em 38 casos. Já as agressões que incluem pontapés, socos, beliscões, batidas com objetos, queimaduras com cigarro, corte com tesoura ou objetos na vagina, no ânus, nos seio e nas nádegas somaram 18 casos. Este tipo de violência sexual foi das mais “comuns” entre as verificadas nas ditaduras do Cone Sul e foi utilizada contra homens e mulheres. A denúncia da nudez é mais presente na fala das mulheres por ser algo mais agressivo para elas. Para uma mulher ficar nua na frente de homens, sabendo que os mesmos podiam feri-la e abusar do seu corpo nu, era tão humilhante e assustador quanto ter mãos tocando em seu corpo enquanto estava sendo sequestrada dentro de um carro. Sabiam que estando com o corpo descoberto poderiam ser violentadas. A sensação era muito pior se considerarmos que, na maioria dessas situações, as vítimas estavam encapuzadas. Em uma das descrições dos fundamentos da sentença do CDD D2 em Mendonza, o juiz fez esta constatação: “la testigo manifiesta – con lágrimas en los ojos que realmente prefería la tortura a la violación”³¹⁷.

Das outras modalidades encontradas destacamos o abuso sexual (20 casos), ameaças de estupro (20), estupro (15), tentativa de estupro (7), violência contra a maternidade - mulheres grávidas ameaçadas com choques na barriga e vagina para forçar o aborto - (9 casos). Acusamos estas modalidades porque tais formas de violência foram mais direcionadas às mulheres. Mesmo que alguns homens tenham sido vítimas de abusos sexuais e até estuprados é possível dizer que há por trás desse ato outra intencionalidade. Homens estuprados resultavam da ação deliberada para destruir sua masculinidade. Colocando-os numa posição de mulher, retirando-os da sua posição “superior” na hierarquia dos gêneros, o estupro em homens visava humilhá-los. A população em geral, quando toma consciência de que um homem estuprador ou pedófilo é preso, na maioria das vezes diz que merece ser estuprado e que vai “virar mulherzinha na cadeia”. Esta expressão do senso comum reflete uma percepção que predomina na sociedade, ou seja, quem pode ser estuprado é mulher. É a naturalização do estupro no corpo feminino que leva a cultura do estupro.

³¹⁷ Fundamentos sentencia - 2do juicio 1 -Nº 001-M, MENÉNDEZ SANCHEZ y otros, p. 113.

Várias mulheres relataram o estupro como demonstração de poder por parte dos agentes, que as submeteram a um sexo forçado para satisfazê-los. Em diversos casos atestaram que após a tortura, com o corpo todo machucado e já “abandonadas” pelos repressores na sua cela, receberiam a “visita” de alguns deles com a intenção de sentir prazer com seu corpo.

Por fim, o último item que destacamos nos quadros sobre violência sexual contra mulheres no Brasil é a violência sexual verbal. Há relatos de ameaça de violência sexual que foram verbalizados ou tipos de xingamentos e humilhações que atingiram a moral das sequestradas, por ser de cunho sexual. Dentro dos padrões identificados encontramos 25 denúncias de violência sexual verbal, mas que também podem ser entendidos como violência de gênero. Há uma percepção que também está associada às questões de gênero no que se refere à mulher que optava pela militância política ou luta armada. A partir dessas opções era vista, por parte da sociedade, como masculinizada e transgredindo seu papel social aceitável (seu “destino manifesto”). Muitas mulheres foram chamadas de “vaca”, “puta comunista”, “má mãe”- distanciando-se do arquétipo da Virgem Maria -, “puta montonera”, “puta subversiva” ou eram acusadas de estarem na política para encontrar alguém com quem se relacionar sexualmente - de novo a imagem da prostituta - ou porque eram lésbicas e ostentavam um comportamento masculinizado. É o que expõe BM88 que concedeu depoimento ao GT Ditadura e Gênero da CNV sobre ser mulher na militância política:

[...] você está no meio de homens, só homens, não? Só homens que têm sobre você um olhar, como diria? É um olhar que te...o fato de você ser mulher também, você percebe que é um, talvez uma raiva muito maior, eu não sei se pela questão de achar que uma mulher está fazendo isso, que uma moça está fazendo isso e é uma forma também, muito de querer te desqualificar de todas as maneiras. Então, inclusive, o mínimo que você ouve é que você é uma vaca, são as boas-vinda, é a maneira como você é chamada e isto foi num crescendo e eu acho que você se sente exposto, você é exposto, você, enfim, se encontra diante deles de uma dupla maneira, você está inteiramente nas mãos enquanto ser humano e na tua condição feminina, você está nu, você está à mercê disso tudo³¹⁸.

Ana Maria Colling explica esta percepção que os agentes da repressão - em sua grande maioria homens - tinham das mulheres que sequestravam e torturavam:

Docilizar o corpo da mulher para sujeitá-lo, fragilizá-lo, para que ela entendesse sua posição de inferioridade absoluta ao poder instituído, são os objetivos fundamentais da tortura. Era preciso que se entendesse que a militante política era uma mulher desviante, porque poder e política rimam com masculinidade, com virilidade, e não com feminilidade. O homem cometia o pecado ao se insurgir contra o regime militar, mas a mulher cometia dois: o de lutar juntamente com os homens e o de

³¹⁸ Depoimento CNV: 00092.002323/2013-89.

ousar sair do espaço privado, a ela destinado historicamente, adentrando no espaço público, político e masculino³¹⁹.

Para o caso argentino também elaboramos uma tabela semelhante com informações pertinentes a cada acervo documental. Iniciamos apresentando os casos da CONADEP, posteriormente identificamos casos da CADHU e, por último, aqueles selecionados a partir das causas e sentenças dos julgamentos.

Foram 15 casos de argentinas analisados nos documentos da CONADEP:

Quadro 4 - Relação de modalidades de violência sexual e as vítimas atingidas conforme os dados coletados nos documentos da CONADEP

Tipo de violência	Nº	Referência das mulheres
Violência sexual verbal ³²⁰	1	AM5
Nudez	10	AM2, AM3, AM4, AM5, AM6, AM7, AM8, AM9, AM10 e AM12
Abuso sexual	2	AM5 e AM6
Ameaça de estupro	3	AM6, AM7 e AM13
Estupro	5	AM2, AM4, AM8, AM9 e AM10
Estupro coletivo	1	AM12
Escravidão sexual	1	AM4,
Choque elétrico na vagina, ânus e seios	5	AM3, AM6, AM8, AM9 e AM12
Agressão física na vagina, ânus e seios	2	AM8 e AM9
Uso/ameaça de animais no corpo	1	AM5
Tortura em grávida	1	AM1
Violência contra a maternidade	5	AM1, AM3, AM7, AM11, AM12
Testemunhou violência sexual em outras presas	1	AM3
Gravidez devido aos estupros	1	AM4

Fonte: Elaborado pela autora.

Nos documentos da CADHU encontramos sete casos de mulheres:

³¹⁹ COLLING. Ana M. Op. cit., p. 80.

³²⁰ Aqui entendemos como incluídas ameaças de violência sexual ou xingamentos de cunho sexual para ferir a moral das vítimas

Quadro 5 - Relação de modalidades de violência sexual e as vítimas atingidas conforme os dados coletados nos documentos da CADHU

Tipo de violência	Nº	Referência das mulheres
Nudez	7	AM14, AM15, AM16, AM17, AM18, AM19 e AM20
Abuso sexual	2	AM15 e AM19
Ameaça de estupro	1	AM17
Estupro	2	AM14 e AM16
Choque elétrico na vagina, ânus e seios	2	AM17 e AM20
Agressão física na vagina, ânus e seios	1	AM14
Tortura em grávida	1	AM20
Violência contra a maternidade	1	AM18

Fonte: Elaborado pela autora.

Por fim, entre os fundamentos de sentença e sentenças analisados dos CCD supracitados destacamos 43 casos:

Quadro 6 - Relação de modalidades de violência sexual e as vítimas atingidas conforme os dados coletados nos documentos jurídicos

Tipo de violência	Nº	Referência das mulheres
Violência sexual verbal	5	AM24, AM35, AM44, AM46 e AM51
Nudez	33	AM21, AM22, AM23, AM25, AM27, AM28, AM29, AM30, AM31, AM33, AM35, AM38, AM40, AM41, AM42, AM43, AM44, AM45, AM46, AM47, AM48, AM49, AM50, AM51, AM52, AM53, AM55, AM56, AM59, AM60, AM61, AM62 e AM63
Abuso sexual	26	AM21, AM22, AM25, AM26, AM27, AM28, AM31, AM32, AM33, AM37, AM39, AM40, AM41, AM47, AM48, AM49, AM50, AM51, AM53, AM54, AM55, AM56, AM57, AM58, AM60 e AM62
Ameaça de estupro	4	AM34, AM36, AM52 e AM60
Estupro por felação	3	AM43, AM62 e AM63
Estupro por felação coletiva	1	AM63
Estupro	18	AM21, AM25, AM30, AM31, AM38, AM40, AM44, AM46, AM47, AM48, AM49, AM52, AM53, AM56, AM60, AM61, AM62 e AM63

Estupro na frente do esposo/noivo	1	AM59
Estupro coletivo	2	AM42 e AM47
Escravidão sexual	5	AM21, AM40, AM59, AM60 e AM63
Choque elétrico na vagina/ânus e seios	6	AM23, AM28, AM51, AM56, AM62 e AM63
Agressão física na vagina/ânus/ seios	1	AM27
Tortura em grávida	2	AM28 e AM45
Violência contra a maternidade	1	AM55

Fonte: Elaborado pela autora.

Diante desta exposição, da mesma forma que apontamos dados sobre o Brasil, precisamos, também, destacar os da Argentina. Podemos dizer que, igualmente ao Brasil, na Argentina a nudez foi ponto de destaque. Entre os três grupos de documentos somam ao todo 50 casos, mas podem ser mais. Das 15 mulheres do fundo CONADEP, dez (66,6%) denunciaram nudez. No CADHU, o percentual corresponde a 100% (lembrando que estes depoimentos foram coletados no exílio, mas em período simultâneo à ditadura).

Sobre a documentação jurídica existem outros fatores complexificadores que devemos levar em conta. A maioria dos depoimentos está na terceira pessoa, pois são transcrições intermediadas por funcionários da instituição (os testemunhos redigidos constam nos autos). Em muitos casos foram encontradas menções ao fator nudez forçada. Acredita-se que em outros casos, mesmo que tenha ocorrido, tal informação possa ter sido omitida pela depoente. De qualquer maneira, dos 43 casos que se decidiu investigar, 33 acusaram a nudez como item diferenciado, ou seja, 76,7% dos casos.

Outro problema identificado, tanto para os documentos do Brasil quanto da Argentina, é sobre definições não muito específicas. Foram encontrados diversas vezes, em ambos os países, definições de abusos sexuais, sevícias e torturas sexuais, etc. Quando uma depoente relata que recebeu choques na vagina, ânus ou seios é plausível imaginar que estava nua, mas, principalmente, o termo “abuso sexual” é muito subjetivo e exige interpretação. Pode ser que para a depoente o abuso seja tocar seu corpo de forma lasciva. Mas aí é preciso nos questionar: com ou sem roupa? Também foi respeitado, apesar de discordar, em diferenciar um estupro em seu modo “mais clássico”, de uma penetração de dedos na vagina. Hoje se compreende que a introdução de dedos, a ejaculação no corpo, entre outros atos obscenos, são casos de estupro. Contudo, essas mulheres que vivenciaram tais violências no passado não

tinham esta compreensão sobre tais especificidades ou maior esclarecimento e consenso sobre estas questões. Até porque muitas delas alegaram ter sofrido abusos sexuais e estupro. Pode ser entendido tudo como a mesma coisa? Sim, pode. Mas não podemos cometer anacronismos sobre a compreensão da violência. De qualquer forma, se calcularmos o número de mulheres que alegaram ter sofrido abusos sexuais (incorporando os casos das que foram expostas à nudez) o número de atingidas é de 57 casos para um total de 65 (87,6%). E nem foram contabilizadas as que afirmaram ter sofrido tortura física sem especificá-la. Se ampliarmos a escala do total de torturadas pela repressão das ditaduras de SN do Brasil e da Argentina podemos inferir que a maioria sofreu, no mínimo, um tipo de violência sexual, mesmo sem ter consciência disto. É plausível considerar que todas as que estiveram nessas condições sentiram o medo de ser atacadas sexualmente, pois é parte da rotina das mulheres sentirem medo constante de investidas sexuais, assédios e abusos etc.

Um fator que precisamos destacar com este recorte específico é a aplicação de choques elétricos nos genitais e seios. O choque elétrico foi uma das formas de tortura mais utilizadas pelo TDE no Cone Sul. Desenvolvido na Argélia pelo colonialismo francês, acabou sendo disseminado na América Latina diretamente ou através dos Estados Unidos - sobretudo nos cursos da Escola das Américas no Panamá. Aplicar corrente elétrica em um corpo tinha como objetivo causar mais dor, desestabilizar e desorientar a vítima. Há no corpo humano, pontos que quando tocados com corrente elétrica provocam uma dor ampliada. Estes pontos mais sensíveis - olhos, ouvidos, garganta, língua, pênis, testículos, vagina, ânus e seios - foram extremamente explorados pelos torturadores. Com a desculpa de buscarem as informações que necessitavam, promoviam extrema dor à pessoa a fim de destruí-la.

Na Argentina, nos casos analisados para esta pesquisa, há um número menor de denúncias sobre esta forma de violência registrada nos documentos, comparado com os relatos de abusos e estupros. O que é diferente na documentação analisada do Brasil, pois muitas delataram ter sofrido a aplicação do choque elétrico no corpo e em partes sensíveis. É predominante este dado nas fontes. Os motivos de não encontrar com a mesma abundância que os abusos e estupros podem ser subjetivos, pois sabe-se que muito foi usada a *picana elétrica* e podemos pensar que esta diferença não tenha relação com a especificidade repressiva, mas por causa das fontes analisadas. Provavelmente se pudéssemos analisar toda a documentação jurídica das causas, encontraríamos tal especificidade muito mais evidenciada.

A forma como a violência sexual foi aplicada nos dois países é semelhante. Por exemplo, a brasileira BM26 no processo que encaminhou a Ceiep/RS relatou que foi sequestrada em dezembro de 1970 e levada para o Dops/RS, em Porto Alegre, onde

permaneceu até fevereiro de 1971. A militante da VPR relatou uma série de violências sexuais, físicas, psicológicas e de gênero. O parecer da Comissão apontou que ela “foi presa pelo Dops [...] e quando chegou na sala de tortura foi submetida a choques elétricos nos braços, seios e barriga”³²¹. Sobre a sua prisão a depoente contou o seguinte:

Nilo Havelha vendo que não tinha como me esconder perdeu a calma e disse: “estão vendo esta potassa³²²? Esta vagabunda é subversiva, viciada, traficante e prostituta e todo este tempo se fez passar por boa moça, ela enganava vocês todos. [...] Quando chegamos no DOPS fui espancada e levada para uma sala onde vim a saber, era o gabinete de um tal Del. Marco Aurélio. Passei por uma cela onde várias pessoas gemiam como não pude vê-los, não identifiquei suas vozes”³²³.

Os agentes do Dops foram sequestrá-la, em sua casa, em um domingo de tarde. Pela forma que ela descreve, armou-se um cerco policial. Os agentes invadiram a casa e pegaram-na desprevenida ao ponto dela estar seminua e assim foi levada para dentro do carro (quando um dos agentes lhe entrega um vestido). O agente Nilo Havelha, citado em vários processos do RS, usou a violência física contra a depoente e proferiu xingamentos de gênero contra a vítima, para que a vizinhança ouvisse, demonstrando o quanto uma ação de prisão política podia ser uma forma de intimidar um entorno mais amplo (dentro da linha daquilo que Álvaro Abos³²⁴ denomina de círculos concêntricos da espiral repressiva e expandida por Enrique Padrós). Além da violência de gênero, podemos perceber que Havelha associou a perseguição política aos arquétipos aqui tratados: vagabunda, prostituta.

O caso de AM17 se assemelha ao da brasileira. Esta depoente é natural dos Estados Unidos, mas vivia na Argentina desde 1973 e trabalhava com ajuda comunitária na cidade de Azul, na província de Buenos Aires. A organização a qual prestava serviço comunitário era legal e oficial, mas com a repressão política assumindo as características de TDE, ainda em 1974, o trabalho passou a ser considerado “perigoso” e se tornou clandestino. AM17 foi sequestrada, com outros colegas, em novembro de 1974. Alega em seu relatório que houve uma série de denúncias falsas sobre sua organização, situação criada, provavelmente, por grupos paramilitares que atuavam intensamente nos anos anteriores ao golpe. Ela e seus colegas de grupo foram atingidos por uma série de torturas para que confessassem atividades “terroristas” e fornecessem nomes. Em meio ao tormento, AM17 passou por violência sexual também:

[...] lo hicieron mediante choques eléctricos en las partes más sensitivas de la

³²¹ CEIEP/RS: 3127-1200/98-7.

³²² Fizemos uma pesquisa para tentar saber o que significa esta palavra. Provavelmente se trata de um erro de digitação e a palavra que se queria escrever era “putasa”.

³²³ Ibid.

³²⁴ ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. *El Viejo Topo*. Barcelona, nº 39, dic. 1979.

anatomía femenina [...]. Después de un rato me desnudaron y me ataron a una cama con los brazos y piernas abiertas. Los oficiales me atemorizaban con que me violarian y continuaron administrándome los choques eléctricos³²⁵.

É possível vislumbrar aspectos que se assemelham. Em ambos os casos há tentativa de desqualificar as militantes. No caso de BM16 chamam-na de prostituta (desqualificação comum na imagem da mulher militante), viciada, traficante e subversiva. No caso de AM17, mesmo que não tenha sido chamada de prostituta ou adjetivos semelhantes, a ação dos paramilitares procurava obter uma confissão que assumisse que seus atos eram ilegais e terroristas. A desmoralização daqueles identificados como “inimigos internos” foi recorrente nas ditaduras, pois era necessário convencer a opinião pública de que eram um verdadeiro perigo para a nação. Desta forma reforçava-se a “mancha” sobre o nome da família perante a sociedade e afastava-se a constituição de possíveis redes de apoio e de simpatia. Afinal, quem gostaria de ter seu nome vinculado a de um assaltante ou terrorista?

Em ambos os casos encontramos a modalidade da nudez e do choque elétrico nas partes sensíveis do corpo feminino. Mesmo que AM17 tenha recebido os primeiros choques com roupa, após ser colocada numa cama de metal, muito usada pela repressão argentina, com braços e pernas abertos e amarrados ficou à mercê de mais choques e de ameaças de estupro. Ser chamada de prostituta ou ameaçada de estupro foram situações que marcaram a ambas, pois foram pontos destacados em seus depoimentos.

Ameaças e tentativas de estupro são indícios recorrentes na documentação analisada. No Brasil, dos 141 casos que atestaram ter sofrido violência sexual, 20 (14%) mencionaram ameaça ou tentativa de estupro. Na Argentina, de 62 casos investigados, oito (12%) confirmaram tal violência. Mas é preciso levar em conta que muitas mulheres que sofreram estupro podem ter sido ameaçadas anteriormente, porém há lapsos de memória, causando imprecisões, esquecendo a sequência de fatos e ressaltando o trauma mais marcante. Dos casos das brasileiras ameaçadas com o estupro segundo os documentos da Ceiep/RS, destacamos BM7, BM12, BM17, BM19, BM32, BM36, BM48 e BM74. Na CNV foram BM86, BM87, BM89, BM90, BM101 e BM107. E no *Projeto Brasil: Nunca Mais* BM122, BM130, BM139, BM145, BM151, BM156, BM159 e BM165. Com relação às mulheres citadas nas fontes da Argentina as quais sofreram ameaça de estupro destacamos as da CONADEP, AM5 e AM6. Na CADHU somente há um caso, AM17, já citada, e nos documentos jurídicos AM34, AM36, AM52 e AM60.

Ainda sobre esta questão foi verificado que muitas das ameaças/tentativas de estupro

³²⁵ Fundo CADHU: casos anônimos.

ou o medo de ser estuprada foi gerado para além do momento da tortura, principalmente nas idas ao banheiro. Muitos relatos confirmam esta situação. Por exemplo, BM15, 48 anos, funcionária pública sequestrada entre final de maio e julho de 1971, nas dependências do Dops de Porto Alegre, destaca o constrangimento de usar o banheiro e tomar banho com um agente policial por perto.

Precisava usar o banheiro, que era um simples WC, com um chuveiro e a porta tinha que permanecer aberta com um investigador nas proximidades. Para tomar banho, também, a porta permanecia aberta e nós, as mulheres, passamos pelo vexame e receio de uma invasão. Numa sala ao lado da que estava presa, os investigadores se reuniam e, no meio de muitas risadas contavam piadas obscenas e usavam palavras de baixo calão, em voz alta para nos humilhar³²⁶.

Neste caso deve-se realçar a idade de BM15 no momento dos acontecimentos, 48 anos (em 1970/71), ou seja, para a época ela era uma senhora. Em 1997, quando deu o depoimento à Ceiep/RS tinha 74 anos. Tal detalhe pode parecer irrelevante, mas as piadas e palavras de baixo calão para ela soaram ofensivas e humilhantes e 26 anos após o ocorrido, a sensação de degradação persiste como violência sexual e de gênero. O fato das presas terem de tomar banho ou usar o banheiro na presença de um agente causou sensação parecida àquela que muitas mulheres sentiram ao estarem nuas na sessão de tortura.

Outro caso impactante é o de BM21, presa junto com a irmã, a mãe, o irmão menor de idade e o pai, passando pelas dependências do DOI-Codi, da Oban e do Dops de Porto Alegre no ano de 1971, com 24 anos. Ela sofreu abusos e tentativa de estupro no banheiro:

Eu ali estava vulnerável. Completamente vulnerável. E aí, o cara começou. Entrou com a mão dentro da minha roupa e aí, bom, é como qualquer outro abuso sexual eu não vou ficar descrevendo detalhes, mas isso que aconteceu. A mão dele passou por tudo e não sei quê. E ele dizia isso: “Ela vai gozar, comigo ela vai gozar. Ela vai falar.” Eu entrei num pânico tão grande que eu dizia assim: “Me bota num pau de arara.” Olha se isso é coisa de gente normal? Eu só dizia assim [...]. Aí foi burrice minha, mas é a reação natural de qualquer pessoa. “Não faz isso comigo, me bate, me põe num pau de arara.” O cara percebeu que se ele fizesse aquilo [...]. Aquilo é que iria me desestruturar, não era o pau de arara e nem sei lá que eu não tinha tido a experiência. Ficou naquela história e ele vinha e beijava o meu pescoço, umas coisas assim [...]. “Eu me fixei nesse porque esse, ele me apertava e ainda meapertava e quem me abusou realmente foi o [torturador]. E aí começou um papo de que “ela vai gozar”, porque “o que nós vamos fazer agora”. Aí foi a hora que eu mais tive medo, porque eu não tive medo de morrer nenhum minuto.” “[nome do torturador]. Porque foi esse que passou a mão. Botou a mão dentro de mim. Passou a mão nos meus seios, na minha região genital [...]. Porque foi ele. Os outros só me apertavam com o corpo. Eu me lembro só dele e foi ele. Ele que falava absurdo e beijava o meu pescoço, essas coisas nojentas³²⁷.

Há muitos elementos importantes neste trecho retirado do depoimento que BM21

³²⁶ CEIEP/RS: 0892-1200/98-1.

³²⁷ CEIEP/RS: 6668-1200/98-0.

concedeu à CNV. Primeiramente percebemos que sofreu mais de um tipo de violência sexual, embora ela não a defina como tal. É plausível dizer que o agente³²⁸ que “botou a mão dentro” dela a violou. De qualquer forma, sofreu assédios e abusos sexuais de diversos repressores, além do agente citado. Outro ponto importante constatado em outros relatos é a preferência de muitas mulheres de ir para a tortura em si e não ser abusada ou violada. O depoimento à CNV é distinto daquele brindado à Ceiep/RS em 1997, certamente porque certas questões não estavam em evidência naquele contexto, por isso o depoimento à CNV é muito mais detalhado que o do processo de 1997. Mesmo assim, no momento do relato à CNV, BM21 tinha entre 65 a 66 anos de idade, o que talvez a tenha impedido de perceber, por formação cultural e de valores, que ela sofreu violência no sentido sexual. Mesmo que ela ache loucura preferir o pau de arara ao abuso, sabe-se que seu caso não foi uma excepcionalidade. Todavia, há no seu relato a sensação de que os agentes sabiam que o abuso sexual era mais degradante para coagir as mulheres. Ana Maria Colling ressalta que:

Parece que, percebendo a intimidade da mulher, ou recolhendo saberes já colocados na sociedade, a repressão vai agir sobre este corpo desnudo. Conhecendo esta relação da mulher com a sua nudez, o torturador, sempre masculino, sabe que não é preciso tocá-la. Sons e ruídos, manifestações de presença, frente à mulher desnuda e privada da visão, são suficientes para amedrontá-la e violentá-la³²⁹.

Esta perspectiva sobre um saber dos agentes masculinos em relação ao uso do corpo feminino para intimidar os prisioneiros coincide com a discussão sobre a nudez e a exposição do corpo feminino frente aos seus algozes. A historiadora argentina María Sonderéguer vai além e acrescenta:

[...] en el cuerpo violado de las mujeres la agresión sexual pretendió inscribir la “soberanía” de los perpetradores. Para los perpetradores, las violencias de índole sexual sobre las víctimas fueron un modo de dominación, un método de disciplinamiento, destinado a reforzar su condición de dueños y señores de los cuerpos, de la vida y de la muerte³³⁰.

Por isso, quando BM21 relatou as “investidas” sexuais dos agentes e súplica para não ser abusada, o repressor, ao perceber sua fragilidade, reforçou os ataques, configurando-se em um claro exemplo de como nesse cenário dantesco os terroristas de estado se sentiam donos da vida e da morte de quem estivesse sob o seu domínio. Quando ela disse: “O cara percebeu que se ele fizesse aquilo [...]. Aquilo é que iria me desestruturar”, está explicando que eles estavam conscientes dessa fragilidade. Ainda sobre BM21, outro aspecto destacado é a existência de mais de um agente envolvido nos abusos, o que vai ao encontro da ideia de que

³²⁸ Não devemos encobrir o nome de torturadores, porém neste caso, foi preciso para que o caso de BM21 não fosse publicizado, pois, sua identificação permite expor a vítima, o que precisa ser evitado.

³²⁹ COLLING, op. cit., p. 90.

³³⁰ SONDERÉGUER, op. cit., p. 107.

muitos dos abusos e estupros contra as mulheres foram realizados de forma sistemática e racional.

Ao encontro das modalidades de abusos e ameaças de estupro, os relatos das argentinas AM45 e AM22 atestam a situação que ocorreu constantemente no CCD Vesubio. AM22 disse que: “cuando nos llevaban al baño nos trasladaban desnudas, tomádonos de los hombros, entre manoseos”³³¹. Um dos homens, também preso político nesse CCD, denunciou esta prática com as mulheres: “un día escuché que habían manoseado a algunas chicas mientras se bañaban”³³². AM45 reforça, por sua vez, o quanto era degradante o momento do banho ou do banheiro: “era una tortura bañarse, el baño no tenía puerta, nos hacían bañar desnudas con un chorro de agua fría, mientras los guardias nos miraban y nos decían obscenidades”³³³. Nos autos da causa ESMA constam denúncias sobre violências sexual no banheiro:

Las condiciones en las que se bañaban eran completamente precárias, las duchas no tenían cortinas y tenían que hacerlo en presencia de los guardias, en esas ocasiones varias de las detenidas fueron víctima de abusos por parte de los guardias³³⁴.

Ao analisar os fundamentos da sentença da causa ESMA não se encontra o mesmo problema relatado por homens. Esta questão deve ser considerada, pois evidencia que os abusos sexuais foram mais direcionados às mulheres do que aos homens.

Uma das questões que merece maior atenção é o estupro. Percebe-se, ao analisar a documentação, que estes foram cometidos nas duas ditaduras, assim como nas demais do Cone Sul, conforme levantamos no primeiro capítulo. Segundo Mariana Joffily:

No caso das ditaduras militares, a violência sexual configurada no estupro das mulheres adquire contornos variados: a tradicional humilhação do inimigo homem, através da profanação de suas companheiras; colocação da mulher em seu suposto “devido lugar”, como depositório dos desejos masculinos e não como ator político e social; satisfação dos desejos sexuais dos agentes repressivos, uma demonstração a mais de seu poder sobre as vítimas, aproveitando sua situação de submissão e vulnerabilidade³³⁵.

A satisfação dos desejos sexuais ocorreu nos espaços repressivos dos dois países. O ato de estupro, de abusar sexualmente de uma mulher relaciona-se muito mais com poder e dominação do que com sexo em si. Por isso, não se pode desconsiderar o que inúmeras mulheres relataram em julgamentos, comissões reparatórias e organizações de direitos

³³¹Fundamentos sentencia N° 1270 - Donda y otros -ESMA p. 632.

³³² Ibid., p. 722.

³³³ Ibid.

³³⁴ Ibid., p. 721.

³³⁵ JOFFILY, op. cit., p. 124.

humanos sobre estupros e abusos sexuais sofridos das mais variadas formas. Novamente Joffily contribui para explicar as especificidades subjetivas do abuso sexual:

Utilizo aqui a expressão “abuso” para nomear uma prática que, para além da violência sexual, tem uma conotação de prazer do agente repressivo no contato com a vítima. A violência sexual, com um conteúdo mais abrangente, refere-se a toda e qualquer violência dirigida aos órgãos sexuais, o que era muito comumente praticado, tanto com homens quanto com mulheres, dada a extrema sensibilidade dessa parte do corpo. O abuso adquire uma conotação mais específica quando relacionado ao contexto cultural das representações de como podem ou devem ser as relações entre homens e mulheres, dentre as quais não se exclui o prazer masculino numa relação sexual imposta à mulher. Contribui para isso o fato de a extensa maioria dos agentes repressivos ser do sexo masculino. Esta indiferenciação entre abuso e violência sexual está certamente na raiz da proximidade percentual entre as vítimas de sexo feminino e masculino relativamente a esta modalidade de tortura³³⁶.

Das mulheres analisadas nesta pesquisa percebeu-se cerca de 50 casos denunciaram estupro ou tentativa de estupro em seus depoimentos. Destacamos, no caso brasileiro, o relato no *Projeto Brasil: Nunca Mais* de BM182, uma religiosa de 46 anos presa em 1969, em São Paulo. Na documentação consta que:

Foi submetida a todo tipo de afrontas e sevícias, não obstante sua idade, 46 anos, tendo permanecido nua com um policial em uma cela durante uma noite, resistindo às investidas brutais e bestiais do tarado [...] que entre essas pessoas a interroganda deseja consignar a presença do delegado Sérgio Fleury; que, entre injúrias, essas pessoas diziam que a interroganda não era virgem e que iam fazer-lhe um exame ginecológico; perguntavam-lhe porque não rezava, para que Deus a socorresse, diziam-lhe que devia confessar tudo e que “eu era comunista socialista”. [...] foi deixada só; que já eram mais de 21 horas, quando apareceu um senhor loiro, que estava embriagado e tentou abraçar e acariciar a interroganda³³⁷.

Verifica-se, no trecho, do caso BM182 que houve abuso; mas há, também, implícita, uma metodologia de destruição usada contra a sequestrada, o que se constata no momento em que dois agentes aproveitaram-se da situação de vulnerabilidade e isolamento da religiosa para obter prazer. No mesmo documento a religiosa afirma que foi veiculado na imprensa da época que teria sido violada e, como consequência, havia engravidado, fato veementemente negado: “[...] a esse propósito recorda que, no exterior leu em jornais e revistas que tinha sido violentada e engravidado, afirmando, porém, que essas notícias são mentirosas, pois esses fatos nunca aconteceram [...]”³³⁸. A interpretação da vítima, sobre o que lhe ocorreu, embora seja subjetiva, deve ser respeitada. Mesmo inferindo que quando esteve com um agente, uma noite inteira, em sua cela possam ter ocorrido toques, para a religiosa que valoriza a castidade e a virgindade, o estupro não ocorreu. Portanto, sua memória da situação deve ser respeitada.

Na Argentina há o caso da agente policial AM54, que trabalhava para a repressão no

³³⁶ Idem.

³³⁷ *Projeto Brasil: Nunca Mais*, Tomo V, vol. 3, nº 1339, p. 205-208.

³³⁸ *Ibid.*, p. 207.

CCD D2 de Santiago del Estero e que sofreu abusos sexuais como consta nos autos do processo:

[...] contó que prestaba funciones en la DIP, y que se sabía de la perpetración de delitos de contenido sexual en contra de los detenidos, así como también señaló que Musa Azar³³⁹ era muy autoritario con las mujeres que trabajaban en el lugar, impidiendo que conocieran lo que acontecía, aunque todo se sabía. Asimismo, señaló que la dicenta tuvo una relación sentimental con Musa Azar, pero Musa Azar y otros policías como Ramiro López Veloso y Bustamante permanentemente las asediaban a ella y a sus compañeras además de a las detenidas³⁴⁰.

O CCD D2 de Santiago del Estero foi comandado por Musa Azar e no seu recinto diversas mulheres foram submetidas a abusos e estupro, inclusive coletivos. Segundo AM54, a violência sexual estava muito enraizada na cultura dos agentes deste CCD, talvez porque Santiago del Estero era uma das regiões mais interioranas da Argentina, o que reforçava um machismo agressivo sem limite para submeter mulheres aos prazeres masculinos. É nesse contexto que a agente denuncia o assédio sexual que lhe foi infligido e que parte de suas colegas de trabalho (outras agentes da repressão) também sofreram, além das sequestradas políticas.

Os abusos sexuais podem ser interpretados também de outra forma. Não precisa haver, necessariamente, o toque para ser entendido como abuso. Algumas brasileiras e argentinas acusaram ter sofrido a humilhação de serem observadas nuas por vários agentes, militares, homens que atuavam na repressão política. Isto se aplica ao caso de BM157, 25 anos, sequestrada no dia 2 de dezembro de 1972, na cidade de Vila Velha (Espírito Santo) e levada para o quartel local. Conforme consta nos autos do *Projeto Brasil: Nunca Mais*:

[...] a interrogada foi presa em sua residência por elementos armados que a conduziram ao Quartel; que, durante 43 dias, permaneceu presa, sofrendo toda sorte de torturas físicas e morais no 3º B. C. de Vila Velha; que, por duas vezes, foi despida e exposta a quase todo o Batalhão, inclusive, o Coronel Comandante, Capitão [xxxx] e major [xxxx]³⁴¹.

Situação semelhante vivenciou a hoje advogada e professora universitária BM49, que aos 23 anos, em 1970, foi levada para o Dops de Porto Alegre e foi exposta nua, para ser desestruturada moralmente e psicologicamente:

[...] tive os olhos vendados e me conduziram a outro lugar, usando um elevador que desceu. Fizeram com que me despisse, ainda de olhos vendados. Fui então submetida a vexames de natureza sexual, tanto físico quanto verbais e fui espancada. [...] qualquer que fosse o motivo, as sevícias físicas foram relativamente brandas, comparadas a relatos que conheço. Se limitaram a espancamento sem instrumentos,

³³⁹ Musa Azar era um oficial da região de Santiago del Estero que detinha um poder local. Suas ações contra a população local se aproximam das relações que foram conceituadas como coronelismo no Brasil.

³⁴⁰ Rta. CNCP - N° 836-09, MUSA AZAR y otros - STGO DEL ESTERO

³⁴¹ *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Tomo V, torturas, vol. 3, n° 1245, p. 75.

a humilhações de caráter sexual (apalpações brutais, introdução de dedos na vagina), acompanhadas de agressões verbais de caráter sexual e ameaças de violência. [...] Depois de algum tempo (não sei quanto) fui levada de novo à cela. Aí permaneci por mais um longo tempo, e frequentemente diferentes policiais abriram a porta, mandavam que me levantasse (ainda despida), me levavam até o corredor e me traziam de volta à cela³⁴².

Podemos ver que BM49 apresenta, em um único relato, uma série de modalidades de violência sexual. Cita toques, inclusive dedos na vagina - o que pode ser classificado como estupro -, violência sexual verbal e a situação da nudez na sala de tortura. Seu corpo machucado foi colocado à exposição dos agentes. Mesmo com todos estes detalhes que a depoente trouxe no final da década de 1990 percebe-se que minimiza o ocorrido. Isso se explica. Muitos sobreviventes das ditaduras de SN no Cone Sul, diante das barbáries vistas, ouvidas e sofridas, considerando que muitos não sobreviveram ou foram desaparecidos, minimizam sua dor, seu padecimento pessoal e, por vezes, muitos se culpam e questionam: porque eu sobrevivi e meus companheiros de luta não? Acreditam, às vezes, que só sobreviveram porque se “corromperam” ou foram cooptados pelo estado terrorista (voltaremos a estas questões no terceiro capítulo).

Por fim, destacamos a situação que vivenciou BM90, de 23 anos em 1969 e militante do PCB:

[...] eu estava na parede e chegavam: “Tira a roupa”. Eu fiquei nua, nua, na parede e daí todos... meu ódio! Aí mexiam na vagina, mexiam no ânus, mexiam em tudo. Falavam: “Putá! Você é estudante de Direito da USP? Você é uma puta, você vai ver o que vai acontecer com você aqui! Sem vergonha!”. Isso, ali eu perdi a noção do tempo, ali eu perdi. Eu não sei se eu fiquei umas duas ou três horas, quatro horas, meia hora, eu não sei, foi longe esse negócio, foi longe esse negócio e ficou ali e um falava assim: “Ela tem doença venérea. Não vamos comer ela porque ela tem doença venérea!”, daí outro falava assim: “Ah, mas é muito gostosa!” Guerra psicológica de deixar você...Alucinada. E com o capuz na cabeça. [...] Daí fizeram, fizeram, fizeram e não chegaram a me violentar. [...] passavam a mão, davam risada. “Vira, vira agora o rabo pra cá!”. Passavam a mão. Daí falava assim: “Não, primeiro nós vamos dar choque nela no dragão, aí depois... [...]”³⁴³.

A situação que BM90 vivenciou se assemelha ao relatado por BM49. Ambas tiveram seu corpo tratado como “troféu”, como conquista dos agentes que tocavam os corpos de forma lasciva e, ao mesmo tempo, machucavam esses corpos, ameaçando-os com violação. A duas experimentaram mais de uma modalidade de violência sexual: a diferença é que a segunda (BM90) relatou o que lhe aconteceu a um grupo de trabalho que deu ênfase as diversas formas de violência específica contra as mulheres. Talvez, por isso, BM90 tenha sido mais detalhista ao narrar o que os agentes diziam sobre seu corpo e sua possível conduta sexual por ser

³⁴² CEIEP/RS: 6874-1200/98-7.

³⁴³ CNV: 00092.000960/2014-00.

estudante da USP, o que permite constatar os arquétipos estabelecidos nas sociedades machistas, ao classificá-la como uma mulher “vulgar” que poderia ter doenças sexualmente transmissíveis.

Em outro caso, BM20 relatou à Ceiep/RS que o torturador Paulo Malhães ejaculou enquanto ela e seu namorado recebiam simultaneamente choques:

O que mais me chocava era que, alguns destes torturadores demonstravam claramente que sentiam prazer em torturar. Um deles, oficial do exército, carioca, conhecido pelo codinome de Malhães (não sei qual o seu verdadeiro nome) chegou a ejacular nas sessões e ria³⁴⁴.

Sobre a masturbação é possível identificar esta conduta perversa de certos agentes. Houve casos de masturbação, seguido de ejaculação, enquanto presas e presos eram torturados, como aconteceu com a brasileira BM115:

Em uma dessas sessões um torturador da Operação Bandeirantes, que tinha o nome de Mangabeira ou Gaeta, ele, eu amarrada na cadeira do dragão, ele se masturbando e jogando a porra em cima do meu corpo. Eu não gosto de falar disso, mas eu vejo a importância desse momento de tratar a verdade de gênero pensando nessas desigualdades entre homens e mulheres em que esses agentes do Estado, os repressores, usaram dessa desigualdade para nos torturar mais, de uma certa forma de usar essa condição nossa, nós fomos torturadas com violência sexual³⁴⁵.

No relato de BM20 percebe-se que ela via Malhães como um sádico, pois ele “chegou a ejacular nas sessões e ria” (o que provavelmente ocorreu) deixou de lado outras possíveis questões, diferentemente de BM115, que refletiu sobre a utilização da violência sexual para subjugar as mulheres. Também precisamos levar em conta a temporalidade dos relatos. A primeira prestou depoimento à Ceiep/RS, em meados dos anos de 1990; a segunda depôs à Comissão Estadual de São Paulo em 2013. BM115 é hoje uma notória feminista e lutadora pelo direito das mulheres. Tornou-se uma intelectual que fala sobre gênero, machismo, raça e classe. Esta compreensão do agora, de certa forma, influenciou no seu depoimento que está marcado por uma determinada militância, porém os fatos narrados sobre tortura e violência sexual são imodificáveis. Talvez, a única coisa que se modificou foi a compreensão que ela adquiriu, ao longo dos anos, sobre o que lhe aconteceu, “bebendo” em referências teóricas feministas e na troca de experiências com outras mulheres em situação semelhante.

Os dois últimos depoimentos relacionam a masturbação com a tortura, ou seja, um prazer sádico: sentir-se excitado vendo o sofrimento de outra pessoa. Embora possam ser situações excepcionais, não significa que outras pessoas não tenham passado pela mesma

³⁴⁴ CEIEP/RS: 6847-1200/98-0.

³⁴⁵ CNV: 00092.000600/2013-19.

experiência. Nos documentos da Argentina não foram encontradas denúncias de homens se masturbando e ejaculando enquanto a vítima estava sendo torturada. Todavia, foram identificadas denúncias de repressores que se masturbavam olhando as sequestradas que além de nuas, estavam em condição de submissão, dor e sofrimento. Isso ocorreu tanto no Brasil quanto na Argentina. A argentina AM41 disse o seguinte em julgamento: “queen una oportunidad fue conducida al baño y que cuando se encontraba junto a un guardia en el patio, este la manoseó contra una pared y luego se masturbó frente a ella.”³⁴⁶ Semelhante situação passou a brasileira BM101, na Oban, em 1971:

À noite os guardas ficavam se masturbando ali na nossa frente nas grades, era uma coisa, eu me sentia uma pessoa presa numa gaiola como se tivesse num zoológico, era exatamente assim que eu me sentia. A gente ficava mal, dizendo obscenidades, eles faziam como eles bem queriam lá, e a gente não tinha para quem se queixar.³⁴⁷

Portanto, constata-se a existência de um prazer sádico desses homens quando viam as detidas na condição de indefesas e humilhadas. Sentiam prazer em vê-las nuas e exibiam-se sexualmente masturbando-se e mostrando o pênis. Até os dias de hoje existem denúncias de mulheres assediadas, na rua, por homens que se masturbam em público e ejaculam em seus corpos. Fato concreto da vigência de uma cultura machista e de estupro.

Sobre os estupros que ocorreram nos espaços de tortura do Brasil e nos CCD da Argentina é preciso fazer algumas precisões. Várias mulheres relataram ter sofrido estupro, outras apenas mencionaram ter tido o corpo invadido por objetos, mãos, etc. Entretanto, houve casos de mulheres violentadas na frente do esposo, companheiro ou de algum homem que tivesse alguma relação pessoal com elas. Essa foi a situação da esposa de AH7, segundo a descrição no documento jurídico do CCD D2 de Mendoza:

[AM59] fue violada y su pareja [AH7] obligado a hacerle tocamientos [...]. Cree recordar que esta señora estaba embarazada, tuvo muchas pérdidas y perdió el embarazo como consecuencias de las picanas que había recibido [...]. Agrega que en el D2 no solo se aplicó la tortura sino que también fue muy grave la situación en relación a los ataques sexuales a las personas que se encontraban detenidas en ese lugar. Los ataques sexuales fueron una forma más de tortura aplicada, no solo respecto de quienes eran atacados sino también de quienes tenían que escuchar y ver los delitos sexuales en el D2 [...]. Refiere que no solo fueron atacadas sexualmente las mujeres, también algunos hombres que estuvieron en el D2. [...] En ese lugar, [AM59] soportó –al igual que sus compañeras– todo tipo de torturas, sobretudo las violaciones, durante las que permanecía vendada y que se repetían varias veces al día y por “cuanto señor estuviera de turno”. Refiere que después de tantas violaciones, no podía caminar. Dice además que la colgaban de una puerta para que su compañero la viera.³⁴⁸

³⁴⁶ Fundamentos sentencia – 1487, Vesubio, p. 638.

³⁴⁷ CNV: 00092.001145/2014-50.

³⁴⁸ Fundamentos sentencia - 3er juicio - N° 075-M, FURIO ETCHEVERRI – MENDOZA. p. 462.

Conforme a descrição do que aconteceu neste CCD verifica-se que havia situações em que o casal, sequestrado junto, acabava sofrendo tortura simultânea. Em muitas ocasiões, os torturadores abusavam sexualmente da mulher na frente do homem ou o obrigavam a ouvir os gritos daquela para quebrar a sua moral. Este tipo de violência não ficou restrita a casais, também aconteceu entre familiares. No informe *Nunca Más* da CONADEP há o relato de um pai, o Dr. Liwsky, sequestrado em 5 de abril de 1978, em Buenos Aires. De todas as torturas que sofreu destacou no seu relato como os agentes usaram sua família para aterrorizá-lo psicologicamente:

En algún momento estando boca abajo en la mesa de tortura, sosteniéndome la cabeza fijamente, me sacaron la venda de los ojos y me mostraron un trapo manchado de sangre. Me preguntaron si lo reconocía y, sin esperar mucho la respuesta, que no tenía porque era irreconocible (además de tener muy afectada la vista) me dijeron que era una bombacha de mi mujer. [...] Incluso la vez que mostrándome otros trapos ensangrentados, me dijeron que eran las bombachitas de mis hijas. Y me preguntaron si quería que las torturaran conmigo o separado³⁴⁹.

Como se vê, muitos estupros ou situações, como no caso acima citado, ocorreram de forma proposital. Usava-se a violência sexual também para atingir os homens que tinham vinculação pessoal com as mulheres detidas. Outra situação encontrada é a de violações coletivas. Não foram muitas, mas a descrição do ocorrido é impactante. Por fim, mas não menos importante, houve casos (poucos) que o livro “Putas y Guerrilleras”³⁵⁰ já havia denunciado como de escravas sexuais. Há casos de mulheres submetidas a esta condição para servir a um único agente e outras colocadas à “disposição” da tropa, feito um botim de guerra. Portanto, é sobre estes casos de violações, violações sistemáticas, violações coletivas e escravidão sexual que iremos ater de forma mais específica.

Com relação às denúncias de violações/estupros foram encontrados 15 casos de brasileiras e 25 de argentinas³⁵¹. Para analisar as especificidades deste tipo de violência, iniciamos com fatos de mulheres violadas com objeto ou mãos, como aconteceu com a brasileira BM20, apresentada anteriormente, agredida por “revista íntima” ao ingressar no presídio feminino de Porto Alegre, em 1971:

[...] lá ela me fez tirar toda a roupa e ficar nua. Dizia que tinha que ‘fazer a revista’ meteu os dedos na minha vagina e ânus. O comportamento e a expressão nos olhos daquela mulher me causaram medo [...]. Não havia sentido nenhum ela me examinar daquela forma. Eu estava presa lá quase um mês! Felizmente ela foi embora e me

³⁴⁹ ARGENTINA, op. cit., pp. 29-30.

³⁵⁰ LEWIN; WORNART. op. cit., pp. 88-100.

³⁵¹ Destacamos que anteriormente, na página 169, indicamos cerca de 50 casos de denúncias de estupro ou tentativa de estupro, porém com relação ao estupro consumado foram 40 casos que afirmaram no depoimento ou testemunho.

deixou ali na cela³⁵².

Situação semelhante ocorreu com BM52, presa em 1971 no Dops de Porto Alegre e levada para o mesmo presídio feminino: “fui submetida a toda sorte de constrangimentos, sob alegação de periculosidade. Na entrada do presídio, duas carcereiras faziam uma revista ‘íntima’ que consistia em verificar se havia material subversivo escondido no ânus ou na vagina”³⁵³. A prática da revista íntima nos presídios do Brasil continua rotineira até os dias de hoje. No campo do Direito e do Serviço Social apontou-se que tal prática é uma violação que causa constrangimento e humilhação aos presos, às presas e aos seus familiares, também submetidos a essa revista nos dias de visitação. Por isso, é importante considerar o relato de BM20, pois mesmo tendo sido apenas uma “rotina” do presídio, para ela a revista foi uma agressão, uma situa o que lhe causou medo, mesmo sabendo que quem o fazia era outra mulher. Da mesma forma, BM52 também caracterizou tal ato como um “constrangimento”. Ambos os relatos são da década de 1990, momento de maior consciência sobre essas questões: para ambas foi marcante, a ponto de relatarem esse constrangimento e essa humilha o.

O caso da médica BM165, em 1977, no Rio de Janeiro   um pouco diferente, mesmo assim, podemos interpretar como uma forma de viola o:

[...] ela supõe que cinco homens, que a obrigaram a deitar-se, cada um deles a segurando, de braços e pernas abertos; que, enquanto isso, um outro tentava introduzir um objeto de madeira em seu órgão genital; que faziam-na apalpar esse pedaço de madeira, para que visse o tamanho e a grossura, supondo ser um pedaço de vassoura³⁵⁴.

Situa o semelhante ocorreu com a professora BM170 em 1969, em Minas Gerais. Segundo o *Projeto Brasil: Nunca mais*:

[...] a interrogada foi através de um cassete, tentada a viola o de seu órgão genital; que ainda naquela oportunidade os seus torturadores faziam a auto promo o de suas possibilidades na satisfa o de uma mulher, para a interrogada e depois fizeram uma espécie de sorte para que ela, interrogada, escolhesse um deles³⁵⁵.

Da mesma forma, na Argentina, caso semelhante foi relatado por AM31 na causa ESMA:

La testigo [AM31] relatá que durante su cautiverio fue desnudada, revisada en la zona genital y anal, y tamb n que fue violada por los guardias. Agregó que con

³⁵² Ceiep/RS: 6847-1200/98-0.

³⁵³ Ceiep/RS: 4990-1200/98-3.

³⁵⁴ **Projeto Brasil:** Nunca Mais: Tomo V, vol. 3, n  1264, pp. 103-105.

³⁵⁵ **Projeto Brasil:** Nunca Mais. Tomo V, v. 3, n  1284, p. 130.

cada cambio de guardias la volvían a revisar (este caso reviste la increíble particularidad de que a los cinco días la nombrada fue liberada y les informaron que ella y su marido habían sido detenidos por error)³⁵⁶.

Podemos perceber que nos quatro casos citados há semelhanças no que diz respeito a esses abusos tenham sido uma “revista” fortemente registrada na memória das ex-presas. Os agentes repressores no Brasil e na Argentina usaram esse tipo de abuso para se aproveitar das sequestradas. Há outros depoimentos que citam “exames” ginecológicos realizados por agentes que se diziam médicos ou enfermeiros, o que até poderia ser verdade, mas que não deixa de ser outra forma de abuso. BM45 fez a seguinte observação sobre esta situação: “Éramos obrigadas a aceitar, por exemplo, que um enfermeiro (psicopata) nos depilasse as pernas, com a perspectiva daquela gilete errar o alvo e na melhor das hipóteses as suas mãos invadirem nossos corpos”³⁵⁷. A argentina AM31, além das revistas sistemáticas, foi violentada por dois guardas em um período de cinco dias em que esteve sequestrada na ESMA. Há casos semelhantes de estupro e abusos cometidos por mais de um agente no Brasil, como denuncia à CNV BM86, quem concedeu entrevista ao GT Ditadura e Gênero:

Essa e mais duas vezes! E foi entre essa vez... a primeira vez e as duas vezes que veio um dos guardas e me levou para o fundo das celas e me violou! Ele falou... uma vez ele falou nessa parede. Ele falou que eu era rica, mas eu tinha a buceta igual de qualquer outra mulher. Ele era horrível. Oh god! Eu nunca contei essa história para mais ninguém. Mas eu sei, trinta e sete anos eu [...].
[Comissão Nacional da Verdade]A introdução de objetos? A manipulação e toque nos seios? Choque elétrico? Eram os três?
[BM86] Eram os três³⁵⁸.

Similar situação enfrentou BM147, formada em Sociologia, ainda durante a ditadura, depôs na justiça militar sobre o estupro que sofreu, quando aos 27 anos foi sequestrada e levada para a Polícia do Exército no Rio de Janeiro. Segundo o auditor:

[...] foi presa no dia 23 de maio do corrente ano³⁵⁹, por dois indivíduos que a encapuçaram e levaram para local ignorado; que neste local a depoente se despira, recebendo severas ameaças; neste local, ficou dois dias sem comer e sem beber, respondendo sempre a vários interrogatórios e, no terceiro dia, foi para o local chamado “Geladeira”, com sons de alta frequência; neste local a depoente ficou desacordada e sofreu várias hemorragias; que, além de ser ameaçada, ser violentada por um indivíduo desconhecido, foi, em seguida, levada à presença do encarregado do inquérito [...] ³⁶⁰.

Nessa mesma linha há a situação vivida por BM11, sequestrada em agosto de 1964 e

³⁵⁶ Fundamentos sentencia N° 1270 - Donda y otros –ESMA, pp. 721-723.

³⁵⁷ Ceiep/RS: 6407-1200/98-0.

³⁵⁸ Depoimento CNV: 00092.000107/2014-80.

³⁵⁹ O ano que ela foi sequestrada não está legível na fonte.

³⁶⁰ *Projeto Brasil: Nunca Mais*, Tomo V, v. 2, A tortura, n°: 1075 p. 717.

levada para o Dops de Porto Alegre:

Passei o 24 de agosto sob interrogatório, ameaças drásticas e ofensas pesadas. Não foram poupados palavrões e agressões verbais: puta, vagabunda, vadia e outros termos ofensivos introduziam cada pergunta ou frase dos interrogadores. Isto prosseguiu durante todo o dia, sem qualquer pausa, levando-me a um estado de extrema exaustão, ao que se somava a falta de alimento e de sono, além da preocupação com a saúde de minha filha. Já tarde da noite desse dia 24, fui levada para uma sala às escuras e deixada só. Eu estava há 40 horas sem dormir, exausta e com fome. Caí numa semiconsciência, até a entrada de dois indivíduos, aos gritos de que agora eu responderia a tudo o que eles queriam saber. [...] Não posso determinar o momento em que começaram a agredir-me sexualmente, pois perdi os sentidos, e só mais tarde, pelas evidentes marcas deixadas em meu corpo, pude constatar estupro com sevícias³⁶¹.

Acrescenta-se nesse processo a observação de que a vítima contraiu doença sexualmente transmissível e que ficou com cicatrizes no seu órgão sexual e seios. O drama de BM11 vai muito além do que pode ser considerado trauma padrão. Após a situação narrada, percebeu que estava grávida e, por questões morais dela e do marido, entregou a criança para adoção, por acreditar que esta era filha do estupro. Entretanto, segundo menciona no relato do processo, anos depois reencontrou a criança, já adulta, e soube que era, de fato, filho de seu marido e não de seus violadores. Nos quatro casos (AM31, BM86, BM147 e BM11) o estupro foi consumado por um ou mais de um violador. Estas mulheres, em tempos diferentes, acabaram denunciando o que lhes ocorreu, confirmando que muitas das detidas acabavam sendo estupradas na sequência da tortura. Exceto BM11, que relatou o que lhe ocorreu em meados da década de 1990, as demais brasileiras e a argentina o fizeram no século XXI, momento em que as demandas sociais sobre a violência contra as mulheres ganharam maior relevância. Efetivamente, mesmo que o Direito Internacional tenha reconhecido que estupro cometido por forças armadas se configuram como crimes de lesa humanidade, na segunda metade da década de 1990 as interpretações dos acontecimentos sobre esta problemática ganharam mais notoriedade a partir dos anos 2000.

Em quantidade de casos, foram encontrados relatos de estupro coletivo somente na Argentina³⁶². Conforme a documentação analisada foi possível identificar 20 casos, considerando as modalidades constatadas pode-se abrir mais uma classificação: felação forçada e coletiva³⁶³. Na mesma situação em que mulheres sequestradas eram violentadas de

³⁶¹ CEIEP/RS: 0889-1200/98-9.

³⁶² Na documentação analisada referente ao Brasil não foi encontrado nenhum relato que a declarante tenha entendido como estupro coletivo. Existem relatos de abusos, tortura sexual (com introdução de objetos que podem ser interpretados como estupro) cometidos por mais de um agente ao mesmo tempo, mas o entendimento pelas vítimas desses atos não se associam à estupro coletivo.

³⁶³ Designa-se “felação” para violação oral. Entre todos os casos analisados foram encontrados somente dois casos que destacaram a felação forçada e coletiva entre os casos argentinos e um caso entre os citados no

forma coletiva, houve casos em que eram sistematicamente violentadas ao longo do tempo. Por isso, o estupro coletivo por vezes se mistura com a escravidão sexual. No Brasil é plausível avaliar que também tenha ocorrido essa modalidade, embora não se tenha corroborado sua existência na documentação analisada. Cabe ressaltar que o conjunto documental de maior volume para o caso brasileiro são os depoimentos de tortura do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, produzido em período que a ditadura ainda estava vigente apesar de seu definhamento. As pessoas que relataram o que lhes aconteceu ainda viviam sob o impacto do domínio e temor das Forças Armadas. Portanto, muitas podem ter omitido informações por medo ou porque para uma mulher da década de 1980 certos tipos de violência poderiam causar muito constrangimento perante a família, os amigos e a sociedade como um todo, diferentemente em relação à mulheres argentinas que prestavam depoimento à CONADEP, que embora seja contemporânea ao projeto brasileiro, teve existência oficial, com apoio institucional da presidência da República e em democracia. Podemos inferir que para as brasileiras o silêncio institucional configurou uma situação de desvantagem.

Outra modalidade de violência, que se mostra específica do TDE argentino, segundo atestam os depoimentos das mulheres que foram perseguidas políticas, foi o estupro coletivo e escravidão sexual. Como já foi dito, encontramos 20 casos de estupro coletivo e dois de feação forçada e coletiva. Analisamos alguns desses casos para corroborar quanto este tipo de violência foi praticado nos CCD da Argentina. Iniciamos citando AM6, sequestrada em 1976 e levada para a base naval de Puerto Belgrano, que relatou inúmeras violações de direitos humanos que sofreu neste CCD, inclusive estupro coletivo:

Vino uno y dijo ‘somo cinco tipos, vas a tener relación con todos y vas a decir que sos feliz [...]’. Al ratito vino uno, no sé si estará aca atrás mio y me dijo ‘cualquier cosa que te pase decime que yo soy el Cristiano, yo te voy a ayudar’. Yo le conté que habían venido cinco tipos y me dijéron esto. Él me dijo ‘no me cuentes, que a lo mejor fui yo’³⁶⁴.

Em situação semelhante, outras duas jovens, em 1979, em um dos CCD da cidade de Rosário passaram por experiências similares:

Una vez desnuda la dicente fue tirada sobre el elástico más cercano a la puerta; en los otros dos estaban desnudas dos jóvenes mujeres, [María³⁶⁵](de unos 17 años) y su hermana [Ana] (de unos 22 años), a las que reconoció [...]. Con otra picana comenzaron a recorrerle el cuerpo a la dicente, comenzando por la cabeza, los ojos, los brazos, los pechos, los genitales y ano, en fin, en todo el cuerpo [...]. De inmediato violaron a [Maria], luego [Ana] y a la declarante, haciéndolo sucesivamente todos los torturadores y custódios que estaban presentes, los cuales se

Informe da CVJ do Paraguai. Considera-se que este ato é, também, uma forma de estupro.

³⁶⁴ Fundo CONADEP: casos anônimos.

³⁶⁵ Eventualmente, para substituir o nome cuja divulgação não foi autorizada usar-se-ão nomes fictícios.

llamaban entre si por apodos tales como ‘flaco’, ‘negro’, etc. [...]. Aclara que a la dicente la violaron también por via anal, para lo cual previamente le introdujeron un palo en el ano diciendo que así sería mejor y podría notar la diferencia con sus penes. [...] Esta sesión de violación y tortura colectiva no sabe con precisión cuánto duro, porque la declarante perdió el conocimiento reiteradamente [...]. Los tres primeros dijeron: ‘A [Maria], que estaba muy buena, iban a regalarnos al Batallón de Infantería’. En estas ocasiones no puede decirse que hubiera interrogatorios: se trataba de violaciones colectivas y de sesiones de tortura [...]³⁶⁶.

Podemos ver que AM16 além de ser vítima de estupro coletivo presenciou o estupro de outras duas mulheres, irmãs, uma de 17 anos e outra de 22. María, a mais jovem, foi entregue feito um botim ao Batalhão de Infantaria, por ser considerada a mais atraente sexualmente (muy buena). Da mesma forma AM42 relatou o que aconteceu a ela e a uma companheira de cativo:

[...] mencionó que a lo largo de su detención, por lo menos en seis oportunidades fue retirada de las cuchas por los guardias y conducida a la enfermería para ser violada por todas las personas que se encontraban allí. Y refirió que ello mismo ocurrió con otras detenidas, en especial con una chica [...] cuyo nombre era [AM48]³⁶⁷.

Verifica-se, neste caso, que ambas foram levadas para a enfermaria, provavelmente em distintos momentos, para serem violadas, não por um agente apenas, mas por muitos dos que estavam no CCD Vesubio. Nos documentos jurídicos deste CCD destacamos 11 casos de mulheres, porém, provavelmente o número seja maior. Vesubio fica localizado na cidade de La Tablada, província de Buenos Aires e funcionou de 1975 a 1979. Segundo o portal *Desaparecidos*³⁶⁸, os prédios onde funcionavam a chefatura, enfermaria e cucha foram demolidos antes da visita da Comissão de Direitos Humanos da OEA, em setembro de 1979.

Com relação às mulheres submetidas à escravidão sexual, além de AM42 e AM48 existe o caso de AM52, quem testemunhou fatos acontecidos com AM51 no CCD La Cueva, a 1500 metros da Base Aérea de Mar del Plata, província de Buenos Aires. Este CCD possuía uma construção subterrânea sobre a qual havia uma torre de um velho radar. As pessoas detidas registram que ao ingressarem no recinto tinham que descer uma escada que levava para o subterrâneo. Tendo funcionado entre 1975 e 1978 passaram por este local cerca de 200 pessoas. O espaço ainda é utilizado pela Força Aérea para instrução e depósito³⁶⁹. Segundo o portal *Desaparecidos*³⁷⁰ o espaço era muito pequeno, cerca de 50 metros quadrados, homens e mulheres aqui sequestrados e sequestradas sofreram terríveis violações de direitos humanos.

³⁶⁶ Fundo CADHU: casos anônimos.

³⁶⁷ Fundamentos sentencia – 1487 – Causa Vesubio, p. 639.

³⁶⁸ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/> Acesso 15 agosto 2018.

³⁶⁹ Sobre La Cueva ver o portal Desaparecidos. Disponível em:

<<http://www.desaparecidos.org/arg/centros/cueva/>> acesso em jan. de 2018.

³⁷⁰ Disponível em: <http://www.desaparecidos.org/arg/> Acesso em: 15 agosto 2018.

[AM51] estuvo allí con [AM52], que se trataba de una mujer humilde que trabaja en tareas domésticas [...]. Que era habitualmente violada y durante su cautiverio, sus captores, la habían reducido a un estado total de servidumbre³⁷¹.

Tudo indica que AM52 além de ser colocada na condição de escrava sexual dos torturadores também era utilizada para outras tarefas e trabalhos serviçais. No livro “Putas y Guerrilleras”, já mencionado, as autoras apresentam a história de AM52 e de uma jovem de 18 anos que vivia neste mesmo centro e que tinha de permanecer o tempo todo bem vestida, perfumada e maquiada. Segundo as autoras, a jovem era a prostituta e AM52 era a doméstica. Ambas foram trasladadas e constam até hoje na lista de pessoas desaparecidas³⁷². Na mesma obra há a história de AM21, feita escrava sexual de Jorge (El Tigre) Acosta na ESMA. Segundo as autoras, ele a levava, às vezes, para um apartamento no bairro Belgrado, na Zona Norte da cidade de Buenos Aires próximo ao CCD ESMA³⁷³. Porém, ao analisar a documentação da causa ESMA e do julgamento de Acosta não foram encontrados dados sobre a escravidão sexual de AM21. Entretanto, todas as demais informações relacionadas a esta sobrevivente se confirmam, inclusive o fato dela realizar trabalho escravo na ESMA e nas oficinas da cidade de Cerrito, a 1200 quilômetros de Buenos Aires, como datilógrafa³⁷⁴. Há nos autos uma declaração que indicam situações que possam ter ocorrido abusos sexuais: “También fue compelida a salir en los denominados ‘paseos’ con el objetivo de señalar compañeros de militancia y obligada a comer afuera con sus captores. Mas sobre escravidão sexual, tudo indica que há um possível silêncio desta situação. Voltaremos a aborda-lá no terceiro capítulo.

No CCD D2 de Santiago del Estero também há denúncias de escravidão sexual. AH5 foi ex-presos político deste centro e testemunha o que acontecia com as sequestradas, enquanto esteve confinado nesse local: “relata al Tribunal que mientras estuvo detenido en la DIP, era una práctica común que los guardias entraran y violaran a las compañeras. A veces lo hacían delante de ellos y las escuchaba gritar. Era gente enferma que entraba a violar mujeres atadas y vendadas [...]”³⁷⁵. Na mesma linha de testemunho o ex-presos político AH6 testemunhou o que aconteceu no CCD D2 de Mendoza:

Explica que especialmente la mujeres detenidas padecieron violaciones y abusos sexuales, y que deben ser comprendidos como violaciones de género. Resalta que no

³⁷¹ Fundamentos Sentencia - N° 2278 - 2301 - 2380 - 2405 - Arrillaga, Marquiegui y otros - COMISARIA 4TA Y LA CUEVA - Mar del Plata. p. 382.

³⁷² LEWIN; WORNART. op. cit., pp.75-102.

³⁷³ Ibid., p. 148

³⁷⁴ Ver sentença de Jorge Eduardo Acosta: Rpta CNCP n° 1270 - Donda y otros -ESMA -TOF 5

³⁷⁵ Fundamentos sentencia –n° 960-11, ALIENDRO - STGO DEL ESTERO. p. 130.

fueron prácticas aisladas de agentes de la represión con desviaciones individuales, sino torturas específicas hacia las mujeres, en un sistema que hizo posible y amparó estas atrocidades³⁷⁶.

Segundo os testemunhos destes dois ex-presos é perceptível que as violações sexuais contra as mulheres, nos mais distintos espaços de detenção espalhados pela Argentina, foram sistemáticas e não casos isolados e que várias das detidas foram feitas de escravas sexuais dos agentes. Com raras exceções, a grande maioria dessas mulheres, na condição de escravas sexuais, estavam à disposição da tropa sem distinção de quem tinha o domínio. Outro testemunho, o de AM60, também no CCD D2 em Mendoza, confirma a total falta de limites entre os repressores:

Dice que las primeras violaciones se resistía, gritaba, lloraba luego era lo mismo porque la ataban de pies y manos, después dejó de gritar, luego de llorar, y después su alma no estaba ahí, esto fue durante nueve meses. Empezó a conocer los perfumes de los milicos que la violaban, los ruidos de las llaves, sabía cuándo la venían a violar por los ruidos de las llaves, la violaban en la sala de tortura, en la celda, en el baño, conocía cada detalle del D2³⁷⁷.

O relato de AM61 apontou na mesma direção:

Agregó que a los dos días de su detención fue violada por un integrante del grupo operativo de ese lugar, en una casa a la que fue trasladada, vendada a ese fin, amén de los constantes acosos sexuales a los que fue sometida durante su estadía en La Perla³⁷⁸.

Há situações testemunhadas à CONADEP ou nos julgamentos que, mesmo diante de tantas atrocidades, espantam ainda muito mais. Por exemplo, em 1976, no Regimento de Montaría de Montaña 29, o ex-presos político AH4 testemunhou a seguinte situação:

[...] que colocan la frazada con el cuerpo de una persona joven, del sexo femenino y que el dicente reconoce como [Paola] que dicha persona se encontraba viva, pero en muy mal estado físico y psíquico. Que se encontraba totalmente desnuda y con marcas visibles de haber sido brutalmente golpeada y torturada. Que se encontraba pelada, con heridas en el cráneo, en la vagina y en los pechos. [...] Que presume que luego murió. Que una vez muerta, entraban soldados y vejaban el cadáver de [Paola]. Que esto se repitió muchas veces, tantas que dejaron un charco de semen junto al cadáver.³⁷⁹

Esse fato pode ser um caso excepcional, mas isso ocorreu em um espaço do governo, portanto, período militar oficial, com soldados e certamente oficiais junto ou dando cobertura - em um lugar, por excelência, de hierarquia e obediência -, com regras, regulamentos e normativas burocratizando a rotina do quartel. No TDE não há limite para o horror. Torturar,

³⁷⁶ Fundamentos sentencia – 2 do juicio 1 -Nº 001-M, MENÉNDEZ SANCHEZ y otros. p. 14.

³⁷⁷ Fundamentos sentencia – 3 er juicio - Nº 075-M, FURIO ETCHEVERRI – MENDOZA, p. 454.

³⁷⁸ Fundamentos Sentencia Menedez y otros - La Perla, p. 293.

³⁷⁹ Fundo CONADEP: casos anônimos.

abusar, violar e matar pode não ser suficiente ou o limite. O corpo de uma jovem assassinada pode ser profanado por diversas vezes pelos soldados que lutam contra o “inimigo interno” nos marcos de uma doutrina superior e pretensamente civilizada. Corpos torturados, corpos decapitados (como no Araguaia), corpos desaparecidos, ultrajados, profanados. O relato de AH4 expressa uma situação repugnante, difícil de ser analisada ante tamanha barbárie. É claro que houve psicopatas entre os comandos repressivos do Cone Sul da SN, entretantes, a questão central está localizada na racionalidade do sistema, mesmo no seu caráter mais destrutivo. O TDE estimulou que, em termos de violência, se cometesse de tudo nos espaços de confinamento. A certeza da impunidade garantiu esses atos desumanos e insólitos.

Ainda sobre casos surreais destaca-se o sucedido com AM62 e AM63, sequestradas na casa da última e levadas para o CCD La Perla onde sofreram inúmeras agressões físicas e psicológicas que, inclusive, levou AM63 a um hospital do exército diante de seu quadro de saúde profundamente deteriorado (após sua melhora foi devolvida a La Perla onde voltou a ser torturada e violada). Este trecho foi extraído dos fundamentos da sentença de La Perla:

[...] al llegar a las dependencias del D2, le tomaron sus datos personales, le vendaron los ojos y la llevaron a una especie de patio abierto donde había distintas habitaciones, permaneciendo allí por cuatro días y medio donde fue torturada y violada sin que la víctima haya podido reconocer a ninguno de ellos [...]. Posteriormente son trasladadas a la sede de la D2 donde además de ser interrogadas y sometidas a tormentos, en particular, ambas víctimas fueron sacadas al patio, desnudadas y manoseadas violentamente por un grupo de personas, tras lo cual, AM62 fue obligada a succionarle el pene al policía Tissera, mientras era sujeta por otros y también obligada a tragar el semen, bajo coacción. Así, consideramos que en el caso de los hechos acaecidos en el domicilio, donde AM63 fue obligada con violencia, a succionarle el pene a tres policías, se han configurado tres hechos de abuso deshonesto, en tanto se constata la existencia de tres episodios de sexo oral bajo violencia, sin acceso carnal³⁸⁰. En el marco de las detenciones sufridas por las víctimas del caso N° 112, éstas fueron abusadas por el acusado, entre otros, mientras se hallaban indefensas en manos de personal policial, siendo humilladas, ultrajadas, manoseadas y obligadas a practicar sexo oral a un grupo de policías en varias oportunidades (seis)³⁸¹.

Através deste testemunho podem-se destacar vários elementos que envolvem violência sexual. As duas mulheres passaram por terríveis agressões para além do que pode ser considerado repugnante. Além de suportarem quatro dias de violações e torturas, foram obrigadas a praticar felação coletiva e engolir o sêmen dos seus algozes, colocando-as numa condição de completa submissão e desestruturação física, psíquica e moral, por seis vezes.

Por fim, ainda sobre escravidão sexual, examina-se a denúncia de AM4 à CONADEP:

[...] estuve como 3 semanas allí (me violaron, torturaron, etc), luego me llevaron a

³⁸⁰ Ibid., p. 4288.

³⁸¹ Ibid., p. 4394.

un lugar que era una casa particular donde comían los policías, allí pase de todo desde torturas, violaciones, etc [...]. En febrero conocí un oficial que supuestamente me iba a ayudar a salir de ahí, pero solo abuso de mi. Este oficial se llamaba Hugo Orlando Mena, yo me quede embarazada de este oficial [...]. Así fue que un día llegó el comisario en noviembre de 1977, me entregó a un empresario [...] y me dijo que tenía que estar con el o sino seguiría detenida, después me enteré que me había vendido porque lo vi como 3 veces y no lo vi mas hasta 1983 que me dijo que jamás lo denuncie porque si denunciaba no duraría ni 24 horas viva³⁸².

Esta situação é singular. Cada caso apresentado tem suas especificidades, mesmo que se assemelhem com o de outras vítimas. Talvez a história de AM4 se aproxime do que aconteceu com a uruguaia Rosa (que apresentamos no primeiro capítulo). Sabe-se que AM4 foi sequestrada, violada e levada para uma casa “privada” dos policiais onde foi objeto de diversas violências e abusos sexuais. AM4 acreditou que um de seus algozes iria “salvá-la”, mas este se aproveitou de sua fragilidade enquanto estava na condição de refém e escrava sexual e a violou também. A consequência da violação foi a gravidez. Passado certo tempo ela foi vendida, feita uma escrava, para um empresário que só a viu três vezes entre 1977 e 1983. Tudo indica que ficou em liberdade vigiada, permanecendo em silêncio até acabar a ditadura, quando fez o relato à CONADEP. No documento não há menção se ficou com o filho, nem registros sobre as sequelas emocionais do que lhe aconteceu.

Nos últimos anos têm havido na Argentina um debate envolvendo a experiência das mulheres que foram submetidas à escravidão. Trata-se de algo muito polêmico, delicado e divide opiniões. Por um lado, questiona-se qual o limite para a sobrevivência no interior de um CCD. Miriam Lewin e Olga Wornat destacam este debate em seu livro e uma das justificativas que arrolam defende que há casos de mulheres que foram estupradas sistematicamente por um ou mais de um agente - o que configura o delito de escravidão sexual, mas, mesmo assim, acabaram executadas e/ou desaparecidas, outras sobreviveram. As autoras argumentam que àquelas mulheres que estavam na condição de reféns em tempo integral, não tinham capacidade de opção, de decidir e, muito menos, de garantir a sobrevivência. Da mesma forma que houve quem saía com agentes para reconhecer e entregar companheiros de militância nas ruas (atos de “marcação”), outros foram submetidos a trabalho escravo. Lewin e Wornat têm uma opinião precisa a esse respeito: na condição em que se encontravam as vítimas não havia margem de escolha. Tal afirmação não significa negar que, mesmo em um CCD, os prisioneiros tenham tentado fugir, resistir, sobreviver. Sobreviver e resistir faz parte da essência humana. Porém, na Argentina, muitas mulheres se sentem marginalizadas nos dias de hoje porque confessaram o que passaram nas mãos do

³⁸² Fundo CONADEP: casos anônimos.

sistema repressivo e como, especialmente, foram alvos de ataques sexuais. Esta estigmatização constrói a imagem de uma militante traidora e/ou que virou amante dos militares e explica a perpetuação do silêncio entre as vítimas e a impunidade até bem pouco tempo atrás.

Por fim, um dos únicos casos brasileiros encontrados até o presente momento que guarda certa semelhança com a escravidão sexual constatada na Argentina é o que vivenciou a ex-presa política, hoje falecida, Inês Etienne Romeu, que ficou sequestrada no CCD Casa da Morte, na cidade de Petrópolis (Rio Janeiro). Em 1979 Inês, última presa política a ser liberada no país, denunciou as torturas que sofreu à Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Inês sofrera inúmeras violações de direitos humanos e, dentre elas, a violência sexual. Segue parte do seu relato concedido à OAB:

Espancaram-me no rosto, até ficar desfigurada. A qualquer hora do dia ou da noite sofria agressões físicas e morais. “Márcio” invadia minha cela para “examinar” meu ânus e verificar se “Camarão” havia praticado sodomia comigo. Este mesmo “Márcio” obrigou-me a segurar em seu pênis enquanto se contorcia obscenamente. Durante este período fui estuprada duas vezes por Camarão e era obrigada a limpar a cozinha completamente nua, ouvindo gracejos e obscenidades, os mais grosseiros³⁸³.

Tudo indica que havia uma competição entre “Márcio” e “Camarão” pelo corpo de Inês, um território em disputa. Além disso, como algumas argentinas, foi forçada a realizar trabalhos domésticos. Vale ressaltar que Inês foi a única sobrevivente da Casa da Morte e graças ao seu corajoso depoimento foi possível, anos depois, que a CNV identificasse esse CCD, cerca de 20 pessoas estiveram sequestradas e saíram sem vida³⁸⁴. A Casa da Morte funcionou como CCD coordenado pelo Centro de Informações do Exército (Ciex) no início de 1970. Em fevereiro de 2014, um pouco antes da sua morte³⁸⁵, Paulo Malhões confessou à CNV que havia sido um dos integrantes da Casa da Morte e que a considerava um “laboratório” para ações mais violentas. Malhões relatou que se tornou um especialista em

³⁸³ Ordem dos Advogados do Brasil. Conselho Federal: Comissão de Direitos Humanos. Assunto: tortura praticada pela Polícia Civil, Inês Etienne Romeu. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/doc/DEPOIMENTO_INES.pdf>. Acesso em: out. 2015.

³⁸⁴ Aluisio Palhano, Antônio Joaquim de Souza Machado, Ana Rosa Kucinski, Carlos Soares Alberto de Freitas, Celso Gilberto de Oliveira, David Capistrano Costa, Gerson Thedoro de Oliveira, Heleny Ferreira Telles Guariba, Issami Okamo, Ivan Mota Dias, José Raimundo Costa, José Roman, Mariano Joaquim da Silva, Marilena Villas Boas, Maurício Guilherme da Silveira, Paulo de Tarso Celestino, Rubens Beirodt Paiva, Thomaz Antônio Meireles, Víctor Luiz Papandreu, Walter de Souza Ribeiro, Walter Ribeiro Novaes e Wilson Silva, são os nomes listados. Disponível em: <<http://cartografiasdaditadura.org.br/mapa/casa-da-morte/>>. Acesso em: jan. de 2018.

³⁸⁵ Paulo Malhões morreu, estranhamente, em 25 de abril de 2014, na sua casa, após um assalto e dois meses após fazer uma série de denúncias sobre o sistema repressivo da ditadura de SN no Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e2SnsSYG7O0>>. Acesso em: jan. de 2018.

transformar sequestrados políticos em colaboradores do regime ditatorial.

Figura 5 - Casa da Morte em Petrópolis/RJ



Fonte: Acervo da autora.

No conjunto documental analisado encontra-se poucos casos de mulheres que relataram ter engravidado devido aos estupros sofridos, mas especulamos que isso pode ter ocorrido, como o caso citado da brasileira estuprada no Dops de Porto Alegre em 1964 e que acreditou, por muitos anos, ter ficado grávida dos algozes. Há também a possibilidade de mulheres terem ficado grávidas nos CCD da Argentina, mas que, mesmo assim, foram *transladadas* (desaparecidas), com o feto ou, simplesmente, após o nascimento da criança, cuja existência posterior se perde nos labirintos da rede de roubos de bebês e apropriação de identidades. Os agentes acreditavam que dessa forma “se impedia que as militantes exercessem o papel de mãe, o que, segundo a visão de mundo defendida pelos repressores, era a função essencial da mulher na sociedade”³⁸⁶.

A condição da maternidade foi muito explorada pelos órgãos repressivos das ditaduras de SN do Cone Sul. Se uma mulher não estava grávida sofria a ameaça de nunca mais parir, ameaçando-a de lhe tirar a possibilidade de um dia ser mãe. Os torturadores utilizaram o choque elétrico dentro da vagina das mulheres, por ser uma região sensível, mas também para deixá-las estéreis. Há relatos de mulheres sobreviventes onde se afirma essa intenção dos agentes. É o caso de BM103, que relatou que foi torturada com choques elétricos em uma

³⁸⁶ JOFFILY, op. cit., p. 228.

cadeira ginecológica e que seu torturador proferiu a seguinte frase: “Isso é pra você nunca mais botar comunista no mundo”³⁸⁷. Felizmente, muitas sobreviventes relataram que uma das primeiras coisas que fizeram após conquistar a liberdade foi ter filhos, como um gesto simbólico de que os repressores não venceram, mas elas, sim.

Não foram poucos os casos de mulheres que, estando grávidas no momento do sequestro, sofreram ameaças de que abortariam ou teriam seu bebê roubado após o nascimento. As que já eram mães sofreram diversos tipos de tortura psicológica, o que pode ser denominado de violência contra a maternidade, também inserida no campo da violência de gênero. Muitas mães ouviam dos repressores que seus filhos seriam torturados, assassinados, entregues a entidades de órfãos ou abusados sexualmente. Outras não puderam impedir que seus filhos presenciassem cenas terríveis, como assistir mães e pais serem torturados ou com o corpo todo machucado³⁸⁸. Esta situação ocorreu com BM115, que foi torturada junto ao seu marido, pai de seus dois filhos. Segundo o relato do marido de BM115 as crianças presenciaram o estado dos pais:

Meu filho [E.L.T.], de 4 anos, ao nos ver, eu e a minha esposa torturados, perguntou-me: Por que vocês estão verdes? As crianças ficaram perambulando pelos corredores da OBAN durante alguns dias, vendo os presos, inclusive os pais, entrarem e saírem das salas de tortura e ouvindo seus gritos de dor.[...] Nós pudemos perceber que os policiais tentaram interrogar as crianças sobre as pessoas que freqüentavam nossa casa. Mais tarde, um dos interrogadores comentou conosco que “os comunistas doutrina até crianças, pois seus filhos não nos prestaram nenhuma informação”³⁸⁹.

Relatos relacionados com a maternidade tanto no Brasil quanto na Argentina foram encontrados de forma significativa. Na documentação brasileira foram identificados 24 casos de mulheres que passaram por situações extremas relacionadas à maternidade. Na Argentina foram 12. Sempre se precisa lembrar que o número de documentos analisados entre um país e outro se diferencia, mas, em ambos os casos, essa violência efetivamente ocorreu. Na Argentina, a apropriação de crianças no contexto da ditadura foi umas de suas principais especificidades repressivas.

Seguindo a tipologia da violência contra as mulheres, a tortura que tinha como objetivo esterilizá-las foi identificada, como no caso de BM5, presa em 1975, aos 25 anos, com quatro meses de gestação e que enfrentou extenso interrogatório com agressões físicas e

³⁸⁷ Depoimento CNV: 000920010192014-03.

³⁸⁸ Sobre este assunto ver a dissertação de mestrado de Luisa Rita Cardoso. CARDOSO, Luisa R. “**Não sei e não quero dizer**”: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em História – UDESC, 2015.

³⁸⁹ Depoimento CNV: 000920001042014-46

psicológicas. No relato à OAB, alegou que foi levada a outra sala onde um homem passou a mexer em seu abdômen dizendo: “[...] pra quando é que você espera esse filho? Eu disse assim: pra fins de julho ou agosto. Eles me disseram assim: ‘pois então tu vais parir antes, porque eu aperto com uma borracha’ [...]”. ‘Vamos passar uma borracha na tua barriga para perder esta criança’³⁹⁰. BM5 declarou que este mesmo agente a insultou chamando-a de “nega desgraçada, tu vai a puta que te pariu, mas tu vai ver o que eu vou fazer contigo”³⁹¹. Portanto, tem-se aqui um notório insulto racista. Como consequência das torturas físicas, psicológicas e a prisão domiciliar imposta, ela teve o bebê com oito meses de gestação em estado natimorto. Abaixo segue imagem da depoente, momento em que prestou sua denúncia a OAB/RS e a imprensa local.

Figura 6 – Reportagem Jornal Correio do Povo



Fonte: Acervo da autora.

Parcialmente coincidente com o registro de BM5 há o caso de BM44, presa em sua cidade, Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), levada para o Dops de Porto Alegre, quando estava no último mês da gravidez. Ela declarou: “um agente do Dops lhe apontou uma espingarda contra a barriga e disse: ‘vagabunda, vais ver o que vai te acontecer!’³⁹². Podemos ver que, em ambos os casos, além das ameaças de matarem o feto na barriga, há ofensas de nítida conotação racista ou machista. De qualquer forma, para os repressores, mulheres grávidas ou mães não deveriam estar na militância política, caso contrário, o direito de ser mãe não

³⁹⁰ CEIEP/RS: 6690-1200/98-3.

³⁹¹ Ibid.

³⁹² CEIEP/RS: 6714-1200/98-8.

poderia ser usado como salvaguarda. Segundo a lógica da repressão, elas não mereciam tal proteção ou desculpa.

Na Argentina, AM3 foi sequestrada em 1973 e levada para o CCD La Perla. Seu depoimento foi registrado na CONADEP:

[...]dijo que fue interrogada durante espacio de cuatro o cinco horas, y pasada por la máquina a pesar de estar embarazada de cinco meses. El embarazo era evidente. [...] Preguntada sobre qué otros torturadores reconoce, dijo que en una de las oportunidades fue vejada por el llamado Hugo Herrera [...] depravado sexual, que no la viola sino que se hace pasar por médico y la veja. [...] En esa oportunidad [xxxx] le dijo que el tal Hugo Herrera la había manoseado y que era un procedimiento normal que sufrían las chicas jóvenes³⁹³.

Podemos ver que AM3, além de sofrer choque na “máquina” com cinco meses de gravidez, passou por um constrangimento sexual nas mãos do agente Hugo Herrera, que passou a mão nela e que tinha por hábito abusar as “meninas jovens”. Este mesmo agente foi citado por AM2, sequestrada em 1976 e encaminhada para o CCD La Perla, em Córdoba.

No fui torturada con picana, sino con algunos golpes en la cara y cabeza y violada por ‘Hugo’, Stgo Herrera, y sofri intento de violación por parte de ‘Palito Romero’, civil. [...] Las embarazadas, algunas eran trasladadas antes de tener al bebé y otras lo tuvieron en el Hospital Militar y luego trasladadas. [...] Hubo casos de secuestros y traslados de adolescentes de 15 años. Asi como mujeres y hombres de edad³⁹⁴.

O que AM2 destacou em seu depoimento relaciona-se com a questão do grande número de desaparecidos que existe na Argentina e também sobre as mulheres grávidas que pariram e que foram eliminadas logo após o nascimento dos bebês ou foram simplesmente assassinadas com seus filhos no ventre. Até os dias de hoje Abuelas de Plaza de Mayo resgatam a identidade de seus netos e netas roubados pelo TDE argentino. São cerca de 500 crianças, muito pequenas, que foram sequestradas com seus pais ou que nasceram em CCD e, na maioria dos casos, foram entregues às famílias que tinham vínculos com a repressão. Há situações em que a apropriação foi feita diretamente pelos próprios torturadores. O plano de extermínio do TDE argentino não se conteve em perseguir, censurar, banir, sequestrar, torturar, matar e desaparecer corpos de adultos, precisava roubar a identidade destas crianças, para que pudessem ser criadas por uma “boa” família católica e conservadora. A procura dessas crianças sequestradas e o resgate de suas identidades têm acontecido desde o final dos anos 1970, fato que só é possível, porque as *abuelas* criaram e consolidaram uma organização forte e porque contam com um banco de dados de DNA (Banco Genético) dos familiares dos desaparecidos, além de fortes campanhas publicitárias para que pessoas de idade próxima a dos netos roubados busquem ajuda, caso desconfiem de sua origem, como indica a Figura 7.

³⁹³ Fundo CONADEP: casos anônimos.

³⁹⁴ Fundo CONADEP: casos anônimos.

Figura 7 - Propaganda das Abuelas

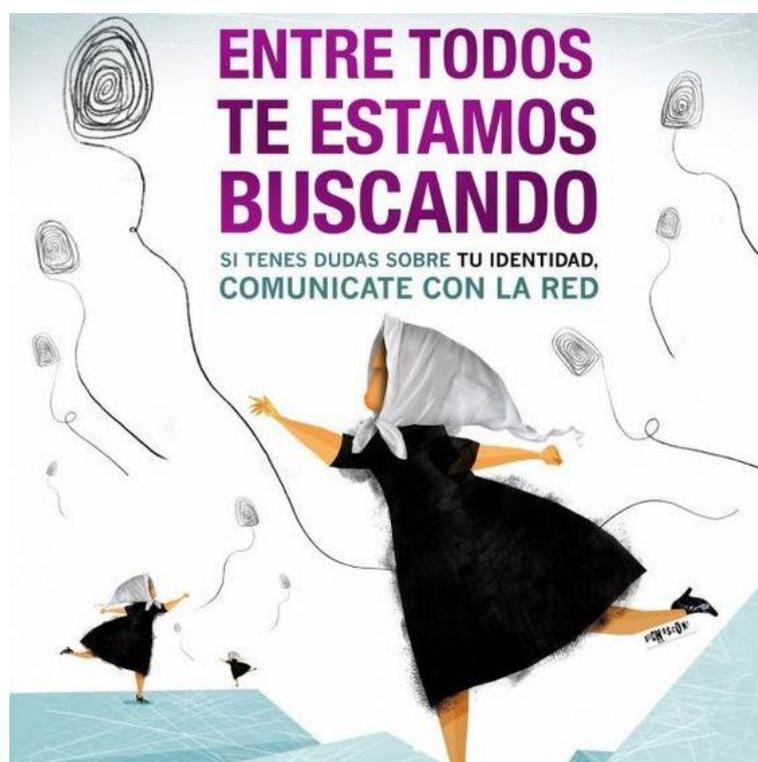


Figura 8 – Abuelas na sede



Fonte: Gaspar Galazzi³⁹⁵.

Até 5 de dezembro de 2017 foram resgatadas as identidades de 126 crianças. A última foi a filha de Violeta Graciela Ortolani e Edgardo Roberto Garnier, que pode conhecer a sua

³⁹⁵ Conferência de imprensa na sede das Abuelas, momento que informaram, em 5 de dezembro de 2017, a restituição da identidade da neta 126. Disponível em: <<https://abuelas.org.ar/noticia/encontramos-a-la-hija-de-edgardo-garnier-y-violeta-ortolani-la-nieta-920>>. Acesso em 20 jan. 2018.

avó paterna, Blanca Díaz de Garnier, que vive em Concepción del Uruguay. A mãe da menina era engenheira química e foi sequestrada em 14 de dezembro de 1976, em La Plata, com oito meses de gestação. Segundo as informações existentes no site das Abuelas³⁹⁶, o nascimento da menina foi confirmado por uma médica, Juana Franicevich, quem assinou o nascimento de mais três netos que estavam desaparecidos e que foram encontrados, aliás, a presença de Franicevich, confirmam as denúncias feitas desde o início da redemocratização pelas organizações de direitos humanos e pelos sobreviventes exilados de que houve participação significativa de civis, de vários setores, na perpetuação do sistema ditatorial e, ao mesmo tempo, sendo cúmplices dos mais variados crimes de lesa humanidade.

Nos fundamentos da sentença da Causa do CCD Vesubio, encontramos outro relato de gravidez, o de AM45, que estava grávida quando presa. Também há o testemunho de AM40 sobre outras grávidas que foram submetidas à violência sexual. No documento citado consta a seguinte descrição sobre AM45:

[...] relataron en la audiéncia que, al igual que sus parejas – con quienes habían sido secuestradas y que el resto de ls cautivos, al llegar fueron conducidas a la enfermaría, que allí fueron desnudadas y atadas a una camilla de metal, donde fueron golpeadas y sometidas a pasajes de corriente eléctrica pese a su estado de gravidez [...] ³⁹⁷.

AM40 comenta sobre as grávidas nesse mesmo centro:

[...] las embarazadas fueron objeto de diversos abusos de índole sexual. Varias sobrevivientes recordaron que uno de los miembros de la patota que operaba en el Vesubio era el encargado de conducir a las embarazadas hacia un hospital para que fueran revisadas. Mencionaron que ese sujeto aprovechaba esa circunstancia para vejar a esas mujeres ³⁹⁸.

Há mulheres que foram torturadas e abusadas no estágio da gravidez, por isso várias delas não conseguiram ter a gestação até o final e acabaram perdendo a criança. Tal fato ocorreu com a brasileira BM162, sequestrada em 1971, em São Paulo e levada para o Dops, onde sofreu violência que lhe causou o aborto. Outra que afirmou ter sofrido choques na vagina que levaram ao aborto foi a estudante de 23 anos, BM186, torturada no DOI-Codi da sua cidade. Entre as brasileiras, destaca-se, ainda o caso de BM87, jornalista de 23 anos sequestrada em 1969 e levada para o Dops de São Paulo. Na época, fazia um mês que havia tido seu filho. À CNV relatou o que lhe ocorreu com relação a sua maternidade:

[...] quase um mês depois, mas eles começaram a me levar lá para cima, 15 dias, 20 depois, quando eles começaram a procurar o Frei Betto. E para mim era muito

³⁹⁶ Disponível em: <<https://abuelas.org.ar/>> Acesso em: 15 agosto de 2018.

³⁹⁷ Fundamentos da sentença da causa nº 1487 (Vesubio). 23 de setembro de 2011, p. 641.

³⁹⁸ Ibid., p. 642.

constrangedor, eu ainda tinha leite, muito constrangedor ficar tirando a roupa e eu ficava apavorada se o [companheiro dela] soubesse daquilo.

[CNV] – Eles obrigavam você a tirar a roupa? [...] eles tiravam a roupa, eles faziam assim: puxavam... eu tinha uma blusinha de abotoar, de malha, eles desabotoavam a minha blusa. O [torturador], ele que... então ele me descobriu lá e virou tarado. Por duas vezes me virou assim, que você fica de bunda para cima e ficava mexendo assim com a mão. Teve uma vez... eu não sei, vocês sabem, vocês tem filhos, com 40 dias de parto a gente sangra muito... se chamava “dieta”. E aí eu estava sangrando muito... ah, e eu não tomava banho, eles não me deixavam tomar banho. E tinha leite e cheirava azedo, e eu estava sangrando. Aí eu apanhei porque estava sangrando e ele ficou com nojo, essas coisas. E fedia, cheirava, não é? Fora o suor de nervoso, o leite azedo, sangue, eu cheirava. Eu achava que eu cheirava, porque eles falaram que eu era fedida, então eu acredito mesmo. Aí apanhava porque eu estava fedida [...]. Fiquei chamada de Miss Brasil, eles chamavam os caras para me ver nua: “Olha acabou de parir, só pode ser vaca terrorista.” Porque eu era muito magra, emagreci mais ainda porque eu não comia lá, não consegui comer, e aí eu fui virando um fiapinho de pano de chão [...]. veio o enfermeiro logo depois para me dar uma injeção para cortar o leite, porque esse [torturador] dizia que leite atrapalhava ele, essa foi também uma das coisas horríveis, porque enquanto você tem o leite você está ligada com o seu filho, aí me deram uma injeção à força, eu não quis tomar, virei, empurrei, mas eles deram aqui na coxa, na frente, uma injeção aqui³⁹⁹.

Como podemos ver BM87 foi abusada, humilhada e usaram a maternidade para torturá-la psicologicamente, pois não era aceitável para os agentes uma mãe na militância. Logo, que melhor punição se não utilizar a maternidade para ferir o seu equilíbriopsicológico? A tentativa de secar o leite dela é uma demonstração concreta de que o sistema repressivo usava tudo o que pudesse para desestruturar o detido. Outra que também sofreu por causa de seus filhos foi a já citada BM115:

Eu acho que, eu sou uma presa política também, fui torturada junto com toda minha família, sou testemunha ocular de um assassinato de um dirigente comunistas, Carlos Nicolau Danielli, sou testemunha também de um desaparecimento, que é o caso de Edgar Aquino Duarte. Tive meu companheiro preso, que nas primeiras horas da tortura entrou em estado de coma. Tive minha irmã presa grávida sendo torturada. Meu sobrinho sofreu essa tortura antes mesmo de nascer. Tive meus filhos seqüestrados e levados para a sala de tortura na Operação Bandeirantes [...] meus filhos me viram dessa forma. Eu urinada, com fezes, com, enfim, o meu filho chegou para mim e disse, mãe, por que é que você ficou azul e o pai ficou verde? Porque o pai estava saindo do estado de coma e eu estava azul de tanto, aí que eu me dei conta, de tantos hematomas no meu corpo⁴⁰⁰.

BM115, além de padecer o suplício que os torturadores, inclusive Carlos Alberto Brilhante Ustra, lhe causaram passou por momentos agoniantes ao ver seu marido sendo torturado em um limite entre a vida e a morte e saber que seus dois filhos estavam dentro do mesmo prédio que eles. Difícil entender a motivação dos repressores para tal ato. A violência contra esta família foi incomum. As crianças de 5 e 4 anos foram torturadas psicologicamente, o que lhes causou sequelas futuras. Quanto à irmã de BM115, sua história também é

³⁹⁹ CNV: 00092.002333/2013-14.

⁴⁰⁰ Comissão Estadual de São Paulo/SP: 00092000600-2013-19. p. 1.

atravessada pela tortura física, psicológica e contra a sua maternidade, tendo em vista que sofreu choques elétricos, como outras mulheres já apontadas, com o feto na barriga.

No Rio Grande do Sul os repressores também utilizaram a maternidade para torturar psicologicamente. BM38, em seu processo de indenização, conta que foi presa três vezes, a primeira em 1964. Em uma dessas ocasiões, estando com seus filhos, ouviu ameaças diretas:

[...] no DOPS, o delegado Pedro Seeling e Nilo Havelha, para me obrigar a fornecer-lhes informações sobre meu marido e os outros companheiros, insinuavam com olhares e palavras que minha filha seria violentada se eu não falasse. Queriam saber onde estava o companheiro [xxx]. Gritavam: “fala, senão vamos terminar o serviço com a menina, vamos te matar e jogar no Guaíba”⁴⁰¹.

No seu processo acrescentou que foi espancada dentro da sua casa e na frente dos filhos. Fato semelhante ocorreu com a argentina AM7, que também sofreu ameaças de abuso sexual contra sua filha. A diferença é que a filha da brasileira tinha 13 anos, enquanto que a de AM7 tinha 16 anos.

[...] fue horroroso lo que vivimos, en un instante me dicen que si no hablo me violarían a mi y a mis hijos, grite, que no lo hicieran a lo cual recibí un fuerte golpe en la nariz empecé a sangrar, paso un tiempo cuanto no lo sé, yo en ese momento no sabía nada de mis hijos, que les estarían haciendo ni a mi esposo, solo escuchaba golpes y gritos estaban muy sacados, enfurecidos realmente. [...] estábamos viviendo en [nome da cidade] los primeros días mi esposo me cuenta que en la tortura que sufrimos [nome de outra cidade]⁴⁰² a mi hija aparte de golpearla muy mal tenía moretones por todo su cuerpo y heridas, la habían violado delante de él, que él les pidió que lo llevaran pero que la nena no la tocaran lo cual los enfureció peor, que le dijieron ‘este es tu talón de Aquiles’⁴⁰³.

A diferença entre os dois casos é que no primeiro foi somente ameaças - o que não minimiza o abuso – e, no segundo, houve de fato a consumação da violência. Uma filha foi violada na frente do pai, justamente por ele ter suplicado que a poupassem. Os repressores, como nos casos citados, perceberam que ao “ocupar” o corpo da jovem estariam agredindo o pai e assim o fizeram.

Ainda sobre tortura contra a maternidade apontamos AM11 e AM18, torturadas na frente de seus filhos pequenos e, por fim, mas não menos significativo, a jovem argentina de 18 anos, AM12, sequestrada em 1976 e levada à Delegacia de Policía de Santiago del Estero:

[...] Me desnudan y atan los pies y manos a un elástico mojado, procediendo aplicación de picana en vagina, pechos, ojos y boca durante toda la noche, mientras desarrollan interrogatorios y me reaniman con golpes en el estómago y agua fría. Así me torturan 3 días y 3 noches, hasta que deciden dejarme. Y la cuarta noche el Oficial Manadel y el Inspector Pedro me conducen a una sala deliberativa para violarme en forma sucesiva, en presencia de otros agentes. [...] noches enteras me

⁴⁰¹ Ceiep/RS: 5413-1200/98-3.

⁴⁰² Os nomes das cidades citadas no documento foram ocultadas para preservar a identidade das vítimas.

⁴⁰³ Fundo CONADEP: casos anônimos.

violan y el Comisario Días me golpea con un martillo en la planta del pie 2 a 3 hs seguidas. [...] En varias oportunidades el Coronel Larrateguy me dice que ‘seré eliminada antes de fin de año, por que gente como yo no merece vivir ni dejar huellas de vida. Que además convendría eliminar a mi hijo para no dejar herencia, y mi familia (madre-hermana) para que no exista nadie que me llore’⁴⁰⁴.

AM12 foi sequestrada porque seu esposo era dirigente sindical peronista em Tucumán. Para piorar, no ano seguinte, sua sogra e seu filho de 1 ano e 8 meses também foram sequestrados. Nesse mesmo ano seu esposo se matou com uma pastilha de cianureto no aeroporto de Carrasco, em Montevideo (Uruguay), para não ser capturado por um comando da Operação Condor. Sobre AM12 verifica-se que, da mesma forma como outros relatos aqui apontados, passou por tortura, abusos, estupros e pode-se afirmar que sofreu escravidão sexual, o que se verifica quando depõe que por noites inteiras foi estuprada. A ameaça de eliminá-la e ao seu filho para que deles não ficasse nenhuma herança continuadora, indica o alcance e significado da expressão “inimigo interno”, ou seja, pode-se eliminar qualquer pessoa de ideologia oposta ou com proximidade a ela (o que vale para as crianças também).

Por fim, a última modalidade de violência sexual, que nem sempre foi assim considerada, utilizada contra homens e mulheres (sobretudo no caso brasileiro), foi o uso de animais para intimidar psicologicamente e, claro, torturar fisicamente. Nessa situação encontramos seis brasileiras e uma argentina⁴⁰⁵. O único caso argentino se refere a AM5, sequestrada em 1976:

Me hacen entrar, me tiran sobre el piso, me desnudan y emplezan a tocar, se emplezan a reír, eran dos o tres hombres, me metían los dedos en los genitales, los dedos en la cola. Yo aterrada les pregunto qué iban a hacer, me dicen que querían ver si tenía droga escondida. Me vuelven a hacer vestir [...]. En el lugar había muchos hombres que se reían, cuando me tocaban los genitales y se reían de mi cuerpo. [...] Me llevan a otra habitación, siento que estoy sola, me acuestan en una camilla y me encierran con un perro, muy grande. Días interminables, el perro me lamia, gruñía. Una noche por lo menos con el perro encima⁴⁰⁶.

O caso de AM5 se aproxima, em partes, aos demais casos aqui tratados. Ela sofreu tortura, tortura sexual, abusos (nudez, desfilar nua, toques em seu corpo), violência de gênero (deboches com relação ao seu corpo), tortura psicológica e com animais, que no caso dela não deixa de ser psicológico, também. Claro que a presença do cão é específica do seu caso.

Em relação aos registros brasileiros, ressaltamos o caso de BM111, que relatou à CNV uma experiência pouco comum. Em 1969, com 20 anos, foi sequestrada quando estavam à

⁴⁰⁴ Ibid.

⁴⁰⁵ Foi possível localizar nos autos da mega causa ESMA relatos sobre o uso de cães para intimidar um desaparecido. Os agentes ameaçaram usar o cachorro nas genitais da vítima.

⁴⁰⁶ Fundo CONADEP: casos anônimos.

procura do seu irmão. Grávida de sete meses foi obrigada a enfrentar o suplício da tortura física e psicológica, além do terror que passou durante horas, ao ser colocada e retirada, seguidas vezes, em uma jaula no zoológico, com um animal selvagem, possivelmente um felino.

Eles me levaram às quatro horas da manhã no Zoológico, no Jardim Zoológico! Mandaram abrir a jaula, o cara [...] não sei como é que chama, aquele que tinha a chave da cela... [...] Eles pegaram o cara, botaram na frente da porta de uma fera, eu não sei se era um leão [...] Me enfiavam dentro da jaula e depois me tiravam. [...] Era um leão, um tigre, eu não lembro mais o que era! Eu sei que era um monstro que estava ali⁴⁰⁷.

Mesmo que pareça um caso isolado por causa do tipo de animal usado, houve outras sessões de tortura com outros animais. Os agentes buscavam intimidar e aterrorizar suas vítimas causando pavor, com um felino, que é letal, ou com aranhas, baratas, cobras e outros animais que gerassem fobia. Assim aconteceu com BM91, no ano de 1971, torturada no quartel da Rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro: “[...]Gritavam, me xingavam e me puseram de novo no pau de arara. Mais espancamento, mais choques, mais água. E dessa vez entraram as baratas. Puseram baratas passeando pelo meu corpo. Colocaram uma barata na minha vagina”⁴⁰⁸.

No livro “A” do *Projeto Brasil: Nunca mais* constam depoimentos de mulheres sobre o uso de baratas e cobras. Tal é o caso de BM182: “[...] que as pessoas que procediam aos interrogatórios, soltavam cães e cobras para cima da interrogada [...]”⁴⁰⁹. Um dos agentes torturadores que tinha como prática usar animais é o citado Paulo Malhães, que atuou no Ciex. Em entrevista ao jornal O Globo, Malhães declarou sua afeição por animais:

Eu estava um dia à beira de um rio, na região do Araguaia, quando senti a terra tremer. Descobri que estava sentando em cima de um ninho com filhotes de jacaré. Consegui pegar cinco, que batizei de Pata, Peta, Pita, Pota e Joãozinho. E ainda peguei uma jibóia de seis metros, que chamei de Miriam. Trouxe todos para o DOI-CODI, no Rio. Os filhotes de jacaré não mordiam. Só faziam tec-tec com a boca⁴¹⁰.

Caso semelhante ao vivenciado por BM182 é a experiência de BM145, no DOI-Codi do Rio de Janeiro, onde “foi submetida a torturas com choque, drogas, sevícias sexuais, exposição de cobras e baratas”⁴¹¹. Há, ainda, o testemunho da jovem de 19 anos, BM8, presa no Dops de Porto Alegre:

⁴⁰⁷ CNV: 00092000442/2014-88.

⁴⁰⁸ CNV: 00092001294/2013-38,

⁴⁰⁹ *Projeto Brasil: Nunca Mais*. Tomo V, vol. 3, nº 1339, p. 239.

⁴¹⁰ A repórter pergunta, o ministro gagueja. Observatório da Imprensa, 19 de agosto de 2014. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/_ed812_a_reporter_pergunta_o_ministro_gagueja/> Acesso em: 24 out. de 2015.

⁴¹¹ *Projeto Brasil: Nunca mais*. Tomo V, vol. 2, nº: 786, p. 276.

Um dos homens era chamado de Paulo Malhães, que diziam ser capitão do exército e carioca; o outro era um delegado do DOPS, gaúcho, cujo nome não foi mencionado. O gaúcho era o mais agressivo, o que mais ameaçava e ofendia e o outro era o que se fazia de bonzinho, dizendo que tinha pena de mim, que ele queria que aquilo tudo acabasse logo, que era só eu falar onde estava o Frank e onde era o aparelho. Ao mesmo tempo era ele quem mais acionava a máquina de choques⁴¹².

Sobre o uso de animais, em aulas de tortura, podemos trazer o depoimento de Dulce Maia, publicado no livro *Luta, Substantivo Feminino*, onde narra o que sofreu nas mãos do DOI-Codi:

No DOI-CODI, a barra foi pesadíssima. Teve pau de arara com choque elétrico no corpo nu: nos seios, na vagina, no ânus. Lá tinha um filhote de jacaré de estimação dos torturadores que eles colocavam para andar por cima do nosso corpo, amarrado numa cordinha⁴¹³.

O depoimento de Dulce é uma síntese dos elementos do TDE aplicado contra os “inimigos internos”. Dulce Maia foi cobaia de aulas de tortura para repressores do Cone Sul. Casos como o dela se incluem dentro dos cursos de instrução ministrados por especialistas como o agente Dan Mitrione, dos EUA, que considerava a prática do “interrogatório” como uma ciência que se teoriza, racionaliza, ensina e se aplica.

O conjunto de relatos apresentados neste capítulo constitui apenas um recorte dentro de um universo muito maior, complexo e, provavelmente, anônimo. Buscou-se, através dos casos analisados, examinar e avaliar o Terrorismo de Estado no Brasil e na Argentina que sistematizaram a violência contra insurgente. O TDE utilizou-se de diversos mecanismos coercitivos e destruidores para atingir os seus alvos. Incentivou o uso massivo da tortura, a violência sexual, o assassinato de pessoas e o desaparecimento de seus corpos. Acreditamos que os inúmeros casos apresentados permitem ter uma compreensão mais precisa da dimensão do TDE e, especialmente, da violência específica aplicada às mulheres. Buscou-se fazer uma diferenciação entre o que foi considerado violência sexual e o aplicado em ambos os sexos. Para isso, as reflexões de Ana Maria Colling, Angela Davis, Carole Pateman, Heileth Saffioti, Joan Scott, Mariana Joffily entre outras se mostraram relevantes. Também se pretendeu apresentar, com a elaboração de quadros tipológicos sustentados na documentação pesquisada, a relação de semelhanças e diferenças na aplicação das modalidades de violência sexual nas perseguidas políticas brasileiras e argentinas. Percebe-se que, na maioria dos casos, há semelhanças em relação à nudez, tortura sexual (agressões e choques elétricos em partes

⁴¹² Ceiep/RS: 1992-1200/02-2.

⁴¹³ MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs.). **Direito à memória e à verdade: luta, substantivo feminino**. São Paulo: Caros Amigos, 2010, p.58.

sensíveis e sexuais), violência contra a maternidade, abusos sexuais e medo do abuso sexual, estando tais informações registradas nos documentos coletados. Destacamos uma discrepância no que diz respeito aos estupros coletivos e situações de escravidão sexual, práticas mais peculiares à Argentina, enquanto que o uso de animais na tortura sexual possui mais registros no Brasil. Há algumas hipóteses que levam a respostas subjetivas sobre estas diferenças e que dialogam com questões do período pós-ditadura, inclusive da própria construção das fontes. Todavia, essas respostas são muito mais indícios do que verdades absolutas, o que será problematizado no decorrer do último capítulo desta dissertação, momento em que se discutirá o pós-ditadura brasileiro e argentino, as implicações para esta pesquisa, além de questões que envolvem o debate atual sobre violência sexual contra as mulheres, bem como as sequelas diretas da tortura e da violência sexual, o que, na maioria das vezes, se traduz, em primeiríssimo lugar, na ausência de escuta social e no traumático e, quase infinito, silêncio das vítimas.

4 O SILENCIAMENTO E A DOR NAS TRANSIÇÕES POLÍTICAS: QUEM QUER SABER?

Porque o tema violência sexual em períodos históricos, principalmente do tempo presente, ainda está à margem das análises acadêmicas da História?

O discurso de luta não se opõe ao inconsciente: ele se opõe ao segredo. Isso dá a impressão de ser muito menos. E se fosse muito mais? Existe uma série de equívocos a respeito do “oculto”, do “recalcado”, do “não dito” que permite “psicanalisar” a baixo preço o que deve ser o objeto de uma luta. O segredo é talvez mais difícil de revelar que o inconsciente⁴¹⁴.

A citação acima, extraída do livro *Microfísica do Poder* de Michel Foucault, nos permite entender uma das questões deste capítulo. O tema violência sexual encontra-se mais presente nas discussões do campo da Psicologia, das Ciências Jurídicas, da Sociologia e da Saúde, mas ainda é incipiente no universo dos Estudos Históricos e isso ocorre, em parte, porque neste campo uma pesquisa só pode ser narrada a partir da coleta de fontes (documentos, depoimentos, registros, etc.) que indiquem e possam munir uma historiadora ou um historiador de matéria-prima, o que, junto com as ferramentas teórico-metodológicas, auxilia na análise do recorte específico do passado, bem como na tentativa de responder o seu problema de pesquisa. Também porque até parte do século XX a historiografia não se preocupava em narrar a história dos “de baixo”, quanto mais a violência que os grupos “subalternos” haviam sofrido. A própria história das mulheres e os estudos de gênero, como ferramenta analítica para os processos históricos, ganham maior atenção com mudança na visão da historiografia e com a participação feminina nas universidades, preocupadas em destacar as relações de força e opressão existentes para com as mulheres. O mesmo pode ser dito em relação às questões que envolvem classe, raça e sexualidade.

Como já afirmado anteriormente, a violência sexual está inserida dentro de uma situação limite que, até meados dos anos 1990, foi negligenciada nos tribunais penais sobre as violações dos direitos humanos, justamente porque por muito tempo foi interpretada ou associada (principalmente o estupro) como algo do âmbito privado/pessoal e não como questão pública e/ou política. A partir dos estupro massivos ocorridos em Ruanda e na ex-Yugoslávia, no final do século XX, ocorreu um giro na percepção deste tipo de violência e seus desdobramentos. A contar desse novo entendimento, esse crime passou a integrar o grande guarda-chuva do que se entende hoje como violações dos direitos humanos. Esta noção política sobre crimes específicos contra as mulheres expõe um problema maior e mais

⁴¹⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 76.

profundo: o machismo estrutural e cultural que atinge bilhões de pessoas no mundo, fazendo, principalmente, as mulheres e meninas, vítimas desta cultura.

Como todas as demandas que envolvem direitos (e direitos humanos fundamentais) as reivindicações por estes são, geralmente, conquistas que partem de demandas de quem as necessita. Logo, as questões que cercam as mulheres - principalmente sobre violência sexual - também foram exigidas pelas mulheres, as principais afetadas. É a voz das oprimidas que se levanta contra seus opressores e assim fazem o “barulho” necessário para modificar o *status quo* daquilo que é considerado opressor. No quesito violência sexual contra as mulheres, as reivindicações exigidas, quando comparadas ao que aconteceu de fato com elas em termos numéricos, ainda estão engatinhando. Muitos crimes ainda ocorrem cotidianamente; provavelmente, neste exato momento, há mulheres e meninas sofrendo abusos, estupros, exploração sexual e sendo assassinadas por sua condição de gênero. Este é o ponto nodal para realizar qualquer análise histórica ao respeito e precisa ser evidenciado. O ato de pesquisar, expor, denunciar e falar para a sociedade não é neutro. Assim como em diversas ciências, nesta também, podemos afirmar que não há um acaso para a realização do presente estudo. A interpretação dos dados levantados e os indícios que as fontes apontaram não estão desconectados de um compromisso de respeito em relação às vítimas, com quem está relatando e reviveu suas memórias mais traumáticas para expor aquilo que estava à margem dos pontos centrais das demandas políticas no período pós-ditadura. Uma reflexão da organização *Memoria Abierta* no livro *Y nadie quería saber* sobre o silêncio e a recente interpretação da justiça argentina sobre a violência sexual ocorrida nos CCD durante a última ditadura, inspira o título deste capítulo.

Hablar de la violencia contra las mujeres en el contexto represivo también implica habilitar el debate sobre lo que nos sigue ocurriendo a las mujeres, en donde se sigue situando socialmente muchas veces a las mujeres y a la violencia diferencial que sufrimos. No es un capricho. Tiene que ver con lo que nosotros creemos: que estos juicios tienen que tener la capacidad de interpelar la realidad que tenemos que es producto de aquella realidad y modificarla. No se trata solamente de condenar “viejos que cometieron atrocidades” hace treinta años, sino que estos juicios nos sirven también como sociedad para revisar un montón de cosas que tienen que ver con este presente. No es algo que pasó y que ya está. Nosotros como sociedad tenemos que tener la oportunidad de, a partir de trabajar nuestro pasado, trabajar el presente⁴¹⁵.

Ao realçar a última frase “Nós como sociedade temos que ter a oportunidade de, a partir de trabalhar nosso passado, trabalhar o presente” entendemos que resgatar as (poucas) denúncias realizadas, bem como o julgamento dos repressores pela prática de violência sexual

⁴¹⁵ MEMORIA ABIERTA, op. cit., p. 23.

pode ser, sim, pedagógico, e uma das possíveis formas para mudar o futuro (embora insuficiente por si só). A problemática da violência sexual ganhou destaque no cenário argentino na primeira década dos anos 2000, mas foi em 2010 que houve a primeira condenação por violência sexual. Até então estava colocada de forma subsumida como parte ou modalidade de tortura. Entretanto há de se diferenciar tortura, tortura sexual - que atingiu ambos os sexos - e abusos sexuais aplicados contra as mulheres. Esta violência tornou-se uma modalidade muito utilizada com finalidades e alvos específicos e também compôs o plano sistemático de destruição de ideias, comportamentos e opositores do regime. Esta modalidade de violência foi uma forma de enquadramento social, demonstração de poder, sujeição do outro perante a força e o medo e a destruição da diferença e dissidência. Portanto, a violência sexual como destruição subjetiva foi aplicada, por vezes, como abuso sexual, em outras, como tortura sexual e em ambos os sexos, apesar de existirem objetivos específicos e conotações diferentes. Por isso, além de cada pessoa sentir a violência sexual de forma única, o sexo e o gênero determinam as variações da violência bem como seu trauma residual. Assim, como definiram Inger Agger e Sören Buus Jensen em sua pesquisa:

[...] generalizou-se o uso dos métodos de tortura sexual. Esta é muito traumatizante, ao mesmo tempo em que, geralmente, não deixa rastros visíveis. Portanto, é uma forma especial de tortura, cujos efeitos mostram-se complexos. [...] A tortura sexual masculina utiliza estratégias de humilhação e formas de medo conhecidas no âmbito sexual em geral: a entrega voyerista e exibicionista da nudez forçada, homofobia e medo da castração. [...] Do mesmo modo, a tortura sexual feminina utiliza as ideias sociais de como deve ser uma 'verdadeira' mulher. Utiliza as sensações de vergonha e de culpa de uma sexualidade ativa feminina e o medo de não poder ser uma verdadeira mãe. [...] Enquanto a ideologia que está por trás da tortura sexual aplicada aos homens é uma privação do poder, da potência, pela *passivação sexual* [...]. Tenta-se inculcar na mulher a vergonha e a culpa de ser 'puta', já que o aparato do poder trata de estabelecer uma identidade entre a atividade política e a atividade sexual⁴¹⁶.

Independente do volume considerável de denúncias sobre violência sexual produzidas nos regimes repressivos de SN do Cone Sul, como apresentado no primeiro capítulo, o número de denúncias ainda é pequeno em relação à quantidade de vítimas atingidas pelo TDE, em um sentido mais amplo, nos respectivos países. Para isso devem-se considerar três fatores fundamentais: 1) o processo de transição das ditaduras para as democracias, que reforçou o silêncio; 2) a ausência de espaços de escuta específica aos crimes sexuais e de gênero; 3) a dificuldade que as vítimas de violência sexual têm para expor o que lhes aconteceu de certa forma, consequência do primeiro e do segundo fator. Quanto ao terceiro

⁴¹⁶ AGGER; JENSEN. A potência humilhada: tortura sexual de presos políticos de sexo masculino. Estratégias de destruição da potência do homem. In: RIQUELME, Horacio. **Era de Névoas: direitos humanos, terrorismo de estado e saúde psicossocial na América Latina**. São Paulo: EDUC, 1993. pp. 45-69.

fator observa-se que a exposição de situações limite significou, para muitas vítimas, revisitar o trauma e a dor, exporem-se ao julgamento dos outros companheiros de luta, familiares daqueles eliminados pelas ditaduras, parentes, amigos, em síntese, da sociedade. Não podemos esquecer que vivemos, ainda, em sociedades machistas que consideram a violência sexual como algo do âmbito privado, vergonhoso, que se deve esquecer e que, se ocorreu, foi porque as próprias vítimas provocaram. Vivemos em uma sociedade que, ao invés de exigir a punição de abusadores/estupradores, prefere culpar e condenar a vítima, principalmente se for mulher⁴¹⁷.

No bojo dos valores machistas há uma leitura introjetada pelas pessoas que vivem sob o manto do machismo que indica que as mulheres devem ter um comportamento absolutamente oposto ao dos homens. Por isso, Simone de Beauvoir iniciou o segundo volume do seu livro *O Segundo Sexo* com a seguinte frase:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino⁴¹⁸.

Este trecho de Beauvoir é explicativo e a partir dele, subentende-se que tudo o que cerca o comportamento de homens e mulheres não é natural ou biológico. São ações, reações forjadas, mediadas e controladas por um em relação ao outro. Esta percepção de um mundo dividido entre macho e fêmea (além da raça e classe) coloca limitadores entre os dois e naturaliza a submissão da fêmea ao macho, que dita padrões comportamentais preestabelecidos antes mesmo do ser humano nascer. Segundo o senso comum vivemos em um mundo binário, cisgênero e heteronormativo e dentro destes modelos, considerados normais, existe uma hierarquia entre os sexos. Nesta hierarquização quem sai perdendo é o sexo feminino que foi e ainda é visto de forma inferior pelo coletivo, incluindo as próprias mulheres que ainda vivem sob esta ótica e têm a compreensão de ser menos que os homens, se culpam por comportamentos que fogem da “normalidade”, se submetem a modelos de feminilidade e julgam outras mulheres que não se enquadram nos modelos preestabelecidos. Desta forma, as mulheres são colocadas sempre em dúvida quanto as suas ações e as suas dores, pois a palavra e a dor do sexo masculino têm maior valor, pois na visão machista, os homens são mais importantes, dignos de respeito e suas palavras têm mais veracidade que as

⁴¹⁷ Quando o crime é cometido contra meninos ou homens há maiores barreiras para realizar a denúncia e, provavelmente, mais culpa e omissão da violência. Prefere-se segredar o que lhe ocorreu do que ser “desclassificado” dos seus valores de masculinidade.

⁴¹⁸ BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: II A experiência vivida**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967, p. 9.

das mulheres. Esta é uma chave explicativa para entender porque a maioria das mulheres atingidas pela repressão ditatorial se calou sobre violências específicas sofridas. Para muitas delas era mais importante denunciar as torturas (de forma geral), os assassinatos e os desaparecimentos de companheiros de luta, do que olhar para as próprias feridas e falar sobre e a violência sofrida.

Retomando a frase final do trecho de Foucault, que abre este capítulo “o segredo é talvez mais difícil de revelar que o inconsciente”, podemos entender porque certas formas de violência foram interpretadas por quem as sofreu como vergonhosas e, por isso mesmo, foram caladas e guardadas em segredo o que é bem diferente de uma ação de esquecimento. Muitas situações de abusos e estupro foram colocadas sem um esquecimento proposital e passaram a ter uma aparente não necessidade de ser denunciadas. Isso ocorreu, talvez, porque para muitas dessas vítimas revelar tal situação seria reviver a dor ou por terem uma compreensão rasa sobre modalidades de violência (associando violência sexual à tortura global), ou por não estarem dispostas a serem julgadas ou atrair dúvidas sobre a sua moral e/ou conduta sexual.

Entretanto, quem não passou por tais experiências precisa compreender que as sequestradas estavam sob circunstâncias de tortura e humilhação, logo, não tinham poder sobre seus próprios corpos. Como bem disse Pilar Calveiro, os agentes eram os donos dos corpos, das necessidades físicas, da vida e da morte das pessoas que estavam sob o seu domínio⁴¹⁹. Estas mulheres não tinham o direito de escolher viver ou morrer, nem de comer, beber, dormir. Logo, como poderiam decidir se um agente poderia ou não passar a mão em seu corpo, colocar os dedos ou o pênis dentro de sua vagina ou ânus ou negar-se à felação? Não cabia a elas a escolha. O domínio dos agentes sobre elas era absoluto e qualquer tentativa de sobrevivência nos centros de tortura e extermínio foi apenas mera tentativa, sem nenhuma garantia de vida. Por isso ocorreram casos em que as vítimas delataram companheiros, “trabalharam” para os agentes, limpavam as salas de tortura, identificaram militantes nas ruas ou foram levadas a um apartamento para serem usadas sexualmente pelo agente. Nenhuma destas situações era garantia de vida. Tanto que muitos sequestrados submetidos a estas situações, mesmo assim, acabaram executados. Como bem relatou BM88:

[...] a maneira [...] como eles olhavam, você percebe, assim que não existia nenhum, nenhuma resistência para eles, nenhum limite e que tudo era válido, tudo poderia ser feito, dependia só deles, uns eram mais discretos, outros deixavam muito claro nos seus gritos, na sua maneira de ser, de que era uma função que eles cumpriam sem problemas, vamos dizer assim⁴²⁰.

⁴¹⁹ CALVEIRO, op. cit., p. 61.

⁴²⁰ CNV: 00092.002323/2013-89.

Em situações extremadas, onde a violência impera, não se pode cair no simplismo de ver a história sem matizes e nuances. Nessas condições, não cabe ao historiador(a) julgar quais os limites ou brechas possíveis de resistência em uma situação de extrema violência.

Dito isto passamos a abordar as marcas identificadas nos relatos analisados, considerando as limitações das fontes⁴²¹ que atingem a memória e o trauma de cada indivíduo. Para tal, serão analisados os períodos de transição de cada ditadura para a democracia, sendo relevante distinguir o que ocorreu na Argentina quando findou a ditadura e iniciaram-se os julgamentos das juntas militares e o processo imposto de cima para baixo de anistia brasileira, com as implicações que se materializam na consolidação da impunidade. Mesmo que de forma breve, deve-se contextualizar tais períodos, distinto sem cada país. A questão principal a se focar consiste na compreensão de porque a violência sexual ocorrida na Argentina está sendo julgada como crime do TDE enquanto que, no Brasil, esta questão continua sendo tratada de forma ainda tão silenciada e marginal.

4.1 A TRANSIÇÃO POLÍTICA NO BRASIL E NA ARGENTINA

Para entender a disparidade entre as denúncias realizadas sobre violência sexual e o quanto este tema está instalado em cada país é preciso reconhecer as questões que diferenciam cada regime ditatorial - embora as práticas do TDE muito se assemelhem - há desdobramentos no final de cada ditadura que explicam os silenciamentos, as políticas de (des)memórias e a relativização dos processos no Brasil e os julgamentos na Argentina.

A situação do Brasil é única em termos regionais. Sua singularidade é marcada por cinco “presidentes” militares que se intercalaram no cargo, pelo bipartidarismo (Arena e MDB) e por uma abertura “lenta, gradual e segura”. Os desdobramentos desta “abertura” que começou por volta de 1974, no governo do ditador Ernesto Geisel, culminou na aprovação da Lei de Anistia, em 1979, imposta pelo oficialismo. A historiadora Patrícia da Costa Machado observa sobre o dilema desta lei:

A ideia de que a Lei nº. 6.683/79 surgiu a partir de um acordo no qual as partes encontravam-se em pé de igualdade é impensável. De um lado, o regime impôs à

⁴²¹ Sobre esta questão destacamos que as fontes das mulheres argentinas analisadas para esta pesquisa não permitiram identificar relatos de trauma, sequelas, entre outros. Isto ocorre porque o conjunto documental analisado para este país sofreu algumas restrições por parte do acervo que a salvaguarda e porque quem as produziu não registrou estas características mais subjetivas, tendo em vista que o objetivo da CONADEP, da CADHU e dos julgamentos era obter provas sobre as graves violações aos direitos humanos. Já as fontes brasileiras, por serem produzidas em período mais recente ou por terem características de reparação aos danos que o Estado brasileiro provocou, atentaram-se às questões relativas às sequelas e traumas, principalmente na documentação produzida pela Ceiep/RS e a CNV. Em contra partida, os relatos existentes no **Projeto Brasil: Nunca Mais** não apontam estas questões.

sociedade a anistia que lhe convinha: uma anistia parcial e restrita, que incluía dispositivos de sentido dúbio, e de outro, a sociedade obtinha a mais significativa vitória desde a decretação do AI-5, ao alterar a correlação de forças sociais que obrigou o governo a reconhecer alguma lei de anistia. A Lei da Anistia, contudo, mesmo que restrita, constitui o marco fundador do processo de redemocratização⁴²².

Os pesquisadores da transição da ditadura para a democracia reconhecem a importância desta tentativa governamental de encontrar um mecanismo de “conciliação”, mesmo que sob pressão, entre situação e oposição. Mas em termos reparatórios deixou muito a desejar. Sobre isso Machado aponta que a

[...] anistia significou uma tentativa de restabelecimento das relações entre militares e opositores do regime. A legislação continha a ideia de apaziguamento, de harmonização de divergências e, ao permitir a superação de um impasse, acabou por adquirir um significado de conciliação pragmática. Entretanto [...] não supunha qualquer tipo de indenização ou ressarcimento, pois nenhum de seus quinze artigos previa qualquer iniciativa nesse sentido, e a sociedade, de um modo geral, não se importou com a ideia de conciliação trazida na lei⁴²³.

Porém, é necessário considerar que existia um anseio de setores de oposição, principalmente uma elite intelectual de artistas, jornalistas, bem como setores da classe média e da igreja católica interessados em libertar os presos e garantir a volta dos exilados. Os 21 longos anos de ditadura impuseram ausência de muitas pessoas e a perda de contato com os círculos sociais e familiares. Entretanto, ao “conceder” anistia, a ditadura procurou evitar um futuro “revanchismo”. Mas não houve acordo entre governo ditatorial e oposição, pois tanto a liberdade quanto a participação política eram restritas, o que impedia que o “pacto” de paz fosse discutido e decidido pelos dois lados em pé de igualdade. Assim, a promulgação da Lei de Anistia favoreceu os agentes da repressão que praticaram o TDE, pois foram “absolvidos” dos seus crimes, estes acabaram “esquecidos” ou negados. A própria elaboração do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, explicada no segundo capítulo, demonstra que o cenário do início dos anos de 1980 não era favorável para quem fazia oposição à ditadura. Patrícia Machado ressalta que

[...] poucos meses após a promulgação da Lei n. 6.683, os familiares elaboraram, pela primeira vez, uma listagem das pessoas desaparecidas. Apenas em 1984 odossiê contendo seus nomes foi publicado pela primeira vez com a colaboração da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. De acordo com este documento, no final da ditadura civil-militar brasileira, eram contabilizadas 339 mortes e 144

⁴²² MACHADO, Patrícia da C. **As supremas cortes de Brasil e Argentina frente aos crimes de lesa humanidade perpetrados pelas ditaduras**. Dissertação (mestrado em História) PPG-História/UFRGS, 2015, p. 78.

⁴²³Ibid.

desaparecimentos. Estes números variaram conforme os anos passaram: em 2009, o Dossiê foi publicado novamente, agora com o nome de “Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)”, contando com os números de 237 mortos e 159 desaparecidos, sendo que desde 1996 foram registrados 69 novos casos. No exterior, há 30 casos, incluindo os que se suicidaram em consequência da tortura ou sofreram algum tipo de acidente. Não constam nestes dados os camponeses que morreram em conflitos pela terra, que variam entre 1.188 a 1.781 no período de 1964 a 1986. Também não estão incluídas as mortes ocasionadas pelo Esquadrão da Morte. [...] Em dezembro de 2014, a Comissão Nacional da Verdade entregou seu Relatório Final, reconhecendo 434 mortes e desaparecimentos durante a ditadura (191 assassinatos, 210 desaparecidos e 33 que foram listados como desaparecidos e tiveram seus corpos encontrados posteriormente) [...]. A promulgação da Lei da Anistia concretizou e legalizou essa impunidade, sob o argumento da ideologia da reconciliação e em conjunturas em que o medo ainda era utilizado como forma de dominação política. Aqueles que procuravam informações sobre o ocorrido no período ditatorial e sobre violações aos direitos humanos cometidos eram (e continuam sendo) chamados de revanchistas. Em última instância, a Lei da Anistia significou a garantia de impunidade perpétua aos criminosos de Estado⁴²⁴.

Apesar do governo ditatorial falar em abertura e busca de “conciliação”, este mesmo governo ainda atuava de forma repressiva, prendendo, torturando e perseguindo opositores. Os uruguaios Lilián Celiberti e Universindo Dias, além dos dois filhos pequenos de Lilián, foram sequestrados no final de 1978, em Porto Alegre. Todos foram levados ao Dops, onde os adultos foram torturados antes de serem entregues à ditadura uruguaia em um ato exemplar da Operação Condor. No Rio de Janeiro houve o atentado do Riocentro, em 30 de abril de 1980, que fracassou porque a bomba que causaria, provavelmente, muitas vítimas num festival cultural, explodiu no colo de um dos agentes da repressão dentro de um carro. Estes dois exemplos retratam a profunda contradição de uma ditadura de SN que utilizava a retórica da abertura política enquanto promovia atos de TDE.

O início da década de 1980 foi marcado também por manifestações populares que passaram a ganhar mais espaços de luta com a participação de fortes sindicatos como o dos Metalúrgicos do ABC paulista e a adesão de um maior número de pessoas reivindicando eleições *Diretas Já*. Em contrapartida, o governo ditatorial estava enfraquecido diante do cenário de crise econômica regional e mundial e estes fatores se acentuaram ainda mais após a promulgação da Lei de Anistia.

Mesmo com a reorganização político-partidária da sociedade civil nos anos de 1980, a reivindicação por *Diretas Já* não foi atendida, pois a ditadura conseguiu derrubar a emenda constitucional que propunha eleições diretas para 1984. Assim, em 15 de janeiro de 1985, o Colégio Eleitoral elegeu Tancredo Neves do PMDB para o cargo de presidente da República por seis anos. Porém, antes de assumir o cargo Tancredo foi hospitalizado, vindo a falecer em

⁴²⁴ Ibid., pp. 79-80.

21 de abril do mesmo ano. Seu vice-presidente José Sarney (com origens políticas na Arena, partido da ditadura). Somente em 1989 o Brasil voltou a ter eleições livres. Após 25 anos de impedimentos políticos a população voltou a votar de forma direta e secreta em um presidente civil. As eleições daquele ano levaram ao segundo turno Fernando Collor de Melo e o líder sindicalista, metalúrgico, Luis Inácio Lula da Silva. Um dos principais produtores da Rede Globo de Telecomunicações, José Bonifácio Sobrinho (Boni), 22 anos após o último debate dos presidencialistas em rede nacional, confessou em livro e para alguns portais de notícia que a emissora, alinhada com a candidatura de Collor, manipulou o debate. Tudo indica que esta manipulação corroborou para o resultado final das eleições daquele ano. Porém, Fernando Collor de Mello assumiu a presidência do país por um curto espaço de tempo. No ano de 1992 sofreu um processo de impeachment por esquema de corrupção que o fez renunciar ao cargo.

Fernando Henrique Cardoso, ministro da Fazenda do governo de Itamar Franco (vice-presidente de Fernando Collor), assumiu o cargo de presidente do país por dois mandatos consecutivos. No seu governo, algumas medidas reparatórias para as vítimas do TDE brasileiro foram realizadas, como a criação da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. Tais medidas só foram implementadas porque os familiares dos mortos e desaparecidos políticos reivindicavam insistentemente suas questões desde a década de 1970 e durante todo o período da transição política. Os familiares queriam saber onde estavam os desaparecidos, as circunstâncias da sua morte e os nomes dos responsáveis por esses crimes.

Para além da criação da Comissão Especial é necessário registrar que alguns fatores da década de 1990 foram fundamentais para o atendimento parcial das demandas dos familiares. Os cientistas políticos Carlos Artur Gallo e Alfredo Gugliano consideram que:

Ao longo dos seus oito anos de governo (1995-2002), o presidente Fernando Henrique Cardoso possibilitou que fossem dados passos significativos em direção à evolução das políticas destinadas à causa geral dos direitos humanos, mas também, e consequentemente, com vistas ao tratamento de memória da repressão política do país. [...] A política pública mais importante elaborada pelo Governo Federal com vistas ao enfrentamento do saldo da repressão foi a Lei 9.140 de 1995, também conhecida como a Lei dos Mortos e Desaparecidos⁴²⁵.

Gallo e Gugliano acrescentam ainda que nos dois governos de Luis Inácio Lula da Silva foram promovidas políticas voltadas à memória das vítimas da repressão ditatorial, “para que aquelas pessoas que morreram durante a realização de atos contra o regime civil-

⁴²⁵ GALLOS, Artur C.; GUGLIANO, Alfredo A. Legados Autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO; RUBERT. **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014, p. 286.

militar ou cometeram suicídio após terem sido torturadas fossem reconhecidas como mortas pelo Estado brasileiro⁴²⁶.

Porém, mesmo que tais leis possam ter indenizado ex-presos políticos, como medidas de reparação, é verdade que, em comparação ao que se sucedeu na Argentina no pós-ditadura, tais resultados foram pífios. A Lei de Anistia de 1979 construiu um cenário que, ao mesmo tempo em que possibilitou a volta dos exilados (as), banidos (as) ou presos (as), favoreceu os repressores que foram imunizados de qualquer forma de julgamento ou condenação pelos crimes cometidos. Portanto, a anistia tornou-se uma máscara para a sociedade que encobriu sua real face. Simbolicamente representou uma solução que favoreceu a ambos os lados, mas, de fato, garantiu imunidade perpétua aos criminosos de Estado. Ademais se deve lembrar que os anistiados que fizeram oposição ao regime ditatorial passaram por situações limites, sofreram perdas, afastaram-se de suas famílias, tiveram suas carreiras profissionais destruídas, seus parentes, amigos e companheiros de luta política tiveram suas vidas atingidas ou até ceifadas e adquiriram problemas de ordem emocional, física, social e/ou financeira.

É necessário lembrar, todavia, que os “terroristas” que a ditadura de SN brasileira tanto propagandeou haviam sido atingidos pela tortura, prisão, pelo exílio entre outros foram aqueles que pagaram com a própria vida⁴²⁷. Já os agentes que atuavam nas engrenagens da repressão, nada sofreram. Pelo contrário, conseguiram fazer com que suas versões negacionistas ou relativistas permanecessem por muitos anos perpetuadas na memória coletiva de diversos setores da sociedade, bem como de novas gerações nascidas nos anos de 1980. Portanto,

a lei de Anistia (1979), tal como foi interpretada, ainda hoje, funciona como um processo de silenciamento, por estender os seus benefícios aos seus chamados *crimes conexos* – para *fazer esquecer* o que “ambos” os lados fizeram. Essa interpretação da lei veio a fornecer as justificativas legais para o encobrimento de crimes hediondos, para o não esclarecimento das circunstâncias desses crimes e para a não apuração das responsabilidades⁴²⁸.

Caroline Bauer ressalta que parte da sociedade argentina e brasileira buscou afastar-se e dissociar-se de qualquer vínculo que pudesse associá-la, direta ou indiretamente, com os governos ditatoriais.

Sabe-se que estes regimes foram civil-militares devido à composição da estrutura

⁴²⁶ Ibid., p. 287.

⁴²⁷ O Ato Institucional de número 14, o AI-14, determinou em 5 de setembro de 1969 a pena de morte para os “subversivos” do Brasil, porém nenhum dos assassinados pela repressão foi de fato condenado dentro deste Ato Institucional e levado à sentença de pena de morte. Logo, todos os assassinatos foram cometidos de forma clandestina e/ou negados.

⁴²⁸ MOURÃO, Janne C.; JORGE, Marco A.; FRANCISCO, Sônia de A. Violência organizada, impunidade e silenciamento. In RAUTER; PASSOS; BENEVIDES (org). **Clínica e Política: subjetividade e violação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002, pp. 51-58.

burocrática e ao apoio recebido de grupos eclesiásticos, empresariais, das mídias e dos próprios cidadãos. Porém, durante os processos de transição política, procurou-se construir uma imagem dessas sociedades como “vítimas” das estratégias de implantação do terror, elaboradas e executadas “única e exclusivamente” pelas Forças Armadas, ignorando a intolerância geral com o outro, características das sociedades dos dois países [...]. A “teoria dos dois demônios” formulou-se e se tornou hegemônica durante os governos de transição das ditaduras [...]. Paralelamente ao desenvolvimento da “teoria dos dois demônios”, os estados argentino e brasileiro consolidaram a “ideologia da reconciliação”, o que, dentre outras conseqüências, determinou a equiparação entre os crimes promovidos pelo estado, caso do terrorismo, com as ações desenvolvidas pelas organizações guerrilheiras ou pela violência revolucionária⁴²⁹.

A versão da “teoria dos dois demônios” caiu como uma luva para o senso comum. Ao desvincular-se de qualquer responsabilidade, parte dos setores da população brasileira abraçou tal visão, que polarizava dois lados: quem se opõe à ditadura (vistos como comunistas, terroristas e assaltantes, aniquilados porque cometeram crimes) e os “bravos” militares (que impediram uma ditadura comunista no Brasil e cometeram alguns “excessos” em nome de uma “nobre” causa). Essa forma de interpretar o que ocorreu nas ditaduras, no período de transição política, se perpetuou, principalmente no Brasil, mas também na Argentina. De fato, tal discurso foi reivindicado por setores vinculados aos militares e à direita política. Bauer conclui:

Ao comparar-se a questão dos desaparecidos políticos nos governos transicionais das ditaduras civil-militares e nas administrações democráticas posteriores, até a década de 1990, é possível verificar dois aspectos: 1) a semelhança entre as medidas dos governos transicionais e a produção de políticas de desmemória e esquecimento e os reflexos nas leis de anistia em que o esquecimento e a instituição da impunidade e da imunidade foram considerados fundamentais para a reconciliação política e parte da interdição ao passado; 2) as diferenças que ocorreram nas administrações democráticas dos governos sucedâneos das ditaduras, quando o direito à justiça e à verdade na Argentina, mesmo com seus problemas, foi fundamental para a “ruptura” com o passado ditatorial e imprescindível para a elaboração das atuais políticas de memória e reparação⁴³⁰.

Se na Argentina, mesmo com a teoria dos dois demônios houve uma “ruptura” na tendência da transição, ainda na década de 1980, no Brasil tal situação foi diferente, fortalecendo ainda mais a percepção de que o que houve foi um regime militar “descafeinado” e não uma ditadura no sentido estrito da palavra. Tal situação é fundamental para entender porque a violência sistemática contra as mulheres, nesse período específico, ainda encontra-se à margem enquanto objeto de denúncia e estudo. Se temas como os desaparecimentos dos presos políticos são tratados no Brasil como irrelevantes (até para certos setores de esquerda), o que se pode dizer, então, sobre a violência de gênero do período? Nesse sentido, não “só os governos militares utilizaram as estratégias do silenciamento e do acobertamento dos crimes

⁴²⁹ BAUER, op. cit., p. 114.

⁴³⁰ Ibid., p. 116.

contra os direitos humanos. Os governos posteriores, mesmo os eleitos pelo voto popular, também as vêm usando”⁴³¹.

Na Argentina o processo final da ditadura tomou caminhos distintos aos do Brasil (e dos demais países do Cone Sul), pois “decorreu [...] de um pacto de transição entre os militares e os setores colaboracionistas, solução esperada em decorrência da fragilidade do regime”⁴³². Esta fragilidade final teve como fatores mais relevantes a crise econômica e a derrota na Guerra das Malvinas. Segundo Jorge Fernandez, após 1981 houve uma quebra bancária seguida de um colapso financeiro que produziu a falência de diversos bancos e diversas empresas e fuga de capitais. O governo, tentando favorecer o setor empresarial local, estatizou suas dívidas, assumindo-as para si. Todo este colapso financeiro gerou desemprego, recessão e hiperinflação⁴³³. No mesmo período em que a economia entrava em colapso, a ditadura entrou em guerra com a Inglaterra, de Margaret Thatcher, por causa das ilhas Malvinas - uma estratégia para conquistar corações e mentes via nacionalismo exacerbado no que falhou estrepitosamente, pois apostara no apoio dos EUA, fato que não se confirmou⁴³⁴. A derrota militar foi fragorosa.

Estes dois fatores - crise econômica e guerra - reforçaram as disputas internas nas Forças Armadas após a derrota na guerra. O General Reynaldo Bignone, no comando da última Junta Militar, anunciou eleições presidenciais para outubro de 1983. Raul Alfonsín, candidato pela *Unión Cívica Radical* (UCR) foi o vencedor e assumiu o cargo em dezembro do mesmo ano. Para Bauer, a derrota na guerra das Malvinas e a posse de Raul Afonsín representam um marco no processo de transição política⁴³⁵. Ainda no mês da posse Alfonsín promulgou dois decretos (157 e 158) determinando abertura de processos contra o alto escalão militar e contra a cúpula das organizações da esquerda armada para investigar e punir crimes cometidos no período anterior. No mesmo período foi criada a CONADEP, a partir de decreto presidencial, e o Congresso Nacional sancionou a lei que anulava a autoanistia dos militares. Nesses processos de transição tanto no Brasil quanto na Argentina havia ambiguidades.

Quando se iniciaram os processos de transição política, as sociedades argentina e brasileira encontravam-se divididas entre o rechaço e a vontade de conhecer o que se passara nos dez anos de ditadura no Brasil (1974, ano em que se anuncia a abertura “lenta, gradual e segura”) e nos sete anos na Argentina. A desinformação era

⁴³¹ Ibid., p. 53.

⁴³² Ibid., p. 117.

⁴³³ FERNANDEZ, op. cit., p. 196-197.

⁴³⁴ Das consequências mais dramáticas desta guerra destacamos o número de mortos. Foram cerca de 900 soldados que perderam suas vidas. Além das condições terríveis de sobrevivência que os veteranos sobreviventes relataram como a ausência de calçados e casacos próprios para o clima.

⁴³⁵ Ibid.

dominante e havia apatia em relação à política, devido ao medo [...]. Mesmo assim, a censura e a desinformação sobre a questão dos desaparecidos foram substituídas, nos processos de transição política, pela denúncia dos crimes cometidos pelo Estado. O mesmo ocorreu na Argentina, porém com maior intensidade⁴³⁶.

Por mais que as denúncias sobre os crimes ocorridos durante as ditaduras em ambos os países tenham sido feitas entre meados da década de 1980 e 1990 é indiscutível que o Brasil ficou defasado em comparação à Argentina. As medidas tomadas no Brasil foram paliativas e a Lei de Anistia nunca foi extinta. Já, na Argentina, a ruptura com o TDE foi mais evidente e possibilitou que mecanismos favoráveis à luta por memória, verdade e justiça fossem acionados. A sociedade solidarizou-se com o martírio das mães dos desaparecidos e, anos depois, com as avós que buscavam incansavelmente seus netos, escancarando um dos lados mais cruéis do TDE: o roubo e/ou desaparecimento de crianças. Enquanto isso, no Brasil, os familiares dos mortos e desaparecidos políticos não tiveram reconhecido o mesmo papel de destaque que as *madres* e as *abuelas* na Argentina. Isso não quer dizer que não trabalharam arduamente em busca de seus entes queridos desaparecidos. Acordos políticos fortaleceram a posição da ditadura e os crimes do período foram deixados de lado. Não é gratuito o fato de que a Comissão Nacional da Verdade somente fosse instalada 48 anos após o golpe de Estado de 1964. De fato, o Brasil foi o último país da região a criar uma Comissão de investigação dos crimes de lesa humanidade. Ainda sobre a atuação dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos no Brasil cabe ressaltar o que bem apontou Alessandra Gasparotto:

A luta para esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas ao longo do período ditatorial no Brasil foi protagonizada pelos familiares de mortos e desaparecidos políticos, ex-presos políticos e entidades de direitos humanos. Estes, apesar do silêncio oficial, passaram a investigar e reunir uma série de informações sobre as mortes e os desaparecimentos forçados, publicando dossiês com os nomes das vítimas, especialmente a partir do início dos anos de 1980, e cobrando do governo ações efetivas para o esclarecimento de tais crimes. Apesar das lutas dos familiares, o Estado brasileiro reconheceu sua responsabilidade sobre o desaparecimento de centenas de opositores políticos apenas em 1995, a partir da promulgação da Lei 9.140, chamada “Lei dos Desaparecidos”. Embora a lei representasse um avanço importante, no sentido da responsabilização do Estado, esta sofreu uma série de críticas, especialmente porque caberia aos familiares o ônus da prova, ou seja, seriam estes os responsáveis por reunir evidências que comprovassem a morte de seus entes pelos agentes da repressão⁴³⁷.

Diante disso fica evidente que para promover um mínimo de responsabilização do Estado brasileiro pelos crimes do período de 1964 a 1985 caberia aos interessados identificar documentos que provassem a existência de perseguição política, repressão e violação dos

⁴³⁶ BAUER, op., cit., p. 119.

⁴³⁷ GASPAROTTO, Alessandra. Apontamentos (e desapontamentos) em relação à criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. In: PADRÓS, Enrique S. Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013, p., 239.

direitos humanos. Mas, como bem sabemos, os documentos produzidos pela repressão jamais reconheceriam os métodos para extrair confissões (muitas vezes falsas). Coube às vítimas que sobreviveram o ônus da prova. Para tal redimensionou-se o testemunho como prova de acusação dos crimes hediondos e se valorizou o conjunto de documentos produzidos pela própria repressão, como os documentos secretos que relatam a participação de pessoas em atividades políticas. Este é o caso de BM4, que teve suas atividades vigiadas pela Subsecretaria de Inteligência da Casa Militar, no Brasil, até 1989⁴³⁸. Justamente por isso, por terem que coletar todas as informações/provas, como bem apontou Gasparotto, os maiores protagonistas da luta pela revelação dos crimes da ditadura brasileira e por reparação foram e são os sobreviventes - ex-presos, exilados, pessoas afetadas em suas vidas devido à perseguição política- e os familiares dos mortos e desaparecidos políticos da ditadura. Finalmente, cabe ressaltar que a própria Comissão Nacional da Verdade do Brasil, resultou desta luta, pois no final de 2010 o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) pelos crimes cometidos pelo Estado à Guerrilha do Araguaia⁴³⁹ em ação impetrada pelos familiares. A CNV foi conformada como resposta às exigências da CIDH ao Estado brasileiro. Entre os avanços realizados pela CNV interessa destacar, entre outros, os trabalhos do GT Ditadura e Gênero, que deram visibilidade para os crimes relacionados à violência de gênero, incluindo violência sexual. Apontamentos sobre este espaço de escuta devem ser feitos e é o que faremos a seguir.

4.2 QUEM QUER SABER? A AUSÊNCIA DE ESPAÇOS DE ESCUTA E A PERPETUAÇÃO DO SILÊNCIO

Percebe-se que tanto no Brasil quanto na Argentina, em seus respectivos momentos, o esclarecimento dos crimes de lesa humanidade cometidos pelas ditaduras foi matéria de destaque, apesar das críticas e dificuldades que nortearam os trabalhos das comissões da verdade, para leis reparatorias e dos julgamentos. Diante de tantas adversidades e recuos para investigar esses crimes, o que se poderia esperar sobre os casos de violência sexual? Embora estas denúncias específicas já estivessem presentes nos depoimentos do *Projeto Brasil: Nunca Mais*, da CONADEP e do Julgamento das Juntas, ainda nos anos 80, não haviam recebido a devida atenção. Tal fato pode ser justificado, em parte, pela constatação de que quando foram

⁴³⁸ Ceiep/RS: 6846-1200/98-7.

⁴³⁹ CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. *Caso Gomes Lund e outros (guerrilha do Araguaia) vs Brasil*. Sentença de 24 de novembro de 2010. Apud GASPAROTTO, op. cit., p. 240.

realizadas denúncias sobre violência sexual, esta não tinha ainda a importância, nem causava o impacto que alcançaria na década seguinte. Coincidimos com Mariana Joffily quando afirma que as pesquisas que envolvem o gênero e sua respectiva violência no contexto das ditaduras no Cone Sul são recentes e embrionárias em comparação com outros temas investigados⁴⁴⁰.

Muitos dos estudos concentram-se na participação das mulheres na luta armada e na resistência às ditaduras militares, ressaltando o caráter inédito da importância numérica da participação feminina em organizações guerrilheiras e a luta das militantes por igualdade de condições na distribuição dos postos de comando e na elaboração tanto da linha, como da estratégia política a serem seguidas. Alguns desses mesmos estudos incluem discussões a respeito do gênero e da repressão política, mas poucas são ainda as abordagens comparativas⁴⁴¹.

Joffily ressalta uma questão que também foi colocada nesta pesquisa, a dificuldade de identificar estudos voltados ao tema gênero (violência de gênero) e repressão em perspectiva comparada. E é mais difícil ainda encontrar pesquisas que busquem analisar, sob o viés do gênero, a violência e a violência sexual de forma comparada dentro do marco das ditaduras de SN.

O material coletado para esta pesquisa sobre a repressão política contra as mulheres foi produzido em determinado contexto e com finalidades específicas. A violência sexual às mulheres já existia e foi denunciada de forma tímida ou explícita após finalizadas as ditaduras. Entretanto, chama a atenção o fato deste tema ser tão recente em termos de acolhida pública em comparação com outras formas de violência. Pode ser que os silenciamentos diante da ausência de espaços de escuta, preparados para receber esse tipo de informação, sejam um dos principais motivos. Mesmo que um número considerável de mulheres tenha denunciado violência sexual é inegável que, pelo número total de atingidas, tal questão está encoberta pela vergonha e, possivelmente, o medo, entre outros fatores subjetivos.

O contexto de produção do relato das vítimas e os interlocutores aos quais se dirige a fala, sejam os juízes e funcionários da Auditoria da Justiça Militar, sejam os membros das comissões oficiais ou das ONGs de direitos humanos, definem e restringem as fronteiras das falas. O conteúdo das questões formuladas, o universo de expectativas dos interlocutores aos quais a vítima se dirige, as noções sociais do que é aceitável ou não ser transmitido, e mesmo

⁴⁴⁰ JOFFILY, Mariana. Op. cit., p. 112.

⁴⁴¹ Idem.

vivido, limitam os conteúdos abordados⁴⁴².

A questão da fala está diretamente relacionada à escuta. Aquilo que a sociedade não quer ouvir ou não está preparada para ouvir será silenciado e entrará para o *rol* das questões proibidas ou irrelevantes. A memória do coletivo, ou seja, da comunidade que fala e quer saber, é construída de camadas que se sobrepujam, umas em detrimento de outras. Como Michael Pollak afirma há “um processo de ‘negociação’ para conciliar memória coletiva e memórias individuais”⁴⁴³. Além das motivações políticas e da ausência de escuta pode-se apontar que o silêncio sobre determinadas questões tem motivações pessoais. Muitos sobreviventes evitam relatar o que lhes ocorreu nos centros clandestinos afim de não se exporem para famílias, amigos e colegas de trabalho. Em outros casos, como na Argentina, tornou-se difícil denunciar a escravidão sexual por causa do julgamento moral, político e/ou ético da sociedade que escuta as vítimas. Na medida em que a maioria das pessoas possui concepções machistas em sua formação, as vítimas temem que ao relatar que foram usadas sexualmente pelos seus inimigos, podem ser julgadas e condenadas como coparticipantes. Portanto, mesmo que os relatos sobre abusos, estupros e tortura sexual tenham surgido de forma marginal nos dois países, a questão é maior, mais complexa e profunda.

A violência sexual como modalidade de violência com objetivos específicos vinculados à degradação do gênero ganhou centralidade no Brasil, principalmente após as conclusões dos trabalhos da CNV, em 2014. Já na Argentina ganhou maior destaque com os relatos apresentados nos julgamentos das causas, na primeira década dos anos 2000. Neste quesito, a Argentina avançou significativamente. O tema passou a fazer parte das pautas dos julgamentos antes do início dos trabalhos da CNV brasileira e, nesse sentido, ainda existem causas abertas. No país vizinho a adequação da problemática à jurisprudência internacional dos direitos humanos tem modificado a forma de definir os crimes sexuais contra as mulheres⁴⁴⁴. Anteriormente a isso tinha ocorrido a mudança da justiça internacional sobre os crimes considerados específicos contra as mulheres, em meados da década de 1990.

Em junho de 1993, foi realizada em Viena, na Áustria, a Conferência Mundial dos Direitos Humanos, da qual resultou aprovada a *Declaração e Programa de Ação de Viena*. Nelas estabeleceu que “Os direitos humanos das mulheres e das meninas são inalienáveis e constituem parte integral e indivisível dos direitos humanos universais”(Parte I, §18). O mesmo parágrafo assinala que “A violência e todas as formas de abuso e exploração sexual,

⁴⁴² Ibidem. p. 127.

⁴⁴³ POLLAK, op. cit., p.3.

⁴⁴⁴ Sobre este tema consultar: CARVALHO, op. cit.; SONDERÉGUER, op. cit.; AUCÍA, op. cit.; JELIN, op. cit.

incluindo o preconceito cultural e o tráfico internacional de pessoas, são incompatíveis com a dignidade e valor da pessoa humana e devem ser eliminadas⁴⁴⁵.

A associação dos crimes cometidos contra as mulheres passou a ser tratado no direito internacional tardiamente, se compararmos a outros delitos e crimes. Ao final da II Guerra Mundial os países vencedores julgaram os graves delitos humanitários cometidos pelo nazismo e seus aliados. Assim, foram instalados tribunais (o Tribunal de Nuremberg foi o mais emblemático) a fim de investigar os crimes e condenar os culpados. Porém, entre os crimes contemplados não estavam incluídos os crimes de violência sexual cometidos nos campos de concentração, cidades sitiadas ou outros locais onde tenham acontecido. Por décadas, os crimes sexuais em contextos de guerra e/ou repressivos estiveram à margem e foram silenciados nos tratados de direitos humanos. Somente na década de 1990, com a articulação das mulheres diante dos crimes ocorridos em Ruanda e na ex-Iugoslávia, a violência sexual contra mulheres e meninas passou a ser interpretada como crime de lesa humanidade específico às mulheres⁴⁴⁶; Logo, em nível internacional, o direito das mulheres ganhou maior relevância. Outras conferências internacionais em Viena (1993), Beijing (1995) e Belém do Pará (Brasil, 1994) contribuíram para aumentar a conscientização sobre o tema e modificar leis de diversos países.

Na Argentina, os julgamentos se iniciaram na década de 1980; houve um retrocesso com as leis de impunidade, mas com Néstor Kirchner na presidência do país os julgamentos ganharam novo fôlego. Nesse novo contexto, aceitou-se a interpretação da violência sexual como algo específico e não como parte da tortura global. A partir desse novo impulso, a violência sexual e tudo que a envolve passou a ser interpretado em sintonia com o direito internacional, ou seja, como crime de lesa humanidade, diferenciado-a da tortura e de outras formas de crimes hediondos. A Suprema Corte da Argentina utilizou a jurisprudência da CIDH da Organização dos Estados Americanos para declarar a inconstitucionalidade das leis de Ponto Final⁴⁴⁷ e Obediência Devida⁴⁴⁸ (do governo Alfonsín) e dos indultos do governo de

⁴⁴⁵ CARVALHO, op. cit., p. 30.

⁴⁴⁶ O Estatuto de Roma foi um tratado que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, em 1998, incluiu a violação como crime de lesa humanidade. Adotado em 17 de julho de 1998, o documento foi resultado de um longo período de discussão da Comissão de Direito Internacional da ONU acerca da criação de uma instância permanente para crimes de guerra. Foi ratificado por 111 países (30 africanos, 15 asiáticos, 42 europeus e 24 americanos).

⁴⁴⁷ A Lei nº 23.492, chamada Lei de Ponto Final foi promulgada na Argentina em 24 de dezembro de 1986 durante a presidência de Raúl Alfonsín, estabelecendo a paralisação dos processos judiciais contra os autores das detenções ilegais, torturas e assassinatos que ocorreram na etapa de ditadura civil-militar.

⁴⁴⁸ A Lei nº 23.521, chamada Lei de Obediência Devida, foi uma disposição legal ditada na Argentina em 4 de junho de 1987, durante o governo de Raúl Alfonsín, que estabeleceu presunção de que os feitos cometidos pelos membros das forças armadas, durante a guerra suja e o Processo de Reorganização Nacional, não eram puníveis

Carlos Menem, na década de 1990. A seguir, anulou as leis supracitadas e declarou que os crimes de lesa humanidade ocorridos durante a ditadura argentina são imprescritíveis. Essa mudança ocorreu em 2003, quando se assumiu a hierarquia constitucional e adesão à Convenção sobre Imprescritibilidade dos crimes de guerra e de lesa humanidade com a aprovação da Lei nº 24.584 de 1995⁴⁴⁹. As pesquisadoras argentinas María Sonderéguer e Violeta Correa discorrem sobre a importância da incorporação da perspectiva de gênero por parte da Suprema Corte:

[...] en la década de 1990, la incorporación de la perspectiva de género en la investigación de violaciones masivas a los derechos humanos en el mundo (en situaciones de conflicto armado o en procesos represivos internos) permitió identificar una práctica reiterada y persistente de violencia sexual hacia las mujeres. El debate jurídico a nivel internacional pudo entonces caracterizar la violencia sexual en el contexto de prácticas sistemáticas de violencia como una violación de los derechos humanos y, en 1998, el Estatuto de la Corte Penal Internacional la tipificó como crimen de lesa humanidad. [...] Si en los primeros años de la democracia, esas violencias fueron silenciadas, es necesario hoy avanzar en la incorporación de la perspectiva de género y la reflexión sobre el terrorismo de Estado. Es necesario hacer visible el impacto [...]. Hasta hace poco tiempo, ni en los juicios ni en las políticas de reconstrucción de la memoria o en las estrategias de reparación hubo realmente lugar para un tratamiento sustantivo de la perspectiva de género y su visibilidad en la esfera pública⁴⁵⁰.

Inegavelmente é muito importante identificar este tipo de crime, ofertar reparação específica e implementar medidas pedagógicas para esclarecer quão nefastas são as violações de direitos humanos que envolvem abusos sexuais.

Na Argentina, a definição destes crimes e a acusação e condenação de homens que, além de torturadores foram abusadores/estupradores, passou a ser reconhecida em 2007 quando o fiscal Federico Delgado concluiu que os crimes sexuais cometidos pelos agentes do TDE argentino deveriam ser considerados também crimes de lesa humanidade e, como tais, compõem um plano maior e sistemático de aniquilamento. Em 2009 o juiz federal Sérgio Torres, responsável pela etapa de instruções da causa ESMA, processou o chefe da inteligência deste centro, Jorge Eduardo Acosta (El Tigre) pelos crimes de estupro. Em 2010, as organizações CLADEM e INSGENAR prestaram um *Amicus curiae*⁴⁵¹ na causa nº 4.012,

por haver agido em virtude de obediência devida.

⁴⁴⁹ARGENTINA. Constitución de la Nación Argentina. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.csjn.gov.ar/Constitucion-de-la-Nacion-Argentina-Publicacion-del-Bicent.pdf>> Acesso em: 20 de set. 2015.

⁴⁵⁰SONDERÉGUER, op. cit., pp. 290-292.

⁴⁵¹*Amicus Curiae* é uma pessoa, um órgão ou uma entidade que possui um profundo interesse em uma questão jurídica e se envolve como terceira pessoa, que não os litigantes, movido por um interesse maior que os das partes envolvidas no processo. O termo é de origem latina que significa “amigos da corte”. Seu papel é servir como fonte de conhecimento em assuntos inusitados, inéditos, difíceis ou controversos, ampliando a discussão antes da decisão dos juízes da corte. A função histórica do *amicus curiae* é chamar a atenção da corte para fatos ou circunstâncias que poderiam não ser notados.

porém, não foi bem-sucedido, visto que o juiz e a Câmara de apelação de San Martín deram como falta de mérito a respeito dos delitos sexuais e consideraram que os mesmos foram mais eventuais do que sistemáticos e, por consequência, não poderiam ser definidos como crimes de lesa humanidade. Todavia, no mesmo ano, na Causa Horacio Américo Barcos (ex-agente civil de inteligência do Exército), no Tribunal Oral de Santa Fé, os dois juízes e a juíza responsável pelo julgamento reconheceram que os crimes sexuais ocorridos no marco do TDE se constituem em forma diferenciada de violência e devem ser definidos como crime de lesa humanidade e imprescritível:

[...] el 12 de junio de 2010, un fallo distinguió por primera vez al delito de violación sexual del tormentos, y dictaminó que para probarlo bastaba con los testimonios de las víctimas: el Tribunal Oral Federal N° 1 de Mar del Plata condeno a prisión perpetua al suboficial Gregorio Rafael Molina – ex jefe del centro Base Aérea de Mar del Plata – por violaciones reiteradas, agravadas entre otros delitos de lesa humanidad⁴⁵².

No ano de 2011 outros agentes foram condenados pela denúncia de uma sobrevivente que afirmou ter sido violentada reiteradas vezes durante os nove meses que ficou sequestrada em um centro clandestino na cidade de *Resistencia* (Mendoza). O ex-agente Albino Luis Borda também foi processado e recebeu prisão preventiva por abusos sexuais cometidos contra a desaparecida política Sara Fulvia Ayala de Morel. Diante de tais dados pode-se avaliar que no decorrer dos julgamentos que estão tramitando na Argentina, na atualidade, as denúncias sobre violência sexual nos CCD estão recebendo maior reconhecimento o que, possivelmente, se relaciona com a importante mudança jurídica em relação à possibilidade específica dessa tipologia de crimes. Violência sexual cometida no marco do TDE é atualmente acolhida pela justiça argentina como crime de lesa humanidade, diferenciado-a das inúmeras torturas, do sequestro e do desaparecimento, mas o debate sobre esta modalidade repressiva ainda é recente. Para a sociedade argentina esta questão é ainda polêmica e divide opiniões. Entretanto, há sobreviventes que romperam o silêncio e se prontificaram a levar adiante as denúncias sobre estes crimes. O trabalho de Miriam Lewin e Olga Wornat, de 2014, evidenciou essa tendência. De mesma forma, essa foi a diretriz que norteou o material produzido pelo grupo *Memoria Abierta*.

Los procesos concluídos enero de 2011 con la detención de los policías reconocidos y acusados por las víctimas de violencia sexual es considerado un “punto de inflexión entre la impunidad y la justicia” porque por primera vez se tipifica como delito de lesa humanidad una forma de la violencia del Estado que, habiendo sido utilizada en forma masiva y generalizada, hasta ese momento permanecía como territorio privado donde moraban solo las víctimas y sus historias⁴⁵³.

⁴⁵² Ibid., p. 293

⁴⁵³ BAICA, et. al., op. cit., p. 56.

Para Lewin e Wornat houve durante a transição política e no período pós-ditatorial um peso moral que recaiu sobre as sobreviventes. Por isso essas questões permaneceram em silêncio por tanto tempo. Elas alegam que nem entre sobreviventes era possível falar abertamente sobre o acontecido, pois não tinham uma compreensão, muito menos um consenso sobre o que haviam passado. Para as autoras, a sociedade argentina questionava as sobreviventes sobre a falta de resistência às investidas sexuais e os motivos que levaram a que não sofressem os “translados”, reforçando o entendimento machistas de que havia opções de resistência aos ataques sexuais. Logo, dentro desse entendimento, se essas mulheres haviam sobrevivido era porque se haviam “vendido”, se corromperam, viraram amantes dos militares e passaram para o lado da repressão. Ou seja, como se o que lhes aconteceu fosse evitável ou controlável e, se sobreviveram, é porque, de alguma forma, “associaram-se” à repressão: “[...] nuestros pares, hombres y mujeres, tanto en prisión como fuera de ella, en el país y en el exilio, seguramente nos calificarían de prostitutas y de traidoras si hablábamos”⁴⁵⁴. Percebe-se a compreensão de que as vítimas de violência sexual sentiram e sentem a necessidade de se calar para não serem julgadas, tachadas como prostitutas, traidoras da causa e da resistência. Ao encontro disso a pesquisadora Ana Longoni coloca:

La doble condición de putas y traidoras para abominar a mujeres sobrevivientes se origina, justamente, en que en sus cuerpos entregados al enemigo se inscribe, de una manera irreparable, la magnitud de esa derrota. ¿Resultará tranquilizador, para sus hombres, acusarlas de traidoras para encontrar una explicación que les permita mantener intactas determinadas certezas?⁴⁵⁵

Assim sendo, o medo de serem estigmatizadas no exílio, na prisão e no cotidiano de suas relações com o fim da ditadura, reforçou o silêncio entre as mulheres sobre os abusos sexuais e estupro. Não há como negar, quando se trata de agressões nos órgãos genitais para causar dor (choque elétrico ou espancamento, por exemplo), que os registros são inúmeros. Contudo, quando o assunto é estupro, o silêncio ou o número de denúncias diminui sensivelmente. Diante disto podemos inferir que por esses motivos as vítimas de abusos e estupro, em sua maioria, optaram por silenciar para não se expor e evitar “reviver” a violência como sendo da sua responsabilidade.

Tuvimos miedo de hablar, de revelar lo que habíamos visto. Sentíamos culpa, y llegamos a creer que realmente habíamos hechos cosas horribles para conseguir la libertad. Pero la verdad es que no teníamos una contestación para la pregunta que escuchábamos sobre la razón de nuestra sobrevivencia, y únicamente podíamos encogernos de hombros y bajar la vista. Muchos habíamos hecho lo mismo que nosotros y estaban muertos. Otros habían hecho lo contrario y también habían sido

⁴⁵⁴ LEWIN; WORNAT. op.cit., p. 21-22.

⁴⁵⁵ BAICA, et. al., op. cit., p. 65.

asesinados. No teníamos una explicación para el caos, la locura de campo del concentración⁴⁵⁶.

Mariana Joffily também avalia o sentimento de culpa que recai sobre as sobreviventes.

Um dos grandes problemas do delito sexual reside no fato de a suspeita também recair sobre a pessoa afetada. Se os sobreviventes de situações extremas carregaram a culpa por não terem vivido o mesmo destino de seus companheiros mortos ou desaparecidos, quem sofreu violência sexual teve dificuldade de subtrair-se de um sentimento de responsabilidade pela experiência traumática, o que tendeu a isolá-las no âmbito do privado e da vergonha⁴⁵⁷.

Essa culpa marginalizou as histórias que as vítimas de violência sexual sofreram, pois estavam, de certa forma, clandestinas, exiladas dentro delas, mesmo em tempos de democracia.

Continuariam essas pessoas, então, condenadas a uma outra espécie de *clandestinidade*: manter e arrastar histórias como se fossem pessoais/privadas, sem lugar na *história oficial*, sem lugar no campo político-social, envolvidas por uma espécie de “bolha”, deslocando-se através dos anos. Compreendemos que esta “bolha” – composta de *pedaços de vida e fragmentos de tempo* – é produzida, exatamente, no silêncio/silenciamento dos *atingidos*, dos considerados *não atingidos*, pelo silêncio e impunidade *dos que atingiram*, e pela exclusão de todas essas histórias dos anais⁴⁵⁸.

Essa mesma percepção teve BM89 quando esteve nas mãos de homens que tentaram convencê-la a assumir a culpa do abuso sexual sofrido, como se fosse um jogo que a desfavorecia, pois entendiam que as organizações de esquerda condenariam uma ex-militante que tivesse tido “intimidade sexual” com os repressores. BM89 relatou a situação à CNV:

[...] [Torturador] “Você está tendo prazer com o seu torturador?” E começava a bolinar o meu corpo todo. “E você sabe que o que seus companheiros vão dizer, que você gozou com um torturador?” “Você não vai poder sair da prisão, você vai ter que ficar do nosso lado porque se não nós vamos contar para os seus companheiros o que você fez aqui. Aí você vai ser julgada” e continuava a bolinar. Como eles sabiam que eu tinha adquirido uma epilepsia na segunda passagem, eu comecei a ter convulsão e cuspiam neles, para eles terem nojo e não continuarem aquilo, porque pra uma mulher a dor física é nada diante disso⁴⁵⁹.

Violência sexual, os abusos e estupros tornaram-se temas tabus do ponto de vista das discussões resultantes sobre as diversas formas repressivas que os governos ditatoriais manipularam para impor sua força, seu controle e o aniquilamento das presas políticas, tanto das que sobreviveram (em termos políticos e morais), quanto das que efetivamente foram assassinadas. BM89 ao relatar o que os seus algozes falavam ao torturá-la evidencia o quanto eles sabiam que o abuso sexual poderia “manchar” a vítima perante seus companheiros e

⁴⁵⁶ Ibid., p. 28.

⁴⁵⁷ JOFFILY, op. cit., p. 167.

⁴⁵⁸ Ibid., p. 55.

⁴⁵⁹ CNV: 00092.001123/2014-90.

familiares. Compreendia que os repressores tinham plena certeza de que as sequestradas poderiam até ser justiçadas pelas suas organizações e, conscientes disto, impunham abusos sexuais a fim de coagi-las, silenciá-las. A ideia de justificação entre os pares reforçou a utilização destas práticas e contava-se com o silêncio introjetado pela vítima para agir perversamente.

Além do medo de ser estigmatizadas, como apontaram Lewin e Wornat, ou de serem justiçadas, como relatou BM89, somado a ausência de espaços de escuta, outras duas questões fortaleceram o silêncio: 1) a impunidade dos agentes com relação aos crimes de modo geral; 2) a permanência de uma cultura que estigmatiza a sexualidade da mulher e valoriza um comportamento sexual agressivo, “predador”, nos homens. Nessa combinação de fatores, o poder foi percebido como tão ilimitado e a garantia de impunidade foi tão considerada pelos agentes que, ao praticarem as violações das vítimas, colocaram para “fora” seus desejos reprimidos. Como bem definiu Inger Agger:

Na situação de tortura, na qual uma parte tem poder físico ilimitado sobre a outra parte, os poderosos têm um pretexto político para viver apetites sexuais que normalmente não são aceitos. Dos testemunhos sobre os pesadelos da tortura se depreende que toda a situação está caracterizada por uma atmosfera onírica digna de criar associações com as coisas mais reprimidas do inconsciente. Impulsos sádico-anais, voyeristas, exibicionistas e homossexuais, normalmente proibidos, podem ser vividos livremente com o preso que, em sua situação de subjugado, encontra-se em um estado regressivo (Agger, 1988, pp. 231-241)⁴⁶⁰.

Tanto a violência infinita e a garantia da impunidade do agressor quanto a lembrança indesejada e revitimizadora e o estigma que recai sobre a presa política tornam-se situações profundamente nocivas e asfixiantes para aquela e perturbadoras para a sociedade como um todo

[...] a impunidade, dentro do corpo social, traria como uma das conseqüências mais graves um *segundo estímulo traumático* que iria ‘incidir sobre as feridas abertas deixadas pelo terrorismo de Estado, especialmente entre os afetados mais diretos, estendendo seus efeitos às gerações seguintes’⁴⁶¹.

A impunidade destes crimes serve como legitimação dos mesmos (e, infelizmente, como estímulo para outros). A valorização de um comportamento masculino sexualmente agressivo reforça a violência, em pequena e grande escala, contra pessoas identificadas com o gênero feminino, transgêneros ou com orientação sexual que não seja a heteronormativa. Além de toda uma estrutura militarizada existente nas instituições policiais que ainda bebem na fonte da Segurança Nacional e que continuam vendo os cidadãos e cidadãs - sobretudo os pobres e os negros - como inimigo interno. Segundo a pesquisadora Tânia Kolker:

⁴⁶⁰ Aput. Ibid., p. 52.

⁴⁶¹ BEKERMANN, apud. MOURÃO; JORGE; FRANCISCO. op. cit., p. 55.

[...] o Estado brasileiro já não adota a violência institucionalizada como política oficial, tampouco destruiu o aparato montado à época da ditadura e não demonstra disposição em punir os responsáveis pelas violações aos direitos humanos, passadas ou recentes, nem em investir o suficiente para capacitar as polícias a atuarem conforme a lei. Nosso modelo de segurança pública ainda é militarizado, repressivo e discriminatório; a Polícia Militar permanece subordinada ao Exército e continua a ser formada no espírito da Lei de Segurança Nacional [...]. Desde 1997, nosso país possui uma lei que define e criminaliza a tortura, mas até hoje ninguém foi condenado por tal prática⁴⁶².

Se analisarmos os padrões sexuais das corporações policiais, identificamos traços repressivos que enaltecem a virilidade, a força e o domínio do agente sobre os presos e as presas. Estes são comportamentos que antecederam às ditaduras, mas que também foram reforçados por elas. Infere-se que as ações violentas relacionadas à sexualidade e a um comportamento masculino padronizado foram fortemente reafirmadas dentro das corporações. Nas palavras de Huggins, Haritos-Fatouros e Zimbardo:

A masculinidade patriarcal ocidental – como o machismo latino-americano em particular – conquista sua força com a assimetria nas relações sociais, quer entre homens, quer entre homens e mulheres. Um modo importante pelo qual se manifesta essa assimetria é pela dominação sexual das mulheres pelos homens⁴⁶³.

Ao encontro disso a historiadora Débora D'Antonio reforça estas questões que envolvem os valores associados à masculinidade e o uso da violação como mecanismo que os reafirma na posição hierárquica de “macho alfa”, inclusive, contra outros homens:

La teoría de género resulta particularmente apropiada para comprender por qué la “penetración” de los presos en la tortura por parte del poder penitenciario militar presentaba un doble objetivo. Por un lado, proyectaba la desmasculinización de la víctima a través de la sodomización mientras los penitenciarios se constituían como sujetos institucionales y como sujetos sexuales. [...] Este acto violatorio en el que se sublima el pene a través de un instrumento fálico, como un palo de escoba, fue utilizado a la vez para reafirmar en los penitenciarios la (re)producción de su masculinidad. [...] el mandato de violación resulta de una estructura propia de la manufactura de la masculinidad⁴⁶⁴.

Se os homens que estão a serviço do Estado e, em tese, tem a função de proteger os cidadãos e as cidadãs do seu país, percebem que a violência sexual é algo natural e que esta reforça os seus valores masculinos, a mensagem transmitida para a sociedade é, também, que o natural e normal é a violência dele, homem, sobre o corpo da mulher ou sobre homens “delinquentes”, “afeminados” e/ou homossexuais, portanto, a impunidade gera permanências.

⁴⁶² KOLKER, Tânia. A tortura e o processo de democratização brasileiro. In: MOURÃO; JORGE; FRANCISCO. Op. cit., p. 43.

⁴⁶³ HUGGINS, et.al, op. cit., p. 173.

⁴⁶⁴ D'ANTONIO. Débora. **La Prisión em los años 70: Historia, Género y Política**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2016, p. 249.

Esta naturalização da violência sexual acrescenta o que destacamos sobre o estigma que as mulheres, vítimas de violência sexual, sofreram e sofrem até hoje. Desta forma, ao culpar uma mulher ou levantar suspeita de que ela foi a responsável pelo estupro, se dissocia o crime dos seus reais responsáveis pela violência e, ao mesmo tempo, se impõe a opressão do silêncio sobre a vítima. Tal silêncio contagia a todos que, de alguma forma, presenciaram ou sofreram essa violência, como um verdadeiro efeito dominó, nada se fala sobre ela e se pede sigilo ou anonimato nas denúncias, perpetuando um apagamento da violência e condenando as vítimas ao esquecimento.

Outro fator que reforça o silêncio entre as vítimas de violência sexual é a ausência de espaços e pessoas sensíveis, preparadas e dispostas a ouvir. Essa ausência de espaços de escuta que confortem e estimulem a denúncia é uma das causas responsáveis por um silêncio tão longo quando se trata de violência sexual aplicada de maneira sistemática e massiva. Provavelmente haveria menos medo se quem sofreu violência sexual encontrasse, em entidades de direitos humanos, comissões da verdade e espaços jurídicos, equipes preparadas para escutar sobre um tema tão delicado e de foro tão íntimo como é a violência sexual.

Entretanto, como foi dito, o cenário mudou. O final da década de 1990 e os anos 2000 dizem muito sobre a mudança na concepção sobre violência de gênero e violência sexual e isso refletiu, de certo modo, no mundo inteiro. Como bem lembra Joffily, no Cone Sul, por exemplo, a percepção das pessoas e das pesquisas acadêmicas de que a violência sexual foi utilizada como prática sistemática - principalmente nas mulheres - é bem recente. A sobrevivente BM19 relatou à CNV sobre esta mudança de visão com relação às formas diferentes de violência:

[...] eu sofri abuso sexual dentro do banheiro lá que todo mundo... [...]. Mas eu levei muito tempo pra me tocar que aquilo era um abuso sexual. Sabe por quê? Porque eu minimizava aquele episódio, porque afinal não era pau de arara, não era choque, não era cadeira do dragão. É muito louco isso. [...] Eu estava tão preocupada em salvar a minha família que aquilo pouco estava importando. Você se imola se for pela família⁴⁶⁵.

Para BM19 - sequestrada com a irmã, mãe, pai e irmão - a violência sexual tornou-se secundária diante da prisão da sua família e a preocupação com que poderia ser torturada. Diante disso, o abuso sexual sofrido não parecia tão terrível e apavorante quanto o pau de arara ou o choque elétrico nos seus, por exemplo. Entretanto, diante da pergunta da representante da CNV sobre se sabia “que o mecanismo de defesa de muitas vítimas de abuso sexual é minimizar” BM19 respondeu:

⁴⁶⁵ Depoimento CNV: 00092.000408/2014-11

É, mas pensa bem o seguinte. Você está dentro de um banheiro e você ouve os gritos de horror [...]. Que importância tinha aquilo ali se alguém estava sentado tomando choque ou num pau de arara? Eu levei muito tempo pra entender isso. Eu minimizava...[...]. Eu lembro até do Paulo de Tarso Vannuchi, o Paulinho Vannuchi, que ele escreveu pra mim na prisão e disse, não, porque ele estava fazendo uma denúncia das minhas tentativas de estupro. Eu falei: “Esquece isso”, porque aquilo não tinha importância, quem era eu? Porque que importância tinha aquilo se não sei quem tinha ido pro pau de arara, não sei quem foi pra cadeia do dragão. É uma bobagem, mas eu levei muito tempo. [...] E é muito interessante porque eu comentando, falando disso, acho que foia Amelinha que disse assim: “Engraçado, eu também fui vítima de abuso sexual e não me toquei [...]”⁴⁶⁶.

Fica evidente na fala de BM19 que a minimização da violência sexual sofrida no banheiro ocorreu porque para ela - bem como para muitas outras militantes sequestradas - a tortura e desaparecimento de pessoas representava algo de maior relevância que um toque em suas partes íntimas ou outras formas de abuso. Também porque muitas mulheres introjetavam, ainda, que violência sexual e de gênero faziam parte do âmbito privado, reforçando a lógica de naturalização da violência praticada contra as mulheres. Mesmo que o companheiro de militância tenha dito que BM19 foi estuprada no banheiro, a própria vítima da ação minimizou a questão por considerar a si mesma com menos importância que a violência que outros militantes, inclusive sua família, estava sofrendo. Essa situação passa por uma análise de gênero. As mulheres, nas sociedades machistas, vivenciaram e ainda vivenciam a dificuldade de se perceber como protagonistas da história, do mundo moderno e, obviamente, vítimas de experiências traumáticas. A naturalização de uma hierarquia de gêneros reforça a ideia de que o que se passa com as mulheres é secundário e elas precisam colocar suas dores numa gaveta, em detrimento da dor da família e sociedade, isso reforça o estereótipo de que mulheres têm o dom da maternidade, da abnegação e de valores judaicos e cristãos atribuídos à arquétipos femininos consagrados, como o simbolismo de Maria, mãe de Jesus.

A minimização da violência sexual, em detrimento de outras violências, está atravessada pelas questões de gênero.

Enquanto a tortura foi investida de um significado político que, a despeito de tudo, dignificava a vítima, o crime sexual confundia as fronteiras entre o público e o privado [...]. Do ponto de vista do enquadramento social, os abusos sexuais, na maior parte das vezes, foram tomados subjetivamente como um elemento privado e não como parte da violência do Estado, o que isolou, em seu sofrimento, as presas políticas que deles padeceram [...]⁴⁶⁷.

Diferentemente da tortura, que heroiciza a vítima, a violência sexual é interpretada como subjetiva, privada e sem característica política. Além do trauma e da vergonha carregada existem muitas sequestradas políticas, no Brasil e na Argentina, que podem ter sido

⁴⁶⁶ Idem.

⁴⁶⁷ JOFFILY, op. cit., 167.

atingidas com pequenos e grandes abusos sexuais, mas refutados ou suavizados diante da tortura, das mortes e dos desaparecimentos. O silêncio gerado em decorrência de abusos sexuais e estupro sofridos no passado não é tarefa fácil, indolor. A situação é tão limite que muitas vítimas se culpam - como se fossem cúmplices da violência - sofrem, choram e se calar.

Na Argentina esta situação limite foi destacada por Mirian Lewin e Olga Wornat, quando reiteram a existência de um sentimento de culpa nas vítimas de violência sexual.

No fue fácil. Algunas no quisieron hablar o pidieron que su nombre no fuera mencionado en el libro. Otras nunca devolvieron la llamada, ni respondieron nuestros correos. Muchas nunca denunciaron a sus abusadores. Lo que vivieron adentro de esse infierno es tan fuerte, complejo y doloroso, y dejó heridas tan hondas, que optaron por el silencio por razones que tienen que ver con la vergüenza y la humillación, y porque el tema continúa siendo un tabú para quienes venimos de la militancia política. Y también, por el temor de ser discriminadas o estigmatizadas por una sociedad, que a 38 años de la dictadura, todavía se rige por esquemas machistas y retrógrados con respecto a los abusos sexuales a las mujeres; un obstáculo difícil de vencer para muchas⁴⁶⁸.

Se mesmo com as condenações ocorridas após 2010 nos tribunais da Argentina o tema ainda é espinhoso, complexo e dolorido, o que podemos pensar sobre a situação das brasileiras? Foi possível constatar que muitas das ex-presas políticas do Brasil sofreram torturas sexuais e foram estupradas ou abusadas de forma sistemática, mas em termos de reparação e espaços de escuta, no Brasil a situação é bem mais delimitada, o que favorece o silêncio. Mariana Joffily corrobora e avalia que:

No caso brasileiro, não ocorreu a judicialização da transição política, como na Argentina [...], de modo que os espaços públicos de escuta para a violência ditatorial contra as mulheres, até muito recentemente, praticamente se resumiram ao “Brasil: Nunca mais”. Relatos de sevícias sexuais foram descritos em depoimentos como os reunidos na publicação “Luta, substantivo feminino”, porém, a violência sexual não recebeu atenção diferenciada em nenhum espaço⁴⁶⁹.

Além do *Projeto: Brasil, nunca Mais* e do Livro *Luta, substantivo feminino*, os espaços construídos entre as décadas de 1980 e início de 2000 sobre as questões que envolvem a violência de gênero e sexual foram pouquíssimos. Podemos lembrar o documentário, já citado, *Que bom te ver viva* da ex-presa política e cineasta Lúcia Murate, além da pesquisa da historiadora Ana Maria Colling, *A Resistência da Mulher à Ditadura Militar no Brasil*.

Com a determinação pela CIHD por uma comissão da verdade que restituísse os crimes ocorridos no período da ditadura, foi providenciado, dentro da CNV, um grupo de

⁴⁶⁸ LEWIN; WORNAT; op. cit., p. 35.

⁴⁶⁹ JOFFILY, op. cit., p 170.

trabalho específico para analisar as questões de violência sexual e de gênero. No ano de 2016, vinculado ao governo Federal e à Rede Latino-Americana de Justiça de Transição, foi realizado um estudo sobre os crimes sexuais e a justiça de transição na América Latina. Esta pesquisa elaborou uma linha do tempo que incluiu três gerações de Comissões da Verdade no mundo com tratamento desigual aos crimes sexuais e de gênero. O trabalho realizou críticas contundentes ao caso da CNV brasileira, que iniciou seus trabalhos em 2012, em um contexto histórico que já era pautado pela perspectiva de gênero, raça e classe para crimes de lesa humanidade. Porém, o esforço da CNV brasileira para trazer à luz os crimes sexuais e de gênero, ficou comprometido com alguns erros que limitaram essa denúncia e que pode ter colaborado com o reforço do silenciamento em certos casos.

Dos pontos relevantes que o Grupo de Trabalho sobre Crimes Sexuais e Justiça de Transição considerou como determinantes para uma melhor receptividade das vítimas, destaca-se a compreensão de que o gênero deve estar sempre presente e não só no grupo específico responsável por tomar os depoimentos das mulheres. Quer dizer, é importante que o viés do gênero esteja presente no olhar dos consultores e da equipe como um todo. Entre as considerações de maior relevância despontam:

A partir da análise de experiências de comissões da verdade, o ICTJ⁴⁷⁰ identificou três enfoques possíveis para a incorporação do gênero. O primeiro enfoque corresponde à incorporação da temática de gênero em todas as atividades da comissão, de modo que se converta em um princípio organizador durante todo o seu ciclo, desde a seleção e a capacitação de funcionários/as, até a realização de audiências e elaboração do relatório. [...] A segunda possibilidade consiste na criação de uma unidade especial que recebe a atribuição de se focar exclusivamente na temática do gênero. [...] o terceiro enfoque busca conciliar os dois primeiros e, assim, evitar seus respectivos efeitos colaterais. Propõe, como alternativa, tratar “el género como un tema global así como una área comum enfoque específico” (ICJT, 2006, p. 5). Para manter a pauta de gênero ativa durante o funcionamento cotidiano da comissão, é necessário contar com amplo respaldo político, conhecimento técnico especializado e estreitos vínculos com grupos feministas, capazes de pressionar e de sustentar o compromisso institucional com o tema⁴⁷¹.

Fica evidente que não basta incorporar a temática de gênero e delegar essa responsabilidade a um grupo específico, mas é preciso que em tudo que se investigue e se produza haja um olhar atento as questões de gênero e que aliado a esse olhar, se crie uma parceria com pessoas capacitadas ou que trabalham com estas questões, como grupos feministas ou intelectuais que conheçam os estudos teóricos, o debate social e as demandas políticas. Nesse sentido, a CNV brasileira cometeu o erro de definir um grupo de trabalho (Ditadura e Gênero) voltado às questões de gênero, mas sem especialistas no tema. Por outro

⁴⁷⁰ *International Centre for Transitional Justice.*

⁴⁷¹ CARVALHO, op. cit., p. 180.

lado, outros grupos de trabalho, como os que investigaram as questões indígenas, por exemplo, não colocaram um enfoque de gênero nas especificidades ocorridas com as mulheres indígenas, por exemplo.

No relatório final da CNV, no espaço dedicado às graves violações aos povos indígenas, há denúncias de violência sexual cometida por militares, agentes da Funai ou civis associados à ditadura. Consta, ainda, que mulheres indígenas, acabaram contraindo doenças sexualmente transmissíveis dos abusadores. No entanto, não há relação desses casos com os do capítulo específico à violência sexual e de gênero (do GT do mesmo nome). Ainda, no mesmo relatório, não entram outras questões que atingiram às mulheres para além da tortura e prisão política, caso do “controle” de natalidade. Em contrapartida, estas especificidades foram denunciadas na Comissão Estadual de São Paulo “Rubens Paiva”, pois a Comissão de São Paulo vinculou estas questões de gênero às políticas do governo ditatorial (caso de as políticas que atingiram as mulheres pobres, mestiças e negras).

Na questão populacional, a ditadura militar sustentou uma campanha de controle de natalidade direcionada à população pobre. Programa incentivado pelos Estados Unidos para os chamados *povos subdesenvolvidos*, a Bemfam (Sociedade Civil de Bem Estar Familiar) criada em 1965, fazia acordos com as secretarias de saúde dos estados por meio de subsídios e impunha, de forma autoritária e criminosa, a esterilização em massa. Havia ainda a falta de informação e orientação quanto ao uso de métodos contraceptivos nos serviços públicos de saúde. Como resultado desta política houve a queda drástica do índice de fertilidade no Brasil, inclusive em áreas de baixa densidade demográfica como o norte amazônico. Em Pernambuco, 18,9% das mulheres de 15 a 44 anos estavam esterilizadas, por meio de ligadura de trompas. Em Manaus, 33% das mulheres encontravam-se esterilizadas⁴⁷².

Estes dados apontados pela Comissão Estadual de São Paulo são significativos para dar conta das formas que a ditadura exerceu controle sobre a população mais pobre prejudicando, principalmente, as mulheres (sem contar o extermínio de populações socialmente vulneráveis, geralmente jovens negros nas periferias urbanas das grandes cidades). É preciso estar atento ao recorte de gênero, raça e classe, pois as atingidas pelo sistema de esterilização forçada foram mulheres, em sua maioria, pobres e de regiões de etnia dominante negra, mestiça ou indígena. O trabalho sobre os Crimes Sexuais e Justiça de Transição na América Latina considera outros problemas que atravessam a questão de gênero, raça e classe e que devem ser destacados:

Apesar de oferecer uma contribuição importante, o capítulo da CNV apresenta sérias lacunas no tratamento do tema da violência sexual. Em primeiro lugar, não há dados estatísticos sobre as violações ou elementos sobre o perfil das vítimas. O capítulo

⁴⁷² SÃO PAULO, Comissão Estadual da Verdade. Relatório. Tomo I – Parte II – Verdade e Gênero. p. 2. Disponível em: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/downloads/I_Tomo_Parte_2_Verdade-e-genero.pdf> Acesso em 14 de jan. de 2018.

não informa sequer quantas vítimas foram ouvidas pelo GT Ditadura e Gênero e, entre elas, quantas relataram ter sofrido abusos sexuais e de quais tipos. A inexistência de qualquer levantamento quantitativo impede uma análise mais aprofundada não só com respeito à expressão numérica da violência sexual, mas também sobre os padrões e métodos empregados pela ditadura brasileira. Ressalte-se, ainda, a ausência de um enfoque interseccional que leve em conta a posição social, a origem rural e camponesa e a identidade étnica das mulheres atingidas⁴⁷³.

De fato, ao analisar a documentação realizada pelo GT Ditadura e Gênero da CNV tais dados são difíceis de encontrar. Na maioria das vezes localiza-se a região que as depoentes nasceram, datas de nascimento - o que possibilita saber a faixa etária das vítimas - e locais onde as ex-presas estiveram sequestradas, mas não há informações que permitam realizar um recorte de etnia ou classe. Dos documentos analisados para esta pesquisa os únicos que possuem informações que possam indicar o perfil socioeconômico são os da Ceiep/RS⁴⁷⁴, porém, salvo o caso de BM5, que informa sua etnia (porque além de sofrer violência física e psicológica, sofreu maus tratos por ser mulher negra). Nos outros casos não foi possível realizar este recorte, mas foi possível identificar mulheres ligadas ao campo, através da profissão informada e pelos motivos alegados pela ditadura para prendê-las, como provável atuação no Grupo dos 11 ou por demonstrarem simpatia por Leonel Brizola, por exemplo. Os documentos do *Projeto Brasil: Nunca Mais* mantêm o mesmo padrão de informações (data, local de nascimento e profissão/ocupação), o que também dificulta a realização de um recorte étnico. As fontes analisadas da Argentina tampouco informam sobre etnia ou classe social.

Por fim, o grupo que pesquisa os Crimes Sexuais e a Justiça de Transição ressaltou a importância de criar espaços de escuta propícios e adequados para que as vítimas possam falar em um clima confortável e de confiança, sugerindo métodos que se adéquem ao tema.

Uma das técnicas [...] consiste em evitar abordagens bruscas ou excessivamente diretas que podem agredir a pessoa ouvida. Incentiva-se a criação de um clima de confiança, iniciando a entrevista com explicações sobre o trabalho da comissão e das violações consideradas, incluindo a violência sexual, todas tratadas com a mesma importância. Essa abordagem permite que as mulheres reconheçam as violações sofridas a partir da caracterização apresentada e sintam-se seguras e à vontade para contar o que viveram⁴⁷⁵.

Ao encontro desta questão, Maria Amélia Teles entrevistada por esse grupo fez a seguinte crítica à CNV:

[...] em relação à Mulher, Verdade e Gênero, francamente eu não vi esse trabalho acontecer, porque começaram com aquele formulário, que era absurdo. Você chegar na mulher e perguntar se ela foi estuprada, se foi no ânus, se foi duas vezes; o que é

⁴⁷³ CARVALHO, op. cit., p. 200.

⁴⁷⁴ Os demais conjuntos documentais analisados: CNV, *Projeto Brasil: Nunca Mais* (Brasil), CONADEP, CADHU e Fundamentos das sentenças dos julgamentos (Argentina) não informam dados detalhados sobre o perfil das vítimas, o que inviabiliza traçar um perfil socioeconômico e/ou étnico.

⁴⁷⁵ *Ibid.*, p. 205.

aquilo, gente? Eles pegam um formulário da ONU, que não sei nem porque fez aquilo, você não vai conversar com a mulher. Quem fez essa comissão não se deu conta do contexto histórico e político da nossa sociedade. Primeiro você tem que ouvir muito para depois propor um formulário, se é o caso. Chegar para as mulheres e perguntar aquilo foi absurdo. Eu nunca responderia aquilo⁴⁷⁶.

O que Amélia argumenta é de extrema importância, pois este tipo de abordagem reforça o silêncio de quem sofreu esse crime, fortalecendo os discursos dominantes que naturalizam a violência sexual e culpam as vítimas. O espaço para escutar as vítimas deve ser sensível a estas questões e proporcionar um ambiente de acolhida, aconchego e confiança. A metodologia de apresentar um documento, como um questionário, com as possíveis formas de violência sexual que a/o depoente possa ter sofrido é agressiva, fria e impessoal para um tema tão íntimo e que envolve inúmeras questões consideradas tabus, por serem subjetivas, de fundo emocional e traumáticas. Amelinha informou que se negou a preencher tal documento e que nem foi ouvida pelo grupo de trabalho da CNV. Além disso, criticam o fato da CNV ter utilizado sua experiência como mulher militante, mãe e vítima de violência sexual para o relatório final, sem ter concedido depoimento: “La propia Amelinha, aunque citada diversas veces por el capítulo de la CNV sobre violencia sexual, no fue oída por el GT Dictadura y Género.”⁴⁷⁷.

Como foi dito, o silêncio, a ausência de denúncias e de um debate da sociedade civil sobre gênero, violência de gênero e violência sexual acabam por fortalecer os discursos que minimizam, naturalizam e banalizam atos assim. Há quem defenda ou justifique que a violência (na forma de tortura ou violência sexual) contra a oposição foi aplicada em quem “mereceu”, reforçando assim o estigma de adjetivos pejorativos como “terrorista” entre outros⁴⁷⁸.

Maria Amélia Teles é notoriamente conhecida como ativista feminista na luta contra o esquecimento e impunidade dos crimes da ditadura brasileira, bem como dos crimes de gênero do mesmo período. Muitos são os registros (entrevistas, depoimentos e textos) que têm oferecido sobre sua experiência de vida durante o regime repressivo, particularmente enquanto estava na condição de sequestrada, sendo torturada no DOI-Codi, inclusive pelo falecido torturador Carlos Brilhante Ustra. Em um vídeo disponível na plataforma digital Youtube, “Estupros eram constantes dentro do DOI-Codi, afirma Amelinha Teles” há vários

⁴⁷⁶ Idem.

⁴⁷⁷ Ibid., p. 454.

⁴⁷⁸ Exemplo disso é a fala do deputado Jair Bolsonaro, que sintetiza uma percepção que parte da sociedade brasileira aceita e valoriza quanto os crimes cometidos pela ditadura contra os “terroristas” (práticas que incluem tortura, violência sexual, assassinato e desaparecimento de pessoas).

minutos dedicados à violência sexual. Na parte inferior da página há comentários de “anônimos” que enaltecem e justificam a violência sofrida. Estes internautas insultam a militante com jargões clássicos como, “comunistas filhas da puta”, “viva coronel Brillhante Ustra”, ou discursos de o “outro lado da história” que deveria ser contado. Abaixo segue imagem dos comentários que foram destacados em cor vermelha.



Fonte: YouTube.

Na Figura 9 há a reivindicação de que se aponte o “outro lado da história”, ideia fortemente divulgada por setores que apoiaram a ditadura ou por militares que alegam ter havido crimes produzidos pelos que estavam na resistência. No quadro abaixo, observamos outro tom do discurso existente, que legitima o uso da violência para combater pessoas que portem ideias opostas, fala que se aproxima do discurso fascista. Tal fala tornou-se possível a partir da impunidade dos crimes da ditadura e da personificação de “ídolos” políticos de direita na mídia, que bradam por justicamento e eliminação de pessoas, quebrando o “pacto” de uma sociedade democrática e de direito. Em outro comentário vemos uma contradição entre o negar a existência de uma ditadura e a reclamação de que, ao invés de anistia, deveria ter havido eliminação em massa dos “comunistas”. Existem perfis falsos na internet que escondem ranços e ódios, que fazem apologia da ditadura e da sua dimensão violenta. Eles têm rosto e nome e se encorajam diante de pessoas públicas, famosas, que também fazem apologia à violência.

Figura 10 – Comentários YouTube II



Fonte: YouTube.

O fato é que se as mulheres brasileiras e argentinas viviam em sociedades estruturadas pelo machismo antes dos regimes ditatoriais, com a implantação do TDE, o machismo existente nos agentes - culturalmente fortalecido pelo meio em que viviam - evidenciou ainda mais a discriminação de gênero. Os agentes atingiram as mulheres na mesma medida que atacaram os homens, mas com um porém a mais. Atacaram-nas no campo da subjetividade, na moral. Seus corpos foram maltratados em todos os sentidos e foram alvos de abusos sexuais. Estas mulheres foram recolocadas nos seus devidos “lugares” conforme a hierarquia machista.

No confronto entre torturadores e militantes mulheres, à oposição de idéias políticas e visão de mundo somavam-se as desigualdades de gênero. Para o agente de segurança, a alteridade que o distanciava do inimigo não poderia ser mais completa. A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia. [...] A condição de mulher das oponentes é tomada como um dado a mais a aumentar o fosso que os separa; e utilizada como ferramenta de humilhação e de destruição da auto-estima do outro⁴⁷⁹.

Ao encontro das observações de Mariana Joffily podemos ilustrar esta questão que diferencia a condição da mulher e do homem militantes na fala de BM107, presa em 1971, aos 25 anos, e levada às dependências da Aeronáutica e do Exército.

[...] essa questão da violência é algo seríssimo contra a mulher, isso que eu digo hoje, ainda no século XXI você vê que na Nigéria eles pegam as meninas, seqüestraram, vocês não sabem onde estão e o que fizeram, é inacreditável essa situação que a gente vive. A gente como figura feminina. Ser mulher não é fácil, não é. Principalmente em situações extremas dessas, com violência. É aonde a mulher mais sofre, é essa situação⁴⁸⁰.

Com o fim das ditaduras de SN, as mulheres submetidas à violência sexual e/ou de gênero continuaram carregando suas dores, escondendo suas marcas físicas e traumas, ocultando suas memórias de violência sexual, sentindo-se marginais diante de tantos crimes. A ausência de espaços voltados para escutar - com a devida sensibilidade - reforçou ainda mais o segredo sobre esta violência. Hoje se reforça a visão de que só se avançou nessas

⁴⁷⁹ JOFFILY, op. cit., p. 230.

⁴⁸⁰ CNV: 00092.001137/2014-11.

questões porque houve forte demanda feminista nos países aqui investigados, o que se reflete como em políticas de conscientização, valorização, memória e justiça (principalmente no caso da Argentina). Essa demanda busca tornar evidente o que ocorreu no passado e mostrar que cada vez que uma mulher silenciou e silencia sobre um ato de violência de gênero e/ou sexual fortalece a naturalização e banalização dessas práticas, o que, provavelmente, estimula sua persistência contra as gerações futuras de mulheres.

Ao romper com o silêncio, as vítimas ajudam a fortalecer as leis que foram criadas para reparar pessoas atingidas por tais crimes, ou seja, como elas. A advogada María Celina Berterame reflete sobre as formas reparatórias aos delitos sexuais:

En cada una de las entrevistas realizadas en el marco de la presente investigación, la violencia sexual apareció como aquello que há producido un daño diferencial en las mujeres víctimas. [...] En los hechos, la tortura puede implicar infinidad de actos aberrantes, pero la violencia sexual, y en especial la violación, son para las víctimas mucho más que tortura, y es por ello que la reparación que se origina en estos hechos de violencia, debe comenzar con el reconocimiento formal de la existencia diferenciada de este tipo de delito, a los fines de visibilizar se la particularidad de esta criminalidad, y, así, poder tomarse medidas de reparación adecuadas⁴⁸¹.

Ou seja, invisibilizar a violência sexual e interpretá-la como parte da tortura é perpetuar as práticas violentas e machistas do presente. Antes de qualquer justa reparação - que é extremamente importante - é preciso que haja um reconhecimento formal do Estado, bem como dos grupos vinculados aos Direitos Humanos, de que a violência sexual é diferente da tortura e de que, em cenários conturbados, como os das ditaduras, as mulheres são atingidas em vários âmbitos justamente por sua condição feminina. Por isso mesmo, se faz necessário uma pedagogia em Direitos Humanos que dê conta destas noções e que diferencie um ato de tortura, tortura sexual, abuso, estupro e outras formas de violência que tem implicações de gênero. Uma educação com perspectiva interseccional pode favorecer a ampliação do olhar para os estudos do passado e desenvolver uma consciência de respeito para o futuro.

O silêncio, o segredo e a ausência de espaços adequados para ouvir as vítimas são fatores que não contribuem para que se mude uma sociedade machista. Entretanto, além de políticas específicas necessárias deve-se compreender que há ainda outros elementos, como o trauma residual e permanente nas vítimas de violência, seja sexual, física ou psicológica. É sobre esta questão que trataremos no próximo item.

⁴⁸¹ BERTERAME, op. cit., p. 280.

4.3 SILÊNCIO OU ESQUECIMENTO? TRAUMAS DA TORTURA, DA VIOLÊNCIA SEXUAL E DO TERRORISMO DE ESTADO

Para entender o silêncio majoritário que existe entre as vítimas de violência sexual é preciso, da parte de quem estuda e reflete sobre isso, perceber que em muitas situações foi uma das saídas para amenizar a dor. Não a dor da agressão, do choque elétrico ou de ter o corpo maculado por objetos, ou por um, ou mais de um homem, mas a dor do trauma, a dor da alma. Não relatar certas experiências significa poupar a si mesma de ser julgada e condenada moralmente. Quando o TDE dos países investigados permitiu e incentivou o uso da violência sexual dentro dos espaços de tortura, tais ações, de certa forma, foram entendidas como algo que ficaria impune e vingou a ideia de que quem as sofreu jamais as revelaria. Os agentes apostaram na impunidade e no silêncio. Caso os sobreviventes um dia revelassem a barbárie sofrida teriam que lidar também com a vergonha e a pecha da dúvida sobre si. Ou seja, sofreriam mais uma vez e teriam sua moral afetada. Além disso, as políticas de desmemória acobertaram, ainda mais, os criminosos de estado ao fazer crer que tudo era tortura, ignorando as especificidades de práticas ou violências tão degradantes quanto à tortura, como a violência sexual. Novamente utilizamos um trecho da fala de BM89 que explica como a dor da violência sexual torna-se, talvez, mais nefasta que a dor e trauma da tortura:

[...] muitas mulheres acreditaram que iam ser denunciadas e se calavam pro resto da vida. Eu não tenho direito de falar delas, mas é lamentável que elas tenham se calado. O medo de ser delatada, isso foi a coisa pior que existiu na tortura de gênero. [...] De qualquer maneira eu fui estuprada como todas as outras. Não vou dizer que não fui porque fui. Mas vamos dizer que não houve uma penetração física [...]. A violência física você até esquece. Mas essa não dá porque ela desintegrava a tua pessoa te tratava como uma prostituta⁴⁸².

Mesmo que BM89 tenha consciência da importância em diferenciar o que ocorreu com as mulheres nos centros clandestinos de tortura e verbalize o que lhe ocorreu, vale ressaltar que, para a maioria das vítimas destes crimes, o ato de falar, principalmente em público, não é fácil, pelo contrário, quase sempre é doloroso. Além do mais, BM89 ao afirmar que sofreu estupro - mesmo sem penetração - é porque entende que o abuso sexual sofrido foi tão nocivo quanto um estupro com penetração. Já BM32 ressalta a dificuldade de falar sobre a violência de gênero que lhe foi impingida, mesmo que seu depoimento tenha sido escrito a efeitos de buscar alguma forma de reparação:

⁴⁸² CNV: 00092.001123/2014-90

É difícil para mim repetir neste documento tantas obscenidades, tantas ameaças; difícil, também, demonstrar a dimensão do terror e dos traumas que isto me causaram. Difícil também para mim relatar os tantos problemas morais, psíquicos e orgânicos que tais torturas me causaram e que até hoje ainda persistem⁴⁸³.

BM32 é um exemplo do que foi apontado sobre a existência de um silêncio proposital, praticamente um segredo, mas ela tem consciência que, como consequência do que sofreu, adquiriu sequelas de ordem física e psicológica. Para muitos psicólogos e psiquiatras o trauma do abuso/estupro não é esquecido, apenas ignorado, a vítima acaba aprendendo a conviver com a dor. Além de não ser superado, com o passar dos anos as sequelas desta violência geralmente alteram o comportamento das vítimas, afetam sua personalidade e autoestima e pode gerar distorções cognitivas sobre si e sobre o mundo. Em muitos casos, mulheres abusadas costumam desacreditar na figura masculina. Os homens que delas se aproximam, podem ser vistos como potencialmente abusadores. A vítima passa a viver uma gangorra entre o confiar e o desconfiar. Outras acabam tendo sua vida sexual prejudicada, pois transferem para a sua relação pessoal seus medos, revivendo as cenas de horror do abuso/estupro. Como enfatizou BM20:

Apenas posso dizer que levei anos para conseguir ter uma vida sexual plena, porque não conseguia relaxar. Agradeço o carinho e compreensão do meu ex-marido, pai de meus filhos, foi graças a ele que consegui resgatar minha sexualidade⁴⁸⁴.

O abuso sexual, seja no âmbito privado ou em situações extremadas, não deixa de ser uma invasão perversa do corpo à força, mesmo que seja “sutil” ou sem agressões físicas. Para a vítima tudo é violência, pois está contra a sua vontade no ato do abuso. Consequentemente, a sua percepção é que seu corpo é um objeto passível de ser violado, o que altera sua autoestima no decorrer do tempo como seqüela do ocorrido. Seu corpo foi um mero veículo de prazer para o outro sem que seus valores e desejos tenham sido considerados dignos de respeito. Seu corpo não foi mais seu e a sua intimidade foi violada, desrespeitada e ferida.

Com o fim das ditaduras, os sobreviventes tentaram retomar uma vida “normal”. Voltaram a estudar, trabalhar e muitos nunca deixaram de lutar em memória dos companheiros assassinados ou desaparecidos e pela busca de esclarecimentos do que passou nos anos das ditaduras - pois já não viviam mais a opressão da clandestinidade, do exílio ou da prisão política. Viver e sobreviver foi preciso, independente do que ocorreu e foi assim que muitas vítimas de violência sexual tentaram se colocar diante de um mundo que não parou para que elas, com doenças emocionais, pudessem curar suas feridas. A partir daí, essas

⁴⁸³ CEIEP/RS: 3295-1200/98-2.

⁴⁸⁴ Ceiep/RS: 6847-1200/98-0.

vítimas passaram a viver o segundo estágio do trauma. Precisavam seguir em frente mesmo com toda a defasagem emocional.

Há sobreviventes que utilizaram como fuga, para compensar a dor, a minimização do ocorrido, como o exemplo citado anteriormente; outras canalizaram essa dor para a luta por outras dores, deixando no limbo as suas pessoais. Houve quem não resistiu viver com o trauma da tortura, violência sexual ou até mesmo dos fantasmas da ditadura; nesses casos, num impulso de desespero encerrou a própria vida, optando pela morte. Não foram poucos os casos de suicídio ou tentativa de suicídio de pessoas que passaram pela experiência da tortura e das diversas formas de violência do TDE. O suicídio acabou sendo para alguns sobreviventes da repressão uma saída extremada para estancar a dor. Estes sobreviventes não conseguiram recuperar suas vidas, seu cotidiano e uma rotina normal, deixando de ser sobreviventes e tornaram-se vítimas fatais. As sessões de tortura permaneceram enraizadas em suas mentes; o desespero pelo trauma não superado, transformou a vida em um “inferno” que, em diversos casos levou ao suicídio como possibilidade de colocar um ponto final nesse longo sofrimento carregado por uma dor incurável, dor cujo tratamento parecia estar fora dos profissionais da área da saúde. Para essas pessoas, não houve tratamento psicológico ou psíquico que amenizasse os resquícios do que viveram.

Em termos masculinos é emblemático o caso do suicídio do Frei Tito de Alencar, quem não aguentou conviver com as dores, fraturas psicológicas e físicas deixadas pela repressão. Frei Tito foi sequestrado em 1969 e nos porões da ditadura brasileira, usando o jargão dos torturadores, foi “quebrado” pela equipe do delegado Fleury e dos seus asseclas. A partir deste momento Frei Tito foi morrendo aos poucos, deixando de ver sentido na vida, convivendo com os fantasmas das sessões de tortura vivenciadas. No exílio, Frei Tito passou por cima de seus dogmas religiosos e resolveu cessar seu martírio.

Outro caso significativo e trágico é o da brasileira Maria Auxiliadora Lara Barcellos (Dora), que militou na Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares. Em março de 1969 ingressou na clandestinidade para se proteger, no Rio de Janeiro. Porém, em novembro do mesmo ano, foi presa e levada para o quartel da Polícia do Exército, na Vila Militar. Junto com dois companheiros de militância, presos no mesmo dia e no mesmo aparelho, foi terrivelmente torturada. Um dos rapazes, Chael Charles Schreier, 24 horas após, morreu em decorrência da tortura. Em 1970, Maria Auxiliadora depôs na 2ª Auditoria Militar da Marinha e denunciou que o tinha acontecido com ela e seus dois companheiros. A sua denúncia consta do *Projeto Brasil: Nunca Mais*.

[...] que nesta sala foram tirando aos poucos sua roupa; [...] que um policial, entre palavras de baixo calão, proferidas por outros, ficou à sua frente como traduzindo manter relações de sexo com a declarante ao tempo que tocava seu corpo, que esta prática perdurou por duas horas; o policial profanava os seus seios e usando uma tesoura, fazia como se fosse seccioná-los; - que, entre semelhante prática, sofreu bofetadas já quando à sala – vieram cerca de quinze pessoas; que abriram a porta da sala em seguida e se dirigiram à sala contígua interpelavam a Chael e Antônio Roberto como era a declarante, sob o prisma sexual, que não era mulher para um só, cabendo ser satisfeita pelos dois; que, em seguida um dos policiais tentou encostar na declarante [...] Chael e Roberto saíram da sala onde se encontravam, visivelmente ensangüentados, inclusive no pênis [...] que nesta unidade do Exército, os três foram colocados numa sala, sem roupas; que, inicialmente chamaram Chael e fizeram-no beijar a declarante toda e, em seguida chamaram Antônio Roberto para repetir esta prática, empurrando a cabeça dele sobre os seios da declarante e repetindo que ele a tanto estava habituado; que depois um indivíduo lhe segurou os seios apertando-os, enquanto outros torturadores lhe machucavam [...] ⁴⁸⁵.

Maria Auxiliadora sofreu múltiplas formas de tortura e violência sexual. Seu corpo foi utilizado como instrumento de prazer dos torturadores e como um meio para atingir seus companheiros. Percebe-se também pela forma que foi abusada e violentada, que sua militância e o fato de estar detida em um local clandestino com dois companheiros de militância instigou a perversidade e o *voyerismo* dos policiais que julgaram que Maria Auxiliadora praticava sexo com os dois, reforçando a ideia que tinham sobre as mulheres que militavam politicamente, ou seja, que o faziam para conseguir relacionamentos sexuais e não por uma causa política, por isso usaram a relação entre os três para manipular uma situação de abuso e constrangimento para todos.

Maria Auxiliadora fez parte do grupo de 69 pessoas trocadas pelo embaixador suíço sequestrado e foi banida do país. Chegando ao Chile, em 1971, concedeu depoimento para o documentário estadunidense *Brasil: o relato de uma tortura* sobre as torturas que estavam ocorrendo no Brasil. Mais tarde, com o golpe de Estado no Chile, Maria Auxiliadora ficou asilada por seis meses na Embaixada do México até conseguir sair do país. Posteriormente passou pelo México, Bélgica e França até fixar residência na Alemanha, quando retomou seus estudos de medicina e tentou instaurar uma nova rotina de convivência, mas na condição de exilada. Porém, em 1976, Maria Auxiliadora não suportou mais carregar a dor que vivenciou no quartel da Polícia do Exército e acabou se jogando nos trilhos de um metrô em Berlim. Antes dessa dramática atitude escreveu o que sentia:

Foram intermináveis dias de Sodoma. Me pisaram, cuspiram, me despedaçaram em mil cacos. Me violentaram nos meus cantos mais íntimos. Foi um tempo sem sorrisos. Um tempo de esgares ⁴⁸⁶, de gritos sufocados, um grito no escuro ⁴⁸⁷

⁴⁸⁵ **Projeto Brasil:** Nunca Mais. TOMO V, vol. 3. p. 69.

⁴⁸⁶ Esgares é o plural de esgar: expressão de escárnio, de desdém, de menosprezo.

⁴⁸⁷ SÃO PAULO, Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos (1964-1985). Op. cit., p. 655.

O desabafo de Maria Auxiliadora reforça a complexidade da violência sexual e o quanto isso a afetou. Podemos inferir - sem menosprezar os traumas que provém de outras formas de tortura, como choque elétrico - que uma das maiores feridas emocionais dela foi ter passado por atos de sodomia, reiterando, que teve todos os seus “cantos do corpo mais íntimos” violentados, como declarou na 2ª Auditoria Militar da Marinha ainda no ano de 1970.

A violência do TDE foi tão implacável e deixou tantas marcas que existem diversos casos de suicídio ou tentativas do mesmo, como fuga para a dor. Isso ocorreu, por exemplo, com BM86. Em entrevista concedida à CNV lhe foi perguntado se sua mãe sabia que fora vítima de violência sexual, ao que respondeu que sim, mas que havia um pacto de silêncio sobre isso:

Sabia, sabia! Ela sabia, mas mesmo assim, quando nós fomos soltos... ninguém fala. Ninguém fala. Ninguém falava disso. [...] Na primeira semana, depois, quando eu voltei em casa, eu tentei me suicidar. [...] Tentei com os remédios. O que fiz foi... eu tomei os remédios, isso em julho, não é? Então, frio em São Paulo. Eu sai da cama no meio da noite e entrei na piscina [...]. O [marido] me ouviu sair da cama, então ele veio, me salvou! Mas eles me levaram para um sanatório na Granja Julieta! Onde eu fiquei...eu vou dizer, três semanas[...]⁴⁸⁸.

Ainda no mesmo depoimento BM86 fala sobre seu desejo de morrer e o quanto a violência que ela e seu marido passaram afetou o casamento e o comportamento de ambos:

[Entrevistador CNV]: Você tinha vontade de morrer?
 [BM86]: Eu tinha! Eu não queria sobreviver de jeito nenhum. E o meu casamento não...
 [Entrevistadora CNV]: Que acabava de começar? Não é?
 [BM86]: Que acabava de começar, a gente... o [marido] começou a beber. Bebeu, bebeu, bebeu! Muito, muito e muito!
 [Entrevistadora CNV]: Tornou-se alcoólatra?
 [BM86]: Tornou-se alcoólatra!

Da mesma forma, BM20 também buscou o suicídio como recurso para terminar com o sofrimento que permanecia dentro dela:

Em 1982, aos 34 anos de idade, entrei em depressão profunda e tentei me suicidar ingerindo soníferos. Quando recobrei a consciência estava em um hospital e jurei para mim nunca mais me acovardar desta maneira. De lá para cá, tive outras crises depressivas, mas passei a encará-las de forma construtiva⁴⁸⁹.

Muitas outras vítimas do TDE apresentaram sequelas emocionais e necessitaram de acompanhamento psiquiátrico e/ou psicológico para sobreviver, já que para estes a morte não era uma solução. Nos processos da Ceiep/RS foi possível identificar vários dossiês que

⁴⁸⁸ Depoimento CNV: 00092.000107/2014-80.

⁴⁸⁹ Ceiep/RS: 6847-1200/98-0

contaram com um documento emitido por psiquiatras e/ou psicólogos atestando transtornos de ordem emocional. A maioria dos casos foi classificado como doenças geradas por estresse pós-traumático. Esta documentação, por se tratar de um dossiê utilizado para fins reparatórios, descreve no início de cada processo as sequelas físicas e emocionais de quem relata, como em relação à situação de BM11. Neste caso, o médico psiquiatra Flávio Strohschoen Pinto fez uma descrição completa das sequelas pós-prisão:

Por todas essas situações traumáticas passadas, (BM11) teve seus projetos de vida completamente frustrados e mudou seu comportamento social, tornando-se uma pessoa insegura, tímida, tensa, preocupada, com dificuldade de fazer novos planos em sua existência. Ressalta que observa sua dificuldade para lembrar fatos e pessoas que têm alguma vinculação com a época de sua perseguição. Passou a ser uma pessoa desconfiada, com sentimentos de solidão e de tristeza, sem ter muita segurança na execução de tarefas rotineiras, alterações do sono e, às vezes, pensa que algo de grave está acontecendo com seu corpo e com sua mente. Tem dificuldades para lembrar certos fatos passados e não gosta de que as pessoas comecem a lhe fazer perguntas. Percebe que passou a ter medo de sair à rua sozinha e a sentir medo sem causa aparente.

As funções psíquicas estão conservadas, com exceção da afetividade, do pensamento e da memória. Na área da afetividade observam-se humor depressivo, sentimentos de frustração e de rejeição, labilidade emocional, ansiedade, inquietude e irascibilidade; quanto ao pensamento, pode-se observar ideias de conteúdo persecutório e de auto-referência; lapso de memória para fatos recentes e lacunas mnêmicas referidas ao passado caracterizam suas alterações de memória. [...] A sintomatologia presente e as características do comportamento social atual [...] são compatíveis com o diagnóstico de “alteração permanente de personalidade após experiência catastrófica” (F62.0 da CID-10), relacionado fundamentalmente com sua história de prisão, torturas e perseguição acima relatada⁴⁹⁰.

Da mesma forma, o médico psiquiatra Jaime Ribeiro Daisson atestou as sequelas de BM14, presa em 1971 na cidade de Porto Alegre e levada para o Dops. A depoente alegou não ter nenhuma vinculação política e que foi presa por uma acusação de prestar serviços de datilografia a movimentos políticos. Dentre as torturas e constrangimentos que sofreu ressaltou o medo de ir ao banheiro, pois sempre era acompanhada por um policial sem poder fechar a porta: “para tomar banho também a porta permanecia aberta” e as mulheres sofriam “pelo vexame e receio de uma invasão”⁴⁹¹. No parecer do seu médico consta:

Declaro que [BM14] [...] foi tratada por mim, no período de fevereiro a julho de 1974. Na ocasião apresentava um quadro de depressão, angústia e pânico (temor de suicídio), com sono muito perturbado por pesadelos, por força da repressão da ditadura militar, perda de emprego, prisão e tortura moral e psicológica⁴⁹².

A médica psiquiátrica Miriam Porciúncula Gomes de Freitas, de BM25, relatou situação semelhante à de BM14 e BM11:

⁴⁹⁰ Ceiep/RS: 0889-1200/98-9.

⁴⁹¹ Ceiep/RS: 1425-1200/98-1.

⁴⁹² Idem.

Declaro ainda que o tratamento foi necessário por força de sequelas psíquicas, decorrentes dos traumas passados em período que a paciente esteve presa por motivos políticos, no início da década de 1970, oportunidade que sofreu torturas física e mental, maus tratos e sevícias em presídios situados nas cidades de São Paulo e Porto Alegre.

Em decorrência dos referidos traumas, a paciente apresentou sintomas de transtorno misto ansioso e depressivo (CID F 41.2), estado de stress pós-traumático (CID F 43.1) e claustrofobia (CID F 40.2)⁴⁹³.

Observa-se nos três casos a profundidade do transtorno definido como estresse pós-traumático e o quanto a violência estatal foi nociva. Estas mulheres desenvolveram depressão, outras enfrentaram problemas de memória, afetivos, instabilidade emocional, insônia, medo de sair de casa, angústia, desconfiança, insegurança, entre outros, o que reflete no cotidiano de uma pessoa. Este quadro de características decorrentes de situações limites e traumáticas geralmente acompanham indivíduos pelo resto de suas vidas. Tais problemas de ordem emocional acabam se refletindo em outras instâncias da vida: no ambiente de trabalho, espaço social e as relações mais próximas (de amizade e familiares). Portanto, uma pessoa que passa por estas experiências transforma-se, sofre um ponto de inflexão na sua vida e dificilmente consegue retomar o que era antes do trauma. Mesmo que supere e viva uma vida relativamente normal, provavelmente terá recaídas e deverá enfrentar momentos delicados, principalmente quando se sentir exposta a situações semelhantes ou, por exemplo, quando passar, mesmo de automóvel, na frente do local onde sofreu o trauma.

BM20 tentou suicidar-se em 1984. Em seu processo relatou problemas que a prejudicavam até o momento da entrega da documentação à Ceiep/RS. Possivelmente estes problemas e sequelas psicológicas permanecem até hoje. Uma das consequências mais comuns identificadas no relato de várias depoentes é o medo do escuro e de andar sozinhas, principalmente à noite. BM20 alega o seguinte:

[...] em decorrência destas experiências saí da prisão outra pessoa. Nos primeiros meses evitava andar nas ruas, limitava-me a ir até a faculdade e ao trabalho. Fiquei com mania de perseguição, achava que estavam me seguindo. Levei muitos anos para perder esta sensação⁴⁹⁴.

Além disso, BM20 desenvolveu várias fobias:

Passei a ter medo noturno, a falar e a ranger os dentes quando durmo. Estes sintomas permanecem até hoje. Não consigo dormir no escuro, necessito deixar o quarto na penumbra e a porta aberta. [...] adquiri também fobia de facas grandes, do tipo usado para cortar carnes, haja visto que não possuo nenhuma em minha casa. O mesmo

⁴⁹³ Ceiep/RS: 7033-1200/98-9.

⁴⁹⁴ Ceiep/RS: 6847-1200/98-0.

posso dizer em relação à eletricidade, tenho muito medo de levar choque! Até pouco tempo atrás não conseguia sequer trocar uma lâmpada queimada⁴⁹⁵.

Além destas questões que envolvem medos, principalmente com fatos ou objetos que lembrem a situação da tortura, há outros problemas de ordem emocional que acabam surgindo como uma fuga para a angústia, como o que ocorreu com BM3:

[...] descontrole do hábito alimentar, que alternava período de fome intensa à anorexia, causada por tensão de teor psicossomático. Sobressaltos noturnos, insônia, traumas que até hoje requerem reverências compulsórias (luz acesa, companhia). Lapsos de memória, persistente até hoje, com amnésia temporária, principalmente de uma determinada época, pouco anterior aos fatos narrados⁴⁹⁶.

Constata-se certa semelhança nos traços que envolvem as sequelas traumáticas. Há certo padrão quando se trata de fobias. Tanto BM20 quanto BM3 possuem medo noturno, por causa disso, não convivem bem com o escuro. A disfunção alimentar, como retratou BM3 está associada à ansiedade e à depressão. O medo de corrente elétrica que BM20 contou é óbvio e a maioria dos sobreviventes do choque elétrico acabou adquirindo-o. Há também relatos que expõem problemas físicos resultantes da tortura, como surdez, problemas de coluna, dores de cabeça, entre outros, como apontou BM5:

[...] dores de cabeça. Nervosismo. Perda de forças. Perda do interesse sexual. Dores no peito e coração. Batimentos do coração ficam acelerados sem motivo aparente⁴⁹⁷.

BM12 também informou problemas físicos: “Lesões em ambos ouvidos, em função de ‘telefones’, socos simultâneos nos mesmos. Desvio mandibular, que até hoje não consegui sanar”. A depoente acrescentou, ainda, que além das sequelas físicas tem outras psicológicas e psíquicas: “Instabilidade emocional, levando-me a uso periódico de antidepressivos, dos quais dependo até hoje (Olcadil). Eu atribuo a isto ser um dos motivos de minha separação conjugal”⁴⁹⁸.

Na documentação da Ceiep/RS há muitos atestados e diagnósticos que informam efeitos permanentes, como os de BM4, por exemplo, que entende que a tortura que sofreu nunca parou. Assim expressa a sensação do trauma:

A tortura continua, agora mais sofisticada e “adocicada” por uma propaganda de fazer inveja a qualquer dos baluartes do “marketing” do terceiro Reich! Por isso, talvez, continuo com todos os problemas orgânicos que contraí na prisão como a gastrite crônica, a enxaqueca quase diária, a falta de ar, a pressão baixa e, uma sensação terrível de desesperança⁴⁹⁹.

⁴⁹⁵ Idem.

⁴⁹⁶ Ceiep/RS: 6304-1200/98-3.

⁴⁹⁷ Ceiep/RS: 6690-1200/98-3.

⁴⁹⁸ Ceiep/RS: 6063-1200/98-7.

⁴⁹⁹ Ceiep/RS: 6846-1200/98-7.

Para ela a tortura continua, as lesões, os problemas que adquiriu deixaram-na numa eterna situação de sofrimento. A afirmação de BM4 não é apenas uma impressão, subjetiva, pois foi atestada por especialistas da área da saúde. Da mesma forma, o psiquiatra Flávio Strohschoen Pinto diagnosticou que BM15 é portadora de transtorno de estresses pós-traumático definido com a seguinte classificação: “(item F43.1 da Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento - CID-10), da categoria de reação a estresse grave e transtornos de ajustamento (F43 da CID-10)” e concluiu o seguinte:

Além disso, como há evidências de seqüelas crônicas que permanecem décadas após a experiência estressante, o diagnóstico também estende-se à categoria de alterações permanentes de personalidade, não atribuíveis à lesão ou doença cerebral (F62 da CID-10), especificamente ao item alteração permanente de personalidade após experiência catastrófica (F62.0), que inclui tortura e situações de cativo prolongado com possibilidade iminente de ser morto⁵⁰⁰.

Com relação às sequelas físicas que surgiram devido à violência sexual precisamos destacar que não foram só as psicológicas que afetaram as vítimas da violência estatal. Há depoentes que informaram que enfrentaram problemas no aparelho reprodutivo, como infecções e, em certos casos, devido aos ferimentos produzidos, alegaram ter perdido ovários e útero impedindo-as de gestar uma criança. Este foi o caso de BM21, da cidade de Bagé/RS, presa em 1964 por ter se filiado ao PTB em 1961, que alega que teve “cistite crônica, retirada de ovário e útero em consequência das sequelas”⁵⁰¹. Na época ela era professora de Ciências Físicas e Biológicas e desempenhava o cargo de presidente da ala feminina do partido quando foi levada, primeiro, para o Hospital de Guarnição Militar de Bagé e depois para as dependências da Secretaria de Segurança e Trânsito, antes de ser transferida a Porto Alegre e mantida presa no Instituto Central de Menores (Sesme), atual Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase).

BM20, já citada anteriormente, teve três filhos, mas para ela não foi fácil dar a luz. Foi muito comum que mulheres que foram torturadas sexualmente tenham lembrado as dores da tortura na hora do parto. É isso que BM20 alegou em seu depoimento:

Tenho três filhos. Nos partos dos dois primeiros entrei em pânico porque as dores me fizeram reviver as torturas; as cenas passavam em minha mente como num filme, eu gritava e gritava! Foi horrível! Por este motivo, resolvi fazer cesariana no nascimento do meu último filho, mas mesmo assim tive depressão pós-parto⁵⁰².

⁵⁰⁰ Ceiep/RS: 0892-1200/98-1.

⁵⁰¹ Ceiep/RS: 6668-1200/98-0.

⁵⁰² Ceiep/RS: 6847-1200/98-0.

Entretanto, para muitas mulheres a questão da maternidade foi positiva e bastante significativa, por se tornar uma forma terapêutica de superação do trauma. Algumas mulheres atingidas por severas torturas - inclusive com descarga elétrica dentro de suas vaginas - e que não ficaram com maiores sequelas físicas (como a infertilidade ou ausência do aparelho reprodutivo) manifestaram que a maternidade pós-tortura foi uma forma de resistência, superação e até vitória. Não foram poucas as que fizeram questão de engravidar após a detenção ou ainda dentro do cárcere. Esta foi a situação da historiadora Jessie Jane, ex-militante da Ação Libertadora Nacional. Jessie, presa em julho de 1970 no Rio de Janeiro, deu luz a uma menina, ainda na condição de presa política, em 1976. Sua gravidez foi o primeiro caso de direito de visita íntima no Rio de Janeiro. Ela e seu marido, preso na Ilha Grande, conseguiram o direito de se encontrar após cinco anos de afastamento forçado. Jessie só pode ficar com a menina até o terceiro mês de vida, depois teve que entregá-la à sogra, pois sua família estava no exílio⁵⁰³. Podemos inferir que a consolidação da família, mesmo à distância, foi uma forma de resistência diante dos maus-tratos, da dor e do sofrimento. Jessie reencontrou a filha após a anistia, mas o ato de gestar dentro da prisão, onde o objetivo era desumanizar as presas e os presos, foi uma forma de humanizar-se diante da barbárie e de responder com a vida.

Para Regina Toscano, ex-militante do MR-8 ter filhos após a prisão política foi responder com a vida a seus algozes. No filme *Que bom te ver viva*, Regina é uma das mulheres que fala sobre sua prisão e a superação do trauma através da maternidade.

Quando eu fui presa, eu estava grávida e perdi esse neném, o meu primeiro filho lá e durante a cadeia toda, o que realmente me segurou era a vontade de ter um filho. A certeza que eu ia ter um filho. Isso representava pra mim vida. Se eles estavam querendo me matar eu tinha que dar uma resposta de vida e ter um filho pra mim, simbolizava, simboliza até hoje, a resposta que a coisa continua, que a vida tá aí, né?! Que as coisas não acabam. E a primeira coisa que eu fiz ao sair da cadeia, logo depois... o Paulo que era casado comigo, na época, também saiu, foi engravidar. E Daniel nasceu muito bem representando pra nós, pra mim, a vida, né? E os outros filhos que eu tive depois, André e Cecília, continuaram fortalecendo esse símbolo que eu acho que é a coisa mais forte que eu tenho são as crianças. Se alguém um dia quis me matar por estar lutando eu dei uma resposta com a vida. É a vida dos meus filhos⁵⁰⁴.

Tal qual Regina, BM86 também utilizou a maternidade para adquirir forças e sobreviver.

[...] resolvemos que a gente ia ter um filho. Em outubro daquele ano eu fiquei grávida do meu filho. No momento que eu senti... eu senti que eu estava grávida; no

⁵⁰³ MERLINO; OJEDA, op. cit., p. 125.

⁵⁰⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=EAD3Mf4aXuE>>. Acesso em abril de 2018.

momento eu acho que eu fiquei grávida.[...] Eu comecei só a fazer coisas super saudável. Comendo muito bem, fazendo exercícios. Tudo, tudo, tudo, mas o [marido] bebia!

Entrevistadora da CNV: A gravidez te fez renascer?

BM86: Fez! Eu sabia que eu tinha que cuidar dessa criança. Eu queria fazer o melhor bem possível. Não é? [...] A minha gravidez continuou assim, super bem. [...] Nasceu em São Paulo. É hospital Albert Einstein, no Morumbi! Parto natural e depois, quando ele tinha dezoito meses, eu sabia que não podia mais ficar no Brasil. Meu marido, ele teve casos, estava bebendo, nunca via ele. Eu resolvi ir embora⁵⁰⁵.

Nilce Azevedo Cardoso também encarou a maternidade de forma muito positiva e como demonstração de força diante de tudo o que enfrentou:

[...] ninguém acreditava. Com aquele tipo de útero. Eu tive um. Depois, aí... vamos tentar de novo? No contexto... “vamos”! A gente teve outro, mas aí eu tive que tirar o útero e quando eu fui tirar o médico disse “eu não acredito que você ficou grávida com esse útero inteiramente queimado” [...]. Então o que acontece? Foi uma vitória mesmo [...]. Claro, foi muito sofrido. Porque, como eu tava com o útero complicadíssimo [...]. O nascimento foi muito difícil. [...] Mas quem disse que o meu corpo deixava nascer? Aí foi incrível, não deixava. O corpo segurava e voltava. Aí eles iam fazer a cesárea. Aí o cara disse “não, não é possível. Não vai fazer dilatação de jeito nenhum, então vamos fazer uma cesárea” [...]. Eu queria ter natural, né? [...] Mas, realmente eles apostavam... O mais bonito é que teve muita gente que teve filhos depois, com útero queimado [...] tudo aquilo, né?[...] E isso é uma das questões femininas... Quer dizer, as mulheres tiveram tal força, que apesar de tudo aquilo... Tiveram filhos. E se a gente olhar a vida das sobreviventes [...] a gente vê que foi gente que lutou muito pra depois ter... Eu não sei se os homens teriam essa força [...]⁵⁰⁶.

Infelizmente, nem todas as mulheres que passaram pela tortura sexual, conseguiram ser mães após a tortura. Embora tenha sido o desejo de muitas, houve situações em que os danos físicos dos maus-tratos deixaram sequelas irreversíveis, como no caso de BM87, presa em 1969 pela Operação Bandeirantes, que havia tido seu primeiro filho 40 dias antes e que ainda estava em recuperação do parto quando foi sequestrada, torturada e abusada sexualmente.

Não engravidei mais, nunca mais, tentei, tentei, realmente não engravidei mais, por causa da infecção puerperal. Porque também foram muitos dias sem tomar banho, e eles aproveitavam aquele meu estado, o leite, escorrendo sangue, para me humilhar, como mulher mesmo: “E essa sangueira aí vem de onde? [*trecho incompreensível*] essa xoxota aí.” [...]⁵⁰⁷

A maternidade, além de ser usada como resposta de sobrevivência, resistência, também foi utilizada como linguagem política e aplicada em várias situações, tanto no Brasil quanto na Argentina. Muitas mulheres que estavam em fase gestacional foram vítimas de violência física, especificamente na região mais sensível do corpo quando se esta grávida: o

⁵⁰⁵ Depoimento CNV: 00092.000107/2014-80.

⁵⁰⁶ Palestra concedida pela sobrevivente para uma aula na disciplina Relações de Poder Político Institucionais - Análise Bibliográfica 1 - Terrorismo no Cone Sul, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS e ministrada pelo professor Enrique Serra Padrós em 20 de julho de 2016.

⁵⁰⁷ Depoimento CNV: 00092.002333/2013-14.

ventre. Não foram poucas as mulheres que abortaram sob tortura e violência sexual, como apontamos no capítulo anterior. Porém, deve-se destacar também que a maternidade foi utilizada como símbolo de resistência e luta. Muitas mulheres, após saírem das prisões, optaram por engravidar por motivos pessoais, ou como resposta aos torturadores e à tortura; isso funcionou como forma terapêutica de superação da dor da violência sofrida. Para muitas dessas mulheres gestar uma criança, mesmo em um útero debilitado, queimado e agredido pode ter representado uma vitória. Superaram aquilo que os torturadores tanto desejaram: destruí-las fisicamente, psicologicamente e retirar-lhe qualquer chance de um futuro promissor. Elas venceram, pois mesmo após tamanha violência, puderam carregar no ventre um bebê e gerar vida. Estas mulheres haviam ouvido de seus torturadores que não eram dignas de serem mães, que não poderiam ter filhos, pois “filho de comunista, comunista será”, “previsão” assustadora e instrumentalizada para justificar o roubo de crianças e a expropriação de identidades na Argentina com a justificativa de uma ação para dar-lhes uma segunda chance, ou seja, em lar impregnado pelos valores ocidentais, católicos e anticomunistas. Essa lógica perversa de querer controlar o futuro pessoal dos presos e das presas políticas, de querer determinar o destino da prole de uma nova geração “infetada” pelo comunismo chegou aos extremos nas experiências dos países do Cone Sul, principalmente na Argentina.

Outra dimensão da atuação política feminina relacionada à maternidade refere-se ao seguinte aspecto: muitas mulheres tiveram seus filhos sequestrados ou assassinados pelas ditaduras. Muitas delas, até hoje, desconhecem o paradeiro dos corpos dos seus filhos, embora tenham, há muito tempo, a consciência da sua execução. Estas mulheres, ao adentrarem nos espaços das Forças Armadas e polícias atrás de informações sobre seus filhos ouviram críticas e ironias sobre a criação que deram a eles. Foram acusadas de serem péssimas mães porque criaram filhos “terroristas”. Porém, ao darem-se conta de que estavam lidando com a morte sem explicações e sem ter ao menos corpos para sepultar passaram a usar a sua dor como fator de mobilização junto à sociedade. O maior exemplo disso foi o das *Madres* da Praça de Maio, mas não exclusivo. Taxadas de péssimas mães, reverteram o estigma ao estampar o sofrimento de quem não tem um corpo para chorar, enterrar e despedir. Ao transformar essa dor em luta atingiram milhares de consciências, não só na Argentina, mas no mundo inteiro. A luta das *Madres* é conhecida em muitos países, principalmente nos vizinhos que também experimentaram ditaduras e TDE. Débora D’Antonio corrobora esta afirmação sobre as *Madres* argentinas:

Este fue el caso de las Madres y Abuelas de Plaza de Mayo que se vieron urgidas a ocupar la escena política para dar respuestas a la desaparición forzada de sus seres queridos. Ellas trastocaron sus ámbitos privados, convirtieron su intimidad en algo público y colectivizaron la experiencia política de sus hijos. Las Madres y las Abuelas sustituyendo los lazos biológicos con nuevos lazos políticos, fueron las protagonistas de un acontecimiento político e ideológico inaugurado en una búsqueda de verdad de sus hijos y de sus nietos. [...] Esta situación paradójica de los roles de género redundó a la vez en el modo en que eran percibidas las militantes por los varones castrenses. Estas mujeres fueron a veces recusadas en su accionar, representadas como malas amas de casa, malas madres, malas esposas y fuertemente manipuladoras con sus parejas. Pero en oportunidades, de modo velado y furtivo, ellas mismas “fascinaron” a los militares por sus destrezas, inteligencia y libertad⁵⁰⁸.

Não sou poucas as mulheres que ao posicionar-se numa atitude mais agressiva e ativa, dentro de uma lógica política, acabaram sendo patologizadas e caracterizadas como doentes, sendo associadas a um ser que está fora da normalidade mental. A cultura machista identifica no ser feminino valores e comportamentos que o deixam numa posição de anulação. Ao levantar sua voz, ao apontar e denunciar, ao portar comportamentos percebidos como exclusivamente masculinos esta mulher, na concepção machista, foge da normalidade e passa a ser rotulada de portadora de doenças emocionais e psicológicas, seus hormônios estão interferindo no seu modo de agir e pensar. Isto é uma padronização de comportamento específico a cada gênero. Da mesma forma que se estigmatiza um homem porque expõe sentimentos ou chora - associando-o a um ser feminizado, frágil, fracassado - o inverso também ocorre com as mulheres. Nesse sentido, muitas delas que no período das ditaduras eram mães de jovens que ingressaram na resistência ao deparar-se com uma situação irreversível saíram de suas casas, afazeres domésticos e “tarefas femininas” e passaram a buscar respostas, a se organizar, a atuar politicamente e publicamente. Expuseram-se no cenário político e por isso, na Argentina, foram chamadas de *locas*. Mesmo assim, não deixaram de usar o símbolo da maternidade, uma fralda em forma de lenço, para trazer para si a empatia das demais pessoas.

Por isso, ser mães e avós de desaparecidos políticos tornou-se um paradoxo. Ao mesmo tempo em que as mães e avós usam o *pañuelo*- o lenço branco - na cabeça, remetem ao arquétipo da Virgem Maria - apelando, inclusive, para valores cristãos, pois Maria também teve um filho assassinado - e assumem o espaço político diante da ausência de seus filhos, mobilizando massas e bandeiras e protagonizando uma luta, como seres masculinizados. Logo, a maternidade como algo feminino, nessa perspectiva, passa a ser usado a favor de uma luta no campo da política, entendido como masculino, portanto, essas mães e avós de todos os

⁵⁰⁸ D'ANTONIO, op.cit., p. 176.

países do Cone Sul passam a ser protagonistas do cenário político (visto como masculino), com o símbolo da maternidade, um dos elementos essenciais associados ao gênero feminino.

Foram muitas as mães que se viram frente a frente com a dor da ausência e utilizaram a maternidade como arma de denúncia dos crimes e desaparecimento de seus filhos. Dentre elas lembra-se o caso da estilista brasileira Zuleika Angel Jones (Zuzu Angel), que por cinco anos denunciou o assassinato e desaparecimento do seu filho Stuart e que, inclusive, produziu uma coleção de roupas com temas que denunciavam a ditadura, com estampas de quepes militares, pássaros presos em gaiolas, balas de canhões disparadas contra anjos. Zuzu definiu a sua criação como “a primeira coleção de moda política da História”⁵⁰⁹. A estilista pertencia à classe média e sua profissão a colocava nos círculos sociais da elite brasileira. Zuzu buscou o seu filho Stuart - filho de pai estadunidense - sabendo que havia sido eliminado. Procurou até a sua morte os responsáveis pelo crime, bem como o corpo desaparecido. Morreu em 14 de abril de 1976 na Estrada da Gávea, Rio de Janeiro, em um acidente de carro que, segundo a análise da equipe forense que exumou seu cadáver a pedido da família, foi provocado e não por mero descuido por sono no volante, como as forças policiais atestaram no laudo oficial.

Independente do uso da maternidade como arma de luta política por estas mulheres, não se desconsidera que a dor da perda de um filho nas condições colocadas pelo TDE, não pode ser mensurada. Para essas mães, a impossibilidade de despedir-se dos corpos de seus filhos em um ato fúnebre condenou-as a uma tristeza que não é necessariamente eterna, nem absoluta, mas é persistente e profunda. A tristeza da perda e da ausência é a mesma que dá força para assenhoras de 80, 90 anos continuar realizando, em todas as quintas-feiras, às 15h, a ronda da Praça de *Mayo*, em Buenos Aires, pedindo memória, verdade e justiça. Não há mais esperança de encontrar seus filhos vivos, mas querem, ao menos, localizar os restos mortais e poder, definitivamente, despedir-se. Em realidade, a dor da perda foi transformada em indignação, coragem e uma espécie de continuidade da luta dos filhos desaparecidos. Com isso, amenizam as tristezas e engrandecem o reconhecimento, quase universal, que recebem há muito tempo. No Brasil a situação foi diferente, pois a ditadura durou muito mais tempo, foi mais eficiente que a argentina no quesito obtenção de consenso e não sofreu nada parecido, no seu final, como a Guerra das Malvinas. E, para complementar, sua transição foi muito mais linear e controlada do que a da instável Argentina. Um dos desdobramentos dessa

⁵⁰⁹ SÃO PAULO, Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos – Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 649.

situação foi o isolamento das mães, famílias, organizações e companheiros das vítimas da ditadura.

Da mesma maneira que a maternidade serviu como forma de luta e resistência para muitas mulheres, para outras foi algo difícil de imaginar diante das inúmeras violências. Esta foi a situação de BM104, presa em 1977, para quem a maternidade não foi uma necessidade de imediato:

[...] isso é importante eu colocar, essa questão da gravidez que eu tive, e esse aborto me deixou com um problema muito grande em relação à maternidade [...]. Maternidade era um assunto que eu não queria mais. Eu fiquei mais de uma vez grávida, em 79, e perdi essa criança no oitavo mês. Eu ia ter essa criança e perdi essa criança no oitavo mês, meu organismo não tinha condições de segurar uma gravidez. E aí, eu... A questão da maternidade, pra mim, eu empacotei e arquivei bem no fundo de algum lugar. E não quis mais ter filhos. Mas, já com 38 anos, alguma coisa, o relógio biológico bate na gente e eu quis ter filho. Quando eu voltei para fazer, fui procurar tratamento médico. Fui procurar, porque eu não conseguia engravidar. Eu engravidava, mas eu perdia, eu abortava. [...] Isso faz 20 anos, [...]. Eu não conseguia segurar e a proposta era fazer um tratamento, o qual eu não quis. Um tratamento mais rigoroso para gravidez, e eu não quis me submeter a esse tratamento. Hoje eu tenho um filho adotivo, que está com 19 anos, e ele tem muita dificuldade [...]. Eu consegui entender também muitos problemas da minha relação com ele, por conta dessa minha dificuldade com a maternidade, por conta desse meu processo de ter sido grávida torturada, enfim⁵¹⁰.

Em outros casos analisados, encontramos, além das sequelas físicas e psicológicas, efeitos colaterais provocados pelas condições carcerárias. Muitas vítimas apontaram como dano a dificuldade de conseguir emprego e de ser aceita socialmente entre vizinhos e familiares. Para o psicólogo Renan Vieira é necessário destacar outros fatores decorrentes da violência estatal no meio social, que vão além dos danos físicos e emocionais. No seu entendimento “as vítimas que ficaram presas por motivos políticos, além da liberdade, perderam a oportunidade de se desenvolver profissionalmente e pessoalmente”. As sequelas psicológicas incidiram diretamente na vida material destas pessoas, pois “muitos têm problemas na ressocialização, perda de memória e dificuldade de concentração que dificultam o aprendizado e causa interferência na manutenção e permanência em um emprego fixo”⁵¹¹. Isso se aplica a BM23, que relatou a dificuldade que passou para se ressocializar no mercado de trabalho:

Tentei outro emprego na Livraria do Globo. Um mês e me demitiram novamente, pela mesma razão, haviam sido avisados pelo DOPS. Comecei a entrar em pânico. A minha família já me olhava como uma subversiva e todos se esquivavam. Meu pai, que tinha ligações com a ARENA, meu irmão que chegou a ser prefeito de São Gerônimo pela ARENA, meu tio que era Consultor Jurídico do INPS, meu outro tio que era dono de Cartório de família. A minha própria família me vendo como

⁵¹⁰ Depoimento CNV: 00092.0019/2014-86.

⁵¹¹ VIEIRA, Renan Martimiano. **A tortura como trauma individual e social: vivências do período da ditadura civil-militar(1964-1985)**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia-PPI-Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2014. p. 53.

alguém que poderia prejudicar o bem estar de todos. [...] Era o ponto final para que toda a insegurança fosse se agravando, a autoestima foi lá embaixo. Não tínhamos um ponto de apoio para nos reerguermos. A faculdade foi largada para um segundo plano, a inserção social mais ainda; como querer ser historiadora, arqueóloga?! Como tentar se até balconista eu não conseguia? [...] Todo esse processo foi tão intenso que não consegui fazer carreira na FGT e fui posta para a rua, depois de 11 anos com muitas baixas hospitalares devido à asma e também uma passagem pela Pinel. Hoje estou desempregada, sem perspectiva de ganho profissional real aos quase 50 anos, depois de noites de insônia e de tanto medo do escuro, do nada, do além, do vir-a-ser⁵¹².

Assim como BM23, que foi muito prejudicada economicamente perdendo emprego e sofrendo a rejeição da família, muitas outras pessoas foram afetadas pelo TDE no plano material. Diversas sobreviventes reconheceram que após serem presas e terem uma ficha no Dops passaram a ter dificuldades para sustentar-se, pois não conseguiam obter ou permanecer num emprego. Existem também histórias de vida de mulheres que ficaram sozinhas com filhos ou netos diante do sequestro, prisão ou desaparecimento das pessoas que sustentavam a casa. Em diversos casos houve crianças que muito cedo tiveram que trabalhar para aumentar a renda familiar.

BM40 relatou que encontrou dificuldades financeiras depois que passou pelas dependências do Presídio de Erechim/RS. Semelhante é o caso de BM12. Em seu processo na Ceiep/RS constam as seguintes informações sobre as perdas materiais:

Perda do cargo de assistente do diretor da secretaria de ação social. Depois da prisão, perdi várias oportunidades de empregos públicos, não me candidatava com medo por ter ficado fichada no DOPS⁵¹³.

Além dos problemas que dificultaram a retomada de uma vida normal, há na documentação de BM12 o parecer do médico otorrinolaringologista Valdomiro João Zanette, que emitiu um curto parecer onde consta: “atesto que [BM12] consultou comigo em 17.8.87, apresentando importante disfunção de ambas as articulações Tempra-mandibulares pós-traumatismo”⁵¹⁴.

Como podemos ver pela documentação apresentada à Ceiep/RS, são inúmeras as sequelas identificadas nas vítimas mulheres do TDE brasileiro. Na relação existem problemas orgânicos como surdez, enxaqueca, dores na coluna, problemas cardíacos, infecções que incapacitaram certas funções do organismo (como gravidez), sequelas de ordem emocional, etc. Não é possível mensurar o quão nefasta foi a repressão para estas pessoas e o quanto a violência estatal do período as atingiu. As gerações que vieram destas pessoas também foram afetadas, indiretamente, pela violência. A ausência de políticas de memória e a negligência do

⁵¹² Ceiep/RS: 6940-1200/98-9.

⁵¹³ Ceiep/RS: 6063-1200/98-7.

⁵¹⁴ Idem.

Estado frente aos crimes da ditadura causaram “um mal de Alzheimer nacional”⁵¹⁵ que reflete na sociedade como um todo.

Portanto, para além das vítimas diretas e de seus familiares, a falta de conhecimento e reflexão sobre o período das ditaduras de SN no Cone Sul produziu distanciamentos e facilitou a continuidade de ações ligadas à violência estatal (a tortura, a violência policial, a banalização da morte, a ameaça contra os lutadores sociais). A médica e psicanalista Tania Kolker, que atua no projeto clínico do Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e é coordenadora técnica da Clínica do Testemunho, ao analisar esta questão concluiu que a tortura atinge muito mais do que as vítimas diretas (os torturados) e as vítimas indiretas (seus familiares); a tortura produz uma linguagem que afeta a sociedade como um todo. Por isso é importante abandonar a análise da tortura - e a violência sexual- como algo individualizante. A violência física e psicológica cometida pelo Estado provocou “catástrofes sociais, políticas, jurídicas e até linguísticas, autorizando a existência de territórios vazios de direito, naturalizando formas de tratamento degradante e legitimando políticas de extermínio como forma de controle social”⁵¹⁶. Segundo a psicanalista é problemático caracterizar a tortura pelo aspecto do indivíduo, ou somente pelos seus traumas físicos e psicológicos. A tortura significa “um poderoso dispositivo que aumenta o seu potencial de destruição e que garante a sua autolegitimação e reprodução ao longo do tempo”⁵¹⁷. A extensão dos seus reflexos - cometidos pelo Estado que ficou impune - tem como resultado final o silenciamento de quem sofreu e que não se identifica com a sociedade a que pertence por não receber o devido acolhimento. Assim, Kolker conclui que:

Só reconhecendo publicamente a existência das violações e manifestando de forma oficial que esses atos não podem permanecer impunes, as autoridades governamentais contribuirão para a efetiva restituição da dignidade dos atingidos e para prevenir a repetição dos fatores violatórios⁵¹⁸.

Medidas de reconhecimento por parte do Estado devem somar-se à revisão da Lei de Anistia no Brasil e a não interrupção dos julgamentos e condenação dos repressores na Argentina. A possibilidade de julgar e condenar os agentes brasileiros que cometeram crimes de lesa humanidade, mesmo que restem poucos ainda vivos, deve permanecer no horizonte ético da comunidade nacional. Justamente, uma das formas de reparar e inverter o giro da roda no Brasil seria garantir a punição para os criminosos de Estado e seus apologistas,

⁵¹⁵ KUCINSKI, Bernardo. K. São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 17.

⁵¹⁶ KOLKER, Tania. Tortura e impunidade – dados psicológicos e efeitos de subjetivação. In: BRASIL, Coordenação Geral de Combate à Tortura. **Tortura**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010. p. 176.

⁵¹⁷ Ibid., p. 177.

⁵¹⁸ Ibid., p. 192.

principalmente quando se trata de figuras públicas. Por outro lado, se fazem necessárias políticas pedagógicas que abarquem estas questões. Retirar a vítima do TDE do âmbito do silêncio e da vergonha e recolocá-la como sujeito importante do passado é um passo reparador fundamental, tal qual ocorreu com muitos trabalhos voltados à memória dos exterminados e dos sobreviventes do Holocausto nazista.

Destarte, neste capítulo foi possível entender, a partir da reflexão dos acontecimentos e dos relatos recolhidos na documentação, as permanências existentes das ditaduras ainda no século XXI. A tortura, a violência sexual e de gênero pertencem à fórmula essencial dos métodos que o TDE empregou para destruir seus opositores. A violência empenhada contra grupos específicos foi tão eficaz e a metodologia da repressão tão precisa que, mesmo com o fim das ditaduras, tais questões não foram tratadas com o respeito necessário. E somente após os anos 2000, a partir das demandas internacionais, a violência sexual contra as mulheres passou a ser vista como crime específico e diferenciado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs analisar, refletir e discutir o quanto o Terrorismo de Estado esteve presente nas ditaduras de Segurança Nacional do Brasil e da Argentina. Para tal, buscou-se considerar nesta análise o período da Guerra Fria e seus desdobramentos no continente latino americano, sem desconsiderar as especificidades de cada país.

O objetivo central foi examinar uma das tantas modalidades de violência aplicada pelo sistema repressivo em ambos os países: a violência sexual contra as mulheres. Para tal, considerou-se pertinente apresentar um capítulo introdutório sobre os conceitos que nortearam esta pesquisa: Terrorismo de Estado, Doutrina de Segurança Nacional, Gênero e Violência sexual. A seguir, realizamos uma apreciação panorâmica da conjuntura da Guerra Fria e o seu desdobramento na América Latina para identificar e avaliar as diversas formas repressivas utilizada contra os “inimigos internos” e as “inimigas internas”. Desta forma adentramos no tema essencial desta proposta a violência sexual contra as mulheres.

A violência sexual (principalmente o estupro) é antiga no mundo e esteve muito presente no século XX e nas ditaduras ocorridas na América Latina, por isso, entendeu-se que era coerente fazer um apanhado do que existe em termos historiográficos e de denúncia em relação à mesma, levantando ocorridos, principalmente, no Paraguai, Chile e Uruguai, países que também experimentaram o Terrorismo de Estado e ditaduras de Segurança Nacional e nos quais se registrou a existência de violência sexual contra aquelas mulheres identificadas como “inimigas internas”.

O acesso a diversos relatos, depoimentos e entrevistas que mulheres dos países supracitados realizaram, denunciando tais crimes permitiu traçar uma série de questões de maior pertinência. Para esta análise foram utilizadas como fonte, os relatórios finais das Comissões da Verdade e entrevistas disponíveis em site de notícias (para os casos do Paraguai, Uruguai e Chile), bem como uma entrevista oral com uma sobrevivente da ditadura do Uruguai. Portanto, no primeiro capítulo desta dissertação apresentamos a conjuntura e os marcos teóricos desta pesquisa e algumas modalidades de violência sexual encontrada nos países apontados.

A ênfase na violência sexual como modalidade repressiva das ditaduras de Segurança Nacional no Brasil e na Argentina foi o eixo do segundo capítulo. Neste momento buscou-se expor o desenvolvimento da conjuntura do Brasil e da Argentina, destacando a imposição dos respectivos Golpes de Estado e a imposição e consolidação das ditaduras. A análise das fontes permite esboçar diversas matizes das formas de violência que, concretamente, sofreram as

mulheres percebidas como “inimigas internas” e transformadas em perseguidas e presas políticas. Para tal fim foram de extrema importância os conjuntos documentais encontrados para cada país. Nesse sentido, para o Brasil utilizamos os Processos Indenizatórios da Comissão Estadual de Ex-presos Políticos do Estado do Rio Grande do Sul, as transcrições das entrevistas e depoimentos produzidos pelo Grupo de Trabalho Ditadura e Gênero da Comissão Nacional da Verdade e os relatos de tortura existentes no Projeto Brasil: Nunca Mais (Projeto A). Para a Argentina utilizaram-se depoimentos e denúncias de ex-presas políticas existentes na Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas, na Comissão Argentina de Direitos Humanos e nos fundamentos das sentenças das causas e mega causas julgadas na justiça argentina.

A partir dos inúmeros casos encontrados nos dois países foi possível constatar que a violência sexual foi uma prática sistemática contra as mulheres que estavam na condição de presas políticas (sequestradas). Estes casos colocaram à luz das pesquisas históricas sobre as ditaduras e gênero o fato de que a violência sexual foi promovida como parte da metodologia de enquadramento e destruição dos considerados “inimigos internos” dos Estados terroristas. Esta forma de violência ultrapassa o recorte “repressão contra homens e mulheres”, pois quando o sequestrado em questão era uma mulher utilizaram-se deliberadamente diversas formas de violência sexual e de gênero para atingi-las, tanto na sua integridade sexual, quanto identidade, moral e psique, além de transmitir para os homens vinculados efetivamente às “inimigas internas” que seus corpos não pertenciam a eles, que os mesmos eram uma extensão dos campos de batalha e o botim de guerra para os vencedores, ou seja, um botim de guerra para os que haviam enfrentado e derrotado a subversão comunista. Diante disto, foi possível constatar que a violência contra as mulheres consideradas “inimigas internas” foi utilizada para puni-las duplamente, pois eram percebidas como duplamente transgressoras - por terem saído do “espaço” concedido ao gênero feminino (o lar, o papel de esposa e mãe) e adentrado nos “espaços masculinos” (a luta política, a luta armada, etc.). Ao mesmo tempo em que transgrediam seu papel social eram, ainda, opositoras políticas, portanto, portadoras de alta periculosidade para a sociedade. Logo, a utilização da violência sexual visava lembrá-las de seu “papel vital”, desclassificava e desrespeitava enquanto mulher.

Dentre as diversas modalidades de violência sexual, percebeu-se que o estupro individual, abusos sexuais e tortura sexual foram práticas quase que idênticas em ambos os países, porém em cada um deles identificou-se algumas particularidades. O uso da tortura sexual, que inclui choques elétricos em regiões sensíveis do corpo e agressões físicas esteve presente nos dois países. Também se percebeu que o abuso sexual (toques, “carícias”, beijos,

assédio), no quadro das violências sexuais teve bastante destaque. Quanto aos estupros/violações também foram praticados em ambos os países. Porém, constatou-se que estupros coletivos e contínuos (que podem ser interpretados como escravidão sexual) foram práticas que, segundo os documentos, ocorreram em proporção maior na Argentina. No Brasil, destacou-se mais nas fontes o uso de animais na tortura sexual, o que quase não apareceu na documentação argentina.

Por fim, destacamos que ao final desta pesquisa buscou-se refletir sobre as conjunturas pós-ditatoriais no Brasil e na Argentina para compreender o porquê do tema violência sexual, bem como as denúncias sobre estes crimes cometidos durante as ditaduras, tem desdobramentos diferentes, o que reflete diretamente na maturidade da compreensão sobre os mesmos. Percebe-se que a ausência de políticas voltadas para a memória, verdade e justiça, bem como o “acordo de paz” (pela Anistia) no Brasil dificultou a construção de uma memória coletiva que fosse receptiva às denúncias da violência promovida pela ditadura, principalmente a violência sexual. A tardia Comissão Nacional da Verdade esforçou-se em dar voz às vítimas destes crimes, mas para finalidades de reparação e de mudanças sociais, tal ação teve pouco poder e efetividade. Em contrapartida, percebeu-se que na Argentina houve mais espaços de escuta e acolhimento ainda nos anos 80 e que os julgamentos que condenaram os perpetradores dessa violência contribuem para que debates sobre a violência sexual, praticada nos centros clandestinos de detenção, estejam mais avançados, sejam mais complexos e impactem de forma consequente na sociedade, se comparado ao Brasil.

Constatamos no exercício de análise das fontes, a presença das marcas desse passado doloroso para muitas mulheres. Encontramos nos relatos o registro de diversas sequelas físicas e psicológicas que ficaram como ferida e cicatrizes do trauma. Entre os mais dramáticos destacamos a desestruturação psicológica que levou muitas das vítimas a tentativas de suicídio e outros consumados, como ocorreu com Maria Auxiliadora Lara Barcelos. O impacto de casos assim, sobre o conjunto de vítimas, se mantém como traumas que não foram superados nem revertidos, inclusive, por companheiros de luta, portanto, de geração. Efetivamente, algumas das vítimas de violência sexual tentaram suicídio como saída para a dor. Outras se isolaram do mundo, da vida social, do meio profissional. Seus relatos sobre a sensação de sofrer perseguição constante atestam o clima de asfixia, isolamento e paralisia que precisaram suportar, enfrentar e tentar superar. Doenças desenvolvidas pós-trauma foram indicadas, tanto nos processos quanto nos depoimentos: dor de cabeça crônica, insônia, ranger de dentes durante o sono, fobias variadas, perda de memória, problema nos joelhos, perda do útero e ovários. Também impactam os resquícios emocionais que refletem a

intensa desestruturação vivenciada, como perda e falta de libido, dificuldade de se relacionar sexualmente, insegurança com relação à maternidade, bem como a criação de novos círculos de relacionamento.

Apesar de tanta dor registrada, de uma forma ou outra, nas fontes identificadas e analisadas, também houve mulheres que, apesar de todo o seu sofrimento, feridas expostas e restrições psicológicas encontraram força e formas para “seguir a vida”. Buscaram pelo caminho da militância social, pela luta por verdade e justiça, pela maternidade, por trabalhos voltados às questões sociais, formas de vencer seus fantasmas e, de certa maneira, dar significado a sua sobrevivência. Sobreviver frente a tantas mortes e desaparecimentos pode ter sido um ato vergonhoso ou gerador de sentimento de culpa (para muitas das sobreviventes), mas pode significar uma forma de dizer que, apesar de tudo, elas são verdadeiras vencedoras, por terem aguentado os mais variados tormentos físicos, psicológicos e emocionais. Enfrentaram a tortura e a violência sexual, a prisão política e mergulharam na clandestinidade e no exílio, com tudo que isto implica... e voltaram com vida. Reergueram-se e, da forma que lhes foi possível, continuaram e continuaram lutando, nem que seja para viver cada dia com dignidade, a qual os agentes torturadores tentaram arrancar-lhes com seus paus de arara, choques elétricos e tudo o que pode ser inserido na lógica da repressão do Terrorismo de Estado e da Doutrina de Segurança Nacional das ditaduras de Segurança Nacional. É por isso que entendemos que o simples fato dessas mulheres sobreviverem à violência dos torturadores inseridos na lógica da racionalidade criminosa do Terrorismo de Estado é algo a ser comemorado. Diante do terror e da violência imposta, a fala dessas mulheres interpela a sociedade, denuncia a impunidade. Mas essa fala também confirma a vitória da dignidade, da coragem, da resistência, da vida e da humanidade.

FONTES

A) Ceiep/RS:

0889-1200/98-9; 0892-1200/98-1; 1992-1200/02-2;
 1425-1200/98-1; 3127-1200/98-7; 3295-1200/98-2;
 4990-1200/98-3; 5413-1200/98-3; 6063-1200/98-7;
 6304-1200/98-3; 6407-1200/98-0; 6668-1200/98-0;
 6690-1200/98-3; 6714-1200/98-8; 6846-1200/98-7;
 6847-1200/98-0; 6874-1200/98-7; 6940-1200/98-9;
 7024-1200/98-0; 7033-1200/98-9;

B) Comissão Nacional da Verdade (Brasil):

00092.0019/2014-86; 00092.001123/2014-90;
 00092000442/2014-88; 00092.000107/2014-80;
 00092.002323/2013-89; 00092.001145/2014-50;
 00092001294/2013-38; 00092.000408/2014-11;
 00092.001137/2014-11; 0092.000960/2014-00;
 00092.000600/2013-19; 00092.002333/2013-14;
 000920001042014-46; 000920010192014-03;

C) Comissão Estadual de São Paulo/SP:

00092000600-2013-19.

D) Projeto Brasil: Nunca Mais:

Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, vol. 3, nº 1339;
Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo V, vol. 3, nº 1245;
Projeto Brasil: Nunca Mais: Tomo V, vol. 3, nº 1264;
Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo V, vol. 3, nº 1284;
Projeto Brasil: Nunca Mais, Tomo V, vol. 2, nº 1075;
Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo V, vol. 3, nº 1339;
Projeto Brasil: Nunca Mais. Tomo V, vol. 2, nº 786

E) Sentenças dos julgamentos (Argentina):

Fundamentos da sentença da causa nº 1487 (Vesubio). 23 de setembro de 2011
 Fundamentos sentença – 1487, Vesubio
 Fundamentos sentença – 2do juicio 1 – nº 001-M, MENÉNDEZ SANCHEZ y otros
 Fundamentos sentença – 3er juicio–nº 075-M, FURIO ETCHEVERRI – MENDOZA
 Fundamentos Sentencia –nº 2278 - 2301 - 2380 - 2405 - Arrillaga, Marquiegui y otros -
 COMISARIA 4TA Y LA CUEVA - Mar del Plata

Fundamentos sentencia –n° 960-11, ALIENDRO - STGO DEL ESTERO

Fundamentos sentencia Menedez y otros - La Perla

Fundamentos sentencia n° 1270 - Donda y otros –ESMA

Rpta CNCP n° 1270 - Donda y otros -ESMA -TOF 5

Rta. CNCP –n° 836-09, MUSA AZAR y otros - STGO DEL ESTERO

F) DIGITAIS:

AGURTO, Ivonne Toro. Alejandra Holzapfel: Yo sobreviví a Venda Sexy. The Clinic. 11 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.theclinic.cl/2013/09/11/alejandra-holzapfel-y-la-vida-tras-las-torturas-y-las-aberraciones-sexuales-de-la-dictadura/>>.

BENZANO, Beatriz. Castigos de género en dictadura. República. 23 de novembro 2014. Disponível em: <<http://www.republica.com.uy/castigos-de-genero-en-dictadura/489996/>>.

BERMÚDEZ, Iara; GARCÍA, Waldemar. La casa de Punta Gorda, otra marca de la memoria. El Reporter. 5 de junho 2014. Disponível em: <<http://www.elreporte.com.uy/la-casa-de-punta-gorda-otra-marca-de-la-memoria/>>.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/outros-destaques/307-ex-presos-do-doi-codi-confirmam-prisao-e-tortura-de-mario-alves.html>>.

BRASIL. Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina: judicialização e arquivos. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/central-de-conteudo/anistia/anexos/miolo_crimes-sexuais_final.pdf>.

BRASIL. Governo Federal. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/constituicao-de-1988-e-marco-na-protECAo-as-mulheres>>.

BRASIL. Governo Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>.

BRASIL. Projeto Brasil: Nunca Mais. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=REL_BRASIL>.

CANADÁ. Tribunal Penal Internacional. Manual de Ratificação e Implementação do Estatuto de Roma. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_tpi_roma.pdf>.

CASTRO, Julio. “Cada uno tenía su mujer”. Testimonios de ex presas abusadas sexualmente. Liccom. Disponível em: <<http://sdr.liccom.edu.uy/2011/11/16/cada-uno-tenia-su-mujer/>>.

CHILE. Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación. Disponível em: <http://dhnet.org.br/verdade/mundo/chile/cv_09_chile_informe_cnrr_1996.pdf>.

Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer.
Disponível em: <<http://www.cladem.org.ar/>>.

DOOLEY, Stacey. As ex-escravas sexuais que viraram soldadas e estão na linha de frente na luta contra o Estado Islâmico. BBC Brasil. 27 janeiro 2017. Disponível em:
<<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-38648695>>.

FAJARDO, Marco. El horror de Ingrid Olderock, la más siniestra de la DINA. El Mostrador. 10 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.elmostrador.cl/cultura/2014/09/10/el-horror-de-ingrid-olderock-la-mas-siniestra-de-la-dina/>>.

GUZMÁN, Patrício. Batalha do Chile parte III. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=DJPfEvsupp4>>.
Instituto de Género, Derecho y Desarrollo. Disponível em:
<<http://www.memoriaabierta.org.ar/wp/>>.

MEMORIA VIVA. Disponível em: <<http://www.memoriaviva.com>>.

MEMORIA VIVA. Disponível em:
<http://www.memoriaviva.com/Centros/00Metropolitana/Recinto_DINA_vendaSexy.htm>.

MEMORIA VIVA. Disponível em:<<http://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/119.htm>>.

MIRANDA, Oriana. Violencia sexual contra mujeres em dictadura um crimen invisibilizado. Diario U Chile. 3 de setembro de 2013. Disponível em:
<<http://radio.uchile.cl/2013/09/03/violencia-sexual-contra-mujeres-en-dictadura-un-crimen-invisibilizado/>>.

NI UNA MENOS. Disponível em: <<http://niunamenos.com.ar/>>.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher Disponível em:
<http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf?ua=1>.

PARAGUAI. Comisión de Verdad y Justicia. Disponível em: <http://www.verdadyjusticiadp.gov.py/pdf/informe_final/Tomo%203.pdf>.

G) FILMES E DOCUMENTÁRIOS:

FARIAS, Roberto. Pra frente, Brasil. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=rzj1_bD3BDI>.

LANDAU, Saul; WEXLER, Haskell. Documentário: Um relato de uma tortura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FbiQBTXiEU8>>.

MURAT, Lúcia. Que bom te ver viva. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=n5rFucrx0B4>>.

SUBRAYADO. “Era salvaje, aberrante”: relato de mujeres abusadas en dictadura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QbMQrw57maw>>.

H) ENTREVISTAS:

BELTRAME, Rosa. Porto Alegre. maio 2016. Entrevistadora: Janaína Athaydes Contreiras e Enrique Serra Padrós. Arquivo de áudio: 79 minutos.

BELTRAME, Rosa. Porto Alegre. dezembro 2016. Entrevistadora: Janaína Athaydes Contreiras. Arquivo de áudio: 80 minutos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOS, Álvaro. La racionalidad del Terror. **El Viejo Topo**. Barcelona, nº 39, dic. 1979.

ABREU, Fernando Kruehl de. Da confissão ao castigo: as diferentes nuances da tortura durante a ditadura civil-militar brasileira de 1964– 5. In: **I Jornada de Estudos sobre Ditaduras e Direitos Humanos**. Porto Alegre: APERS, 2011.

ACTIS, Munú; ALDINI, Cristina; GARDELLA, Liliana; LEWIN, Miriam; TOKAR, Elisa. **Ese Infierno**: conversaciones de cinco mujeres sobrevivientes de la ESMA. Buenos Aires: Ed. Sudamericana, 2001.

AGUILA, Gabriela. **Dictadura, represión y sociedad en Rosario, 1976-1983**: un estudio sobre la represión y los comportamientos y actitudes sociales en dictadura. Buenos Aires: Prometeo, 2008.

AGGER, Inger; JENSEN, Buss. A Potência humilhada: tortura sexual de presos políticos de sexo masculino. Estratégias de destruição da potência do homem. In: RIQUELME, U, Horácio. **Era de Névoas**: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina. São Paulo: EDUC, 1996.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1987.

ARGENTINA. CONADEP. **Nunca Más**. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

_____. Memoria Abiera, “**Y nadie quería saber**”. Relatos sobre violencia contra las Mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.

ARNOSO; BOBOWIK e BERISTAIN. La Comisión de Verdad y Justicia en Paraguay: la experiencia emocional en los rituales de conmemoración y la eficacia percibida de la comisión. In: **Rev. psicol. polít.** vol.15, nº32, São Paulo, abr. 2015.

ARIÑO, María Vilellas. La violencia sexual como arma de guerra. **Quaderns de Construcció de Pau**. Barcelona: Escola de Cultura de Pau, 2010.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. **Brasil**: Nunca mais. Petrópolis: Vozes, 1985.

AUCÍA, Analía et al. (orgs.). **Grietas en el Silencio**: una investigación sobre la violencia sexual en el marco del terrorismo de Estado. Rosário: CIADEM, 2011.

AZEVEDO, Fernanda R. A violência sexual contra a mulher e o direito internacional. Belo Horizonte: **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. 14, 2014.

BAICA, Soledad. G; FERNÁNDEZ, Mariana. R. (orgs.). **Las Laurencias**: violencia sexual y de género en el terrorismo de Estado Uruguay. Montevideo: Trilce, 2012.

BALARDINI, Lorena; OBERLIN, Ana; SOBREDO, Laura. et al (orgs.). **Violencia de género y abusos sexuales en los centros clandestinos de detención**: un aporte a la comprensión de la experiencia argentina. CELS: Hacer justicia: nuevos debates sobre el

juzgamiento de crímenes de lesa humanidade en Argentina. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2011.

BANDEIRA, Luiz Alberto M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflitos e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Fórmula para o caos**. A derrubada de Salvador Allende. 1970-1973. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 2008.

BARROS, José D. História comparada: um novo modo de ver e fazer a história. In: **Revista de História Comparada**. v. 1, nº 1. Rio de Janeiro: PPG-História/UFRJ, 2007.

BAREIRO; CENTENO. Violencia de género em la ditadura. Las mujeres en el Informe de la Comisión de Verdad y Justicia del Paraguay. In: SONDERÉGUER, María (Org.). **Género y poder: Violencias de género en contexto de represión política y conflictos armados**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países**. Tese (Doutorado em História). PPG-História/UFRGS. Porto Alegre, 2011.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. v.1. Brasília: CNV. 2014.

_____. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. **Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia, 1970.

BLOC, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CALVEIRO, Pilar. **Poder e desaparecimento: os campos de concentração na Argentina**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMPOS, Pedro Henrique P. **Estranhas catedrais: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988**. Niterói, Eduff - Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CARDOSO, Luisa R. **“Não sei e não quero dizer”**: tortura e infância na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em História – UESC, 2015.

CARDOSO, Irene. **Para uma crítica do Presente**. São Paulo: Editora 34, 2001.

CARVALHO, Cláudia P. **Crimes sexuais e justiça de transição na América Latina: judicialização e arquivos**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2016.

CATELA, Ludmila da S.; JELIN, Elisabeth (comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

COIMBRA, Cecília. Gênero, Militância, Tortura. In: STREY, M; AZAMBUJA, M; JAEGER, F. **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004 .

COLLING, Ana Maria. **Choram Marias e Clarices: uma questão de gênero no Regime Militar brasileiro**. Dissertação (mestrado em história), PPG-História/UFRGS. Porto Alegre, 1994.

_____. **A Resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em Revista**. Pelotas, vol. 10, dez. 2004.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CURY, Márcia Carolina de Oliveira. **O protagonismo popular: experiências de classe e movimentos sociais na construção do socialismo chileno (1964-1973)**. Tese (Doutorado). PPGCP/Unicamp, 2013.

D'ANTONIO, Débora. **La Prisión em los años 70: Historia, Género y Política**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2016.

D'ARAUJO, Maria C.; SOARES, Gláucio A. D.; CASTRO, Celso (orgs.). **Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIANA, Marta. **Mujeres Guerrilleras: sus testimonios en la militancia de los setenta**. Buenos Aires: Booket, 2011.

DÍAZ, Ana María et. al. **X Informe sobre violencia sociopolítica contra mujeres, jóvenes y niñas en Colombia 2000-2010**. Bogotá: Mesa de Trabajo Mujer y Conflicto Armado. 2010.

DI RIENZO; CANCIAN. La Doctrina de Seguridad Nacional. Elementos para el análisis de su legitimación en la sociedad en La Bastilla. **Revista de Historia y Política**. Vol. 1, nº 1, diciembre de 2008. Escuela de Historia, FF y HH, UNC

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DUHALDE, Eduardo L. **El Estado Terrorista argentino**. Buenos Aires: Colihue, 2013.

_____. **El Estado Terrorista Argentino**. Quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERNÁNDEZ, Jorge C. Argentina 1976-1983: extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique (org.). **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2006.

_____. **Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966–1989)**. Tese de doutorado (Doutorado em História). PPG-História/UFRGS. Porto Alegre, 2011.

FERREIRA, Elizabeth. **Mulheres, militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão: da operação brother sam aos anos de chumbo o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

_____. **Como eles agiam. Os subterrâneos da ditadura Militar: espionagem e polícia política**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. p. 175-176. In: FERREIRA e ALMEIDA (orgs). **O Brasil Republicano**. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2007.

_____. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47. p. 43-59, jan. /jun. 2012.

FINGER, Marina de O. **O uso sistemático do estupro em conflitos: um estudo de caso acerca de suas motivações no conflito interno da Guatemala (1960-1996)**. Monografia. Departamento de História, IFCH/UFRGS. Porto Alegre, 2013.

FRIES, Lorena. **“Sin Tregua”**: Políticas de reparación para mujeres víctimas de violencia sexual durante dictaduras y conflictos armados. Santiago de Chile: Corporación Humanas, 2008.

FOCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GALLOS, Artur C.; GUGLIANO, Alfredo A. Legados Autoritários, políticas de memória e qualidade da democracia no Brasil. In: GALLO; RUBERT. **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GASPAROTTO, Alessandra. Apontamentos (e desapontamentos) em relação à criação da Comissão Nacional da Verdade no Brasil. In: PADRÓS, Enrique S. **Cone Sul em tempos de ditadura**: reflexões e debates sobre a história recente. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS.

GARCIA, João Carlos. Bona. **Verás que um filho teu não foge à luta**. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 1989.

GRACIA, Emerson. **Tortura e violência sexual contra as mulheres da ditadura civil-militar brasileira**, 2015. Monografia. Departamento de História, IFCH/UFRGS, Porto Alegre, 2015.

GONZÁLEZ, Ana. Guatemala: violência de gênero, genocídio y racismo. In: SONDERÉGUER, María. **Gênero y poder**. Violencia de género en contextos de represión política y conflictos armados. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2012.

HANNAH, Arendt. **Eichmann em Jerusalém**: Relatório sobre a Banalidade do Mal. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

HERBSTTRITH, C; FEIJÓ, D; CHIES, T. O mais além do trauma? In: Sigmund Freud Associação Psicanalítica. **Clínicas do testemunho**: reparação e construção de memórias. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

HINER, Hillary. Autoritarismo, violencia y género: nuevos giros a partir de los cuarenta años del golpe cívico-militar en Chile. Santiago: **Revista multidisciplinaria de estudios de género**, n. 7, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

HUGGINS, Marta K; FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip G. **Operários da Violência**: policiais torturadores e assassinos reconstroem as atrocidades brasileiras. Brasília: UNB, 2006.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

_____. La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de M.; ARAÚJO, Maria P. **Ditadura e democracia na América Latina**: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

JOFFILY, Mariana. Memória, Gênero e Repressão Política no Cone Sul (1984-1991). **Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 111 – 135, jan. /jun.2010.

_____. **No centro da engrenagem:** os interrogatórios na Operação Bandeirantes e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional: São Paulo: Edusp, 2013.

_____. Violências sexuais nas ditaduras militares latino-americanas: quem quer saber? **Revista Ensaios.** SUR 24 - v.13 n°.24, 165-176, 2016.

JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana; WOLFF, Cristina, S. (orgs.). **Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Mulheres, 2010.

_____. **A esperança e a equilibrista:** Resistência feminina à ditadura militar no Brasil (1964-1985). Tese (Doutorado em Ciências Sociais). PPGCS-PUC/SP, 2005.

KOLKER, Tânia. A tortura e o processo de democratização brasileiro MOURÃO, Janne C.; JORGE, Marco A.; FRANCISCO, Sônia de A. Violência organizada, impunidade e silenciamento. In RAUTER; PASSOS; BENEVIDES (org). **Clínica e Política:** subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002.

KUCINSKI, Bernardo. **K.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEVI, Primo. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 1976.

LEWIN, Miriam; WORNAT, Olga. **Putas y Guerrilleras:** Crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención. La perversión de los repressores y la controversia en la militância. Las historias silenciadas. El debate pendiente. Buenos Aires: Planeta, 2014.

MACHADO, Patrícia da C. **As supremas cortes de Brasil e Argentina frente aos crimes de lesa humanidade perpetrados pelas ditaduras.** Dissertação (mestrado em história) PPG-História/UFRGS, 2015.

MARIANI, Ana; JACOBO, Alejo G. **La Perla:** história y testimonios de un campo de concentración. Buenos Aires: Aguilar, 2012.

MARIZ, Luciano M. Mecanismos de Punição e prevenção da Tortura, em ARANTES, Maria Auxiliadora de Almeida Cunha. Violência, Massacre, execuções sumárias e tortura. In. **Brasil.** Secretaria de Direitos Humanos da presidência. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

MECHELENA, José A. **A crise no Sistema Mundial:** política e bloco de poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MENDES, Ricardo Antonio Souza. Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de segurança Nacional – algumas considerações sobre Historiografia. **Tempo e Argumento,** Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013.

MEMORIA ABIERTA. **“Y nadie quería saber”:** Relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina. Buenos Aires: Memoria Abierta, 2012.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. (orgs.). **Direito à memória e à verdade**: luta, substantivo feminino. São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MEZAROBBA, Glenda. **O preço do esquecimento**: as reparações pagas às vítimas do regime militar (uma comparação entre Brasil, Argentina e Chile). Tese (Doutorado em Ciências Políticas). PPG-Ciências Políticas/USP. São Paulo, 2007.

MOURÃO, Janne C.; JORGE, Marco A.; FRANCISCO, Sônia de A. Violência organizada, impunidade e silenciamento. In RAUTER; PASSOS; BENEVIDES (org). **Clínica e Política**: subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002.

NASCIMENTO, Miriam A. **A imprensa de oposição e a violência contra mulheres nas ditaduras do Brasil e do Uruguai (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado em História). PPG-História/UFSC. Florianópolis, 2014.

NETTO, Marcelo; MEDERIOS, Rogério. **Memórias de uma Guerra Suja**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.

NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina Contemporánea**: de Perón a Kirchner. Buenos Aires: Edhasa, 2006.

_____. PALERMO, Vicente. **La dictadura militar 1976–1983**: del golpe de Estado a la restauración democrática. Buenos Aires: Paidós, 2003.

PADRÓS, Enrique. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985)**: do Pachecato à Ditadura Civil-Militar. Tese (Doutorado em História). PPG-História/UFRGS, Porto Alegre, 2005.

_____. As escolas militares dos Estados Unidos e a Pentagonização das Forças Armadas da América Latina. In: **Outros tempos**, Vol. 1 esp., 2007.

_____. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**. PPG-História/UFSC. Florianópolis, v. 1, nº 1, p. 30-45. Jan. /jun. 2009.

_____. et. al. (orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2010. 4 v.

_____. Terrorismo de Estado: reflexões a partir das experiências das Ditaduras de Segurança Nacional. In: GALLO, Carlos; RUBERT, Sylvania (orgs.). **Entre a Memória e o Esquecimento**: estudos sobre os 50 anos do Golpe Civil-Militar no Brasil. Porto Alegre: Deriva, 2014.

_____. História do tempo presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**. PPG-História/UFSC. Florianópolis, v. 1, nº 1, p. 30-45. Jan. /jun. 2009.

_____. Os desafios na produção do conhecimento histórico sob a perspectiva do Tempo Presente. **Anos 90**, Porto Alegre, v.11, nº 19-20, jan. /dez. 2004.

_____. Elementos do Terror de Estado implementado pelas ditaduras de Segurança

Nacional. In: PADRÓS, Enrique S. **As Ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul**. Porto Alegre: Corag, 2006.

_____. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. In: **História & Luta de Classes**, 2007.

_____. Uruguai: Ditadura de Segurança Nacional e Terror de Estado. In: PADRÓS, Enrique. **Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a história recente**. Porto Alegre: Evangraf-UFRGS, 2013.

_____. SIMÕES, Sílvia. A ditadura brasileira e o golpe de estado chileno. In: **Outros Tempos**, vol. 10, nº 16, 2013. p. 233-26.

PARAGUAI, Comisión de Verdad y Justicia. Informe Final Anive Hagua Oiko: **Síntesis y Caracterización del Régimen**. Tomo I. Assunção: J. C. Medina. 2008.

_____. Informe Final/Anive haguã Oiko. **Las violaciones de derechos de algunos grupos en situación de vulnerabilidad y riesgo**. Tomo III. Assunção: J C Medina, 2008.

PASCUAL, Alejandra. **Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983**. Brasília: UnB, 2004.

PAZ, Alfredo Boccia. Represión Política y Género en la Dictadura Paraguaya. In: WOLFF; PEDRO. **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis. Ed: Mulheres, 2010.

PATEMAN, Carole. **O Contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PINSKY, Carla (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, p. 200-212.

PRADO, Maria Ligia C. Repensando a história comparada da América Latina. In: **Revista de História**. nº 153. São Paulo: USP, 2005. p. 11-33.

_____. América Latina: História comparada, histórias conectadas, história transnacional. In: **Anuario nº 24**. Rosário: Escuela de Historia. Revista Digital nº 3. 2011-2012.

RAUTER, Cristina. Notas sobre o tratamento de pessoas atingidas pela violência institucionalizada. In: RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. **Clínica e Política: Subjetividade e Violação dos Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Te Corá. 2002.

ROSA, Susel Oliveira da. **Mulheres ditaduras e memórias: “Não imagines que preciso ser triste para ser militante”**. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ Ed. FGV, 1996.

ROMERO, Alberto L. **Breve Historia Contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1994.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do Contrato Social**. São Paulo: Schwarcz, 2014.

SADER, Eder. A consolidação da ditadura militar. In: SADER, Eder. **Um rumor de botas: a militarização do Estado na América Latina**. São Paulo: Polis, 1982.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. In: **Cadernos Pagu**, nº 16. Campinas, 2001.

_____. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu, 2004.

SANTOS, Musa. Militância clandestina e relações de gênero. **Revista Santa Catarina em História**. Florianópolis: UFSC, v. 8, nº 1, 2014.

SÃO PAULO, Comissão Estadual da Verdade. **Relatório**. Tomo I – Parte II – Verdade e Gênero.

SAPRIZA, Graciela. La dimension de género de la represión, In: RICO, Álvaro. **Investigación Histórica sobre la Dictadura y el Terrorismo de Estado en el Uruguay. (1973-1985)**. Montevideo: Universidad de la República, 2008.

_____. Memórias de mulheres en el relato de la dictadura (Uruguay, 1973-1985). **Violencia/carcel/exilio**. In: **Rivista telemática di studi sulla memoria femminile**, nº 11, 2009.

SARLO, Beatriz. **Tiempo pasado**. Cultura de la memoria y giro subjetivo: una discusión. Buenos Aires: Siglo veintiuno, 2012.

SCHMIDT, Benito. Flávio Koutzii: um olhar sobre as sensibilidades da Geração 68 em Porto Alegre. **Fênix** (UFU), v. 6, p. 3, 2009.

_____. Cicatriz aberta ou página virada? Lembrar e esquecer o Golpe de 1964 quarenta anos depois. **Anos 90** (UFRGS), v. 14, p. 127-156, 2007.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

SOIHET, Rachel. **O corpo feminino como lugar de violência**. Projeto História, São Paulo: 2002.

SONDERÉGUER, María (Org.). **Género y poder: violencias de género en contexto de represión política y conflictos armados**. Bernal: Universidade Nacional de Quilmes, 2012.

SOLOMON, Andrew. **Longe da árvore: Pais, filhos e a busca da identidade**. São Paulo: Cia das Letras, 2013.

SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury**. São Paulo: Globo, 2000.

SWAIN, Tânia Navarro. Os limites do corpo sexuado: diversidades e representação social. In: PARANÁ. **Sexualidade**. Curitiba: SEED/PR, 2009.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Violações dos direitos humanos das mulheres na ditadura. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, vol. 23, nº 3, setembro-dezembro 2015. pp.1001-1022.

_____. O Protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura. Bauru: **RIDH**. V. 2, nº 2 p. 9-18, 2014.

VARGAS, Índio. **Guerra é guerra, dizia o torturador**. Porto Alegre: Tchê!, 1985.

VASCONCELLOS, Renata P.; MENEZES, Vanessa T. A importância da elaboração de instrumentos de pesquisa para o resgate da memória: a experiência do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul na confecção de um catálogo seletivo da documentação da Comissão Especial de Indenização. In: STAMPA, Inez T.; NETTO, Rodrigo de Sá (orgs.). **Arquivos da repressão e da resistência: Comunicações do I Seminário Internacional Documentar a Ditadura**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional – Centro de Referência Memórias Reveladas, 2013.

VEIGA, Ana Maria. Um território a ser defendido: corpos, gênero e ditaduras. V. 3, nº 2 Rio de Janeiro: **Revista de História Comparada**, 2009.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 1964.

WOLFF, Cristina S.; PEDRO, Joana M. **Gênero, feminismo e ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2010.